

Magistratura e transformação social:
as teses coletivas dos juízes gaúchos

Magda Barros Biavaschi

Dissertação apresentada no Curso
de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito à obtenção
do título de Mestre em Ciências
Humanas - Especialidade Direito.

Orientador: Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr.

Florianópolis, 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação **MAGISTRATURA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: as teses coletivas dos juízes gaúchos**

elaborada por MAGDA BARROS BIAVASCHI

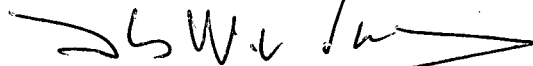
e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do grau de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, 6 de julho de 1998.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho



Prof. Dr. João Luiz Duboc Pinaud



Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr.

Professor Orientador:

Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr.

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar



AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Marta e Pedro, por me ensinarem a acreditar nas possibilidades da vida e por terem compreendido as ausências de uma mãe que nem sempre lhes pode dedicar o desejado tempo de amar.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Jr., um registro de profunda admiração e respeito, não apenas por sua reconhecida capacidade teórica, mas, sobretudo, pela forma democrática e despojada com a qual me transmitiu seus incomparáveis conhecimentos e, ainda, pelo incentivo firme e carinhoso, presente no desenrolar de toda esta pesquisa.

Aos integrantes do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS pela força, pelo companheirismo e pelos subsídios que permitiram a realização de parte substancial desta dissertação.

Aos professores deste mestrado, em especial ao Prof. Antônio Carlos Wolkmer, co-orientador nas fases de elaboração e defesa do projeto desta pesquisa, e aos funcionários deste CPGD, colaboradores incansáveis. E aos colegas, na pessoa de Alexandre Ramos, paradigmático magistrado orgânico para a democracia.

À Helena Meneghello, presente nos momentos fundamentais de minha existência, responsável, neste trabalho, pelas traduções de alguns originais de Gramsci e, também, pela versão do resumo para o italiano (riassunto). Às amigas Rosa Maria W. Candiota da Rosa e Liana Lins, sem as quais, certamente, meu ingresso no programa deste CPGD não seria possível. À Katie Argüello, pela força das reflexões, inteligentes e argutas.

Ao Tarso Genro, ao Sérgio Weigert e ao Miguel Rossetto, pelo estímulo generoso e instigante.

Ao Giovanni, à Magda, à Edna Gubitoso, à Júlia e ao Antônio, pela solidária assessoria técnica.

Ao Caico, pelo companheirismo amado.

Ao Prof. João Batista Herkenhoff, magistrado radicalmente comprometido com a construção de uma sociedade melhor, minha homenagem especial.

Enfim, a todos aqueles que, acreditando na força transformadora do Direito, contribuíram para que este trabalho tenha sido possível.

SUMÁRIO

RESUMO	5
RIASSUNTO.....	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I.....	12
OS SONHOS DA MODERNIDADE:.....	12
INTRODUÇÃO AO CAMPO PROBLEMÁTICO.....	12
1. O olhar da modernidade: questões gerais	13
2. O olhar da modernidade: enunciando algumas ambigüidades	14
3. O sonho da modernidade: ontem, hoje e amanhã.....	24
3.1 O sonho da modernidade: rápida resenha.....	29
3.2 O movimento do neoliberalismo: sua letalidade.....	33
4. Os sonhos da modernidade: introdução aos modelos de análise.....	44
CAPÍTULO II.....	54
GRAMSCI E POULANTZAS: MODELOS DE ANÁLISE	54
1. Antônio Gramsci: um pensador moderno.....	56
1.1 Por que Gramsci?.....	56
1.2 A formação da vontade coletiva: um momento catártico	76
1.3 A internalização dos princípios jurídicos: um momento revolucionário	84
1.4 Os intelectuais orgânicos: a estratégia de guerra de posição.....	100
2. Poulantzas: ampliando as formulações gramscianas sobre o Estado	115
2.1 A Teoria Relacional: O Estado como arena da luta de classes.....	116
CAPÍTULO III	125
PODER JUDICIÁRIO E HEGEMONIA:	125
OS MAGISTRADOS E A AÇÃO COLETIVA.....	125
1. Notas críticas sobre o Poder Judiciário.....	126
1.1 A origem patrimonialista: rápida resenha histórica	127
1.2 Alguns aspectos da crise do Judiciário: uma crise do Estado.....	138
2. Magistrados e Poder Judiciário: olhares, sonhos e possibilidades	144
2.1 As teses coletivas da AMATRA IV: um novo olhar?.....	146
2.1.1 O V Encontro: sonhando com a democracia.....	148
2.1.2 O I Encontro Nacional: um Poder em crise.....	153
2.1.3 O VI Encontro: regulamentar e democratizar.....	159
2.1.4 VII Encontro Regional: Ética, Justiça e Sociedade	171
2.1.5 VIII Encontro: O Direito do Trabalho no limiar de um novo século.....	173
3. Poder Normativo e arbitragem: temas para reflexão.. ..	177
3.1 Um contexto a ser considerado	179
3.2 Os modelos da análise: breve resgate	183
4. As reformas: breves considerações.....	188
4.1 A Ajuris e as Reformas do Estado: guerra de posição?	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	207
OS MAGISTRADOS ORGÂNICOS PARA A DEMOCRACIA	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
ANEXO	227

RESUMO

Magistratura e transformação social: as teses coletivas dos juízes gaúchos

A presente dissertação tem por objetivo analisar, de forma crítica, a ação coletiva de certos magistrados, numa sociedade periférica como a brasileira e no final de um século marcado por um contexto de crise social. O aprofundar deste tema não pode prescindir de uma análise teórico-crítica, ainda que preliminar, sobre o Poder Judiciário, especialmente o do Trabalho, cujas raízes *patrimonialistas* específicas têm obstaculizado, muitas vezes, movimentos que buscam desconstruir um modelo de Estado que, empiricamente, se tem mostrado sem condições de atender as crescentes demandas sociais. Nesse contexto, busca reconstruir o dilema da crise da modernidade para o Direito, atentando para as promessas não cumpridas de igualdade, liberdade e solidariedade. No estudo de caso que apresenta, analisa algumas proposições e a prática de um grupo de juízes que, reunidos em suas entidades representativas e superando um certo estágio *egoístico-passional* de que fala Gramsci, participam de um processo de construção de parcelas de hegemonia, rumo à constituição de uma nova cultura jurídica e social. Ao conceber o *tipo-ideal* do magistrado orgânico para a democracia, resgata algumas das ações concretas desses intelectuais orgânicos coletivos, demonstrando como é possível construir, no interior das instâncias jurídicas, práticas aptas a impulsionar o movimento contra-hegemônico. Sem deixar de sublinhar os limites dessas ações, reconhece nelas um papel transformador, elegendo aquelas que apontam para mecanismos institucionais que possibilitem a interação Estado x sociedade civil, num sentido democratizador.

RIASSUNTO

Magistratura e trasformazione sociale: Le tesi collettive dei giudici gauchos

La presente dissertazione ha per obiettivo analizzare, in modo critico, l'azione collettiva dei alcune magistrati in una società periferica come la brasiliana e alla fine di un secolo caratterizzato da un contesto di crisi sociale. L'approfondire di questo tema non può prescindere dalla analisi teorico-critica, pur se preliminare, sul potere giudiziario, specie il laborista, le cui radici *patrimonialiste* specifiche hanno ostacolizzato, tante volte, movimenti che cercano decostruire uno modello di stato che, empiricamente, si ha fatto vedere senza condizioni di soddisfare le crescenti domande sociali. In questo contesto cerca di ricostruire il dilemma della crisi della modernità per il diritto, facendo attenzione alle promesse non mantenute di uguaglianza, libertà e solidarietà. Nello studio di caso che presenta, analizza alcune proposizioni e la pratica di uno grupo di giudici che riuniti negli enti rappresentativi e superando un certo stadio *egoistico-passionale* di cui parla Gramsci, partecipano di uno processo di costruzione di particelle di egemonia, verso la costituzione di una nuova cultura giuridica e sociale. Al concepire il *tipo-ideale* dei magistrato organico per la democrazia, esamina alcune delle azioni concrete di questi intellettuali organici collettivi, dimostrando come sia possibile costruire, all'interno delle istanze giuridiche, pratiche adatte ad impulsione il movimento contra-egemonico. Senza lasciare di sottolineare i limiti di queste azioni, riconosce in esse un ruolo trasformatore, scegliendo quelle che puntano su meccanismi istituzionali che possibilitano l'interazione Stato x società civile, nella prospettiva della democratizzazione.

INTRODUÇÃO

*Vida é sorte perigosa
passada na obrigação
toda noite é rio-abaixo,
todo dia é escuridão
O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e
esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que
ela quer da gente é coragem.
Viver é muito perigoso.* (GUIMARÃES ROSA, Grande sertão:
veredas)

Neste final de século, num momento particularmente complexo da história brasileira, o avanço do neoliberalismo agrava o fenômeno da exclusão social, amplia as inseguranças no mundo do trabalho e afirma a divisão entre *incluídos x sobrantes*. Nesse contexto, em que a crise social abarrotava ainda mais de processos os já sobrecarregados Tribunais e as armadilhas da idéia da de

As necessidades do Estado provocam o transbordar de uma *subjetividade antipública* e de uma *ideologia antiestatal*¹ (internalizando-se no *senso-comum* tradicional as idéias de desprezo pela esfera pública e de dispensabilidade do Poder Judiciário Trabalhista), passa-se a questionar sobre as possibilidades transformadoras da ação concreta de certos magistrados, reunidos em suas entidades representativas. Esta dissertação busca descortinar um horizonte rico de atuação desses intelectuais orgânicos que, comprometidos com um projeto mais universal de democratização do Estado e procurando abandonar um certo estágio egoístico-passional de que fala Gramsci, participam da constituição de um processo contra-hegemônico no interior das instâncias jurídicas.

O aprofundar deste tema não pode prescindir de uma análise teórico-crítica, ainda que preliminar, sobre o Poder Judiciário, especialmente o do Trabalho, cujas raízes *patrimonialistas* específicas têm obstaculizado, muitas vezes, movimentos que buscam desconstruir um modelo de Estado que, empiricamente, se tem mostrado sem condições de atender as crescentes

¹ OLIVEIRA, Francisco de. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: *Revista Praga Estudos Marxistas*, São Paulo, n.4, dez. 97, p. 31-42.

demandas sociais. Para tanto, é importante que se tenha presente o cenário no qual a ação desses magistrados se desenvolve e no qual tentam formular alternativas para a reconstrução teórico-prática do Estado. Essa abordagem exige seja resgatado um conjunto de idéias para o Direito, aparentemente desconectadas, mas que estão presentes no projeto da modernidade (ressaltando-se a importância de se reconhecer as ambigüidade e as ambivalências que lhes são inerentes²), permitindo refletir sobre as possibilidades transformadoras das ações desenvolvidas por esses intelectuais.

É nesse contexto que a autora, tomando como referência algumas das proposições coletivas que ajudou a construir, bem como a prática política de um grupo de juízes do qual participou ativamente, procura esboçar o campo de possibilidades dos intelectuais magistrados comprometidos com a democracia. Essa questão tem mobilizado operadores jurídicos, nos planos teórico e prático, na inquietante busca de caminhos institucionais a serem construídos para que o Estado possa vir a ser transformado num outro que, permeado pelas pressões da sociedade civil, mais se aproxime do ideais da modernidade para o Direito.

Como objetivos mais específicos, pretende-se: a) resgatar práticas e propostas de entidades de juízes que demonstram como é possível, no interior das instâncias jurídicas, construir uma racionalidade-comprometida com a humanização, com a ampliação do espaço público e com a democratização do Estado, num movimento que resista à barbárie; b) reconstruir o pano de fundo e o dilema da crise da modernidade, atentando para as promessas de igualdade, liberdade e solidariedade; c) avaliar criticamente os efeitos do neoliberalismo na-desregulamentação de direitos e sua repercussão no mundo do trabalho; e d) esboçar analiticamente o campo do Poder-Judiciário, alternativo, como-agente-da transformação e visando a superar um modelo de Estado que não tem atendido, de forma satisfatória, às demandas sociais.

² Para uma crítica à ambigüidade e à ambivalência presentes no projeto da modernidade, tanto em termos analíticos como normativos, remete-se ao atualíssimo livro de WAGNER, Peter. *Sociología de la modernidad: libertad y disciplina*. Barcelona: Herder, 1997. Esta obra possibilita melhor se reflita, através de uma leitura retrospectiva da história da modernidade e de suas distintas configurações, aliada a uma análise concreta das profundas transformações pelas quais passam as sociedades atuais, como, sem significar o *fim da modernidade*, o *fim da história*, o *fim do sujeito*, essas condições apontam para uma necessária redefinição do projeto, aceitando-se certas críticas formuladas por alguns pensadores *pós-modernos*.

As hipóteses desta dissertação são as seguintes: a) experiências empíricas apontam para um Estado que, em suas concretizações históricas, se tem mostrado inapto a atender as novas demandas sociais e a implementar políticas públicas universalizantes. A superação desse quadro passa por uma crítica teórica apta a ações políticas mais concretas e eficazes; b) a dualidade - trabalhadores formais x informais - se subsume num processo desintegrador da sociedade moderna e provoca cisão na classe trabalhadora, situação que se agrava com a adoção de práticas neoliberais responsáveis pelo recrudescimento da exclusão social e pela tentativa de implementar a desconstitucionalização e a desregulamentação de direitos. Esse processo, que não é irreversível como o quer certa visão *pós-moderna*, pode ser obstado com a ação crítica dos operadores do direito e pelas pressões legítimas da sociedade civil; c) a adoção de formas autônomas exclusivas para a solução dos conflitos do trabalho, com completo afastamento do Judiciário Trabalhista desse cenário - via arbitragem privada ou através da supressão total de seu poder normativo -, torna a Justiça do Trabalho uma justiça residual, podendo legitimar o Estado autocrático. Essa questão recoloca a tese da reconstrução da racionalidade jurídica, e não a da sua substituição pelo mercado; d) a luta de classes transpassa as instituições jurídico-formais, sendo possível gestar interesses de um novo bloco hegemônico, mesmo a partir do interior do aparelho de Estado, através de seus intelectuais orgânicos, os operadores do direito; e e) a construção de uma sociedade mais igualitária engloba a ação dos movimentos sociais, tradicionais e novos, incluindo as entidades de classe, que pressionam o sistema político no sentido da positivação de direitos e da efetivação de outros já normatizados.

É importante observar que, neste trabalho, são utilizadas, sistematicamente, notas-de-rodapé. Nelas, são enunciados alguns conceitos, abordados temas relacionados com as problematizações do texto principal, contextualizadas certas questões, e trabalhadas algumas das variáveis complementares à temática da dissertação. A leitura dessas notas é indispensável para a compreensão da linha de raciocínio desenvolvida, explicitando as hipóteses centrais.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, Os sonhos da modernidade: introdução ao campo problemático, são explicitadas, de forma preliminar, algumas conotações

dadas a termos como: globalização, neoliberalismo, modernidade, democracia e utopia, reiteradamente utilizados no decorrer do trabalho. Procura-se, ainda, traçar, de uma forma geral, o cenário no qual certos magistrados tentam formular alternativas para a reconstrução teórico-prática do Estado.

No segundo capítulo, Gramsci e Poulantzas: modelos de análise, essencialmente teórico, são delineados os modelos de análise nos quais este trabalho se inspira. Partindo-se da filosofia da práxis, no leque de seus grandes autores, escolhe-se Gramsci e, de forma complementar, o Poulantzas de *O Estado, o poder, o socialismo*. Inicialmente, resgata-se a atualidade do pensamento de Gramsci para a problematização da crise que se vivencia neste final de século, numa sociedade multifacetária como a brasileira, examinando-se algumas de suas categorias, como as de *intelectual orgânico*, *guerra de posição* e *Estado ampliado*. Ainda com suporte no pensador sardo, é sublinhada a importância que ele atribui ao Direito para a democratização social (a internalização dos princípios jurídicos na consciência popular como um momento revolucionário). Ao final, são analisados alguns aspectos da *teoria relacional do poder*, de Poulantzas, importante para reforçar as teses gramscianas sobre as contradições vivenciadas no seio do Estado e para que, compreendidos os *nichos* nele existentes, possam ser pensadas alternativas superadoras.

No terceiro capítulo, Poder Judiciário e hegemonia: os magistrados e sua ação coletiva, num estilo distinto e numa linguagem mais descritiva do que a adotada nos capítulos anteriores, são reconstruídos alguns fatos históricos e analisadas certas proposições coletivas de um grupo de juízes que, reunidos em suas entidades representativas, podem ser conceituados como intelectuais orgânicos coletivos. Sem dispensar uma abordagem preliminar, através da qual se procura esboçar criticamente o Judiciário brasileiro, busca-se, no decorrer do capítulo, demonstrar como esses intelectuais tentam superar um certo *patrimonialismo* que permeia as instituições brasileiras, participando de um processo mais universal de construção da democracia. Essa ação política é percebida de forma realista, observados os seus limites. Para tal, são examinadas certas teses coletivas desses intelectuais e o esforço que eles têm feito para divulgá-las e elevá-las a um patamar mais universal. São práticas que permitem constatar como, uma vez concebido o *'tipo-ideal'* do magistrado-

orgânico para a democracia (na forma do estudo de caso³) e preenchidas determinadas condicionantes, torna-se possível, no interior das instâncias jurídicas, construir parcelas de hegemonia e, desta forma, participar da constituição de uma nova cultura, comprometida com a crítica e com a emancipação.

Nas considerações finais, são elencadas, sinteticamente, as questões básicas focalizadas nos três capítulos. Não são apresentadas propostas concretas, mas apenas sublinhados os eixos centrais que, segundo a óptica deste trabalho, apontam para a possibilidade de constituição conceitual do jurista orgânico, implicado num processo que possibilite o diálogo entre organizações comprometidas, responsavelmente, com a constituição de uma sociedade mais igualitária, num momento em que o recrudescer das incertezas contribui para a corrosão do *princípio da esperança* e em que um certo *desencatamento do mundo*⁴ tem levado muitos homens a banirem da vida pública valores supremos como liberdade, fraternidade e solidariedade.

São dilemas que enfrentam os operadores jurídicos comprometidos com o projeto de construção de uma nova racionalidade jurídica e que, acreditando na possibilidade transformadora de ações políticas concretas, colocam a indagação que justifica esta pesquisa: **que tipo de tensão é possível se dar através do julgamento e da ação dos magistrados para que o Judiciário, numa sociedade periférica como a Brasileira, seja humanizadora e possa estar integrada no processo de construção da democracia?**

³ Sem a pretensão de esgotar a totalidade do objeto, o estudo de caso indica uma tendência qualitativa, num universo determinado; o caso dos juízes gaúchos revela uma possibilidade.

⁴ WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.

CAPÍTULO I

Os sonhos da modernidade:

Introdução ao campo problemático

Ao nascimento da mecanização e da indústria moderna [...] seguiu-se um violento abalo, como uma avalanche, em intensidade e extensão. Todos os limites da moral e da natureza, de idade e sexo, de dia e noite, foram rompidos. O capital celebrou suas orgias. (KARL MARX, O Capital, volume I)

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo o que é sólido desmancha no ar.' (MARSHALL BERMAN, Tudo o que é sólido desmancha no ar)

1. O olhar da modernidade: *questões gerais*

O processo de análise permite um diagnóstico mais preciso da realidade para que se possa, conhecido o problema, construir caminhos aptos a superá-lo. A percepção do problema, e de suas vertentes - conhecimento que se obtém desde que, num processo difícil, permeado por contradições e conflitos, se opte por um pensar crítico que viabilize uma participação mais ativa na produção da história -, é etapa da construção de um novo objeto; é busca de saída.

Nesse sentido, para que o tema desta dissertação seja enfrentado, centrado no exame de certas proposições e nas possibilidades transformadoras de algumas das ações concretas de juízes reunidos em suas entidades representativas, vistos como intelectuais orgânicos, é indispensável que se busque descortinar o cenário no qual esses intelectuais atuam, num contexto de crise e num momento em que o processo de mundialização apresenta contornos específicos, com seu ritmo desenhado pela supremacia do capital financeiro. Trata-se, por certo, de um processo contraditório, permeado por tensões. Nesse processo, os Estados que se subordinam aos contornos de uma globalização neoliberal endividam-se, perdem sua capacidade regulatória e têm reduzidas suas possibilidades de uma inserção soberana no mundo globalizado. É num cenário desta ordem - de crise, de fragmentação social, de precarização do mundo do trabalho, de catástrofes e de naufrágio das esperanças - que se tomam como referência algumas das teses e a práxis de certos juízes reunidos em suas entidades representativas, questionando-se sobre as possibilidades que eles têm de enfrentar as tensões próprias desse momento, a partir de uma visão comprometida com o desafio moderno de reunir práticas que, de forma responsável, se orientem no sentido de integrar democraticamente o social, o político e o jurídico.

É nesse quadro que se aponta para participação de intelectuais orgânicos coletivos na formação de parcelas de hegemonia no interior das instâncias jurídicas, rumo à constituição de uma nova cultura jurídica e social.

2. O olhar da modernidade: *enunciando algumas ambigüidades*

Para que se possa melhor trabalhar o tema desta pesquisa, é importante enunciar algumas ambigüidades conceituais que certos vocábulos podem apresentar, visando a que *armadilhas* sejam evitadas. Isso porque as palavras têm história, podendo ser utilizadas com distintas conotações. E como os vocábulos não são neutros, as perspectivas selecionadas são fundamentais para a definição dos caminhos a serem trilhados e para que saídas transformadoras possam ser encontradas⁵.

A globalização - conceito *em moda*, ao qual se tem dado tantas acepções que ao final pode prestar-se mais à confusão do que à explicitação de uma realidade⁶ -, é empregada nesta dissertação em referência a um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial complexo, contraditório e de amplas proporções, unindo países numa rede de trocas⁷. Envolve nações e nacionalidades, culturas e civilizações, grupos e classes sociais, regimes políticos e projetos nacionais, assinalando, para alguns teóricos, a emergência da sociedade global⁸ como totalidade abrangente, subsumida nas lutas travadas na história.

⁵ Cf. PETRAS, James. Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, out. 96, s.ed.

⁶ MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 39. Mattoso é professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT -, ambos da UNICAMP, e pesquisador visitante no Institu de Recherches Économiques et Sociales, França - IRES. Seus textos serão referidos no curso deste trabalho.

⁷ Octávio Ianni e Tarso Genro - cujas análises adotam-se, ainda que existam outras acepções - teorizam sobre a globalização, visando a encontrar saídas não alienantes. Suas reflexões não importam afirmações definitivas e, tampouco, remetem à desregulamentação e à flexibilização como decorrências inexoráveis, permitindo seja a globalização relacionada com outros conceitos que podem refletir seu caráter e alternativas. Genro, trabalhando a globalização desde uma perspectiva econômica que acelera a unificação desigual do mundo sob a égide do sistema financeiro, cujo movimento afirma o interesse nacional dos países altamente industrializados, enfatiza que essa ordem é distinta do imperialismo clássico, com relações de poder ainda mais desiguais, porquanto o que está sendo globalizado é o poder dos Estados nacionais hegemônicos e das corporações financeiras. Ambos descartam o pessimismo que aponta para a inevitabilidade de um processo de globalização alienante, ditado por uma nova ordem mundial. Ver, a respeito, IANNI, Octávio. *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. In: *A Sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. Univ. UFRGS, 1995, p. 55-75; *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; *A sociedade global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; *Teorias da globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; e GENRO, Tarso. Direito e globalização. *Jornal do Comércio*, 12 dez. 96, p. 4.

⁸ Essa questão da emergência da sociedade global é, na realidade, uma hipótese levantada por alguns teóricos da globalização, como Ianni. Questionada por outros, é aqui adotada ilustrativamente. Isso porque não se está a assumir, desde logo, a tese de que se constituiu a *sociedade global*. Sintomas não faltam, porém, para uma leitura prospectiva a apontar para um redimensionamento das relações planetárias nesse sentido, com possíveis redes de solidariedade '*globalizadas*', por exemplo, entre trabalhadores de vários locais do planeta.

Segundo Chesnais⁹, o adjetivo *global* começou a ser utilizado no início dos anos 80, nas célebres escolas americanas de administração de empresas de Harvard, Columbia, Stanford, tendo sido popularizado por consultores de estratégia e marketing formados nessas universidades, ou que com elas tiveram contato. E os grandes industriais japoneses, cujos grupos situam-se entre os mais internacionalizados do mundo, apoderam-se da expressão para, apologeticamente, definir *sua visão do novo mundo 'triádico' que estaria nascendo, um mundo sem fronteiras, sem nacionalidade*¹⁰. Ou seja, um mundo que, incorporando a idéia de globo, de círculo compacto e uniforme, corresponderia a algo sem diferenças e, mesmo, sem sujeitos.

A globalização não importa, porém, homogeneização, mesmo porque a chamada *sociedade global* é, na realidade, o cenário mais amplo do desenvolvimento desigual, atravessada por tensões e conflitos próprios de um processo mesclado por movimentos de integração e fragmentação, globalismos e localismos, antagonismos e convergências, coletividades e individualidades. Esse processo, marcado pela *descoberta de que a terra se tornou mundo*, e de que *o globo não é mais apenas uma figura astronômica, e sim o território no qual todos encontram-se relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos*¹¹, traz perplexidades, encantamentos, temores, inseguranças provocadas por mais uma *ferida narcísica* a marcar dramaticamente o homem: a primeira, quando Copérnico descobre que a terra não é o centro do mundo; a segunda, quando Darwin diz que o homem não é filho de Deus; e a terceira, quando Freud descobre que o indivíduo é um labirinto povoado de inconsciente. Essas perplexidades e inseguranças, que abalam o modo de viver e de pensar dos homens¹², contribuem para

⁹ CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. Chesnais, ao analisar o nascimento do adjetivo global, sublinha que, em matéria de administração de empresas, o termo tinha como destinatário os grandes grupos, passando a mensagem de que, nos lugares onde lucros podem ser gerados, os obstáculos à expansão das atividades são eliminados com a liberalização e com a desregulamentação, de que os satélites possibilitam instrumentos importantes de controle e de que os grandes grupos econômicos devem reformular suas estratégias internacionais.

¹⁰ ibidem, p. 23.

¹¹ IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 13.

¹² ibidem, p. 15-19. Ianni refere às metáforas produzidas para descrever as transformações no final deste século. Entre as que elenca, elegem-se, '*aldeia global*', '*cidade global*', '*nave espacial*', '*nova babel*' e, entre as expressões usadas por diversos teóricos da globalização, '*economia-mundo*', '*sistema-mundo*', '*capitalismo global*', '*desterritorialização*', '*fim da geografia*', '*fim da história*'. Algumas denotam a crise da razão iluminista, razão esta, porém, compreendida a partir de uma leitura que despreza a visão do *Iluminismo* como portador de uma polifonia de razões e que identifica, na razão iluminista, uma razão puramente instrumental. É importante sublinhar que não se está a assumir uma certa concepção que

aprofundar a crise da razão *iluminista*, que parece chegar ao seu momento negativo extremo¹³. Num cenário desta ordem, certos estudiosos comprometidos com uma ideologia do pensamento único e com uma política econômica subordinada exclusivamente aos comandos do mercado, apontam para o fim da história, chegando ao paroxismo da dissolução do indivíduo, enquanto ator e sujeito. Nas universidades brasileiras, no meio de certos intelectuais, na classe política em geral, a *globalização* vem sendo trabalhada desde uma concepção unívoca, sincrônica¹⁴ e, mais das vezes, antimoderna. Como refere Arruda Jr.:

*no pódio olímpico do 'homo academicus' e nos currais eleitorais das elites revezam-se os adeptos da teoria do caos, da teoria dos fractais, ou os adeptos das teorias da morte (e do luto insuperável) da razão, dos 'grandes relatos', da modernidade, da ciência, dos partidos e sindicatos, das vanguardas, etc.*¹⁵

Nesse processo, passa a ser incorporada pelo *senso-comum* tradicional a idéia de que desregulamentação e flexibilização de direitos são inexoráveis para que, competindo, se possa ingressar na *modernidade* e também a de que o desemprego que avança nos países periféricos nada mais é do que um *subproduto desagradável de processos inevitáveis*¹⁶. Assim, no imaginário

identifica racionalidade normativa (leia-se, projeto da modernidade, com o conjunto de suas instituições dela resultantes e constituintes) com racionalidade instrumental (esta, ligada aos processos históricos de modernização e desenvolvimento do capital que, ao longo de sua evolução, afasta-se do horizonte conceitual da própria modernidade), porque se parte de uma idéia de modernidade não instrumentalizada, projeto que não se confunde e, tampouco, se esgota no capitalismo. Essa identificação, que abstrai do conceito de modernização idéias de completude ínsitas à modernidade, cria terreno fértil para o desenvolvimento das correntes 'pós-modernas' que apontam para a exaustão do *Iluminismo* e para o esgotamento da modernidade. A respeito, ler HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990; e ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

¹³ IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*, op. cit., p. 19.

¹⁴ Sincrônica, de [síncrono + -ia.] Masc. = sincrônico [De síncrono + -ico2.] (=) forma de abordagem dos fenômenos que considera o sistema num dado momento, independente de sua evolução no tempo. Diferente da forma de abordagem diacrônica, de [di(a)- + -cron(o)- + -ia.] Masc. = diacrônico (=) que observa os fenômenos na sua evolução no tempo (Cf. Dicionário Aurélio Eletrônico).

¹⁵ ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Os caminhos da globalização: alienação e emancipação. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 16, nota 29. A mesma referência Arruda Jr. Fêz no *Curso de atualidades do Direito do Trabalho*, UFRGS, Porto Alegre, 9 jun. 97, s.ed.

¹⁶ BATISTA JR., Paulo Nogueira. Desemprego e irresignação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 98, p. 2-2. Analisando manifestações do novo Ministro do Trabalho, Edward Amadeo, sobre o desemprego no Brasil, Batista Jr. busca desnudar a lógica de um discurso que, de forma *resignada* e *escapista*, procura fazer crer que o desemprego nada mais é do que subproduto da *globalização inexorável*. Apontando para alguns países de economia desenvolvida com taxas de desemprego relativamente baixas, Batista Jr. refere que os índices de desemprego no Brasil, cuja gravidade o Ministro busca minimizar, podem ser alterados com uma reorientação da política macroeconômica que tire o país da armadilha do crescimento baixo, na qual vem mergulhando nos últimos anos.

popular, internaliza-se a idéia de que globalização e neoliberalismo são expressões que se equivalem; de que a globalização neoliberal é a única forma de inserção no mundo globalizado. E nesse movimento, o que está sendo anunciado como indicativo de modernidade dá, na realidade, sinais de barbárie, a *barbárie neoliberal*, trazendo *resultados evidentes de um certo retorno à pré-modernidade, com a (re)tribalização e guerras religiosas em escala crescente*¹⁷.

Na realidade, a internacionalização e a mundialização são movimentos antigos, como antiga é a tendência dos homens de ultrapassar seus limites territoriais¹⁸. Desde seus primórdios, o capitalismo revela-se um modo de produção internacional. No processo da história, a partir do século XVI, seus centros dinâmicos localizaram-se na Holanda, na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, no Japão, perpassando fronteiras e continentes. A partir das grandes navegações, com os descobrimentos e a ampliação do mercantilismo, encurtaram-se distâncias visando à circulação das riquezas e das mercadorias. Nesse movimento, fronteiras foram dissolvidas, recriadas e redesenhadas¹⁹, não apenas como dado imanente à trajetória das conquistas da humanidade, mas, sobretudo, com o advento do capitalismo e seu modo de produção, fundado no jogo das forças produtivas liberadas quando do declínio do feudalismo. Assim, tem início um processo pleno de contradições e conflitos, que, ao longo da história, redesenha mapas e multiplica corporações, conglomerados, trustes, cartéis multinacionais e transnacionais²⁰. A competição e a busca de novos mercados e do lucro impulsionam as forças produtivas, estimulando os *processos de concentração do capital*²¹. O

¹⁷ ARRUDA JR., Edmundo Lima de. Os caminhos da globalização: alienação e emancipação. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*, op. cit., p. 17. Arruda Jr. indica três tipos de globalização: 1) a *neoliberal*, cuja gênese explicita uma reação progressiva aos efeitos da luta de classe à época do *New Deal* norte-americano e do *Welfare State*; 2) a *neo-keynesiana*, em países como Japão, Suécia e Áustria, que se negam a seguir as exigências do FMI quanto aos cortes públicos, investindo nas áreas sociais, ainda prioritárias; e 3) a da *cidadania mundial*, entendendo que a globalização também internacionaliza novas identidades entre trabalhadores, a demandar novas leituras da questão.

¹⁸ Cf. PINAUD, João Luiz Duboc. Estado e empresa pública. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. op. cit., p. 291-298. Cf. Pinaud, desde a Grécia Antiga (séc. IV a.C.) falava-se do *cosmopolitismo* para homenagear as transformações que Alexandre Magno impunha com suas conquistas. E a palavra *cosmopolita* (cidadão do mundo) significou a superação do *polites*, do homem da Cidade-Estado.

¹⁹ IANNI, Octávio. *As teorias da globalização*, op. cit., p. 135.

²⁰ Ibidem, p. 138.

²¹ Ibidem, p. 137.

mercantilismo, o colonialismo, o imperialismo superam fronteiras geográfico-históricas. E numa referência a Marx:

*Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais extenso é o mercado em que circula, mercado este que constitui a trajetória espacial de sua circulação, tanto mais tende simultaneamente a estender o mercado e a uma maior anulação do espaço através do tempo [...] Aparece aqui a tendência universal do capital, o que o diferencia de todas as formas anteriores de produção*²²

Na medida em que o capitalismo se desenvolve, o capital adquire maior relevância. Sob formas renovadas²³, apresenta-se no final do século XX com características globais, redesenhado pela supremacia do capital financeiro. O que já se anunciava nos primeiros tempos do capitalismo, revela-se claro no século XIX e mais ou menos avassalador no XX²⁴. O que Marx observara em seu tempo, generaliza-se, com contornos atuais. Ou seja, altera-se o funcionamento das grandes empresas e do sistema financeiro²⁵. O poder do capital financeiro internacional marca, de tal modo, a economia mundial que

²² MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (Borrador), 1857-1858, México: Siglo Veintiuno, 1971-1976, 2v., p. 30-31, tradução da autora.

²³ Com a crise econômica de 1929, é assinalada a passagem de um capitalismo predominantemente liberal para um capitalismo *dirigido* ou *regulado*, configurando-se um quadro sócio-econômico com os seguintes contornos, entre outros: a) modelo fordista-keynesiano de acumulação e controle do trabalho, combinando o *fordismo* (em referência a Henry Ford, industrial americano que, em sua fábrica de automóveis, adotou esteira rolante na linha de produção), com políticas keynesianas (em referência a John Maynard Keynes), definidas, basicamente, pela afirmação da importância do gasto público para promover o pleno-emprego (para Keynes, não é a rigidez dos salários impulsionada pela ação sindical que provoca queda na atividade econômica, mas sim a falta de demanda efetiva que pode, inclusive, ser ocasionada pelos baixos salários) e através das quais o Estado regula social, jurídica e politicamente a economia e investe; b) ampliação das funções sociais do Estado em áreas como saúde, educação, previdência e seguro-desemprego; e c) crescimento de trabalhadores em funções públicas e das classes médias. A partir de meados da década de 70, com a crise do *modelo fordista* de acumulação, passa a ser constituído outro, denominado por Harvey de *'capitalismo de acumulação flexível'* (HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 305). Se, por um lado, este modelo aponta para a flexibilização, desregulamentação e horizontalização da produção, por outro, concentra poder nas mãos do grande capital, o que, com o processo da globalização, passa a ameaçar os Estados Nacionais. Não se trata, porém, de um movimento linear e, tampouco, permeado por situações estanques.

²⁴ IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. op. cit., p. 141.

²⁵ Cf. SILVEIRA, Carlos Eduardo Fernandez. *Tecnologia e competitividade na economia brasileira*. São Paulo, 1998, s.ed., a oligopolização dos mercados na fase da chamada *'globalização'* prosseguiu em escala mundial provocando fusões, incorporações, formação de alianças estratégicas entre os grandes grupos, enfraquecendo poder de negociação dos países. Mas, segundo ele, se, de um lado, é reduzido o poder de negociação diante do poder financeiro, tecnológico e, mesmo, político das empresas multinacionais globalizadas, de outro, a capacitação tecnológica de um país torna-se elemento essencial para atrair estas atividades para si. Os países melhor constituídos em termos de seus sistemas nacionais de inovação tendem a apresentar melhores condições de atratividade destas atividades, reforçando a competitividade ("não-espúria") de suas empresas. E os mais atrasados, ao contrário, tornam-se ainda menos atraentes e, com isto, são marginalizados dos principais fluxos de inovação.

*as finanças internacionais tornam-se capazes de operar sobre a base de redes internacionais, e em tempo contínuo*²⁶.

No mundo do trabalho, ainda que seja prematuro afirmar que o *fordismo* tenha sido substituído pelo *toyotismo*²⁷, é correto dizer que formas de produção mais flexibilizadas têm dominado o sistema produtivo. Visando ao maior controle do processo do trabalho, num mundo globalizado e de capital flexível, são introduzidas novas formas de organização da produção, com maquinárias e reengenharias que alteram o chão da fábrica. E o *toyotismo*, aparentemente menos alienante do que as linhas de montagens fordistas, apropria-se do subjetivismo do trabalhador, interferindo na sua capacidade de organização. Assim, apresenta grande potencial alienador, ampliando as inseguranças do mundo do trabalho. Além disso, os indivíduos, pressionados pelo desemprego, pela insegurança que decorre da precarização das relações sociais e de trabalho e descrentes de um Estado que, empiricamente, perde seu potencial regulador, são destituídos do princípio da esperança e da capacidade de organização coletiva, criando-se ambiente propício para que uma onda conservadora tome conta do imaginário popular²⁸.

O neoliberalismo, como questão política, *diz respeito à vida prática, envolvendo milhões e milhões de pessoas, mas tem exigido esforço teórico para compreendê-lo em todas as suas implicações sociais, culturais e*

²⁶ MATTOSO, Jorge. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. op. cit., p. 40.

²⁷ Não se pretende aprofundar o tema do *fordismo* e do *toyotismo*, trabalho que extrapolaria os objetivos desta dissertação. Segundo Stephen Wood, *toyotismo, japonização e just-in-time* são termos que entram na sociologia do trabalho. O *toyotismo* é usado, particularmente, para indicar a inovação da produção *just-in-time*; *japonização* para indicar processo de difusão de novo paradigma organizacional. Muitos dos métodos do sistema *just-in-time* devem-se à Toyota, consistindo seu ponto forte; não há estoques e é suprimido o *manager*, introduzido pelo taylorismo. O *toyotismo* engloba o círculo de controle de qualidade - CCQ -, desenvolvido no Japão. Com esse sistema, os engenheiros do chão da fábrica e os *managers* deixam de ter papel estratégico; a produção passa a ser controlada por grupos de trabalhadores. As *células autônomas* responsabilizam-se pelo núcleo. Os trabalhadores dessas células têm sua estrutura salarial ligada ao resultado do grupo, com adicional pago em função da produtividade. Se um trabalhador não executa sua tarefa, todo grupo é prejudicado, com perda de abonos, estabelecendo-se esquema competitivo dentro da própria célula, provocador de cisão entre seus componentes. Ver WOOD, Stephen J. *Toyotismo e/ou japonização*. In: HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993, p. 49.

²⁸ Cf. OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 24-28. Remete-se às reflexões de Francisco de Oliveira, em seminário organizado pelo Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 13 e 16 set. 94, apontando para o que entende ser a maior letalidade do programa neoliberal: a destruição da esperança e das organizações sindicais, populares e dos movimentos sociais com capacidade dar resposta à ideologia neoliberal no Brasil.

econômicas²⁹. Para Therborn, significa um conjunto particular de receitas econômicas e de programas políticos que começam a ser adotados na década de 70³⁰. Para Perry Anderson, trata-se de uma doutrina coerente³¹. Inserido num contexto de crise do capital, aparece como reação teórica e política aos avanços das conquistas sociais dos trabalhadores, nos planos jurídicos e políticos, no período do *welfare state*³², quando houve melhor distribuição de rendimentos e maior segurança no emprego. E esse neoliberalismo, fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado, obedece às necessidades do capital no sentido de reativar o processo de acumulação³³. Nascendo da crítica, sobretudo econômica, ao estado de bem-estar social³⁴, acaba por consistir em um modelo que se distancia do ideal de Estado moderno.

²⁹ ARRUDA JR. Edmundo Lima de Arruda Jr. Modernidade jurídica e projeto neoliberal. III Encontro Internacional de Direito Alternativo, Florianópolis, 17 out. 96, s.ed.

³⁰ Cf. Göran Therborn, em debate realizado no seminário *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*, UERJ, Rio de Janeiro, 13 e 16 set. 94. A respeito, ver ANDERSON, Perry, THERBORN, Göran, BORÓN, Atílio, SADER, Emir e SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. op. cit., p.139.

³¹ Perry Anderson sublinha que, do ponto de vista intelectual, o neoliberalismo é uma força muito mais formidável do que Göran parece disposto a admitir. Não deixa de reconhecer, no entanto, que a verdadeira doutrina neoliberal, tanto na versão austríaca como na de Chicago, nunca foi integralmente implementada por qualquer governo (ver ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atílio; SADER, Emir; SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: BORÓN, Atílio; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. op. cit., p. 148).

³² SANTOS, Boaventura de Souza. *O estado e a sociedade em Portugal: 1974-1988*. Lisboa: Afrontamento, 1990, p. 193-213. Neste texto, Boaventura refere-se ao estado-providência como resultado de um pacto entre Estado, capital e trabalho, em que os capitalistas renunciavam, no curto prazo, parte de sua autonomia e de seus lucros e os trabalhadores, parte de suas reivindicações (as referentes à subversão da sociedade capitalista e à sua substituição pela sociedade socialista); essa dupla renúncia é gerida pelo Estado, que transforma o excedente libertado - recursos financeiros oriundos da tributação do capital e dos rendimentos salariais - em capital social, que passa a assumir duas formas básicas: 1) investimento social; e 2) consumo social. O Estado, gestor do sistema, afirma-se como portador de interesses gerais, acima dos particulares das diferentes classes, com suporte na idéia de compatibilidade entre crescimento econômico e políticas sociais, acumulação e legitimação, com ampliação das despesas sociais.

³³ Localizam-se em Perry Anderson os aportes teóricos para desenvolvimento do tema do neoliberalismo. Ver ANDERSON, Perry. Balance del neoliberalismo: lecciones para la izquierda. In: <http://www.logicnet.com.mx/~jesuspc/rev8/balance.html>, 26 dez. 96, às 3h37min (texto apresentado em conferência na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, set. 95); e ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. op. cit., p. 9-23.

³⁴ O Estado de bem-estar social é definido pela participação ativa do Estado na promoção das condições de bem-estar da população, combinando o uso da política fiscal progressiva (maior tributo relativo para quem ganha mais) e aplicação de recursos assim obtidos em áreas como saúde, educação, habitação, seguridade social, seguro-desemprego. Os países desenvolvidos têm combinado uma política econômica keynesiana - que se define, em síntese, pela afirmação da importância do gasto público na promoção do pleno-emprego na economia capitalista, entendido o desemprego como uma insuficiência da demanda efetiva (composta dos gastos de consumo privado, do investimento privado e das despesas governamentais) - com propostas políticas de fundamento social-democrata.

Prosseguindo-se na tentativa de enunciar algumas ambigüidades conceituais que certos termos apresentam, remete-se à questão da democracia. Nesse aspecto, é importante enfatizar o contexto em que, na sociedade brasileira, se processa sua consolidação. Análises importantes têm sido feitas sobre os caminhos que podem conduzir à democratização, em especial nas sociedades periféricas³⁵, observadas as formas como nelas se processa a transição política; os obstáculos que se interpõem nesse processo maculam-no de incertezas quanto ao futuro. O'Donnell³⁶, implicado no estudo da *transição*³⁷ dos regimes autoritários em direção a *alguma outra coisa*, fala em *democracias incertas* e aponta que essa *outra coisa* pode ser tanto a instauração de uma *democracia política*, como a restauração de uma nova forma, possivelmente mais severa, de *regime autoritário*. Não abandona, por outro lado, a possibilidade de um desenlace confuso, com sucessão de governos sem condições de responder, de forma minimamente satisfatória, o problema da institucionalização do poder político.

Desde a óptica deste trabalho, a conquista da democracia não repousa, exclusivamente, na observância de um conjunto de regras inscritas no ordenamento jurídico. Ou seja, uma concepção *minimalista*³⁸ que a reduz ao seu aspecto meramente formal. Sem se deixar de sublinhar a importância dos valores do liberalismo como o sufrágio universal, a liberdade de expressão, o direito de ir e vir, o funcionamento das instituições públicas de representação e o respeito às regras constitucionalmente asseguradas, indispensáveis para o processo em referência e para a consolidação das liberdades democráticas em sua forma moderna³⁹, adota-se um conceito *substantivo* da democracia, esta considerada como valor universal⁴⁰. Democracia é, sobretudo, a possibilidade

³⁵ Ver WOLKMER, Antônio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994, p. 71. No mesmo sentido, utiliza-se, aqui, a expressão.

³⁶ O'DONNELL, Guillermo. Introducción de la incertidumbre. In: O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. *Transiciones desde un gobierno autoritario 4: conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas*. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 1994, p. 15.

³⁷ *ibidem*, p. 19-20. Transição, entendida como intervalo de um regime político para outro.

³⁸ Cf. BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 8.

³⁹ Não se pode esquecer que estas e outras tantas liberdades democráticas tiveram as condições de sua gênese nos movimentos populares do Terceiro Estado contra o absolutismo. O próprio Gramsci, nos escritos juvenis, sem deixar de apontar que as idéias do liberalismo são, para a burguesia, idéias-limite, assinala que, para o prolateriado, são idéias-mínimas (GRAMSCI, Antônio. Três princípios, três ordens. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo. *Convite à leitura de Gramsci*. RJ: Achimé. s.d., p. 92-96). Sobre democracia, ler COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

⁴⁰ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. Op. Cit., p. 18-28. Nesta obra, buscando compreender a realidade brasileira para, e a partir dela, analisar as possibilidades do

de o conjunto da sociedade tomar decisões políticas ao nível do poder, com mecanismos que possibilitem esse real deslocamento e que permitam a constituição de uma sociedade que a todos possa incorporar.

Feitas tais considerações, sublinha-se que o fenômeno da globalização, na perspectiva do neoliberalismo, remete à flexibilização e à desregulamentação de direitos e, lançando massas de trabalhadores no mercado informal sem qualquer tipo de tutela, provoca alienante cisão da classe trabalhadora e agrava o fenômeno da exclusão social⁴¹. Evidenciando-se dramático aumento da desigualdade entre o Norte e o Sul do planeta, os crescentes índices de desemprego apresentados pelos países que aderem à globalização com esses contornos justificam sejam pensadas formas de superação da dualidade incluídos x sobrantes⁴², com eixo na afirmação da democracia radical. É com base nesses aportes iniciais que se pretende enfrentar o objeto deste estudo. E é no contexto de uma sociedade como a brasileira, cujos indicadores apontam para a fragmentação de seu tecido social e para um Estado⁴³ que, empiricamente, se tem mostrado inapto a implementar políticas públicas universalizantes - terreno fértil para a corrosão do princípio da esperança⁴⁴ e para o êxito da ofensiva neoliberal⁴⁵ -, que,

socialismo, fala na *democracia* como um *valor universal*. Resgatando Luckács, que prefere utilizar o termo *democratização* por se tratar, ontologicamente, de um *processo* e não de um *estado*, Coutinho sustenta que essa *democratização* se torna um *valor* na medida em que contribui para explicitar e desenvolver os componentes essenciais do homem apontados por Marx, quais sejam: trabalho, socialização, universalidade, consciência e liberdade, já que *valor* é tudo o que contribui para o enriquecimento desses componentes, em qualquer esfera do ser social e em relação à situação de cada momento. Assim, justifica seja agregado ao substantivo *valor* o qualificativo *universal*, porquanto as objetivações democráticas são capazes de promover esse enriquecimento em diferentes formações econômico-sociais.

⁴¹ Sobre a exclusão, remete-se a OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: *Revista Praga Estudos Marxistas*, São Paulo, n.4, dez. 97, p. 31-42, em que aponta para a exclusão dos dominados como característica central da contradição latino-americana, posta em marcha pelas políticas econômicas neoliberais; um *apartheid*, em que proteção social se transforma em *custo Brasil* e direitos conquistados em obstáculo ao desenvolvimento econômico.

⁴² Remete-se ao sistema dual e à terminologia utilizada por Robert Dahl (ver WEFFORT, Francisco. Um sistema dual: os integrados e os marginalizados. In: *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 22-23). De acordo com esse sistema, os *integrados* - *incluídos* - são localizáveis na sociedade, com participação e espaços próprios, sendo-lhes assegurados mecanismos de inserção e influência; os *marginalizados* - *excluídos* ou *sobrantes* - ficam de fora, sem espaço de participação. É importante assinalar que se trata, apenas, de um apelo à terminologia usada por Dahl para descrever os distintos sistemas de poder. Não se está, com esse apelo, adotando suas concepções em relação à democracia e às prospecções quanto ao seu futuro, muito menos quanto às perspectivas teóricas da poliarquia, aprofundas no livro DAHL, Roberto A. *La democracia y sus críticos*. 2 ed. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 1993.

⁴³ Assinala-se que palavra Estado não está sendo utilizada como conceito, mas como sistema político historicamente localizado; no caso, a formação social brasileira atual.

⁴⁴ Ver no item a seguir a referência que se faz à obra de Ernest Bloch, *O princípio esperança*.

⁴⁵ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.

armando-nos da força de alma que [...] permita vencer o naufrágio de todas as esperanças⁴⁶, se indaga: *será o Poder Judiciário descartável?* E, em não o sendo, passa-se a questionar: *que tipo de tensão deve se dar para que o Judiciário participe de um processo humanizador, rumo à constituição da democracia no país, tomada esta como valor universal?*

Num momento de relativo esgotamento do Estado regulador, repensá-lo sem abandonar a força das realidades locais e sem abdicar de um projeto de nação com vistas à retomada de ações concretas com propósitos universalizantes⁴⁷, fundadas no ideal de Justiça, é apostar na democracia e no cumprimento das promessas de progresso, dignidade e solidariedade, filhas da *Ilustração*⁴⁸. Esse é o projeto da modernidade, sonho que impulsiona à vida e do qual a humanidade ainda não despertou. Nele, por certo, inclui-se o da construção de uma sociedade mais igualitária e de um Poder Judiciário comprometido com a democracia⁴⁹. ***Utopia? Sim, mas compreendida no sentido positivo de um projeto que, no processo da história, possa vir a ser concretizado***⁵⁰.

Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. op. cit., p. 24-28. Em outro texto (*Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda*, op. cit., p. 31-42), analisando os efeitos da avalanche neoliberal no Brasil, Franciscode Oliveira fala das armadilhas da 'falsa consciência' da desnecessidade do Estado, do extravasar de uma subjetividade antipública que alavanca uma ideologia antiestatal, produzindo desprezo pela esfera pública e da divisão que se opera entre o econômico e social, em espaços que não se comunicam dialeticamente. E, no sentido oposto da tematização de Gramsci sobre hegemonia (que supõe integração dos dominados no campo semântico dos dominantes, abrindo caminho à contestação e à elaboração da contra-hegemonia), o processo exclui os dominados do campo semântico dos dominantes, instalando-se uma realidade des-democratizadora que se transmuda em totalitarismo

⁴⁶ WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 124.

⁴⁷ Invocam-se textos que, entre outros, refletem essa preocupação: GENRO, Tarso. Um Projeto para um Programa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 94, p. 13; Entre a Solidão e a Solidariedade, *Folha de São Paulo*, 14 abr. 96, p. 5-3; O Novo Espaço Público: 21 Teses para a criação de uma política democrática e socialista, *Folha de São Paulo*, 9 jun. 96, p. 5-3. Genro, tal como Fredric Jameson, mergulha criticamente na lógica da pós-modernidade, buscando alternativas que possibilitem a reconstrução de um imaginário que acredite na força transformadora de ações políticas e culturais, no sentido de uma sociedade menos desigual.

⁴⁸ A Ilustração é o movimento filosófico que se desenvolveu no século XVIII em torno dos enciclopedistas, desembocando na Revolução Francesa.

⁴⁹ Sublinha-se a importância de um Poder Judiciário comprometido com o ideal de Justiça, este constituinte do projeto da modernidade; um Poder Judiciário que materialize esse ideal.

⁵⁰ Ou seja, utopia vista como motor da história, correspondendo a algo que seja possível de vir a ser concretizado, como será melhor abordado no item a seguir. Essa referência faz lembrar uma passagem do Fausto, de Goethe (GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991). Estando Fausto num momento difícil e de muitos questionamentos, prestes a suicidar-se, passa a ouvir o intenso badalar dos sinos; era Páscoa! Então, lembrando-se da infância, revisita suas origens e sua família. Assim, retomando-se enquanto individualidade e enquanto ação, abandona a idéia de morte e, com forças renovadas, adquire capacidade de superar, inclusive, Mephistófoles. Metáfora das possibilidades humanas de auto-superação, leitura fascinante, que possibilita um inesquecível mergulho no sonho *faústico* e *iluminista* do progresso.

3. O sonho da modernidade: *ontem, hoje e amanhã*

O passado é interessante não somente pela beleza que dele souberam extrair os artistas para quem constituía o presente, mas igualmente como passado, por seu valor histórico. O mesmo ocorre com o presente. O prazer que obtemos com a representação do presente deve-se não apenas à beleza de que ele pode estar revestido, mas também à sua qualidade essencial de presente. (BAUDELAIRE, Sobre a modernidade)

Pode acontecer então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante: lembrar os modernistas do século XIX talvez nos dê visão e a coragem para criar os modernistas do século XXI [...] Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades - e nos homens e mulheres modernos - de amanhã e do dia depois de amanhã. (MARSHALL BERMAN, Tudo o que é sólido desmancha no ar)

A palavra sonho é normalmente utilizada em referência aos fenômenos psíquicos que ocorrem durante o sono. Neste trabalho, é empregada em um sentido positivo de desejo intenso, de idéia dominante perseguida com paixão. A palavra utopia, que, etimologicamente, corresponde ao não-lugar, irmana-se aos sonhos. Comumente empregada no sentido de um projeto irrealizável, pode, no entanto, ser compreendida desde um sentido positivo, correspondendo a algo que, no processo da história, seja possível de vir a ser concretizado. Em sua acepção positiva, pode remeter tanto a uma situação ideal, em que vigoram normas e/ou instituições políticas mais aperfeiçoadas, como, também, se relacionar a uma *esperança crítica* que, articulada com um projeto de constituição de novas práticas - este, síntese de uma nova concepção ética das relações que concretamente se estabelecem na sociedade -, busque negar formas de relações humanas fundadas na alienação e na dominação⁵¹. Thomas Morus, em sua *Utopia*⁵², escrita em 1515, apresenta-nos uma sociedade fundada numa idéia de justiça intimamente ligada à constituição de uma sociedade sem classes, em que a propriedade privada e o poder do dinheiro são abolidos, uma sociedade em que justiça e felicidade pressupõem uma ordem econômica baseada na igualdade; ou seja, um lugar ideal, um *topos* idealizado. No século XX, Ernst Bloch, em *O princípio esperança*, integrando *esperança* a um projeto mais amplo de uma *filosofia da práxis*, fala de uma *utopia concreta*⁵³, que, ligando a

⁵¹ Cf. MÜNSTER, Arno. *Ernest Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 11-37.

⁵² *Utopia*, de Thomas Morus, é um livro clássico do Renascimento. A respeito, remete-se à leitura de MORO, Tomás. *Utopia*. Madrid: Alianza Editorial. El Libro de Bolsillo, 1984.

⁵³ Ver MÜNSTER, Arno. *Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*, op. cit., p. 24-25.

dimensão da esperança aos conceitos de *práxis* e *utopia*, pode redefinir o quadro de uma consciência antecipadora e de sua função utópica, no sentido de *sonhar-para-adiante*; ou seja, *um topos da atividade humana orientada para um futuro [...]*⁵⁴. O nascimento do que se convencionou chamar *espírito moderno* é fruto de uma tensão que se dá entre a subjetividade do homem como indivíduo - a partir da consciência que adquire de sua individualidade - e a objetividade do mundo. Percebendo-se sozinho diante dessa objetividade e sentindo-se ameaçado em sua subjetividade, o homem moderno projeta-se prospectivamente para além de seus limites, no desejo intenso de alterar o mundo que o cerca. A utopia, idéia que está na base da modernidade, é produzida por essa tensão⁵⁵.

Marshall Berman, David Harvey e Sérgio Paulo Rouanet escrevem sobre a modernidade e mostram como é atual o seu sonho. Baudelaire, em *O pintor da vida moderna*⁵⁶, referindo-se à modernidade como sendo *o transitório, o efêmero, o contingente; é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável*⁵⁷, aponta para um sentido de tensão expresso nos elementos contraditórios que se conjugam: o *efêmero* e *fúgido* e o *eterno* e *imutável*. Harvey, trazendo essa conjugação para o campo da estética, mostra que a história do modernismo⁵⁸ também tem oscilado de um lado para outro dessa formulação dual e, armado com esse sentido de tensão de Baudelaire, pensa que se pode *compreender melhor alguns dos sentidos conflitantes atribuídos ao modernismo*⁵⁹. Segundo ele, foram os pensadores *iluministas* que geraram uma resposta filosófica e prática a essa tensão, na busca de um sentido de coerência.

O chamado projeto da modernidade entra em cena no século XVIII, equivalendo a um esforço intelectual dos pensadores *iluministas* para *desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e lei universais e a arte autônoma*

Segundo Münster, o conceito de *utopia concreta*, forjado por Ernst Bloch no livro *O princípio esperança*, publicado em 1959, não mais consiste um *topos* idealizado, mas um *topos* da consciência humana orientada para o futuro.

⁵⁴ *ibidem*, p. 25.

⁵⁵ Cf. WEIGERT, Sérgio. Razão e Modernidade: notas ao pensamento de Sérgio Paulo Rouanet. Paris 8-Saint-Denis. Anthropologie et Sociologie du Politique. CAPES, 1994-95. s.ed., 154 p. Trata-se de tese defendida em Paris, em 1995, sendo orientador Michael Löwy.

⁵⁶ BAUDELAIRE, Charles. O pintor da vida moderna. In: COELHO, Teixeira (Org.) *Sobre a modernidade/ Charles Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

⁵⁷ *ibidem*, p. 25.

⁵⁸ Caráter do que é moderno, em referência ao movimento que se dá no campo das artes em geral: da literatura, das artes plásticas, da arquitetura e da música.

⁵⁹ HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. op. cit., p. 21.

nos termos da própria lógica interna destas⁶⁰. A idéia era de progresso rumo à emancipação e à libertação das irracionalidades da religião, da superstição e dos arbítrios do poder, através do desenvolvimento de modos racionais de pensamento e formas racionais de organização social. Utilizando o acúmulo de conhecimento gerado pelo trabalho livre e criativo de muitos, esses pensadores buscavam a revelação das qualidades imutáveis da humanidade, do ponto de vista mais universal. Com essa lógica, os *iluministas* procuraram dessacralizar o conhecimento e as formas de organização social. Na medida em que saudaram a criatividade e as descobertas científicas em nome do progresso, *acolheram o turbilhão de mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado*⁶¹, projeto esse centrado na liberdade, na igualdade e na crença na inteligência humana e na razão universal.

A visão da vida moderna tende a bifurcar-se em dois planos: o material e o espiritual. Essa dualidade dificulta a compreensão da riqueza da modernidade, marcada pela fusão de suas forças materiais e espirituais e pela interdependência entre o indivíduo e o ambiente moderno, o que é vivamente percebido por escritores e pensadores que a ela se dedicaram, como Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoiévski, entre outros, segundo Marshall Berman⁶².

Berman fala de Baudelaire e da modernidade nas ruas da Paris, na segunda metade do século XIX, resgatando poéticas passagens do poema *Os olhos dos pobres*⁶³. Nele, Baudelaire revela, por um lado, as queixas de um apaixonado que assume momentâneo sentimento de ódio pela amada quando, num final de tarde, num recém-inaugurado café da Avenida Haussmann, sente de forma diferente a presença de uma família de pobres, com os *olhos esbugalhados*. Por outro, desnuda as contradições da cidade, expressas nos novos espaços abertos, nas novas ruas rasgadas, no abismo entre distintos mundos, cuja existência não mais pode ser negada a partir das *modernas* avenidas que, cortando a cidade, integram miséria e riqueza. Num final de tarde, sentados em frente ao novo café, na esquina de um *boulevard* que acaba de nascer e que demonstra seus infinitos esplendores, um casal de

⁶⁰ *ibidem*, p. 23.

⁶¹ *ibidem*.

⁶² BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁶³ Ver BAUDELAIRE, Charles Pierre. *Petits poèmes en prose; pequenos poemas em prosa*/Charles Pierre Baudelaire. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996, p. 135-137.

namorados expressa suas diferenças ideológicas. Esse novo *boulevard* foi, segundo Berman, a *mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional*⁶⁴.

O século XX, com seus campos de concentração, guerras e barbárie, coloca em cheque essa visão. Nas últimas duas décadas, o pós-moderno torna-se conceito que não pode ser ignorado para que possa ser questionado⁶⁵. Harvey, refletindo dialeticamente, registra haver uma preocupação pós-moderna, fruto de uma situação fragmentada, mais com o significante do que com o significado; com a performance, com o *happening*, ao invés do objeto de arte acabado; mais com as aparências superficiais do que com as raízes, reduzindo a experiência a uma série de presentes puros, não relacionados com o tempo⁶⁶. Mesmo não se ignorando essa realidade e reconhecendo-se que as promessas da modernidade não foram cumpridas e que a visão otimista do *Iluminismo* parece sufocada por uma realidade opressiva e alienante, não se vislumbra ruptura tal a justificar se afirme o ingresso na pós-modernidade⁶⁷. Para Rouanet, a consciência pós-moderna:

*quer exorcizar uma modernidade doente, e não construir um mundo novo, embalado em seu berço pelo bip de uma utopia eletrônica. Ela tem razão quando critica as deformações da modernidade [...]. Porém, não tem razão em distanciar-se da própria modernidade. Pois ela representou, como vimos, perda de liberdade, mas também um ganho de autonomia. Foi a modernidade que liberou forças sociais que permitem ao homem organizar sua vida sem a sanção religiosa e sem o peso da autoridade [...]. Não é possível lutar contra a modernidade repressiva senão usando os instrumentos de emancipação que nos foram oferecidos pela própria modernidade: uma razão autônoma, capaz de desmascarar as pseudolegitimações do mundo sistêmico, uma ação moral determinada, que não depende de autoridades externas, e uma ação política consciente, baseada em estruturas democráticas que pressupõem uma razão crítica e uma vontade livre*⁶⁸.

⁶⁴ BERMAN, Marshall, op. cit., p. 145.

⁶⁵ HARVEY, David. op. cit., p. 45. Remete-se, também, a JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996. Jameson, crítico marxista americano, trata das implicações culturais, políticas e sociais do pós-modernismo em tempos de capitalismo globalizado e, mergulhando na lógica da pós-modernidade, busca, por dentro dela, pensar historicamente o presente numa época em que muitos já esqueceram como pensar dessa forma.

⁶⁶ *ibidem*, p. 57.

⁶⁷ Mesmo Lyotard, que fala da morte dos *grande relatos*, daqueles que marcam a modernidade – emancipação progressiva da razão e da liberdade, enriquecimento da humanidade através do progresso da tecnociência capitalista (LYOTARD, Jean-François. *La condición posmoderna*. Madrid: Cátedra, 1984) -, e que afirma que o projeto moderno de realização da universalidade foi destruído, indicando 'Auschwitz' como referência paradigmática da sua não realização trágica, refere: *El posmodernismo así entendido no es el fin del modernismo sino su estado naciente, y este estado es constante* (LYOTARD, Jean-François. *La posmodernidad (explicada a los niños*. 2.ed. Barcelona: Gredisa, 1986, p. 23),

⁶⁸ ROUANET, Sérgio Paulo. A Crise de Modernidade. In: *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 25.

Reconhecem-se ambigüidades no próprio projeto da modernidade⁶⁹. Admitem-se dilemas e dificuldades na sua implementação, tais como alienação, destruição, individualismos e aumento da exclusão social⁷⁰. No entanto, mesmo que não se negue haver nele ambivalências e ainda que se admitam contradições no curso de séculos de sua história - alimentadas por grandes descobertas, industrialização da produção, explosão demográfica, crescimento urbano perverso, mercado capitalista mundial em expansão -, reafirma-se a atualidade de seu sonho⁷¹.

E isso Rouanet percebe quando, em poética passagem, entendendo necessário substituir as fantasias pós-modernas, que supõem uma ruptura que não houve, por uma perspectiva que reencontre as forças transformadoras oferecidas pela modernidade, a esta se refere, dizendo: *ela continua dormindo, e o sonho pós-moderno, por mais banal que seja, é o prolongamento do sonho da modernidade, e essa é a melhor demonstração de que não existe ruptura entre duas épocas*⁷². Até porque, e retomando-se Berman, ser moderno é:

*encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...]. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, tudo o que é sólido desmancha no ar*⁷³.

⁶⁹ A respeito das ambigüidades presentes no projeto da modernidade, resgata-se a referência que se fez na introdução deste trabalho à obra de WAGNER, Peter. *Sociologia de la modernidad: libertad y disciplina*. Barcelona: Herder, 1997. Neste atualíssimo livro, apontando para a tensão marcada entre liberdade, por um lado, e submetimento, por outro, e analisando as transformações profundas pelas quais passam as sociedades modernas neste final de século, Wagner, longe de se aliar àqueles que apontam para o *fim da modernidade*, para o *fim da história*, para o *fim do sujeito*, fala de uma necessária redefinição do projeto.

⁷⁰ Como refere Harvey (HARVEY, David, op. cit., p. 26), o arquétipo literário desse dilema é o Fausto, de Goethe, herói épico preparado para destruir mitos religiosos, valores e modos de vida tradicionais, no sentido da construção de um novo mundo a partir do antigo; figura trágica que sintetiza pensamento e ação em movimento para a criação de um novo cenário através de sublime realização espiritual metafórica, contendo a potencialidade da libertação humana.

⁷¹ Ao se apontar para a atualidade desse sonho não se está a afirmar que a modernidade é um fim em si mesma e, tampouco, estanque. Ao contrário, assinala-se a ambigüidade do moderno. E toda a proposição deste trabalho, no sentido da importância de uma abordagem crítica da realidade para, a partir dela, ser construída uma nova lógica que, inserida no processo não linear da história, possa dar conta dos dilemas do mundo moderno neste final de século, traz implícita a idéia de que o sonho que ilumina o projeto da modernidade deve ser relido, no sentido de negação/superação. A propósito da modernidade, remete-se à tese de Sérgio Weigert, referida em nota anterior, merecedora da mais urgente publicação. Num verdadeiro ajuste de contas com o pensamento de Paulo Sérgio Rouanet, Weigert desnuda seus limites, tornando clara a inexistência de um nexos efetivo entre o seu pensar e práticas políticas que possibilitem concretizá-lo (WEIGERT, Sérgio. *Razão e Modernidade: notas ao pensamento de Sérgio Paulo Rouanet*. op. cit., s.ed.).

⁷² ROUANET, Paulo Sérgio. op. cit., p. 25.

⁷³ BERMAN, Marshall. Modernidade: ontem, hoje e amanhã. In: BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. op. cit., p. 15.

E Harvey, na reflexão que faz sobre o sentido da modernidade em Baudelaire, resgata valores importantes do pensamento Iluminista, registrando que o *Iluminismo*:

*abraçou a idéia de progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões [...] Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado*⁷⁴.

A visão era otimista. As promessas eram de igualdade, liberdade e fé na inteligência humana, com vistas à razão universal⁷⁵.

3.1 O sonho da modernidade: *rápida resenha*

Antígona, para enterrar Polinices, enfrentou a positividade. Invocando leis não escritas e imutáveis, apontou para o justo por natureza; agiu em nome de uma lei não particular e transcendente⁷⁶. Ainda que o termo Direito Natural apresente vertentes distintas, as idéias de imutabilidade e universalidade de princípios metatemporais, acessíveis aos homens através da razão, da intuição ou da revelação, perpassam esse paradigma do pensamento. Nele, a função básica do Direito não é comandar, mas qualificar as condutas como boas ou más, justas ou injustas, vinculando norma e valor (Direito e moral). Nos séculos XVII e XVIII, o jusnaturalismo procurou dar resposta ao deslocamento

⁷⁴ David Harvey, falando sobre modernidade (HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. op. cit., p. 23).

⁷⁵ Importante, em face dos propósitos deste trabalho e da postura crítica que se procura nele adotar, assinalar que não há uma leitura única da *Ilustração* e do *Iluminismo*. O que se registrou em relação à modernidade, em nota anterior, aplica-se à *Ilustração* e ao *Iluminismo*. Ou seja, busca-se uma releitura dialética que possibilite se retire da *Ilustração*, por exemplo, todo um sentido capaz de constituir uma utopia moderna. Mesmo porque, segundo Sérgio Weigert, a retomada de uma utopia moderna não pode decorrer de um reencontro genérico com a figura histórica da *Ilustração*, encontro esse que não se processa sobre um terreno virgem, mas se realiza sobre as cicatrizes da história percorrida. Segundo ele, é na crítica do mundo formal, no qual o liberalismo esbarra, que se pode fundar a utopia moderna da *Ilustração*; o seu novo ponto de partida deve ser o ponto de chegada alcançado anteriormente. Ver WEIGERT, Sérgio. *Razão e Modernidade: notas ao pensamento de Sérgio Paulo Rouanet*. op. cit., s.ed.

⁷⁶ Antígona é personagem de Sófocles. Em resposta a Creonte, que a acusava de estar descumprindo a lei do Estado por enterrar seu irmão Polinices, evocou leis não escritas do Céu, mais justas e que não morrem. Hoje, em tempos de neoliberalismo e numa sociedade como a brasileira, certamente Antígona, simbolizando a resistência à barbárie, evocaria a Lei dos homens a ser respeitada - a Constituição Federal - como a que corresponderia ao Justo.

do objeto do pensamento da natureza para o homem, operado na modernidade. Esse paradigma, porém, foi sendo gradualmente corroído pelo processo histórico, com o aparecimento do Estado Moderno.

Contra a fragmentada estrutura feudal, ergueu-se radicalmente a Revolução Francesa. A nova burguesia triunfou. E desse processo surgiu, no final do século XVIII e início do século XIX, o positivismo como *utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, para tornar-se, no decorrer do século XIX, até nossos dias, uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida*⁷⁷. Na generosa utopia positivista de Condorcet e Saint-Simon, inseparável do combate à ordem feudal-absolutista, subsumia-se a idéia de leis naturais da vida social e de uma ciência da sociedade constituída de acordo com o modelo das ciências da natureza. Assim, foram constituídas regras de proteção aos indivíduos contra o arbítrio do Estado; regras que nortearam a vida moderna, informadas pelo princípio da igualdade de todos perante a lei e da liberdade como um valor essencial. O positivismo moderno descendeu da filosofia do Iluminismo, tendo para essa gênese contribuído Condorcet, cujo objetivo principal e confessado era o de

*emancipar o conhecimento social dos interesses e paixões das classes dominantes. O cienticismo positivista é, aqui, um instrumento de luta contra o obscurantismo clerical, as doutrinas teleológicas, os argumentos de autoridade, os axiomas a priori da igreja, os dogmas imutáveis da doutrina social e da política feudal*⁷⁸.

Voltavam-se os Enciclopedistas - base primeira da filosofia do *Iluminismo* - contra os preconceitos; debatiam-se contra a ideologia clerical do Antigo Regime. Esse espírito revolucionário, porém, transmudou-se em força conservadora, constituinte do individualismo. O axioma da neutralidade valorativa das ciências sociais importou negação do próprio condicionamento histórico-social do conhecimento. E os indivíduos livres não constituíram a sociedade do bem comum; a sociedade moderna se realiza como uma sociedade de classes.

Em Comte, considerado o fundador do positivismo, o *otimismo generoso do Iluminismo congelara-se numa inquietude ansiosa para com a estabilidade*

⁷⁷ LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*; marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1996, p. 15-62. Nesta obra, no capítulo *O positivismo ou o princípio do Barão de Münchhausen*, Löwy analisa as concepções positivistas no domínio das ciências sociais, enfocando o surgimento do positivismo.

⁷⁸ *ibidem*, p. 20.

*social*⁷⁹. A noção de preconceito passou a servir não mais para designar as doutrinas estagnadas do Antigo Regime, mas o próprio pensamento utópico-crítico do Iluminismo, o que justifica a tese de Hobsbawm, de que, não fossem as bandeiras iluministas do século XVIII, a humanidade seria muito pior⁸⁰.

O processo da história é dinâmico, com movimentos que, importando avanços e recuos, contribuem para a corrosão e formação dos paradigmas do Direito. A interpretação crítica dessa trajetória e dos modelos jurídicos decorrentes não deve prescindir do exame dos modos de produção capitalista e seus impulsos sócio/econômicos na formação e no desenvolvimento das sociedades burguesas. O liberalismo, produto dessa dinâmica, que, num primeiro momento, pugnava contra o poder absoluto dos monarcas, gerando edificação de uma estrutura nova detentora da coerção legitimada, na busca da soberania nacional e territorial, passou por transformações. E o liberalismo clássico, inicialmente revolucionário, transmutou-se. A partir da segunda metade do século XIX, a Revolução Industrial trouxe mudanças no modo de produção capitalista, importando emergência de novos conflitos; o Estado liberal clássico do *laissez-faire* entrou em crise. Movimentos reivindicando novas tutelas instalaram-se na sociedade, provocando reorganização do Estado. Este, de abstencionista, passou a intervir nas relações sociais, em especial nas do trabalho, produzindo normas⁸¹.

No final do século XIX, as populações obreiras, misturadas e heterogêneas, viam-se com uma única classe trabalhadora, unidas que eram *pelo elemento central de suas vidas, a coletividade*⁸². No final deste século, o cenário é distinto. Hobsbawm⁸³ aponta para a reversão do projeto *Iluminista*. Centrado no argumento de que, após cento e cinquenta anos de declínio secular, a barbárie se manteve em alta na maior parte do século XX, fala de um processo de *barbarização* quando entram em colapso os sistemas tradicionais de controle por parte do Estado, uma das características do final

⁷⁹ LICHTHEIM, George. *The concept of ideology; history and theory*. Mouton, v. VI, 1965, p. 169, *apud* LÖWY, Michael. *op. cit.*, p. 22.

⁸⁰ HOBBSAWM, Eric. Barbárie: O guia do usuário. In: SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 17.

⁸¹ No início do século XX, opera-se a constitucionalização dos direitos, citando-se, como exemplo, as modernas constituições: a mexicana, de 1917; a de Weimar, de 1919; e a espanhola, de 1920.

⁸² HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 299-300.

⁸³ Idem. Barbárie: o guia do usuário. In: SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*, *op. cit.*, p. 15-30.

deste século XX⁸⁴. De qualquer maneira, reconhece que o progresso do século XVIII até o começo do século XX foi obtido sob a influência do *Iluminismo*, afirmando que o racionalismo iluminista - sem o qual o mundo seria ainda pior - consiste no *único critério que nos permite julgar, em vez de meramente registrar a conseqüente queda rumo à barbárie*⁸⁵. Dividindo o século XX em três eras⁸⁶ - a) a da catástrofe, de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial; b) a de ouro, do final de segunda Guerra Mundial até o início de década de setenta; e c) a do desmoronamento, que termina com a derrocada do socialismo real -, Hobsbawm procura compreender os fatos ocorridos no período entre 1914 e 1991, marcos desse *breve século*⁸⁷, dando-se conta de que a destruição dos *mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas*⁸⁸ contribuiu para que, hoje, grande parte dos jovens cresçam sem relação orgânica com o passado público, numa verdadeira desintegração dos velhos padrões de relacionamento humano, realidade essa que encontra expressão política em célebre frase de Thatcher, uma das responsáveis pela expansão do neoliberalismo: *Não há sociedade, só indivíduos*⁸⁹.

O processo de globalização acelera-se. As instituições públicas e os comportamentos coletivos não acompanham esse ritmo. Desintegram-se padrões de relacionamento social com a quebra do elo entre passado e presente. São dados inquietantes que penetram a última década do século; desafios à sociologia, às ciências sociais e à humanidade. Essas reflexões remetem a uma melhor abordagem do neoliberalismo e do que dele decorre, especialmente no campo do Direito e mundo do trabalho.

⁸⁴ Hobsbawm se refere à barbárie com dois significados: a) colapso do sistema de regras morais e de comportamento pelo qual todas as sociedades regulam as relações entre seus integrantes; e b) reversão do projeto *Iluminista*. Para ele, há *barbarização* quando entram em colapso os sistemas de controle tradicionais de parte do Estado, característica do final do século XX.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 17.

⁸⁶ *idem*. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. op. cit., p. 11-26.

⁸⁷ Hobsbawm percebe que a revolução cultural do final dos anos 60, verdadeira revolução nos costumes, no lazer e nas artes, teve reflexos no final do período. Em nome do desejo ilimitado, assumia-se que o mundo era povoado por homens definidos pela busca da satisfação individual.

⁸⁸ *ibidem*, p. 328-329. Hobsbawm qualifica esse fenômeno como um dos mais *lúgubres* deste período da história. São considerações que remetem à leitura de RAMOS FILHO, Wilson. Direito pós-moderno: caos criativo e neoliberalismo. In: *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: Edibej, 1996, p. 81-114 e estimulam se reflita sobre os filmes *Pulp Ficción* e *Short Cuts* a expressarem o fenômeno da hiperlocalização das relações sociais.

⁸⁹ Cf. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. op. cit., p. 330.

3.2 O movimento do neoliberalismo: sua letalidade

Retomando-se o final do item anterior, o fenômeno da globalização acelera-se. Como as instituições públicas não acompanham esse ritmo, e os padrões de relacionamento humano parecem desintegrar-se, estando a sociedade dominada pelo individualismo, certos teóricos afirmam ser definitivamente irrealizável o sonho da vida e do progresso da modernidade, apontando para o *fim da história*. Esse contexto constitui terreno fértil para o avanço do movimento do neoliberalismo, fenômeno distinto do liberalismo clássico do século passado. Pensado a partir do final da segunda guerra mundial com o propósito de combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, trata-se de projeto construído como reação ao estado intervencionista e regulador representado pelo *welfare state*, cuja política de investimento público era essencial⁹⁰. Forma de expressão do capitalismo visando à afirmação de seu domínio num mundo que se globaliza, tem como marco fundante a obra de Friedrich Hayek - *O caminho da servidão* -, escrita em 1944, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra. Em 1947, reúnem-se Friedrich Hayek, Karl Popper, Milton Friedman, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Michael Polanyi, entre outros, em Mont Pèlerin, na Suíça, e fundam a Sociedade de Mont Pèlerin. Com reuniões internacionais a cada dois anos, traçam estratégias para eliminar o Estado e, em primeiro lugar, o *déficit público*. Para tanto, era necessário o desmonte do *welfare state*, que marcava, no modelo de Estado liberal, o compromisso entre capital e trabalho⁹¹, preparando as bases para um novo tipo de capitalismo, mais flexível.

Com o argumento de que o *novo igualitarismo* promovido pelo Estado de bem-estar destruía a liberdade e a força da concorrência, com obstáculos à prosperidade geral, afirmavam os adeptos desse novo movimento, capitaneados por Hayek, que a desigualdade era valor positivo, imprescindível às sociedades ocidentais. A hegemonia desse projeto foi lenta. Suas mensagens ficaram, por cerca de vinte anos, no plano da teoria, até o

⁹⁰ O Estado de bem-estar social, com os contornos definidos em nota anterior, teve seu apogeu no período da *Era de ouro* do capitalismo, localizada por Hobsbawm na década 50 a 60. Ver HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. op. cit., p. 11-16.

⁹¹ Analisa-se o neoliberalismo a partir das concepções teóricas de Perry Anderson, sem deixar de registrar a existência de outras teorizações. A respeito, ver ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, EMIR; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. op. cit., p. 9-10; idem. *Ciclo de conferências internacionais: os dilemas da civilização no final de século*. Administração Popular (Org.). Porto Alegre, 17 out. 96, s.ed.; e ARRUDA JR. *Neoliberalismo e reforma do Estado: o início da história do primeiro homem*. III

momento em que as condições materiais permitiram fossem incorporadas pelo mundo capitalista desenvolvido.

Com a crise do petróleo e do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, momento em que o mundo capitalista avançado mergulhou em profunda recessão, combinada com taxas inflacionárias elevadas, as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno: a raiz da crise estaria localizada no poder excessivo dos sindicatos e, de uma forma geral, no movimento operário que corroía as bases de acumulação capitalista em face das pressões por salários e num Estado consumidor, que, cada vez mais, aumentava seus custos sociais. A chegada ao poder de Thatcher, na Inglaterra, e de Reagan, nos EEUU, possibilitou fosse colocado em prática o receituário neoliberal, de resto já experimentado no Chile, país que se encontrava em plena ditadura militar.

Nos países do OCDE⁹² triunfavam as idéias de Mont Pèlerin, com seus itens: deflação; lucros; estabilidade monetária; redução do déficit público; contenção dos gastos com o bem-estar; restauração da taxa natural de desemprego com criação de exército de reserva de trabalhadores, o que dismantelaria os sindicatos; abandono de alguns critérios de racionalidade formal; e, como item imprescindível, reformas fiscais importando redução de impostos sobre os rendimentos mais altos, tudo com o objetivo de reanimar o avanço do capitalismo mundial.

Nessa trajetória, em novembro de 1989, em Washington D.C., EEUU, reuniram-se funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados⁹³, especializados em assuntos latino-americanos. Estiveram presentes, também, economistas de vários países latino-americanos, que relataram as experiências neles realizadas. Com o objetivo de avaliar as reformas econômicas que vinham sendo empreendidas (não foram avaliados Brasil e Peru, porquanto ainda não haviam aderido ao receituário), produziram um conjunto de conclusões, afirmando a excelência e a importância da adoção da proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha 'recomendando' como condição indispensável para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral⁹⁴.

Encontro Internacional de Direito Alternativo, Florianópolis, out. 96, s.ed.

⁹² Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

⁹³ Mais precisamente, o Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento - BID.

⁹⁴ Cf. BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno Dívida Externa*. São Paulo. n.6, set. 94. Segundo ele, o receituário

O conjunto dessas conclusões, mais tarde chamado *Consenso de Washington*, interessa aos operadores jurídicos que, implicados no processo de construção da democracia, buscam desconstruir a idéia da desnecessidade do Estado. Tendo o *Consenso* registrado a conveniência de se prosseguir no caminho adotado, rumo à 'modernidade', suas propostas passaram a ser aplicadas em outros países, independentemente de suas realidades concretas. Assimilado pelas classes dominantes latino-americanas, o ideário passou a informar as ações de seus intelectuais orgânicos como sendo algo produzido em nome de uma suposta modernidade, em oposição às idéias 'retrógradas' de estatismo e de protecionismo⁹⁵.

Marcado por uma visão economicista, o *Consenso* não reconhece na democracia pré-requisito para a modernização, visualizando-a como complemento da economia de mercado. As questões sociais - saúde, educação, distribuição de renda, habitação - não fazem parte de suas preocupações pela crença de que as mudanças sociais e políticas serão produzidas *naturalmente* a partir da liberação econômica e como decorrência do livre jogo das forças do mercado. Suas propostas, produzidas para dez áreas definidas como prioritárias - 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatizações; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual -, são regidas pelo princípio da soberania absoluta do mercado auto-regulável das relações econômicas, tanto internas quanto externas⁹⁶. Para a conquista desse mercado, o *Consenso* trabalha com as seguintes metas: a) redução drástica do Estado; b) corrosão do conceito de Nação; c) máximo de abertura às importações; e d) entrada de capital financeiro. Com esse intuito, e com base no argumento da eficiência, dissemina-se a idéia da necessidade de um Estado Mínimo⁹⁷.

neoliberal já havia sido apresentado pela entidade patrocinadora do encontro - *The Institute for International Economics* - na publicação *Towards Economic Growth in America Latina*, que contou com a participação de Mário Henrique Simonsen. Remete-se, ainda, ao texto de José Luís Fiori (FIORI, José Luís. O consenso de Washington. In: *Informa CUT*. São Paulo. n. 247, nov. 94, p. 14-16), de onde também foram extraídas informações sobre o Consenso de Washington.

⁹⁵ Cf. BATISTA, Paulo Nogueira. op. cit.

⁹⁶ *ibidem*. O exame dessas dez áreas permite se constate que as reformas constitucionais em andamento no Brasil, no final da década de 90, subsumem o mesmo ideário.

⁹⁷ *ibidem*. E essa redução provoca perda da capacidade reguladora do Estado, tornando-o inapto a adotar políticas públicas que promovam distribuição da renda, com ameaça à soberania nacional.

A partir de 1991, o capitalismo avançado entra em nova onda de recessão. A dívida pública aumenta de forma alarmante em praticamente todos os estados ocidentais. Os índices de exclusão social recrudescem. Mesmo assim, o modelo neoliberal continua a mostrar, nos países periféricos, vitalidade hegemônica. Com Fernando Collor de Mello e, posteriormente, com Fernando Henrique Cardoso, instala-se no Brasil um processo de sua consolidação. Subordinando-se às regras do *Consenso* e, com o Plano Real, seguindo as experiências do México e da Argentina, nosso país, segundo dados atuais, perde posição no comércio de maior valor agregado, perde posição no comércio internacional e tem seu déficit ampliado, como noticiam reiteradamente os jornais⁹⁸. No mundo do trabalho, enquanto a média real do salário mínimo apresenta curva decrescente⁹⁹, a do desemprego e a da informalidade são crescentes, principalmente a partir de 1990, com recrudescimento da precarização, dos índices de pobreza, da insegurança e das incertezas¹⁰⁰.

Nos países centrais, em dados do final de 1996, o neoliberalismo perde sua força apresentando, hoje, sinais de visível esgotamento¹⁰¹. O desemprego

⁹⁸ A imprensa tem noticiado dados preocupantes sobre o aumento do *déficit* na balança comercial brasileira; ou seja, *déficit* no sentido de desequilíbrio entre as despesas com importação e os valores obtidos nas exportações. E também no *ranking* de competitividade apresenta perdas. Segundo o International Institute for Management Development (IMD), uma das referências internacionais sobre as maiores economias, em 1997 o Brasil ocupava o 33º lugar; em 1998, cai para o 37º. Cf. GRINBAUM, Ricardo. Freio faz Brasil perder competitividade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 abr.98, p. 2-1 (Caderno mais).

⁹⁹ Dados publicados na obra ANUÁRIO DOS TRABALHADORES. 4 ed. São Paulo: DIEESE, 1996. Sobre a redução, em curto prazo, dos níveis de salário médio real e do emprego, e do aumento da jornada de trabalho no período 1990 a 1997, ver POCHMANN, Marcio. O emprego e os mercados de ilusões. *Folha de São Paulo*, 22 out. 97, p. 2-2. Neste artigo, analisando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), convênio Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), sobre a evolução dos índices de ocupação na Grande São Paulo, rendimento médio real e participação de empregados com jornada de trabalho acima da prevista em lei, Pochmann refere-se aos novos mistérios da liturgia liberal (os *mercadores de ilusões*) que, denunciando elementos de rigidez impostos pela CLT, fecham os olhos para o fato de que o mercado de trabalho brasileiro apresenta uma das maiores taxas internacionais de rotatividade, dado que o transforma em paradigma de flexibilidade e de subordinação do padrão de uso e remuneração da força de trabalho às necessidades empresariais.

¹⁰⁰ Ver MATTOSO, Jorge. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). *Crise do trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996, p. 27-54. Trata-se de texto fundamental, referência importante para o desenvolvimento do presente trabalho.

¹⁰¹ Perry Anderson, em Porto Alegre, no final do ano de 1996, no ciclo de conferências referido em nota anterior, reportou-se ao seminário realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UERJ, em 1994, que originou a obra SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. op. cit., dizendo que, naquele momento, era correto tratar o neoliberalismo como doutrina triunfante da direita política, por ser hegemônico nos países ricos. Afirma, porém, que passados dois anos, a situação parece mudada, o que não quer dizer que a predominância da direita na Europa tenha enfraquecido.

37
e a crise social passam a balizar as discussões na Comissão Européia¹⁰². A França, por exemplo, mesmo antes de seu presidente Jacques Chirac dissolver a Assembléia Nacional para convocar as eleições legislativas de maio/junho de 1997, nas quais foi flagorosamente derrotado, já reivindicava a inclusão, nos contratos comerciais ajustados pelos sete países mais ricos, membros do G7, das chamadas *cláusulas sociais*¹⁰³. Ainda que, na tensão provocada pelas tentativas de conciliar a implantação do projeto neoliberal com um estado protetor das conquistas sociais da sociedade civil francesa, tenha Jacques Chirac deixado cada vez mais clara sua opção pelo modelo neoliberal, as exigências de uma sociedade consciente de seus direitos sociais e demandando medidas públicas de proteção social passaram a constituir obstáculos eficazes à implantação do modelo em exame, centrado na desobrigação do Estado e na redução do *déficit público*. Nesse processo, o projeto apresentado pelo então Ministro Juppé, em dezembro de 1995, visando a reformar o sistema previdenciário, foi rechaçado pelos franceses. A resposta foi uma greve imediata¹⁰⁴, convocada pelas grandes centrais sindicais, que atingiu serviços como transportes, serviço postal, atendimento médico, coleta de lixo, entre outros. Numa verdadeira rede de solidariedade, que chegou a algumas das grandes cidades européias, a população apoiou o movimento. Não faltaram afirmações de que se tratava da primeira grande manifestação contrária ao Tratado de Maastrich. A consistência desse apoio e a eficácia da greve fizeram com que o governo recuasse. Ainda assim, o governo Chirac-Juppé perdeu confiança e popularidade. Nesse processo de desprestigiamento, que desembocou na derrota de Jacques Chirac nas eleições legislativas por ele mesmo convocadas, foi marco importante o projeto-de-lei do seu ministro do Interior, Jean Louis Debré. Instituindo políticas discriminatórias e repressivas aos estrangeiros que desejassem entrar na França e, mais ainda, impondo aos franceses verdadeira delação ao

¹⁰² Importantes as conclusões do Relatório da Comissão Européia. *Desregulamentação e emprego*, Grupo de Política e Perspectiva, Bélgica, 1º fev. 96, s.ed., a serem abordadas em outra nota.

¹⁰³ Muitas têm sido as notícias veiculadas pela imprensa brasileira sobre as pressões exercidas pela França junto aos países ricos (G-7), no sentido da inclusão dessas cláusulas sociais. Dado significativo e que aponta para contradições existentes entre os países da Comissão Européia.

¹⁰⁴ Demorada greve na França, contrária às alterações ao sistema previdenciário propostas pelo governo, contou com apoio massivo da comunidade, denotando o nível de consciência e de organização daquela sociedade. Em face desse movimento, o governo recuou na sua proposta original. São fatos que demonstram a força dos movimentos organizados, reivindicando, frente a um Estado-nação estruturado, direitos ou exigindo que outros, já incorporados aos textos legais, não sejam suprimidos, inclusive brecando a marcha neoliberal.

exigir que informassem à polícia sempre que abrigassem estrangeiros, tal projeto provocou profunda indignação nos cidadãos, revolvendo feridas antigas, que, remontadas aos momentos de guerra e de ocupação, não haviam sido cicatrizadas. O movimento de repúdio ao projeto, iniciado pelos cineastas, artistas e intelectuais, rasgou as ruas e os *boulevards* de Paris, mobilizando corações e mentes; verdadeiro reencontro com o *Iluminismo* e suas idéias, numa releitura moderna, atual e transformadora¹⁰⁵.

A esquerda sai vitoriosa nas eleições. O povo, com o voto nas urnas, exige a retomada das políticas sociais, apontando para o emprego e para a afirmação de uma França autônoma e solidária, como desejos a serem perseguidos. A partir do governo Chirac-Jospin, iniciativas do ministro socialista Leonel Jospin orientam-se no sentido de recuperar a *França social*. Num marco mais amplo, Jospin fala de uma *Europa Social*, buscando construir alianças em direção a uma nova consciência: a de que o ingresso na União Européia não precisa importar desemprego e exclusão. Concretamente, o novo governo passa a adotar certas políticas públicas caracterizadoras do *welfare state*, como, por exemplo, a lei n. 97.940, de outubro de 1997, que, inserindo dispositivos ao *Code du Travail*, busca gerar postos de trabalho para jovens, com apoio público e recursos do orçamento e do seguro-desemprego, entre outros¹⁰⁶, e a lei que reduz a jornada legal de trabalho de 39 para 35 horas semanais em janeiro do ano 2.000, para as empresas com mais de 20 assalariados, e, em janeiro do ano 2.002, para as demais, com incentivo aos empresários que negociam a passagem para tal limite antes de janeiro de 2.000 e aos que ampliam postos de trabalho¹⁰⁷.

¹⁰⁵ As considerações sobre a França são feitas a partir de constatações empíricas e, também, da leitura do artigo de WEIGERT, Sérgio. Anotações sobre a conjuntura política francesa. Paris, junho 1997, s.ed., em que analisa a conjuntura política francesa, suas contradições e seus aspectos positivos, examinando fatos que antecederam as eleições legislativas de maio/junho 97.

¹⁰⁶ A lei n. 97-940, publicada no *Journal Officiel de La République Française*, 17 out. 97, p. 15076, foi o primeiro projeto do novo executivo francês para as questões do emprego. Tem ela, como objetivo, criar postos de trabalho para jovens, notadamente nas atividades esportivas, culturais e educativas, garantindo o Estado uma remuneração à razão de 80% do salário mínimo; os outros 20% são ônus do contratante, que pode oferecer valor maior.

¹⁰⁷ A respeito, é interessante o artigo de MATTOSO, Jorge. *35 horas: um novo patamar para a jornada semanal de trabalho*, Paris, 1998, s. ed. Analisando os impactos da nova lei sobre a geração de empregos, Mattoso aponta para a constituição de uma consciência, nos países centrais, de que o desemprego e/ou a precarização das relações de trabalho importa degradação social. E visando a que a integração regional e a moeda única não fiquem submetidas passivamente ao comando dos mercados financeiros e ao imperativo da competitividade, o novo governo da França encaminha ao Parlamento os projetos aqui referidos exemplificativamente. Observa-se que, para as empresas que adotarem as 35 horas em 1998 e ampliarem em 6% seus empregados, o Estado contribuirá com uma renúncia fiscal

Nesse contexto, o Judiciário francês, através de uma decisão do Tribunal de Nanterre, em abril de 1997, impede, temporariamente, sejam encerradas as atividades da Renault-Vilvorde, prescrevendo ser necessária a:

*interdiction a la direction de Renault de poursuivre, y compris à travers ses filiales, dans le cadre de ses pouvoirs de direction, la mise en oeuvre de la fermeture de l'usine de Vilvorde, jusqu'à ce qu'elle ait rempli son obligation d'information et de consultation envers son comité de groupe européen*¹⁰⁸.

Com tais referências, não se pretende fazer uma análise da conjuntura francesa e, tampouco, das contradições da política chiraquiana que desembocaram na convocação das eleições legislativas de maio/junho de 1997, estudo que vem sendo desenvolvido com profundidade por importantes teóricos¹⁰⁹ e que, de resto, transcenderia os objetivos deste trabalho. O que se pretende, com uma rápida abordagem sobre a França, é, apontando para o refluxo da hegemonia neoliberal nos países centrais, demonstrar como esse projeto mostra visíveis sinais de esgotamento num Estado que, tendo sido historicamente construído como representação coletiva da racionalidade moderna e com acúmulo de lutas políticas, apresenta condições que lhe permitem uma inserção mais ativa no mundo globalizado.

Enquanto isso, nos países periféricos o neoliberalismo avança. Neste cenário, concorda-se com Perry Anderson sobre o sucesso do modelo sob os pontos de vista social e ideológico. Social, por constituir sociedades mais desiguais, ainda que não tão desestatizadas como almejava; ideológico, por ter disseminado, nos países periféricos, a idéia de que não há alternativas outras a não ser a adesão inexorável aos seus princípios¹¹⁰. Na Argentina, país mergulhado, com profundidade, no projeto neoliberal, o PIB cresce, mas também a pobreza. Os argentinos migraram para abaixo do que dados estatísticos chamam de nível de pobreza¹¹¹.

de 9.000 francos por assalariado, valor que é reduzido em 1.000 francos por ano até alcançar 5.000 francos no ano 2.002. E esta lei tem sua aprovação definitiva no mês de maio de 1998.

¹⁰⁸ Cf. LEMAÎTRE, Frédéric. La justice française suspend la fermeture de Renault-Vilvorde. *Le Monde*. Paris, dimanche 6 - lundi 7 avril 1997, p. 12.

¹⁰⁹ Por exemplo, o trabalho de WEIGERT, Sérgio. Anotações sobre a conjuntura política francesa. Paris, junho 1997, s.ed., já referido anteriormente.

¹¹⁰ Considerações que têm como referencia básica o texto de Perry Anderson, já citado, em que examina as origens do neoliberalismo, seus sucessos e insucessos, tendo, no Chile, a experiência-piloto (ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. op. cit., p. 20.

¹¹¹ Cf. BERTOLOTO, Rodrigo. PIB cresce e pobreza aumenta no país. *Folha de São Paulo*, 11 out. 96, p. 2-4.

No Brasil, em face dos efeitos da valorização cambial sobre a elevação dos custos do trabalho, o governo procura acentuar a discussão através do questionamento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento quando, sabidamente, estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) avaliam que o problema principal da competitividade não se localiza no custo do trabalho, mas nos baixos níveis de produtividade¹¹². E num contexto que demanda sejam pensadas formas de *inclusão social*, para que os *sobrantes* possam integrar pautas que discutam direitos mínimos, com ampliação do âmbito de abrangência da tutela para incorporar categorias não mais protegidas pelo Direito do Trabalho tradicional em face das alterações que se operam no processo produtivo de uma sociedade *flexibilizada*¹¹³, investe na desregulamentação de direitos. Através do então Ministro do Trabalho, o governo encaminhou e aprovou, no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, lei dispondo sobre o contrato de trabalho temporário, a ser melhor abordada no capítulo terceiro deste trabalho. Essa lei, sancionada pelo presidente FHC, aprofunda a cisão subjetiva da classe trabalhadora, provocando uma maior precarização nas relações de trabalho. Ao argumento falacioso de reduzir índices de desemprego e de ampliar espaços para a negociação coletiva, transfere riquezas e concentra renda, com prejuízo aos mais fragilizados¹¹⁴.

Por outro lado, resgatando-se a gênese do Direito do Trabalho, emerso de uma realidade social singular e diferenciada e informado por princípios próprios, essa lei, ainda que assim não entendam muitos teóricos do direito,

¹¹² Cf. MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Emprego e concorrência desregulada: certezas e desafios. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). *Crise do Trabalho: modernidade ou volta ao passado?*. op. cit., p. 47. A propósito, o jornalista Jânio de Freitas (FREITAS, Jânio de. *Folha de São Paulo*, 13 dez. 96, p. 1-5), reportando-se ao editorial O desafio do emprego (*Folha de São Paulo*, 12 dez. 96, p. 1-2), criticou o governo por investir contra direitos conquistados, afirmando: *A investida contra direitos trabalhistas e encargos sociais, a pretexto de que a eliminação de parte substancial deles reduziria o desemprego, situa-se entre o leviano e o mal-intencionado. No editorial 'O desafio do emprego', que fez uso de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, logo, do governo mesmo, a Folha de ontem afirma, em texto e em gráfico, que o nível de emprego cresceu enquanto a economia avançava rapidamente. E o Relatório da Comissão Européia, Grupo de Política e Perspectiva, citado em nota anterior, registrando mudança de enfoque sobre os níveis de regulamentação do mercado de trabalho e suas decorrências, conclui que o desempenho do emprego na União Européia não tem aumentado desde o início da desregulamentação, sendo os países centrais que menos flexibilizaram e desregulamentaram os que apresentam melhores índices de produtividade e de emprego.*

¹¹³ GENRO, Tarso. Crise Terminal do Velho Direito do Trabalho, *Revista Anamatra*, Ano 8, n. 26, p. 24-26, Abr./maio 1996.

¹¹⁴ SULZBACH, Maria Helena. Os direitos dos trabalhadores, *Folha de São Paulo*, 21 jun. 96, p. 1-3. No capítulo terceiro, serão melhor focalizadas as inconstitucionalidades que podem ser visualizadas em seu texto.

atenta contra o megaprincípio da tutela, entendido como norma fundamental a ser respeitada, expressão do princípio corretor das desigualdades, ínsito à origem mesma desse ramo do Direito¹¹⁵. Trata-se de apenas um exemplo. No entanto, já é o suficiente para atestar que o modelo de governo que vem sendo adotado no Brasil busca, em síntese, *reduzir a força normativa da constituição, para sujeitar a sociedade às necessidades do novo ciclo de acumulação*¹¹⁶.

Na gestão do presidente FHC, em que a dívida pública dobrou¹¹⁷, reformas constitucionais subordinadas ao ideário neoliberal avançam, como será abordado no capítulo terceiro. Enquanto, na França, o projeto de reforma da Previdência provoca a reação de massa antes focalizada, com recuo do governo em suas intenções, no Brasil, o Senado e a Câmara dos Deputados - esta, por enquanto, em primeiro turno - aprovam projeto de emenda constitucional¹¹⁸ de duvidosa constitucionalidade, alterando profundamente o sistema previdenciário, afetando direitos de aposentados, servidores públicos e trabalhadores em geral.

Mattoso¹¹⁹, abordando o dilema da precarização do mundo do trabalho e das inseguranças nele geradas pelo desemprego, reflete sobre o papel do que denomina *concorrência desregulada*, favorecedora de um evangelho de *competitividade* e de afirmações *inexoráveis*, que querem fazer crer inexistir outra alternativa que não a da inserção passiva no mundo globalizado:

*apesar da violência com que a concorrência desregulada desestruturou as formas de articulação de indivíduos, empresas, nações, nem todos os países ou regiões econômicas que hoje dividem o globo aceitaram passivamente tal situação. Apesar da crescente pressão desta nova ideologia evangelizadora, várias nações ou blocos regionais defenderam-se como puderam da desarticulação de seus mercados de trabalho e sociedades, apresentando resultados positivos até mesmo do ponto de vista da elevação da produtividade e da competitividade sistêmica*¹²⁰.

¹¹⁵ Reproduzem-se formulações do trabalho *O juiz e sua função criadora: ou, os puros também amam*, apresentado na disciplina *Teoria Geral do Direito*, neste CPGD, 1º trimestre/96. Sobre os princípios do Direito do Trabalho, remete-se às proposições coletivas da AMATRA IV, que serão abordadas no capítulo terceiro desta dissertação.

¹¹⁶ GENRO, Tarso. Direito e Globalização. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 12 dez. 96, p. 4.

¹¹⁷ Cf. PATÚ, Gustavo. Dívida pública dobra com FHC e chega a R\$ 306bi. *Folha de São Paulo*, 27 fev. 98, p. 1-4. Isso se deu, basicamente, em decorrência da alta da taxa de juros, da política cambial, da acumulação de dólares pelo Banco Central para manter o Plano Real e do socorro a Bancos e a Estados endividados. Observe-se que, segundo dados do Banco Central, quando da posse de FHC, União, estados, municípios e estatais deviam, juntos, R\$ 153,163 bilhões; em 1997, o débito fechou em R\$ 306,494 bilhões. Gustavo Patú é Coordenador de Economia da sucursal da Folha de São Paulo, em Brasília.

¹¹⁸ Maiores dados sobre a reforma da previdência estarão no capítulo terceiro deste trabalho.

¹¹⁹ MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Emprego e concorrência desregulada. op. cit., p. 27-53.

¹²⁰ *ibidem*, p. 28.

E trabalhando as consequências desse processo na sociedade brasileira, busca encontrar alternativas possíveis, porquanto:

*Manter-se nos estreitos limites do mercado de trabalho e aceitar pacificamente a inexistência de políticas alternativas, como se todos os países reagissem em uníssono à nova ordem, constitui uma versão do fim da história*¹²¹.

A versão de *fim da história*, adotada por certos adeptos da pós-modernidade, é, por certo, incompatível com os compromissos de resistência à barbárie e, num sentido mais prospectivo, com projetos assumidos responsabilmente por operadores jurídicos que, através de uma intervenção teórica e prática na realidade, buscam constituir uma nova ordem social, que a todos incorpore. Trata-se de um caminho que engloba uma complexa operação política que apela à racionalidade e exige sejam buscadas alternativas que, visando a uma inserção mais soberana do Brasil num mundo que se globaliza, proponha uma pauta mínima de discussão que desperte no imaginário popular expectativa de futuro¹²². Essa reflexão, confrontada com as práticas neoliberais adotadas na atual quadra da história, autoriza se conclua que os caminhos que vêm sendo trilhados na sociedade brasileira não têm sido aqueles que possibilitam o desembocar numa maior *inclusão social* e no atendimento das idéias de igualdade, liberdade e solidariedade, próprias do mundo moderno.

Para finalizar as considerações deste tópico, reproduzem-se algumas das reflexões de Francisco de Oliveira sobre a *letalidade* das políticas econômicas postas em marcha pelo movimento do neoliberalismo no Brasil, apontando para o processo de exclusão social como fundante¹²³. Ao analisar os efeitos perversos da *avalanche* neoliberal no Brasil, fala das armadilhas da *falsa consciência* da desnecessidade do Estado, do extravasar de uma subjetividade antipública que alavanca uma ideologia antiestatal, produtora de uma desprezo pela esfera pública e da divisão que se opera entre o econômico e social em espaços que não se comunicam dialeticamente. Aos *inimpregeáveis*¹²⁴, de que trata FHC, não são possibilitados quaisquer espaços

¹²¹ ibidem, p. 30.

¹²² GENRO, Tarso. Entre a solidão e a solidariedade. *Folha de São Paulo*, 14 abr. 96, p. 5-3.

¹²³ OLIVEIRA, Francisco de. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: *Revista Praga Estudos Marxistas*, op. cit. Essas reflexões foram brevemente referidas na nota 34, deste trabalho.

¹²⁴ A imprensa veiculou a referência que FHC fez aos *inimpregeáveis*, ou seja, os excluídos do campo semântico dos dominados, os *sobrantes* que não têm qualquer espaço de participação. A conotação dada ao termo foi de inexorabilidade. A respeito, remete-se ao editorial da *Folha de São Paulo*, crítico em relação à colocação de FHC e que aponta para um *realismo cinzento* do Presidente (FHC, o mesmo. *Folha de São Paulo*, São Paulo. 9 abr. 97, p. 1-2).

de participação e/ou inclusão social; eles não têm vez na *nova ordem globalizada*. Essa é uma postura que afirma a divisão inexorável entre um contingente de empregáveis, de um lado e, de outro, um universo de inempregáveis, os *sobrantes*. Quando uma segregação de tal ordem é colocada como verdade absoluta, agrava-se todo um processo de cisão entre as classes sociais, estabelecendo-se verdadeiro *apartheid*. No sentido oposto da tematização de Gramsci¹²⁵ sobre a hegemonia (que supõe integração dos dominados no campo semântico dos dominantes, abrindo caminho à contestação e à elaboração da contra-hegemonia), o processo exclui os dominados do campo semântico dos dominantes. Nesse quadro, é *desuniversalizada* a dominação e, retirados do cenário aqueles que, uma vez integrados, poderiam produzir contestação apta à constituição do movimento contra-hegemônico, instala-se uma sociedade que se des-democratiza, transmutando-se em totalitarismo.

Ou seja, um processo que, recrudescendo as incertezas, pode levar à constituição daquela forma mais severa de regime autoritário, de que nos fala O'Donnell¹²⁶. E em *quadras históricas como a que atravessamos*, o compromisso do intelectual é o de radicalizar a crítica¹²⁷.

¹²⁵ No segundo capítulo, serão analisadas algumas das categorias de Gramsci, um pensador cujos estudos sobre o Estado, através de sua *teoria ampliada* (essenciais para determinar a novidade de sua teoria política), constituem aporte teórico básico para esta pesquisa. Partindo-se de uma perspectiva que acredita nas possibilidades transformadoras de ações políticas concretas, é fundamental o exame da categoria dos intelectuais orgânicos e das funções que esses intelectuais podem desenvolver dentro das instâncias jurídicas.

¹²⁶ O'DONNELL, Guillermo. Introduccion de la incertidumbre. In: O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. *Transiciones desde um governo autoritario 4: conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas*, op. cit., p. 15.

¹²⁷ *ibidem*, p. 42.

4. Os sonhos da modernidade: *introdução aos modelos de análise*

Durante um momento luminoso, as multidões de solitários, que fazem da cidade moderna o que ela é, se reúnem, em uma nova forma de encontro, e se tornam povo. 'As ruas pertencem ao povo': assumem controle da matéria elementar da cidade e a tornam sua. (MARSHALL BERMAN, Tudo o que é sólido desmancha no ar)

Hegel, em sua formulação de um Estado *ideal*, apostava numa relação ética e harmônica entre os elementos da sociedade apta a promover a reconciliação da humanidade com o próprio homem histórico¹²⁸. Nele, a burocracia de Estado seria elemento *universal*, representante dos interesses comuns da sociedade. Partindo de uma reflexão sobre a realidade dos estados alemães à época, num momento em que o público fragmentava-se em direitos particulares situados fora do domínio público-estatal, e o sentido do comunitário perdia-se numa situação de disputas internas, Hegel insurgiu-se contra essa realidade, propugnando pela necessidade de uma reforma política constituinte de um Estado moderno, regido por leis públicas e coletivas, com poder político centralizado, apto a unificar e a incorporar os interesses fragmentados da sociedade, numa relação voltada para o domínio do público e do comunitário, num sentido ético, harmônico e de coesão reconciliadora¹²⁹.

Em célebre metáfora, Hegel fala de sua *dialética do progresso* e da *grande jornada do espírito* rumo a esse encontro reconciliado, evocando um cego que, passando a enxergar, fica inicialmente deslumbrado com a luz do sol nascente para, depois, fruto do crescimento interior, encontrar-se enquanto essência:

¹²⁸ A respeito, remete-se à obra de Martin Carnoy (CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994) e ao trabalho de Denis Rosenfield (ROSENFIELD, Denis. *Introdução ao pensamento político de Hegel*. São Paulo: Ática, 1993). Este, interpretando o pensamento hegeliano, especialmente no âmbito da filosofia política, localiza-o num período da história alemã influenciado pelas idéias da Revolução Francesa, pelo ideal de liberdade, pelos sentimentos nacionalista e de modernização de seus estados que, à época, defrontavam-se em conflitos e tensões provocadores de fragmentação interna; ou seja, num ambiente que se convencionou chamar de '*idealismo alemão*', marca na formação do pensamento de um filósofo moderno que refletia sobre o conceito de Estado ideal, o qual procurava realizar. Partindo de uma reflexão sobre o sentido de liberdade que se pudesse traduzir numa universalização, buscava uma formulação de Estado acima dos indivíduos, que incorporasse toda uma '*coleção*' fragmentada de direitos particulares situados fora do domínio público-estatal. Ainda que o presente trabalho não se proponha a esgotar Hegel, mas apenas situá-lo na modernidade, a leitura das obras citadas permite se compreenda a amplitude de um pensamento que nos faz refletir.

¹²⁹ Cf. ROSENFIELD, Denis. op.cit., p. 8-16.

o esquecimento infinito de si mesmo nessa pura claridade seria o primeiro fato, a admiração total. Mas o Sol levanta-se e essa admiração diminui. Observam-se os objetos ao redor: deles advém um crescimento interior e, com isso, se desenvolve o progresso como relação de ambos. Aí, o homem parte da observação passiva para a ação: à noite, já construiu um edifício, que criou de seu sol interior. Quando, à noite, ele o olha, considera-o maior que o primeiro sol exterior, pois agora ele se relaciona com seu espírito em livre relação. Guardemos essa imagem, pois aí está o decurso da história universal, a grande jornada do espírito [...] Para compreender essa divisão, é preciso observar que o Estado é a vida geral do espírito, na qual - em virtude do nascimento - os indivíduos confiam e à qual estão acostumados, nele desenvolvendo a sua essência e realidade¹³⁰.

Nessa transcrição está colocada a idéia de um Estado que, transcendendo à sociedade, corresponderia a uma esfera de universalização distinta daquele espaço ocupado por indivíduos atomizados, particularistas, próprio da sociedade civil¹³¹; um local onde a unidade é fortalecida e onde os conflitos privados encontram solução na administração da justiça, visualizados os tribunais como *locus* de convergência dos litígios privados da sociedade civil-burguesa e com atribuição de julgá-los universalmente¹³².

Marx, ao desenvolver suas concepções sobre o Estado - as quais, nesse aspecto, podem ser deduzidas das críticas às formulações de Hegel, do desenvolvimento de sua teoria sobre a sociedade e das análises de determinadas conjunturas históricas (como a revolução de 1848, na França, a ditadura de Louis Napoleão e a Comuna de Paris de 1871) -, passa a contextualizá-lo, submetendo-o a uma concepção materialista da história. Em suas formulações, não é o Estado que vai moldar a sociedade; ao contrário, é a sociedade que o configura. E essa sociedade, por seu turno, resulta moldada pelo modo de produção dominante e pelas relações de produção ao modo de produção inerentes¹³³. Inicialmente, e negando a concepção hegeliana de Estado como encarnação de uma razão universal, tanto quanto a teoria da burocracia como classe geral, Marx mostrava o caráter puramente formal dessa universalidade em face de uma divisão real existente na esfera da

¹³⁰ HEGEL, G. W. Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: UnB, 1995, Cap. IV, p. 93. Célebre metáfora que denota o sonho hegeliano de um ideal de Estado transcendente, eterno, que não se realizou historicamente.

¹³¹ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez., 1994, p. 18. Essa obra passará a ser referida como *Marxismo e política*.

¹³² A respeito do Estado em Hegel como o lugar em que se concretiza a substância ética, remete-se a ROSENFELD, Denis. *Política e liberdade em Hegel*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 196-282. Segundo esse autor, os conflitos privados, para Hegel, encontram solução na administração da justiça, dever do poder público; é no Judiciário que se pode alcançar um dos níveis da unidade entre o 'universal sendo em si' e a particularidade subjetiva.

sociedade entre *bourgeois* (o indivíduo que luta por interesses particulares) e *citoyen* (o homem abstrato da esfera pública, cuja ação seria movida por interesses universais) a impedir que o Estado pudesse, efetivamente, representar a vontade geral; a noção de que o Estado universalizaria o interesse geral não passaria de uma *aparência* ocultando a *dominação* de uma casta burocrática, defensora de interesses particularistas¹³⁴. Mais tarde, em 1845, escrevendo com Engels *A ideologia alemã*, evolui em suas formulações, passando a compreender que a constituição de uma esfera particularista é causa e efeito da *divisão da sociedade em duas classes antagônicas*: os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, que apenas são proprietários da força de trabalho, ou seja, *burgueses* e *proletários*¹³⁵. Com a propriedade privada, que começou com a mobiliária, a burguesia, constituindo uma classe e não mais um estamento, obrigou-se a dar uma forma geral ao seu interesse médio. E, emancipando-se a propriedade privada em relação à comunidade, o Estado passou a adquirir:

*existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses [...] Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real - na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei*¹³⁶.

Deixando de parecer apenas como encarnação *formal* e *alienada* de um *suposto interesse universal*, Marx passou a ver o Estado como um organismo com a função específica de *garantir a propriedade privada* para, assegurando e mantendo a divisão da sociedade em classes (conservando a sociedade civil), reproduzir a dominação exercida pelos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores não-proprietários. Ou seja, um *Estado de classe* que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses de uma classe particular¹³⁷; um Estado que, em contraste à concepção hegeliana, passa a ser não mais a *realidade da idéia ética, o racional em si e para si, mas*

¹³³ Cf. CARNOY, Martin. op. cit., p. 65-66.

¹³⁴ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política*, op. cit., p. 18-19.

¹³⁵ *ibidem*, p.19.

¹³⁶ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 98.

¹³⁷ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson, *Marxismo e política*, op. cit., p. 19.

- conforme a famosa definição de O Capital - 'violência concentrada e organizada da sociedade'¹³⁸. Sublinhando que as idéias da classe dominante são, em cada época, *as idéias dominantes - isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante*¹³⁹ -, as lutas que se travam no seio do Estado são *formas ilusórias* que encobrem as lutas reais que as classes travam entre si. E, sendo a burguesia a classe dominante, o Estado, além de *expressão política* dessa classe, é seu *braço repressivo*¹⁴⁰.

Com o *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, Marx e Engels insistem na natureza *burocrática* do pessoal do Estado, cuja materialidade institucional é restrita aos aparelhos repressivos e burocrático-executivos; uma concepção *restrita* do Estado visualizado como *expressão direta e imediata do domínio de classe (comitê executivo), exercido através da coerção (poder de opressão)*¹⁴¹. Com uma contextualização dessa ordem, num Estado que opera como '*comitê da burguesia*' e, assim, monopoliza a esfera legal e política sem concessões, a conclusão é a de que a luta política da classe proletária não pode ser outra senão a da guerra civil: uma transição *explosiva* ao socialismo com ruptura *violenta* da ordem burguesa¹⁴².

Sem se fazer a análise de obras mais tardias de Engels, de Rosa de Luxemburgo e dos austromarxistas, nas quais a concepção restrita de Estado e o paradigma do processo revolucionário *violento* aparecem, em parte, superados, trabalho por certo interessante mas que extrapolaria os objetivos desta dissertação, elege-se o atualíssimo pensamento de Gramsci, que, partindo das formulações de Marx e logrando superá-las, adequa-se à realidade de hoje, apresentando como fio condutor a modernidade¹⁴³.

¹³⁸ BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 21.

¹³⁹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. op. cit., p. 72.

¹⁴⁰ CARNOY, Martin. op. cit., p. 70.

¹⁴¹ Ver COUTINHO, Carlos Nelson, *Marxismo e política*. op. cit., p. 20. Nesta obra, faz referência às concepções *restritas* de Estado de Marx e Engels, à época do *Manifesto do Partido Comunista*, sublinhando que, no curso da história, há superações do próprio Marx a essa formulação, tanto que, no *18 de Brumário de Louis Bonaparte*, introduz outras determinações para caracterizar o fenômeno estatal, com níveis mais concretos da realidade, superando a simplificação encontrada no *Manifesto*, quando dividia a sociedade em dois campos antagônicos: a *burguesia* e o *proletariado*. Passando a fazer referência a um número mais amplo de classes e frações de classes, como à burguesia industrial, comercial, financeira, pequena burguesia, campesinato, lumpen-proletariado, sua análise fica mais rica, ampliada e complexizada do fenômeno (cf. COUTINHO, Carlos Nelson, op. cit., nota 3, p. 16).

¹⁴² *ibidem*, p. 21.

¹⁴³ Para não se perder o fio condutor deste trabalho, centrado no projeto da modernidade, aponta-se para as reformulações no conceito de Estado operadas por Engels e Marx no processo de suas reflexões. Engels, na *Introdução* que escreve em 1885 para a reedição de *As*

Foi com Gramsci que a *teoria ampliada do Estado* recebeu formulação sistemática, em especial nos *Quaderni del Carcere*, sua obra da maturidade¹⁴⁴. E com o último Poulantzas que, em *O estado, o poder, o socialismo*¹⁴⁵, parte do pensador sardo para construir sua *Teoria relacional do poder*, complementam-se os *modelos* selecionados. Não se pretende deles esgotar o pensamento, tarefa desafiadora e apaixonante, mas que demandaria a elaboração de uma dissertação outra, distinta desta. Para que possam ser enfrentados os dilemas deste trabalho, observados os seus limites, serão utilizadas algumas das categorias gramscianas, em especial as de *intelectual orgânico* e *guerra de posição*, bem como reflexões de Poulantzas acerca do Estado entendido como *relação*, a possibilitarem se compreenda o papel transformador que magistrados podem exercer numa sociedade como a brasileira, num contexto de crise e de precarização do mundo do trabalho, rumo à construção da democracia - esta entendida como *valor universal*¹⁴⁶ - e ao cumprimento das promessas da modernidade, tomando-se como referência a *práxis* de certos juízes reunidos em suas entidades representativas e alguns julgamentos que importaram alteração do mundo público.

Uma das indagações hoje colocadas no campo da aplicação do Direito diz respeito às possibilidades de o juiz atuar, de forma válida e eficaz, fora dos limites do estritamente normatizado, numa óptica transformadora e incidente sobre o fato social, implicada no processo de democratização de uma sociedade periférica. Esse tema tem balizado discussões no meio da magistratura brasileira, como também tem mobilizado os demais operadores

lutas de classe na França, publicada por Marx em 1850, faz autocrítica de posições anteriores sobre o conceito *restrito* de Estado e o caráter *explosivo* da revolução. Reconhecendo ser necessário para as massas *trabalho longo e perseverante*, denota nova compreensão do processo revolucionário. E ao dizer que *O Império Alemão [...] e, em geral, todos os Estados modernos, é produto de um pacto; primeiramente de um pacto dos príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebra o pacto, todo ele é nulo e a outra parte está desobrigada*, passa a ver o Estado não mais como 'comitê da classe dominante, mas fruto de um contrato. Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política*. op. cit., p. 27.

¹⁴⁴ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. op. cit., p. 26, se Gramsci ampliou a *teoria do Estado* que herdara de Marx para nele incluir a esfera da hegemonia e do consenso, o fez *para dar conta dos novos fenômenos que a socialização da política – ou seja, o processo de democratização – introduzira na vida social*.

¹⁴⁵ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990.

¹⁴⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 18-28. Coutinho fala da *democracia* como *valor universal*, resgatando Luckács, que utiliza o termo *democratização*, por se tratar de um processo, não de um estado, como examinado em nota anterior. Sobre os magistrados na construção democrática, fundamental a palestra de ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Magistrados, (des)ordem jurídica e construção democrática*, Fortaleza, maio de 1997, s.ed. (VIII Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista).

jurídicos, nos planos teórico e prático¹⁴⁷. O juiz, na qualidade de cidadão¹⁴⁸, ocupa espaço importante nessa trajetória. Segundo Agostinho Ramalho¹⁴⁹, o lugar de um juiz precisa ser ocupado por um ser humano, antes de um juiz. E o juiz, ser humano e cidadão, implica-se num processo que toma a construção da radicalidade democrática como necessidade¹⁵⁰, possibilitando seja reconstruída a racionalidade normativa própria do Estado Moderno¹⁵¹.

A citação transcrita no início deste tópico, metáfora moderna e atual, aponta para a importância da ampliação dos espaços públicos e das esferas de eticidade e participação, na busca da construção dessa radicalidade e de uma nova racionalidade jurídica. Nela, as ruas assumem o lugar simbólico do acontecimento, do protesto que *transforma a multidão de solitários urbanos em povo e reivindica a rua da cidade para a vida humana*¹⁵². A expressão desloca o olhar do jurídico para o povo, para a sociedade organizada, e o Direito passa a ser o *locus* onde as contradições, os debates e as conquistas se dão, tornando-se vivo e comprometido. Nesse quadro, o juiz é compreendido como cidadão, inserido no mundo da vida. Mas, uma vez operado esse deslocamento, verifica-se, a partir do modelo de análise que se adota, que

¹⁴⁷ Não apenas entidades de magistrados têm promovido debates sobre o papel do Poder Judiciário e dos magistrados na sociedade brasileira, neste final de século. Esse tema tem sensibilizado outros segmentos organizados da sociedade. Em 1993, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB iniciou um processo de reflexão sobre o Judiciário e, em agosto de 1996, com a Universidade Católica de Brasília e a colaboração da Fundação Konrad Adenauer, promoveu o seminário *A ética, a justiça e o direito*, do qual resultou uma coletânea envolvendo discussão sobre os fundamentos éticos da política, do direito e da justiça, bem como a questão específica do Judiciário, sua função e perspectivas (PINHEIRO, Pe. José Emanoel et alii (Org.) *Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do Judiciário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996).

¹⁴⁸ Cidadão é, segundo o sistema dual de Robert Dahl, referido em nota anterior, o ser integrado, com garantido espaço de participação social, localizável na sociedade; em oposição, estão os marginalizados (excluídos ou sobrantes), sem espaço de participação, sendo-lhes, em contrapartida, destinado regime de coerção e, mesmo, de terror. FHC adota, em relação aos excluídos, neologismo que afirma a exclusão: '*os inimpregáveis*'.

¹⁴⁹ RAMALHO NETO, Agostinho. O juiz-cidadão. *TRT em Revista*: Informativo da 4ª Região, Ano 1, n. 02, jun. 94, p.19-21. Trata-se de uma síntese da conferência proferida no V Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista - CONAMAT, Porto Alegre/RS, maio de 1994.

¹⁵⁰ Utiliza-se a expressão *necessidade* sem conotação de determinismo, mas de forma positiva, como realização histórica que se deseja e se pode concretizar. É importante sublinhar que, a partir dos ideais da modernidade, o Judiciário é o local de materialização do ideal de Justiça.

¹⁵¹ Para a compreensão dessa problemática, ler ARRUDA JR, Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*, Belo Horizonte: Del Rey, 1997, p. 93. Refletindo sobre os sentidos possíveis para novas ações culturais e políticas, dentro e fora da instância jurídica, num movimento pendular apto a potencializar o diálogo entre os implicados em projetos emancipatórios e que, numa abordagem crítica e denunciadora do caráter conservador de um certo *senso-comum* interdisciplinar (nas perspectivas sistêmicas e pós-modernas), possibilite a redefinição de um novo *senso-comum*, Arruda Jr. afirma que a esfera da legalidade não é *burguesa em si*, devendo o Estado moderno e sua racionalidade normativa passar por uma reconstrução no processo histórico.

¹⁵² SOUSA JR, José Geraldo de. O Direito achado na rua: concepção e prática. In: *Revista*

esse povo passa a construir suas utopias quando as máximas jurídicas são, por ele, internalizadas: momento em que se dá a *propagação dos princípios jurídico-normativos no senso-comum* a permitir ações políticas concretas visando às transformações sociais e à afirmação de *um direito novo* que responda à emergência de *novas expectativas*.

É em Gramsci, um pensador marcado pela tradição *iluminista* e que acredita nas possibilidades da transformação social constituída a partir da ampliação dessas novas expectativas, indicadas em princípios jurídicos¹⁵³, que são encontrados referenciais no sentido de *um direito novo e a racionalidade jurídica de caráter progressista na especificidade de sua forma moderna*¹⁵⁴.

Quando se aborda o fenômeno jurídico, vários caminhos podem ser trilhados. A escolha de um deles indicará a natureza do conhecimento que se deseja produzir. Pode-se optar, por exemplo, por uma abordagem interna¹⁵⁵, na qual o Direito é analisado a partir de seus próprios referenciais, de sua estrutura lógico-formal rígida. Esse espaço, abrangido pela *dogmática jurídica*, tem sido habitado pelos juristas tradicionais que costumam defender a ordem jurídica estatal sem questionar o conteúdo valorativo dessa normatividade, ou sua legitimidade¹⁵⁶. Limitando a análise apenas a critérios técnico-formais, descontextualizados, *a-históricos*, tendem, na prática, a *reproduzir a ordem da desordem jurídica vigente, impedindo a realização do conceito de estado e de direito legados da modernidade*¹⁵⁷.

Humanidades, v. 8, p. 496, numa referência a Marshall Berman.

¹⁵³ Para que possa ser aprofundada essa discussão, importante a leitura de Nicola Badaloni, (BADALONI, Nicola. Gramsci: la filosofia della prassi come previsione. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *Storia del marxismo*. Einaudi: Torino, 1981, t. III, p. 255-342, com edição brasileira: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. X, p. 13-128) e de José Nun, trabalho apresentado no Seminário Internacional *Gramsci e a América Latina*, organizado pelo Instituto Gramsci (NUN, José. Elementos para uma teoria de la democracia: Gramsci y el sentido comum. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Ciudad del Mexico: UNAM, 1987, nº 43 (2), p. 21-53).

¹⁵⁴ Considerações a partir de ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*. op. cit., p. 35. Arruda Jr. apresenta um Gramsci marcado pela *tradição iluminista* e, também, pela *tradição historicista*, referindo que a '*ambigüidade*' encontrada nas linhas que dedica ao Direito possibilita, *paradoxalmente*, se pense uma racionalidade jurídica *de caráter progressista na especificidade de sua forma moderna*.

¹⁵⁵ Sem negar validade à distinção de Weber sobre padrões de racionalidade do Direito desde os âmbitos interno e externo, análise que extrapolaria os limites deste trabalho e já elaborada com profundidade por Katie Argüello (ARGÜELLO, Katie. *O ícaro da modernidade: Direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997, p. 122-182), opta-se pela seguinte formulação: abordagem interna no sentido de considerar o Direito apenas a partir de sua estrutura lógico-formal rígida, no interior da própria instância jurídica.

¹⁵⁶ Cf. WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 2. ed., São Paulo: Acadêmica, 1995, p. 89. Nesta obra, Wolkmer identifica a dualidade dimensional do Direito representada por uma estrutura formal interna e por um processo material externo.

¹⁵⁷ ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Magistrados, (des)ordem jurídica e construção*

Uma outra escolha pode ser feita: a que identifica o Direito como fenômeno cultural, inserido no processo da história e de suas lutas concretas. Esse é o caminho escolhido pelo saber crítico, cuja reflexão é deslocada do nível lógico-interno para o processo de conhecimento *externo - sociológico-histórico-político*¹⁵⁸, ou do eixo do substantivo-normativo para o conflito que subjaz à norma positivada¹⁵⁹.

Sem deixar de salientar que a bipolarização intransponível entre uma ou outra forma de escolha, reveladora de um propósito não dialético e insuficiente, vem sendo abandonada pelo saber crítico que não mais pretende substituir a dogmática jurídica, buscando, a partir dela, redefini-la desde uma melhor compreensão do fenômeno social e no sentido da redução dos espaços entre *teoria e senso-comum*¹⁶⁰, afirma-se que qualquer escolha, mais do que resposta a uma necessidade epistemológica, corresponde a uma opção política, que, importando enfrentamento de valores em conflito e orientada a determinados fins, produz o conhecimento de uma ou de outra natureza:

democrática. VIII CONAMAT, Fortaleza, maio/1997 (s. ed.). Arruda Jr. reflete sobre as categorias da *ordem* e da *desordem*, com ricas formulações acerca do papel dos *magistrados orgânicos da democracia*.

¹⁵⁸ Cf. WOLKMER, Antônio Carlos. op. cit., p. 89-90.

¹⁵⁹ No dizer de José Geraldo de Sousa Jr., VII Encontro AMATRA IV, Gramado, 1992, analisando como se opera, na sociedade atual, o deslocamento do referencial do substantivo normativo para as práticas sociais. Os debates que se seguiram naquele evento serão abordados no capítulo terceiro deste trabalho. Sobre esse tema, consultar, entre outros: LYRA FILHO, Roberto. *O que é o direito?* São Paulo: Brasiliense, 1962 (Coleção primeiros passos); LYRA FILHO, Roberto. *Para um direito sem dogmas*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1980; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. *Para uma crítica da eficácia do direito: anomia e outros aspectos fundamentais*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1984; e GENRO, Tarso. *Introdução crítica ao direito*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

¹⁶⁰ É importante essa reflexão de ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*. op. cit., p. 93-100. O próprio Marx (*O Capital*, seções III e IV), não obstante afirme que, na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve, o trabalho de concreto se transforma em abstrato, o valor-de-uso torna-se portador apenas do valor-de-troca e a força-de-trabalho mero dispêndio de energia física e nervosa, aponta para movimentos de *reagregação* dentro da ordem burguesa, como a luta pela redução da jornada de trabalho e a possibilidade de os trabalhadores, junto à máquina, desenvolverem suas capacidades politécnicas e de resistência (MARX, Karl. *O Capital*; crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Os economistas). Seção IV, V. I, T.2, p. 102). São dados que remetem à reflexão sobre as categorias da *ordem* e *desordem*, às análises de Gramsci sobre a formação do novo sujeito coletivo revolucionário e à possibilidade por ele apontada de que o trabalhador coletivo também produz *mais* do que o necessário, valendo *mais* do que a soma de seus componentes, sendo que o consumo produtivo desse *mais* não desemboca, necessariamente, na exploração burguesa, mas pode constituir a base de uma organização social que assuma o coletivo como elemento que alavanque uma consciência para a liberdade e que, superando a dualidade teoria e prática, possa tecer novas redes de solidariedade. E num processo em que o homem cria-se a si mesmo, multiplicam-se não apenas seus carecimentos, mas também as faculdades que tornam possível satisfazê-los. Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. op. cit., p. 19; BADALONI, Nicola: Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci, In: FERRI, Franco (Org.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, v. I, p. 9-69 e BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da prática como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do*

conservadora ou *transformadora*. Esta concebe o Direito não apenas emergente do fato social, mas sobre ele incidente, numa interação dialética apta à constituição de um *novo senso-comum*, e o Judiciário não como mero palco de enunciação de conflitos, mas como espaço fundamental da instância jurídica para a efetivação e garantia de direitos já conquistados, e para a constituição de outros, *sonegados*¹⁶¹.

Nessa perspectiva, reveladora da opção exercida por quem está implicada numa trajetória que busca construir uma sociedade que enfrente a *barbárie*, a crença no homem como ator da história e nos operadores jurídicos como *protagonistas importantes na reconstrução do tecido institucional do Estado*¹⁶², aponta para Gramsci e Poulantzas como modelos de análise a serem aprofundados no capítulo seguinte.

Visualizado o Estado não apenas em seu aspecto repressivo, mas desde um conceito *ampliado*¹⁶³, englobando a sociedade civil, com as tensões próprias de um mundo que se globaliza, buscam-se alternativas aptas a *reatar os laços do cotidiano com a história*¹⁶⁴. Mesmo se, por um lado, o ingresso no ideário neoliberal tem importado maior precarização nas relações sociais e do trabalho, aumentando inseguranças e focos de conflito, por outro, podem ser ampliados os espaços de luta para que novos movimentos sociais pressionem no sentido da efetivação de direitos incorporados aos textos legais, ou do reconhecimento de outros, *sonegados*, mas internalizados na consciência popular como necessidade.

É com tais contornos - numa sociedade em que o modelo posto em marcha pelas políticas neoliberais parece abdicar de um projeto de nação, em que proteção social se transforma em *custo-Brasil* e direitos conquistados em obstáculos ao desenvolvimento econômico, agravando-se a dualidade *incluídos x sobrantes* - que se indaga sobre as possibilidades do Direito e sobre o papel dos operadores jurídicos, intelectuais orgânicos, retomando-se a questão primeira: *que tensão é possível se dar para que o Estado, incluído o Judiciário, possa ser reconstruído como representação coletiva da*

marxismo, op. cit., v. X, p. 13-128.

¹⁶¹ A positivação de direitos e a luta pela efetividade de outros incorporados aos textos legais são etapas importantes no processo de construção de uma nova racionalidade.

¹⁶² Expressão utilizada por Arruda Jr., palestra citada, VIII CONAMAT, maio de 1997.

¹⁶³ Utiliza-se a expressão *Estado ampliado* no sentido atribuído por COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 14-16. Ou seja, uma concepção menos abstrata do fenômeno estatal que introduz novas determinações em sua esfera.

racionalidade moderna, no sentido da democracia e do cumprimento dos ideais de igualdade, liberdade e solidariedade?

¹⁶⁴ No já consagrado dizer de Tarso Genro.

CAPÍTULO II

GRAMSCI e POULANTZAS:

modelos de análise

Sentimo-nos solidários com os homens que hoje são velhíssimos e que para nós representam o 'passado' que ainda vive entre nós, que deve ser conhecido e examinado, pois ele é um dos elementos do presente e das premissas do futuro.
(GRAMSCI, Quaderni, notas sobre Maquiavel)

Minha Queridíssima,

Queria beijar-te os olhos, para enxugar as lágrimas que me parece ver, que me parece sentir nos meus lábios, como de outras vezes, quando a minha maldade te fez chorar. Fazemo-nos mal, atormentam-nos de quando em quando, porque estamos longe um do outro e não podemos viver assim. Mas tu desesperas demais. Por que? Prometeste-me tantas vezes ser forte e eu acreditei em ti, e acredito ainda que tu sejas forte, mais do que pensas: freqüentemente és mais forte do que eu, mas eu fui habituado pela minha vida isolada, que vivi desde a infância, a esconder os meus sentimentos atrás de uma máscara de dureza ou atrás de um sorriso irônico e eis aí toda a diferença. Isto fez-me mal por muito tempo: por muito tempo as minhas relações com os outros foram qualquer coisa enormemente complicado, uma multiplicação ou uma divisão por sete de todo o sentimento real, para evitar que os outros entendessem aquilo que eu realmente sentia. O que me salvou de me tornar por completo um trapo miserável, enrijecido e soberbo? O instinto de rebelião, pois que já de menino era contra os ricos, porque não podia estudar, eu que tinha tido as notas máximas em todas as matérias da escola elementar, enquanto à escola iam o filho do homem do açougue, do farmacêutico, do negociante de tecidos. Isto alargou-se contra todos os ricos que oprimiam os camponeses da Sardenha e eu pensava então que era necessário lutar pela independência nacional da região: Ao mar com os continentais ! Quantas vezes repeti estas palavras. Depois conheci a classe operária de uma cidade industrial e compreendi o que realmente significavam as coisas da Marx que tinha lido anteriormente por curiosidade intelectual. Apaixonei-me assim pela vida, pela luta, pela classe operária. Mas quantas vezes me perguntei se era possível o ligar-se a uma massa se jamais se havia gostado de alguém, nem mesmo dos próprios parentes, se era possível amar uma coletividade se não se era amado profundamente por criaturas humanas. Não teria isto tido um reflexo sobre a minha vida de militante, não teria isto esterilizado e reduzido a um mero fato intelectual, a um puro cálculo matemático a minha qualidade de revolucionário? Tenho pensado muito nestas coisas, e repensei-as nestes dias, porque tenho pensado muito em ti, tu que entraste na minha vida e me deste amor e me deste aquilo que me faltou sempre e me fazia freqüentemente hostil e turvo. Eu amo-te, Julca... (Carta à mulher, do exílio em Viena, 6 de março de 1924)

1. Antônio Gramsci: *um pensador moderno*

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo. (KARL MARX, XI tese sobre Feuerbach)

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática. (GRAMSCI, Os intelectuais e a organização da cultura).

Il mondo è grande e terribile e complicato. Ogni azione che viene lanciata sua complessità sveglia eahi inaspettati. (GRAMSCI, Quaderni dei calcere).

1.1 Por que Gramsci?

Antônio Gramsci, um dos teóricos marxistas mais importantes e lúcidos do século XX, é profundamente contemporâneo¹⁶⁵. Seu pensamento moderno e complexo apresenta como fio-condutor, desde os escritos juvenis até a maturidade, uma contínua contestação ao economicismo¹⁶⁶, sob as suas mais diferentes formas, e o aprofundamento da análise do Estado e de suas especificidades. A riqueza de suas reflexões e a amplitude de sua visão refletem-se na universalidade de suas categorias, aplicáveis à realidade brasileira deste final de milênio e que possibilitam se reflita sobre alternativas rumo à construção de uma nova sociedade. E isso ocorre porque: *Gramsci nunca saiu do concreto, nunca fugiu da confrontação com as condições*

¹⁶⁵ Cf. PILLA VARES, Luiz . Gramsci: hegemonia e partido. In: MARQUES, J. Luiz; PILLA VARES, Luiz (Org.) *Gramsci: cem anos de um pensamento vivo*. Porto Alegre: Palmarinca, p. 23-28. Pilla Vares aponta não existir em Marx e em Engels uma teoria do Estado, mas apenas generalidades como a de que o Estado é o Estado da classe dominante. Não tendo seus seguidores mais próximos aprofundado essa questão, coube a Gramsci fazê-lo. Sinalizando a insurgência de Gramsci contra o que ele considerava o *equivoco mortal de uma compreensão inexata do marxismo e/ou materialismo histórico: o economicismo*, registra que *enquanto crítica ao economicismo- crítica contínua - estamos diante de toda uma interpretação teórica do marxismo, de toda uma hipótese estratégica sobre a revolução no ocidente e o problema do socialismo em um único país* (op. cit., p. 24). E na introdução deste livro, Pilla Vares e Marques sinalam que a obra de Gramsci, *o mais lúcido teórico marxista do século XX* (op. cit., p.11), é inspirada na contrariedade ao dogma, ao positivismo, ao determinismo e ao economicismo.

¹⁶⁶ Acerca das problematizações de Gramsci sobre o economicismo, é importante ler GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, p. 31-40. Neste trabalho, cujo título original, nos *Quaderni*, é *Note sul Machiavelli sulla politica e sullo Stato moderno*, Gramsci analisa em que medida o economicismo derivou do liberalismo e aponta para o equivoco teórico no qual se baseia o movimento da livre troca, qual seja, a *distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se transforma e é apresentada como distinção orgânica* (op. cit., p. 32). São reflexões que provocam o desejo de examinar, em outro trabalho, os resquícios do pensamento liberal na teoria marxista enquanto privilegia o economicismo e o dogmatismo em detrimento de uma unidade dialética, desejo também revelado por PILLA VARES, Luiz. *Gramsci: hegemonia e partido*, op. cit., p. 25.

*históricas particulares do seu tempo, e é daí que suas reflexões adquirem dimensão universal já que não são meramente abstratas*¹⁶⁷.

Acreditando no homem como ator da história e impregnando-se de um *humanismo* e de um *historicismo*¹⁶⁸ que lhe permitem abandonar certas concepções positivistas¹⁶⁹ que estão dentro do próprio marxismo, passa a ser *modelo de análise* que ajuda a dar conta do tema aqui proposto; um Gramsci pluralista¹⁷⁰, adaptado à realidade que hoje se vive e cujas categorias selecionadas para este trabalho possibilitam melhor compreensão de uma sociedade multifacetária como a brasileira; um Gramsci que articula teoria e prática, teoria e ação política, fazendo da política a real filosofia; um Gramsci que propõe práticas políticas concretas através das quais não apenas pode ser interpretado o mundo, mas, e sobretudo, transformado pela passagem de

¹⁶⁷ CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa. Introdução à edição brasileira. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d., p.11. Essa introdução foi escrita no exílio, em Lisboa, julho de 1979.

¹⁶⁸ É interessante constatar que o *historicismo*, como reação ao *positivismo*, em sua primeira fase, antes da unificação, resulta da ação de forças conservadoras. Depois, no processo da história, relativiza-se, podendo-se encontrar em Gramsci matriz *marxista/historicista*. São reflexões feitas a partir das aulas de Sociologia do Direito, do Prof. Edmundo L. de Arruda Jr, CPGD/UFSC, segundo trimestre de 1996 e, ainda, do livro de LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, 5. ed. rev., São Paulo: Cortez, 1994, p. 63-9, em que resume as idéias essenciais do *historicismo* nas seguintes proposições: a) todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através e na sua historicidade; b) há diferenças fundamentais entre fatos naturais e fatos históricos e, em consequência, entre as ciências que os estudam; e c) não apenas o *objeto* da pesquisa se encontra imerso no fluxo da história, senão que também o *sujeito*, o próprio pesquisador e seu ponto de vista. E ao tratar do marxismo historicista (op. cit. p.127-145), Löwy refere-se a Gramsci como a terceira grande contribuição historicista-marxista ao debate sobre as relações entre ideologia e ciência, em especial nos *Quaderni del Carcere*, nas notas: O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce.

¹⁶⁹ Ver LÖWY, Michael. op. cit., p. 15-62. Nas suas reflexões sobre as concepções *positivistas* no domínio das ciências sociais, aponta para as premissas que estruturam esse sistema: 1) a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis; 2) a sociedade pode ser epistemologicamente assimilada pela natureza e estudada pelos mesmos métodos empregados nas ciências da natureza; e 3) as ciências da sociedade, como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou de ideologias. Em sua origem, esse sistema é revolucionário, sendo inseparável do combate à ordem feudal-absolutista; no processo da história, toma-se conservador, passando seu discurso a limitar-se à constatação de que o estado de coisas existente é natural, produto de leis *'invariáveis'*.

¹⁷⁰ Sobre o significado do pluralismo em Gramsci, é importante o texto de COLLETI, Lucio. *Ultrapassando o marxismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p. 137-139. Analisando o discurso PCI, na Itália, Colletti aponta para a influência de Gramsci. No entanto, sublinha que pluripartidarismo, alternância de maioria e de minoria e governo parlamentar não estão presentes no seu pensamento. Não é esse o significado da hegemonia em Gramsci que, ao advertir para o problema do consenso e ao compreender que a *ditadura do proletariado* não pode ser reduzida ao simples momento da coação, intuindo que, no Ocidente, a vitalidade da *sociedade civil* exige uma concepção expansiva do Estado, sendo necessária a conquista de uma hegemonia moral e intelectual na sociedade, não elaborou uma teoria da hegemonia *sem a ditadura*. E as alianças de que fala não são aquelas próprias do Estado liberal-representativo, como dizem certos teóricos.

uma filosofia especulativa¹⁷¹ à ação revolucionária, num resgate à undécima tese de Marx sobre Feuerbach, antes transcrita¹⁷²; um Gramsci marcado pela *tradição iluminista de crença em uma razão de ordem superior, e pela tradição historicista, que devolve ao povo uma capacidade quase imanente rumo à liberdade*¹⁷³ e que, partindo de formulações que se orientam no sentido da possibilidade de desconstrução de um determinado certo *bom-senso tradicional* para que possa ser construído um *novo senso-comum* rumo à constituição de uma nova sociedade, em célebre passagem escreveu:

*Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência*¹⁷⁴.

Momentos decisivos de sua existência repercutiram diretamente em seu comportamento e no seu estilo de vida¹⁷⁵ marcado pela obstinação pelas causas coletivas, pela revolta contra as desigualdades sociais e por grande sensibilidade pelos oprimidos. E como resultado da miscigenação de vários elementos de influência, caracterizou-se um *ecletismo epistemológico*¹⁷⁶

¹⁷¹ Sobre a *filosofia especulativa* (GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 9.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 56-57), Gramsci questiona se o elemento especulativo é próprio de toda a filosofia, ou se trata, apenas, de problema histórico e não teórico, no sentido de que toda a concepção de mundo assume, numa determinada fase histórica, forma especulativa e transcendental. E, em assim sendo, se esse momento não coincidiria, precisamente, com aquele no qual a hegemonia real se desagrega molecularmente (na base), e o sistema de pensamento, para reagir a essa desagregação, aperfeiçoa-se dogmaticamente, tornando-se fé transcendental.

¹⁷² MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *A ideologia alemã* [I-Feuerbach]. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 14. Importante o registro na página 11 desta obra de que, na versão original, o manuscrito trazia apenas no cabeçalho as palavras *Ad Feuerbach* (dirigido a Feuerbach). Foi o Instituto de Marxismo-Leninismo de Moscou que, na primeira edição de *A ideologia alemã*, em 1932, usou o título *Teses sobre Feuerbach*.

¹⁷³ ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 35. Esse livro será referido, nas notas subsequentes, apenas como *Direito moderno e mudança social*.

¹⁷⁴ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 51.

¹⁷⁵ Sobre a vida de Gramsci, remete-se a FIORI, Giuseppe. *A vida de Antônio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Fiori focaliza momentos significativos de uma existência marcada por incansáveis lutas e muitas dores e que influíram, de uma forma ou de outra, na formação de um homem inquieto, muitas vezes sarcástico, mas sempre ávido de justiça.

¹⁷⁶ Sobre o *ecletismo epistemológico* de Gramsci - a expressão está sendo utilizada numa óptica positiva, como síntese riquíssima que lhe permite formulações amplas e atuais, aplicáveis à multifacetária sociedade brasileira deste final de século -, remete-se a GOLDING, Sue. *Gramsci's democratic theory: contributions to a post-liberal democracy*. Toronto: University of Toronto Press, 1992, p. 19-40. Nesta obra, analisa o *ecletismo epistemológico* de um Gramsci pluralista, com influências de Vico e Croce. Fundamental, também, a abordagem de ARRUDA JR. Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social*, op.cit., que inspira este trabalho. Para que melhor se compreenda a amplitude do pensamento de Gramsci, é que o termo parece apropriado, sublinhando-se que, na medida em que se consegue aglutinar no plano teórico, melhor se avança no plano prático; nesse sentido, Gramsci é um exemplo.

(termo-chave para que se adjective o *patchwork* que possibilitou tanta riqueza na formação de seu pensamento), síntese interessante de idealismo, humanismo, antipositivismo, coletivismo e crença em ações concretas, acentuando sempre o papel da vontade, da ação e do trabalho cultural no processo de transformação do real.

De espírito rebelde desde menino, como ele mesmo revela em carta enviada do exílio em Viena à mulher Julca, em 6 de março de 1924¹⁷⁷, foi um revolucionário que acreditava nos homens enquanto sujeitos da história. Ainda quando cursava o Liceu em Cagliari, na capital da Sardenha, tomou contato com a imprensa socialista através do periódico *Avanti!*, órgão central do Partido Socialista Italiano (PCI), que lhe era remetido por Gennaro, irmão mais velho que se encontrava em Turim prestando serviço militar e de quem sofreu forte influência. Frequentando as reuniões do movimento socialista local, à época marcado por tendências regionalistas e autonomistas, estudava intensamente a *questão meridional*, que estava em voga, e fazia suas primeiras experiências culturais¹⁷⁸.

Num ensaio escolar, provavelmente datado de novembro de 1910, Gramsci manuscreeu o belíssimo texto *Oprimidos e opressores*¹⁷⁹, no qual sublinhou ser *verdadeiramente maravilhosa a luta que a humanidade trava há tempos imemoriais: luta incessante, através da qual tenta arrancar e desfazer todos os vínculos que a libido do poder dum só, duma classe, ou mesmo de todo um povo, tenta impor-lhe*. E depois de refletir, com atualidade, sobre os desejos dos homens de *se quererem devorar uns aos outros, em vez de*

¹⁷⁷ Esta carta, escolhida para apresentar o presente capítulo, está transcrita na obra CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo, Introdução à edição portuguesa. In: *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 29-30.

¹⁷⁸ Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 1-12. No capítulo dedicado à formação juvenil de Gramsci, Coutinho diz ter amadurecido em Gramsci, ao lado de uma profunda revolta contra as desigualdades sociais, intenso *sentimento regionalista*, expresso em artigo publicado no jornal autonomista de Cagliari, *Unione Sarda*. Mais tarde, quando em Turim, Gramsci aderiu ao *Grupo de Ação e Propaganda Antiprotecionista*, que congregava intelectuais meridionalistas. Tornou-se assíduo leitor do jornal *L'Unità*, dirigido pelo meridionalista socialista Gaetano Salvemini, que lutava contra a política protecionista à época aplicada pelo governo de Giolitti e apoiada, ainda que tacitamente, pelos reformistas do PSI. Tais elementos foram semente básica para as análises que, mais tarde, Gramsci fez sobre a situação do Sul da Itália, em *A questão meridional*, com concepções políticas relevantes, ainda hoje aplicáveis à situação brasileira. Nesse debate, entendendo necessária uma aliança entre operários industriais e camponeses, Gramsci posiciona-se com ceticismo em relação às propostas meramente econômicas de assentamentos em terras improdutivas, propondo reformulação radical quanto ao papel dos intelectuais no processo de transformação social.

¹⁷⁹ GRAMSCI, Antônio. *Oprimidos e opressores*. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à Leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achimé. s.d., p. 129-131.

unirem as suas forças para lutar contra a natureza e torná-la cada vez mais útil às necessidades humanas e de insinuar que os sardos eram oprimidos pelos italianos do Norte, finalizou dialeticamente, revelando sua adesão a esse método:

*A Revolução Francesa abateu muitos privilégios, levantou muitos oprimidos, mas não fez mais do que substituir o poder de uma classe pelo de outra. Deixou porém um grande ensinamento: que os privilégios e as diferenças sociais, sendo produto da sociedade e não da natureza, podem ser ultrapassados. A humanidade tem necessidade dum outro banho de sangue para extinguir muitas destas injustiças. Oxalá que os que dominam não venham a arrepender-se de terem deixado a multidão no estado de ignorância e de ferocidade que ainda se encontram!*¹⁸⁰

Retomando-se certos aspectos da vida de Gramsci que repercutiram diretamente na sua formação, em especial na questão da subjetividade, resgatam-se mais alguns dados que comprovam a validade e a importância dessa abordagem. Marcado por uma saúde precária, situação que o acompanhava desde menino e que se agravava longe da família¹⁸¹, conseguiu, com muito esforço, obter uma bolsa de estudos, passando a viver em Turim, cidade que então contava com uma *atmosfera de progresso do capitalismo e arranque industrial*¹⁸².

O momento era de crescimento da economia italiana e de mudanças sociais importantes. Nesse cenário, Gramsci aprofundou seu contato com o movimento operário e seu vínculo com os trabalhadores, sobretudo existencial, conforme Togliatti¹⁸³. Na Faculdade, passou a vivenciar o movimento cultural *idealista* liderado, basicamente, por Benedetto Croce e Giovanni Gentile, de quem sofreu marcadas influências¹⁸⁴, circunstância essa que teve notados

¹⁸⁰ ibidem, p. 131.

¹⁸¹ Cf. FIORI, Giuseppe. *A vida de Antônio Gramsci*. op. cit., p. 83-88. Fiori registra que, por dificuldades financeiras, Gramsci deixava de fazer refeições, com danos à sua precária saúde.

¹⁸² No período de 1895 a 1915, o produto nacional italiano cresceu 50%, a produção industrial passou de 19% a 25%, houve mudança de qualidade com o crescimento da indústria siderúrgica e um processo de concentração bancária, com intervenção do capital financeiro. Quando Gramsci chegou em Turim, sua população era de cerca de 450.000 habitantes, dos quais 1/5 operários qualificados com tradição de luta. Com esses contornos e numa atmosfera de progresso e de *arranque industrial*, essa classe operária não apenas manteve, mas desenvolveu especificidades próprias, cf. CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo, Introdução à edição portuguesa. In: *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 29-40.

¹⁸³ Ler, a respeito, *Nota sobre Antônio Gramsci*, assinada por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, que introduz o livro: GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 1-7.

¹⁸⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 5-6. Apontando para a irresignação de Gramsci ao falso dualismo *reforma* ou *revolução*, fruto da oposição/complementaridade das correntes *reformista* e *maximalista*, Coutinho diz que, se

reflexos em sua multifacetária formação. Filósofos neo-hegelianos contrários à tradição *positivista* que, no final do século XIX, dominara o norte da Itália (hegemonia cultural resultante da mentalidade cientificista vinculada ao rápido desenvolvimento industrial da região), defendiam os valores do espírito, da vontade e da ação, pregando uma cultura *humanista*¹⁸⁵.

Se, por um lado, é verdadeiro que o renascimento do *idealismo* na Itália e sua polêmica *antipositivista* originaram-se no medo provocado pela Comuna de Paris e pelo crescimento do movimento socialista, com o abandono de certas conquistas do pensamento hegeliano e de sua filosofia (em especial dos resultados da polêmica *anti-subjetivista* com lesões ao próprio *historicismo*, como sinala Coutinho¹⁸⁶), por outro, não é menos verdadeiro o elemento libertador assimilado por Gramsci da leitura que dele fez e que acentuava

*o papel da vontade e da ação na transformação do real, a recusa do fetichismo dos 'fatos' e dos mitos cientificistas, que levavam a um determinismo vulgar e fatalista. E esse determinismo vulgar se havia tornado, em grande parte, a ideologia oficial do socialismo italiano*¹⁸⁷.

Aproximando-se do colega socialista Angelo Tasca¹⁸⁸, de Palmiro Togliatti e de Umberto Terracini, com eles formou um grupo (os quatros, mais tarde, estariam juntos no semanário o *L'Ordine Nuovo*) cujas atenções voltavam-se para o *antipositivismo* de Croce, para a luta de Salvemini contra as degenerações corporativas do socialismo, e para o então jovem chefe do *Avanti!*, Benito Mussolini¹⁸⁹.

Com marcadas influências hegelianas¹⁹⁰ e sem deixar de considerar o que leu em Labriola, Vico, Gentile e Croce, elogiou Lênin em seu artigo 'A

o seu *meridionalismo anti-protecionista* o conduzia para a recusa do *reformismo* (política centrada nos interesses corporativos da aristocracia operária do Norte), as influências *idealistas* dos neo-hegelianos Croce e Gentile serviram para que superasse o *positivismo* fatalista encontrado na base do imobilismo *maximalista* (os maximalistas esperavam passivamente pela chegada fatal do *grande dia*; a revolução aconteceria naturalmente pela evolução do capitalismo e pelo acirramento de suas contradições, numa combinação de radicalismo verbal e impotência prática).

¹⁸⁵ *ibidem*, p. 2-3. Sobre a influência de Croce e Gentile na formação filosófica de Gramsci, ver ARRUDA JR. Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit.

¹⁸⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 3.

¹⁸⁷ *ibidem*, p. 3.

¹⁸⁸ Angelo Tasca era filho de um operário socialista e, num congresso de jovens socialistas, em setembro de 1912, foi chamado de '*culturalista*' por Amadeo Bordiga, este um napolitano então estudante de engenharia.

¹⁸⁹ Dados que são lidos na obra de FIORI, Giuseppe. *A vida de Antônio Gramsci*. op. cit., 1979.

¹⁹⁰ CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo. Introdução à edição portuguesa. In: *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 37-39. Nessa introdução, Uchôa Cavalcanti e Paolo Piccone fazem referência ao ingresso do hegelianismo na Itália através do *mezzogiorno*; um hegelianismo visto como filosofia de liberdade, como afirmação de um

*revolução contra o Capital*¹⁹¹ enquanto homem de ação e líder da primeira revolução proletária. Nesse artigo, publicado em 24 de novembro de 1917, na edição nacional do *Avanti!*, Gramsci reafirmou sua não-submissão aos esquemas rígidos de certos seguidores de Marx e demonstrou, claramente, sua formação *idealista* e sua rejeição pela concepção da história como evolução inexorável, determinada exclusivamente pelos fatos econômicos, dizendo sobre a Revolução russa que:

*É a revolução contra o Capital de Karl Marx. O Capital de Marx era, na Rússia, mais o livro dos burgueses que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar na sua sublevação, nas ruas reivindicando, na sua revolução. Os fatos porém ultrapassaram as ideologias. Os fatos fizeram rebentar os esquemas críticos de acordo com os quais a história da Rússia devia desenrolar-se segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolchevistas renegam Karl Marx, afirmam, com o testemunho da ação concreta, das conquistas alcançadas, que os cânones do materialismo histórico não são tão rígidos como se poderia pensar e pensou*¹⁹².

E a mescla de antipositivismo e de voluntarismo, como traço específico do marxismo juvenil de Gramsci, está expressa nesse clássico artigo, como sinala Coutinho¹⁹³. Informado por uma concepção *antieconomicista* do marxismo, saúda os bolcheviques que teriam logrado superar, através da ação concreta, os cânones do materialismo histórico, suplantando o *economicismo* referindo terem sido os *revolucionários que criaram as condições necessárias para a realização completa e plena do seu ideal*.¹⁹⁴

Em seu processo de amadurecimento, foi superando certa intransigência moral que demonstrara ter quando do combate ao *reformismo*¹⁹⁵ para, na

Estado antieclesiástico e identificado com a luta pela unidade nacional italiana.

¹⁹¹ GRAMSCI, Antônio. A revolução contra o capital. In: *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 118-120. Esse texto foi publicado no *Il Grido del Popolo*, Turim, em 5 de janeiro de 1918.

¹⁹² *ibidem*, p. 118-120.

¹⁹³ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 7. Cf. ARRUDA JR, Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social*, op. cit., p. 40, Gramsci, no seu processo de amadurecimento, não rompe totalmente com a base de sua formação juvenil. Com isso, não que dizer que tenha colocado a subjetividade acima da subjetividade, mas que situa a política acima da economia, redefinindo-as.

¹⁹⁴ GRAMSCI, Antônio. A revolução contra o capital. In: *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 120.

¹⁹⁵ O *reformismo* contra o qual Gramsci se debatia, especialmente quando aderiu ao *Grupo de Ação e Propaganda Antiprotecionista*, que congregava intelectuais meridionalistas, era o adotado por certos membros do PSI que apoiavam, ainda que tacitamente, a política protecionista do governo de Giolitti, centrada nos interesses corporativos de uma aristocracia operária do Norte. Ou seja, um *reformismo reboquista*, distinto do *reformismo revolucionário* através do qual Coutinho designa o caráter processual da estratégia de guerra de posição e que, abandonando a lógica dicotômica entre *superestrutura* e *infra-estrutura*, considera as tensões próprias dos processos de mediação social e viabiliza a interação entre sociedade

maturidade dos *Quaderni del Carcere*, chegar à concepção de *guerra de posição*, marcada pela necessidade de uma longa luta visando à conquista de trincheiras na sociedade civil. Nessa caminhada, passou pelas influências da Revolução Russa e pela criação do *L'Ordine Nuovo*, semanário com o qual inaugurou nova fase em sua trajetória, colocando como meta '*traduzir Lênin em italiano*', ou seja, *analisar concretamente a realidade nacional de seu país para nela descobrir os elementos capazes de viabilizar a criação de um Estado proletário, de tipo soviético*.¹⁹⁶

Sua concepção de Estado *ampliado*, em que aparece desembaraçado do determinismo positivista para considerar as lutas que se travam na sociedade; sua formulação sobre os *intelectuais orgânicos*, entendidos como elo de ligação entre infra e superestrutura, a desempenharem suas funções nos campos social e político; seu conceito de *sociedade civil* como portadora material da figura social da *hegemonia*, são essenciais para determinar a novidade de sua teoria política e constituem modelo de análise importante para este trabalho, considerados os objetivos nele definidos e suas problematizações¹⁹⁷.

Com seus conceitos, Gramsci *não inverte nem nega as descobertas essenciais de Marx*. Sem anular o princípio de que *a produção e a reprodução da vida material, implicando a produção e reprodução das relações sociais globais, é o fator ontologicamente primário na explicação da história*, amplia, enriquece e concretiza, *com novas determinações*, a teoria marxista do Estado¹⁹⁸. Operando uma dialética *conservação/superação* frente aos clássicos marxistas que identificam o Estado - a máquina estatal - com o conjunto de seus aparelhos repressivos, Gramsci não os nega. Em momento

política e sociedade civil.

¹⁹⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 10.

¹⁹⁷ GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Gruppi prioriza a categoria de *hegemonia*, afirmando ter sido Gramsci o teórico marxista que mais insistiu sobre esse conceito, estando nele o ponto de sua maior confluência com Lenin; Hugues Portelli (PORTELLI, Hugues, *Gramsci e o bloco histórico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990) remete o essencial da obra de Gramsci, nos *Quaderni*, ao conceito-chave de *bloco histórico*; e Nicola Badaloni (BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci*. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 6-69), sem estabelecer precedência, parte da teoria gramsciana das *ideologias*, sublinhando que as expressões e os impulsos ideológicos remetem às estruturas das quais eles são produtos. São abordagens que denotam a amplitude de um pensamento que, não negando ser o papel econômico determinante, aponta para um novo modo de considerar as relações entre estrutura e superestrutura. Tal registro é necessário para que não se lhe deturpe o pensamento.

¹⁹⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 74.

histórico distinto daquele analisado por Marx, Engels e Lenin, quando escassa era a socialização da política e as vanguardas combativas operavam na clandestinidade¹⁹⁹, vivenciou a intensificação dos processos de participação política, com a formação dos grandes sindicatos, dos partidos de massa e a conquista do sufrágio universal. Essas circunstâncias, percebidas já desde antes de sua fase madura dos *Quaderni del Carcere*, contribuíram para a constituição de uma esfera social nova, que provocava maior complexidade ao fenômeno estatal²⁰⁰. Partindo do reconhecimento da socialização da política, realidade nos países *Ocidentais* de capitalismo desenvolvido, com formação de sujeitos políticos coletivos de massa, e sem abandonar a polêmica que desde jovem abria contra o *economicismo*, reveladora de sua postura antipositivista²⁰¹, mergulhou no movimento da história e construiu sua *Teoria ampliada do Estado*, apoiada nessa nova trama privada que descobriu e que denominou *sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia)*.²⁰²

Com uma visão não dogmática e retomando o sentido original do marxismo como *filosofia da práxis*²⁰³ - *tradução do hegelianismo em linguagem*

¹⁹⁹ idem. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 13-69. Coutinho sintetiza a evolução dos conceitos de Estado e de revolução na história do marxismo. Partindo de Marx e Engels, passa por Lenin, Trotski, Rosa de Luxemburgo, chega aos austromarxistas - Otto Bauer e Max Adler - e, depois, a Gramsci, com quem a ampliação da teoria do Estado recebe formulação mais sistemática, com novas determinações. No final, analisa as formulações de Poulantzas sobre o Estado, em parte abordadas neste trabalho.

²⁰⁰ idem. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 75.

²⁰¹ Ou seja, em oposição ao positivismo. Gramsci debatia-se contra as tendências que, fundando o marxismo sobre o fatalismo mecanicista, transformavam-no numa sociologia positivista. Sobre as concepções positivistas no domínio das ciências sociais, leia-se LÖWY, Michael. op. cit., p.17-62.

²⁰² Sobre a *sociedade civil* em Gramsci, as leituras não são monolíticas. Coutinho (COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 53-54) examina a originalidade de Gramsci na ampliação do conceito marxista de Estado, afirmando que essa originalidade aparece na definição de *sociedade civil*. Enquanto em Marx e Engels - no que seguem Hegel -, designa o conjunto de relações econômico-capitalistas, momento da infra-estrutura, nele designa uma esfera da superestrutura: conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de grupos sociais diversificados como, também, pela elaboração e divulgação de valores simbólicos e ideologias. Tanto nessa obra, como em *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 73-81, polemiza com Bobbio sobre a concepção gramsciana de *sociedade civil* (BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982), apontando para as falsas conclusões teóricas de Bobbio, como segue: como Gramsci identifica a *sociedade civil* com o mundo da *superestrutura*, no que difere de Marx, Bobbio, parecendo supor ter ele retirado o fato - base econômica - como ontologicamente primário, transforma-o num *idealista* que coloca na superestrutura política (e não na base econômica) o elemento fundante do processo histórico. Ocorre que, referindo-se ao problema do Estado, Gramsci enriquece a teoria marxista com novas determinações, mais mediatizadas, onde a sociedade civil é mais forte. Esse livro de Bobbio teve origem em exposição no Simpósio Internacional de Estudos Gramscianos, Cagliari, abril de 1967. Sua participação recebeu críticas de intelectuais. Ao respondê-las, nega tenha transformado Gramsci num idealista, dizendo ter apenas tentando demonstrar ter sido ele um intérprete original do pensamento marxista.

²⁰³ Gramsci utiliza a expressão *filosofia da práxis* não apenas para fugir de seus algozes, mas, também, em face de sua concepção do marxismo que, numa unidade entre teoria e prática,

*historicista*²⁰⁴ -, analisou o atraso da revolução no Ocidente industrializado, onde o capitalismo se afirmava e ampliava sua esfera de dominação através de aparelhos privados de hegemonia. Aprofundando suas reflexões sobre o Estado e as diferentes determinações existentes nas realidades Orientais e Ocidentais, Gramsci enfrentou a teoria da *revolução permanente* de Trotsky²⁰⁵. Examinando os elementos que possibilitaram a Revolução de 1917, observou:

*Illich compreendeu que se verificara uma modificação da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a 'guerra de posição', que era a única possível no Ocidente onde, como observa Krasnov, num espaço estreito podiam acumular quantidades indiscriminadas de munição, onde os quadros sociais eram de per si ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas*²⁰⁶.

Ponderando que Lenin não teve tempo de aprofundar sua fórmula, percebe a importância da compreensão das determinações da sociedade civil para o reconhecer o terreno e fixar os elementos de trincheira, refletindo:

*No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional*²⁰⁷.

funda a práxis revolucionária transformadora e confirma na práxis a validade de suas próprias colocações, cf. GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. op. cit., p. 71-72.

²⁰⁴ Segundo palavras do próprio Gramsci. *apud*: FIORI, Giuseppe. op. cit., p. 297.

²⁰⁵ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 74. A concepção trotskiana de revolução explosiva é reflexo de uma visão restrita de Estado e da unidade de poderes colocada como condição absoluta para a estabilidade de qualquer regime. Segundo COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 35-42, houve um recuo de Trotsky que, anteriormente, não apenas generalizara a situação de *duplo poder* ao afirmar que a dualidade de poderes não era característica exclusiva da Revolução Russa de 1917, como percebera a influência, ainda que relativa, da correlação das forças sociais em luta na política executada pelo Estado. Recuando, Trotsky passou a afirmar que as transferências parciais do Poder admitidas orientam-se rumo à explosão revolucionária, denotando não ter superado aquela visão restrita, da qual os bolcheviques não se libertaram completamente.

²⁰⁶ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 74.

²⁰⁷ *ibidem*, p. 75. Sendo a teoria ampliada do Estado a base que permite a Gramsci explicar o fracasso da revolução nos países Ocidentais, é fundamental se compreenda a divisão entre Oriente e Ocidente, encontrada nas notas sobre *Maquiavel: no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma justa relação e, quando se dava um abalo do Estado, percebia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil*. Ou seja, nas formações Orientais, a sociedade civil é frágil, predominando o Estado-coerção; nas Ocidentais, ampliam-se as organizações autônomas, os partidos políticos, os sindicatos, num quadro de maior socialização da política. Em Gramsci, a *ocidentalidade* e a *orientalidade* de uma formação social - divisão que não é dicotômica e/ou estática - não importa dado geográfico, mas, sobretudo, *histórico*. Numa visão de conjunto, são Ocidentais as formações democráticas modernas mais complexas e organizadas, em oposição às sociedades tradicionais, cuja sociedade civil é *gelatinosa*, o Estado bastante forte, o Parlamento inexpressivo e os partidos políticos a *serviço das*

Superando formulações marxianas que viam o Estado como **mero**²⁰⁸ instrumento de coerção através do qual é estabelecida a ditadura de uma classe dominante, propôs nova conceituação, passando, exatamente, pelo aprofundamento dos mecanismos de dominação existentes na esfera da sociedade civil. Usando a simbologia de um centauro, metade homem e metade animal, o Gramsci dos *Quaderni*²⁰⁹ fala da natureza *centáurica* do Estado onde a sociedade política constitui o seu *lado animal*, da dominação, da coerção; o outro lado, a *metade humana*, é constituído pela sociedade civil, pela hegemonia, pelo consenso, pelo diálogo. Para ele, o Estado não estava determinado **apenas** a partir do aparelho coercitivo. Passava a comportar, *além da sociedade política* (Estado/coerção, ou Estado em sentido estrito, com o conjunto dos mecanismos através dos quais as classes dominantes detém o monopólio da repressão e da violência), a *sociedade civil* - conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias: *sistema escolar, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, meios de comunicação de massa, etc.*²¹⁰

Sem abandonar a compreensão marxista de que no capitalismo o Estado não é um fim em si mesmo, subordinando-se aos interesses particulares de uma determinada classe, Gramsci desdobra, metodologicamente, o conceito de Estado em dois planos da superestrutura: a) o da coerção, da força, da

oligarquias estaduais, como acontecia no Brasil da primeira República. A partir do processo de industrialização, a estrutura social brasileira torna-se mais complexa, a *sociedade civil* assume contornos de maior socialização na política, *modernizando-se*, ainda que o perfil de *modernidade* seja atrasado e que as revoluções tenham sido *'passivas'*. Ver COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: *Gramsci e a América Latina*. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 103-127.

²⁰⁸ Não se nega que Gramsci também visualiza o Estado como instrumento de coerção, mas, ampliando, ao lado do Estado-coerção, surge o que chama de sociedade civil, constituída pelo conjunto plural dos sujeitos políticos coletivos, os *'aparelhos privados de hegemonia'*.

²⁰⁹ GRAMSCI, Antônio. *Quaderni del Carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci (A cura di Valentino Gerratana). Torino: Einaudi, 1975, Vol. III, p. 1576. Nessa obra, que nas notas subsequentes será citada apenas como *Quaderni*, Gramsci refere à *doppia natura del Centauro machiavellico, ferina ed umana, della forza e del consenso, dell'autorità e dell'egemonia, della violenza e della civiltà, dei momento individuale e di quello universale*. A propósito, Rolim (ROLIM, Marcos. Gramsci Heterodoxo. In: MARQUES, J. Luiz; PILLA VARES, Luiz (Org.). *Gramsci: cem anos de um pensamento vivo*. op. cit., 68), apontando para a singularidade do marxismo gramsciano, amálgama de influências entre as quais destaca o idealismo de Croce, ao lado do pensamento de Lenin, faz referência à simbologia do centauro, ora destacada.

²¹⁰ É obrigatória a leitura da dissertação de mestrado de DAMASCENO, Rafael. *Poder Judiciário e hegemonia: o caso dos magistrados alternativos do Rio Grande do Sul*, CPGD/UFSC, fev. 95, s.ed., em especial seu item 1.3.2 em que, abordando aspectos da teoria *restrita* e da teoria *ampliada* do Estado, assinala que, no interior do marxismo, os estudos de Gramsci sobre o Estado são *uma ruptura na compreensão do fenômeno do poder nas sociedades capitalistas, operando uma dialética de conservação/superação frente a concepção 'tradicional' de Estado, denominada por Coutinho de 'Teoria Restrita'* (op. cit. p. 21).

ditadura; e b) o da organização, da direção, da hegemonia. Dessa forma, amplia a *Teoria restrita do Estado*²¹¹ aduzindo novas determinações a essa compreensão. Com esses novos contornos, passa a visualizar um Estado que envolve tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil*. E a partir dessas colocações, procurando dissolver as confusões existentes no *senso-comum* entre *sociedade civil* e *sociedade política*, sublinha que na noção geral de Estado encontram-se elementos comuns à noção de sociedade civil e, nesse sentido, define o Estado como *sociedade política + sociedade civil*, isto é, *hegemonia revestida de coerção*²¹². Assim, inova, supera e inaugura uma *Teoria política* no marxismo da qual verificam-se repercussões estratégicas e consequências no plano das ações concretas.

Num mundo em disputa, criam-se aparelhos privados de hegemonia que, constituídos no processo das lutas coletivas, passam a conviver com os velhos aparelhos ideológicos de Estado; estes, tornando-se algo privados, passam a fazer parte da sociedade civil. Nesse momento, Gramsci antevê a possibilidade de que um *gruppo sociale può e anzi deve essere dirigente già prima di conquistare el potere governativo (è questa una delle condizioni principali per la stessa conquista del potere)*²¹³; ou seja, um grupo social pode e deve ser dirigente (hegemônico) mesmo antes de conquistar o poder governamental, colocando nessa realidade uma das condições principais para a própria conquista do poder. Assim refletindo, Gramsci abre a possibilidade para que as classes subalternas possam, no interior de um ou de vários

²¹¹ As expressões *restrita* e *ampla* são utilizadas por Coutinho (COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 14) para indicar diferentes abordagens marxistas do Estado.

²¹² Sobre essa dicotomia, ver GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 102. Gramsci, buscando traduzir em linguagem política moderna a noção de *príncipe*, como no livro de Maquiavel, equipara-o ao partido político, elemento equilibrador dos diversos interesses em luta, com poder *de fato* de exercer função hegemônica. E no item *Política e direito constitucional*, reflete no sentido da superação dessa dualidade.

²¹³ *Quaderni*, p.2010. Carlos Nelson Coutinho faz a mesma referência (COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 80-81). Sobre *hegemonia* e *dominação* em Gramsci, ver MARQUES, J. Luiz. O legado intelectual de Gramsci. In: MARQUES, J. Luiz; PILLA VARES, Luiz (Org.) *Gramsci: cem anos de um pensamento vivo*. op. cit., p. 32, em que polemiza com Perry Anderson. Este, no artigo *As antinomias de Antônio Gramsci*, publicado pela *New Left Review*, em 1977, aponta para formulações dicotômicas de Gramsci a traduzirem *oposição absoluta* (que se desdobra no princípio clássico do reformismo) entre *guerra de posição* e *guerra de movimento* no Ocidente. Discordando, Marques diz haver *oposição relativa* prevalente. Reconhecendo que a analogia utilizada por Gramsci entre ciências política e militar pode ter levado a equívocos interpretativos, pondera que Anderson *exagera nos juroes ao absolutizar os pólos da oposição anunciada pela maturidade do supracitado italiano*. Essa polêmica permite não se tenha uma leitura *domesticada* de Gramsci, cujas categorias podem dar conta dos dilemas da multifacetária sociedade brasileira.

aparelhos hegemônicos privados, construir seus espaços de hegemonia antes mesmo da tomada do poder de Estado, em sentido estrito. Para, logo a seguir e aprofundando seu raciocínio, afirmar *dopo, quando esercita il potere e anche se lo tiene fortemente in pugno, diventa dominante ma deve continuare ad essere anche 'dirigente'*²¹⁴. É dele o questionamento básico para que possam ser enfrentados certos dilemas propostos desde o início deste trabalho:

*A formar-se o dirigente, é fundamental a premissa: pretende-se que existam sempre governados e governantes, ou pretende-se criar as condições em que a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano, ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?*²¹⁵

E sendo verdadeiro o que assinala Agostinho Ramalho, com suporte em Heidegger, que toda resposta é antes um momento da pergunta que, longe de dissolvê-la, a expande; e a pergunta autêntica somente pode ser formulada de tal modo que aquele que interroga, enquanto tal, esteja implicado na questão, isto é, esteja problematizado²¹⁶, Gramsci, formulando a questão transcrita e nela implicado, revela-se. Desejoso da transformação, resgata Maquiavel que, ao invés de propor diretamente seja mudada a realidade, apenas a interpreta e indica uma possível linha de ação mostrando, concretamente, como deveriam atuar as forças históricas para se tornarem eficientes²¹⁷. Como em sua concepção Estado e estratégia compõem uma unidade indissolúvel, é necessário unir as abstrações teóricas gerais (como Estado, sociedade civil, sociedade política) e as abstrações históricas determinadas (como um certo tipo de Estado, uma tal hegemonia) no sentido *negação/superação*²¹⁸. Trata-se de dado da mais alta relevância a apontar para um pensador essencialmente dialético que propõe se compreenda a realidade para, a partir dela, transformá-la, interagindo *sujeito e objeto, teoria e prática*; um pensador que, preocupado com a unidade entre a teoria e a prática, afirma a necessidade da pesquisa, da análise e da crítica das diversas formas nas quais se apresentou,

²¹⁴ Quaderni, p.2010-2011; ou seja: *depois, quando exerce o poder e mesmo o tendo fortemente sob seu punho, torna-se dominante mas deve continuar também 'dirigente'*.

²¹⁵ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p.19.

²¹⁶ RAMALHO, Agostinho. Direito alternativo e marxismo: apontamentos para uma reflexão crítica. In: CARVALHO, Amilton Bueno de (Org.). *Revista de D. Alternativo*, São Paulo: Acadêmica, p. 37- 38, 1992.

²¹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p.43.

²¹⁸ Cf. PILLA VARES, Luiz. Gramsci: hegemonia e partido. In: MARQUES, J. Luiz; PILLA VARES, Luiz (Org.) *Gramsci: cem anos de um pensamento vivo*. op. cit., p. 25.

na história das idéias, essa questão²¹⁹, relacionando-as com a própria concepção da *filosofia da práxis*. É na *filosofia da práxis*, a partir da identidade entre filosofia, história e política e reconhecendo não existir um único *senso-comum* - pois também ele é um produto e um *devenir histórico*²²⁰ -, que Gramsci, aprofundando sua compreensão, busca extrair de um núcleo *sadio*²²¹ do *senso-comum*, o *bom-senso*, a base para a constituição do *novo senso-comum*, elevado e enriquecido²²². E analisando o conceito de unidade entre teoria e prática, reflete:

*Já que toda ação é o resultado de diversas vontades, com diverso grau de intensidade, de consciência, de homogeneidade, com o conjunto íntegro da vontade coletiva, é evidente que também a teoria correspondente e implícita será uma combinação de crenças e pontos de vista igualmente desordenados e heterogêneos. Todavia, existe adesão completa da teoria à prática, nestes limites e nestes termos. Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência: ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria sejam colocada em ação*²²³.

Em sua estratégia para os países ocidentais de guerra de posição, própria para as formações mais desenvolvidas do capitalismo recente, onde a sociedade civil apresenta estrutura complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.) e cujas superestruturas são como o sistema de trincheiras na guerra moderna, sendo necessário estudar 'com profundidade' quais os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistema de defesa na guerra de posição²²⁴, a conquista do poder de Estado é de ser precedida por uma longa luta pela hegemonia no interior e através da sociedade civil, no interior do próprio

²¹⁹ Cf. GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 51-52.

²²⁰ *ibidem*, p. 14.

²²¹ *ibidem*, p.16.

²²² Cf. ARRUDA JR, Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op.cit. p. 35. Nesta obra, partindo de formulações gramscianas, Arruda Jr. localiza primordialmente na sociedade civil o *locus* das lutas transformadoras. No entanto, reconhece no âmbito do Estado (sociedade política em sentido mais restrito) espaço para a luta política. Sua hipótese central é a de que é possível um novo senso crítico, tendo por origem o confronto cultural com os *senso comuns* que dão organicidade ao *status quo jurídico* e que reforçam a hegemonia dominante. Este primeiro movimento, desconstrutivo, é imprescindível, mas insuficiente se, paralelamente à desconstrução do velho, não se der a construção (teórica) do novo [...]. (op. cit., p. 83).

²²³ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 51.

²²⁴ *Quaderni*, p. 1615-1616; e GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 73.

Estado em seu sentido *amplo*²²⁵. Isso porque, nesses Estados, com uma sociedade civil que se apresenta com contornos complexos e resistentes,

*Da mesma forma que ocorria na guerra, quando um nutrido fogo de artilharia parecia ter destruído todo o sistema adversário, mas, na realidade, só o atingiria na sua superfície externa, e no momento do ataque os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente, assim ocorre na política durante as grandes crises econômicas; nem as tropas atacantes, em virtude da crise, organizam-se rapidamente no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; reciprocamente, os atacados não se desmoralizam, nem abandonam as defesas, mesmo entre ruínas, nem perdem a confiança na sua força e no seu futuro*²²⁶.

Reconhecendo que nem todas as sociedades são como a da Rússia de 1917, na qual o elemento rapidez (tempo acelerado) foi importante e onde ocorreu um fato histórico fundamental, com implicações básicas para a arte e para a ciência da política, propõe sejam estudados com *profundidade* quais os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistema de defesa na *guerra de posição*. Ao formular essa proposição, sublinha que utiliza a expressão *profundidade* de forma intencional porquanto tais elementos foram estudados *a partir de pontos de vista superficiais e banais, como certos estudiosos do vestuário estudam as curiosidades da moda feminina*.²²⁷ E, no texto original dos *Quaderni*, se lê:

*L'ultimo fatto dei genere nella storia della politica sono stati gli avvenimenti del 1917. Essi hanno segnato una svolta decisiva nella storia dell'arte e della scienza della politica. Si tratta dunque di studiare con 'profondità' quali sono gli elementi della società civile che corrispondono ai sistemi di difesa nella guerra di posizione. Si dice con 'profondità' a disegno, perché essi sono stati studiati, ma da punti di vista superficiali e banali, come certi storici del costume studiano le stranezze della moda femminile...*²²⁸

Trata-se de idéia concebe a história como uma trajetória que importa longo e complexo caminhar, visando à conquista de posições e espaços como

²²⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. A estratégia socialista no ocidente. In: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 89-101. Neste capítulo, Coutinho analisa a explicação de Gramsci ao fracasso da revolução no *Ocidente*. Em síntese, esse fracasso se deu porque não foram consideradas as diferenças estruturais entre as formações sociais do *Oriente* - com uma sociedade civil débil e predomínio quase total do Estado-coerção - e as do *Ocidente* - com uma ação mais equilibrada entre sociedade política e sociedade civil. É a partir dessa constatação que formula sua estratégia: no *Ocidente*, as batalhas devem ser travadas no âmbito da *sociedade civil*, através de *guerra de posição*; no *Oriente*, a predominância do estado-coerção impõe-se a estratégia de *guerra de movimento*, com vistas à tomada do Estado. Enfatiza-se que o destaque que dá à *sociedade civil* não obscurece o papel também repressor do Estado, este compreendido em seu sentido integral: *ditadura mais hegemonia*.

²²⁶ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op.cit, p. 73.

²²⁷ *ibidem*, p.73.

²²⁸ *Quaderni*, p. 1616.

condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação, através da sociedade civil; é a idéia de transição como processo, afastada aquela de *guerra de movimento*, com tomada de assalto repentino e frontal do Estado e decorrente colapso da sociedade burguesa. Nela, o fator tempo é fundamental, remetendo, por vezes, à questão da *iminência da tomada do poder através da revolução explosiva* - guerra de movimento -, ou à *revolução diferida ou postergada* - guerra de posição²²⁹. Assim fazendo, resgata no marxismo seu conteúdo não-fatalista. Sem relegar a um segundo plano as relações de produção, compreendendo sua materialidade e sobredeterminação, aponta para o papel fundamental do *sujeito*, da *ideologia* e da *vontade* no processo da história e da transformação social. Afirmando a importância da concretização da vontade coletiva, Gramsci aponta para a necessidade de que a vontade coletiva e a vontade política em geral sejam definidas no sentido moderno: vontade essa entendida como consciência de uma necessidade histórica e internalizada, protagonista de mudanças reais e efetivas, *una volontà collettiva riconosciuta e affermatasi parzialmente nell'azione*.²³⁰ Para ele, esse concentrado de vontade política moderna apresenta reais possibilidades de incidir sobre a relação Estado x sociedade civil, no momento em que a sociedade civil se torna um elemento do choque dialético com a sociedade política, prevendo uma progressiva atenuação das funções desta no interior do Estado, passando aquela (a sociedade civil) a assumir, no Estado, papel primordial²³¹. Nesse processo, coloca em relevo a ação dos *intelectuais* na constituição de um *novo senso-comum*. Essa reflexão é aprofundada nas *Notas sobre Maquiavel* onde, examinando a importância do moderno príncipe na formação das vontades coletivas, visualiza-o como sendo o partido político, a *primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais*.²³²

Em Gramsci, a *crise de hegemonia* - observe-se que ele trabalha o conceito contrastando as estruturas políticas das sociedades *Ocidentais* e *Orientais*, procurando traçar estratégias políticas de radicalidade nas quais estariam contempladas as determinações e as particularidades de cada

²²⁹ Cf. PILLA VARES, Luiz . op. cit., p. 26. Partindo da crítica ao economicismo em Gramsci, Pilla Vares constrói seu raciocínio sobre as estratégias de *guerra de movimento* e de *posição*.

²³⁰ *Quaderni*, p.1558: ou, a *vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação*. Ver GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 6.

²³¹ Cf. BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo*. op. cit., p. 92.

situação²³³ - *não possui sentido unívoco: ora aparecendo como significando aliança de classes subalternas, ora a supremacia ou direção cultural que a burguesia exerce sobre o conjunto da sociedade*²³⁴. Enquanto expressão política da *crise orgânica*, caracteriza-se por um período de maturação onde se estabelecem lutas por espaços, com avanços e recuos, podendo dar lugar a diferentes alternativas²³⁵. É esse raciocínio que o leva a desenvolver uma estratégia alternativa ao que chamou de *guerra de movimento*, ou ataque frontal do Estado: a de *guerra de posição*. E nessa *guerra de posição*, que perpassa uma crise de hegemonia,

*não há lugar para a espera messiânica do 'grande dia', para a passividade espontaneísta que conta com a irrupção de uma explosão do tipo catastrófico como condição para 'assalto ao poder'. O critério central para a decisão da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final de promover transformações*²³⁶.

Assim, a conquista da hegemonia, ou seja, a possibilidade de transformação da classe dominada em dirigente antes mesmo de tomar o poder, é elemento básico na estratégia que propõe. Em Gramsci, a *hegemonia* é pensada como algo que se constrói com base no diálogo, no consenso²³⁷; numa relação hegemônica, há prioridade da vontade geral sobre a singular, considerados os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais será exercida²³⁸. Isso porque:

²³² GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit. p. 6; *Quaderni*, p. 1558.

²³³ MARQUES, J. Juiz. O legado intelectual de Gramsci, In: *Gramsci: cem anos de um pensamento vivo*. op. cit., p. 31.

²³⁴ Cf. DAMASCENO, Rafael, op. cit. p. 26.

²³⁵ Não sendo força coesiva, a hegemonia apresenta contradições. A *crise orgânica*, que, no seu aspecto econômico, apresenta-se como manifestação de *contradições estruturais do modo de produção*, no *superestrutural* aparece como *crise de hegemonia*. E Gramsci reflete: *se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais dirigente, porém unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias tradicionais, que não crêem mais no que antes criam. [...]* A *crise de hegemonia*, enquanto expressão política da *crise orgânica*, é o tipo específico de *crise revolucionária nas sociedades mais complexas, com alto grau de participação política* (apud: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 93).

²³⁶ *ibidem*, p. 93-94.

²³⁷ *idem*, *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 122.

²³⁸ O conceito gramsciano de hegemonia - acréscimo às afirmações de Marx e Engels em *A ideologia alemã* de que as idéias da *classe dominante* são as *idéias dominantes* e que a classe que é a *força material dominante na sociedade* é, ao mesmo tempo, sua *força intelectual dominante* -, apresenta significados básicos: a) processo na *sociedade civil* através do qual parte da classe dominante, via liderança intelectual e moral, exerce o controle sobre outras frações da mesma classe articulando princípio hegemônico que combina elementos comuns extraídos das visões de mundo e dos interesses de grupos aliados; e b) relação entre classes dominantes e dominadas, correspondente às tentativas da classe dominante de moldar

*O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica*²³⁹.

Nem toda a crise é orgânica e a crise de hegemonia difere da crise orgânica; esta, favorecedora de novas forças sociais, provoca mudança no bloco histórico, seja pela guerra de movimentos ou pela guerra de posição. Importando ruptura dos laços orgânicos entre a estrutura e a superestrutura, seu desencadeamento pode ser suscitado tanto pelas classes subalternas, organizadas ou não, que da passividade política passam a exercer certa atividade, ou em face de um fracasso político da classe dirigente. Ainda que o processo se possa dar de formas diferentes, o conteúdo é o mesmo porquanto:

*o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução*²⁴⁰.

Quando se estabelece uma crise de tal ordem, fragilizam-se os vínculos de representação das classes sociais, sendo necessário, para a constituição

interesses dos grupos subordinados. Gramsci não acreditava que a *crise de hegemonia* (crise para ele consiste em que o velho está morrendo e o novo não pode nascer) fosse resultado da crise econômica. Ao contrário, seriam as crises econômicas que poderiam criar condições para a crise de hegemonia: as crises poderiam desencadear um processo de transformação revolucionário, desde que houvesse consciência das massas; o desenvolvimento dessa consciência produziria a transformação revolucionária, cf. CARNOY, Martin. op. cit., p. 95-106. A universalidade das categorias gramscianas é registrada por ARRUDA JR, Edmundo Lima de. Gramsci e o Direito: reflexões sobre novas juridicidades. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima; BORGES FILHO, Nilson (Org.). *Gramsci: Estado, Direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995, p. 27-42. Refletindo sobre sociedade política/sociedade civil-coerção/consenso, aponta serem frágeis as fronteiras entre espaços de consenso e coerção, que podem ser pensados em termos de dominância, mas não exclusivos. Analisando a ação do estado brasileiro pós-64, diz terem os aparelhos repressivos constituído os fundamentos da *nova ordem*. Porém, não foram os únicos que atuaram na reprodução do *status quo*. Ao lado do continuado e planejado desmonte da esquerda organizada, houve verdadeira produção do consenso a partir do Estado, em sentido estrito, lembrando que, partindo da sociedade civil, empresários paulistas constituíram comandos para-militares repressores, concluindo: *se guerra de posições significa busca de hegemonia, e se esta significa, para Gramsci, contra-hegemonia, então a luta por 'novas superestruturas político-jurídicas' é uma condição para uma nova sociedade*". É a hegemonia vista como revolução antipassiva.

²³⁹ GRAMSCI, Antônio, *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 33.

²⁴⁰ ibidem, p. 55.

de um *novo bloco histórico*²⁴¹, que a ruptura atinja as classes *fundamentais*, a saber: de um lado, a classe dominante; de outro, a que aspira à direção do novo sistema hegemônico. No entanto, uma crise pode desenrolar-se *dentro do próprio sistema hegemônico*, sem provocar essa ruptura; nesse caso, põe em conflito tão somente as diferentes frações da própria classe fundamental, excluindo as classes subalternas²⁴². Como exemplo de uma crise assim constituída, aponta para o golpe de Estado desfechado por Louis Bonaparte, na França, em 2 de dezembro de 1851²⁴³, porquanto:

*Favorecendo de imediato a uma determinada fração do grupo dominante, e, para não errar, esta escolha recai sobre aquela fração que evidentemente tem uma função progressista e de controle sobre o conjunto das forças econômicas [...] cedo ou tarde a fração progressista do grupo dominante acabará controlando o novo governo e o transformará num instrumento para utilizar o aparelho estatal em seu benefício*²⁴⁴.

Tomando-se o último aspecto da análise de Portelli no quadro do conceito de *bloco histórico* - o momento de desagregação da hegemonia da classe dirigente no sentido da edificação de um novo sistema hegemônico

²⁴¹ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. op. cit. Portelli toma o *bloco histórico* como conceito-chave, analisando-o sob tríptico aspecto: a) estudo das relações entre estrutura e superestrutura, enfatizando jamais ter Gramsci estabelecido primazia de um ou outro elemento; b) estudo dinâmico desse bloco, servindo como ponto de partida para a análise da maneira pela qual um *sistema de valores culturais* (em Gramsci chamado de ideologia) se internaliza e passa a integrar um *sistema social*, observando que o estudo do conceito de *bloco histórico* não pode ser isolado do de *hegemonia do bloco intelectual*; e c) a desagregação da hegemonia da classe dirigente para, edificado um novo sistema hegemônico, constituir novo *bloco histórico*. O último aspecto é referencial importante para este trabalho por dizer respeito, basicamente, ao papel que pode ser exercido pelos *intelectuais* na constituição de um novo sistema hegemônico e no *desencadeamento de uma 'crise orgânica' do bloco histórico*.

²⁴² No trabalho *As democracias incertas e o tortuoso caminho da transição* - CPGD/UFSC, primeiro trimestre de 1996, disciplina *Teoria Política* - registrei: *Se a ditadura significou a derrota das forças democráticas, por outro lado operou contradições dentro do aparelho militar, com resistências que, provavelmente, representaram papel importante para o processo de distensão. Setores empresariais, com expectativas não atendidas, passaram a criticar a política econômica de Geisel. O grande capital, um dos pilares de sustentação do regime, começou a atacar o estatismo. E, sem desconsiderar a ação dos movimentos sociais pressionando a abertura, avaliei a questão econômica que a impulsionou buscando nas categorias de Gramsci explicar o retorno consentido aos quartéis. Com a estatização operada no curso do processo autoritário, considerável número de empresas estavam sob direção dos militares. Dentro do aparelho de Estado, operou-se a crise de hegemonia. As duas bases de sustentação do regime - Forças Armadas e capital nacional - entraram em disputa pelo mercado. Essa crise, que não provocou mudança no bloco histórico, é uma das vertentes para explicar tal retorno. Gramsci, em 'A questão meridional', observou: 'Nesse contexto de relações capitalistas internas e internacionais e de crescente presença do Estado, o velho e o novo aparecem cada vez mais como formas jurídicas de uma mesma realidade econômica, como momentos e aspectos de um mesmo processo'. Percepção que aqui se aplica.*

²⁴³ Remete-se a MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. In: *Marx & Engels: obras escolhidas*. Lisboa: Avante, Tomo I, 1982, p. 417-512. Apresentando concepção mais ampliada de ideologia, Marx reflete sobre a necessária aliança da classe operária com o campesinato para o sucesso da revolução, explica o papel dos partidos políticos e discorre sobre o bonapartismo. Percebe-se, com essa leitura, *momentos brumário* no Brasil, dignos de registro.

constituente de um *novo bloco* -, percebe-se ser necessário, para este estudo, aprofundar o exame do papel dos *intelectuais* no desencadeamento de uma *crise orgânica*, favorecedora de novas forças sociais. Crise essa que, correspondendo a uma ruptura entre estrutura e superestrutura, consequência de contradições agravadas com a evolução da estrutura sem evolução concomitante na superestrutura, consiste no *fato de que o velho morre e o novo não pode nascer*²⁴⁵. Resgatando a afirmação de Gramsci de que, em política, o equívoco provém de uma incorreta compreensão do Estado em seu sentido amplo (ditadura + hegemonia)²⁴⁶, indaga-se sobre a estratégia a ser adotada por esses *intelectuais* para que, na crise, sejam operadas transformações que possam desembocar num novo sistema hegemônico. Trata-se de questionamento a ser enfrentado em item seguinte, em que serão abordadas a categoria gramsciana de *intelectual orgânico* e a estratégia de *guerra de posição*, proposta para as sociedades de formação *Ocidental*. Por ora, a pergunta: que papel pode ser exercido pelos *intelectuais* no sentido da construção de projetos que visem a superar a *ordem da (des)ordem de uma modernidade periférica*, e que apontem para a *emergência de uma nova ordem, moderna e democrática*²⁴⁷?

Concebida a história enquanto processo e como resultado da construção do homem, as possibilidades transformadoras são reais²⁴⁸. A perspectiva dialética traz em seu bojo um mundo de possíveis realizações. A análise adequada das condições objetivas, em relação dinâmica com as dimensões utópicas do projeto que se pretende, alavancam transformações desejadas, num movimento de negação/superação; é a história compreendida *enquanto práxis e enquanto utopia*; é a filosofia aproximada da política e comprometida com a vida. E o possível desfecho favorável, do qual não se pode ter certeza por ser mera possibilidade, dependerá da força da previsão, *desde que estreitamente unida à vontade da prática da transformação*²⁴⁹.

²⁴⁴ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 38.

²⁴⁵ GRAMSCI, Antônio, *apud* PORTELLI, Hugues, op. cit. p. 105.

²⁴⁶ Ver *Quaderni*, p. 810-811: *Nella politica l'errore avviene per una inesatta comprensione di ciò che è lo Stato (nel significato integrale: dittatura - egemonia)*.

²⁴⁷ ARRUDA JR, Edmundo L. de. *Magistrado, (des)ordem jurídica e construção democrática*. VIII CONAMAT, Fortaleza, maio de 1997, s.ed.

²⁴⁸ Não se está a apontar para um sentido sempre positivo da evolução histórica. Entre teoria e prática há mediações e tensões próprias de uma realidade a ser conhecida e criticada para que caminhos rumo à constituição (e não superposição) de uma nova ordem sejam buscados.

²⁴⁹ Formulações a partir de BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e o homem coletivo em Gramsci*, op. cit., p. 9-69 e *Gramsci: a filosofia da práxis como previsão*, op. cit., p. 13-128.

1.2 A formação da vontade coletiva: *um momento catártico*

As ordens atuais foram suscitadas pela vontade de realizar totalmente um princípio jurídico. Os revolucionários de 1789 não previam a ordem capitalista. Queriam levar à prática os direitos dos homens, queriam que fossem reconhecidos aos membros da coletividade determinados direitos. Estes, depois do golpe inicial da velha carcaça, foram-se afirmando, concretizando e, tendo-se transformado em forças de atuação sobre os fatos [...] e deles brotou a civilização burguesa. (GRAMSCI, Três princípios, três ordens, 1917)

Antônio Gramsci, que na fase madura dos *Quaderni* refere-se a Lênin como o *maior teórico moderno da filosofia da práxis*, percebeu²⁵⁰, desde seus escritos da juventude percebia as profundas limitações da corrente *reformista* e a passividade do *maximalismo*, movimentos que, à época, eram dicotômicos no PSI (Partido Socialista Italiano)²⁵¹. A partir de uma reflexão crítica sobre esse dualismo, pôde superá-lo para ver na *práxis humana*, na vontade subjetiva, a verdadeira alavanca da história²⁵².

Nele - e como resultado da miscigenação dos vários elementos de influência a implicarem uma síntese de idealismo, humanismo, antipositivismo, coletivismo, voluntarismo, comportamento revolucionário e crença em ações políticas concretas que acentuam o papel da vontade no processo de transformação do real - resgata-se a compreensão de que a ação dos grupos organizados, ao lado e sem deixar de afirmar a das classes, se dá como resposta à emergência de novas subjetividades políticas. E os sujeitos, considerados não abstratamente, mas enquanto atores organizados, podem ser responsáveis por todo um processo de mudanças político-culturais que possibilitem seja constituído um *novo senso-comum*²⁵³, com ampliação do campo da subjetividade para além do mundo do trabalho²⁵⁴. Assim, e sem que a subjetividade seja colocada acima da objetividade, situa a *política acima da economia, redefinindo-as*²⁵⁵.

²⁵⁰ Assimilando as influências de Labriola, Croce e Gentile

²⁵¹ Remete-se a COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*, op. cit. p. 5. Neste trabalho, analisando o *reboquismo reformista* e a passividade do *movimento maximalista*, Coutinho explicita como o positivismo-marxista, contra o qual se debatia Gramsci, foi responsável pelos descaminhos de interpretações aparentemente diversas dentro do PSI. No mesmo sentido, ARRUDA JR, Emundo L.. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 37.

²⁵² Sem anular o princípio de que a produção e a reprodução da vida material são fatores fundamentais na explicação da história, Gramsci, com seus conceitos, não nega as formulações de Marx, mas as amplia com novas determinações.

²⁵³ ARRUDA JR, *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p.39.

²⁵⁴ *ibidem*. Neste trabalho, Arruda Jr. mostra como Gramsci amplia o campo da subjetividade que já estava presente em Marx para o mais amplo campo de cultura.

²⁵⁵ *ibidem*, p. 40.

Mesmo antes das *Notas sobre Maquiavel*, onde resgata o Príncipe para assinalar um trabalho vivo em que *a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do 'mito'*²⁵⁶, apontando para a exemplificação histórica de uma ideologia que se apresenta como a *criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva*²⁵⁷, Gramsci já invocava a vontade como propulsora de movimentos transformadores. Em fevereiro de 1917, no *La Città Futura*, jornal de número único e de quatro páginas, organizado por jovens da Federação Socialista Juvenil de Turim, publicou, com textos de Salvemini, Croce e Gentile, apaixonado artigo conclamando contra os *indiferentes*:

*Odeio os indiferentes [...], 'viver significa tomar partido'. Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes [...]. Odeio os indiferentes, também, porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço contas a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impõe quotidianamente, do que fizeram e sobretudo do que não fizeram [...]. Sou militante, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura que estamos a construir [...]. Vivo, sou militante. Por isso, odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes*²⁵⁸.

Nessas quatro páginas que representam o ponto de chegada de sua formação juvenil²⁵⁹, Gramsci fez também publicar sua crônica *Três princípios, três ordens* na qual, invocando as palavras *ordem* e *desordem* como sendo as mais freqüentes nas polêmicas de caráter político, reflete sobre o Direito e sobre os princípios jurídicos, sublinhando:

As máximas jurídicas (o direito, a jurisprudência é a moral posta em prática) são criações dos homens como a vontade. Se quereis dar a essas vontades uma direção, dai-lhes como objetivo só aquilo que possa sê-lo, pois, de outro modo, após um primeiro entusiasmo, vê-las-ei aviltarem-se e desperdiçarem-se. As ordens atuais foram suscitadas pela vontade de realizar totalmente um princípio jurídico. Os revolucionários de 1789 não previam a ordem capitalista. Queriam levar à prática os direitos dos homens, queriam que fossem reconhecidos aos membros da coletividade determinados direitos. Estes, depois do golpe inicial da velha carcaça, foram-se afirmando, concretizando e, tendo-se transformado em forças de atuação sobre os fatos, plasmaram-nos, caracterizaram-nos e deles brotou a civilização burguesa.

Ao finalizar, afirma que os socialistas não devem substituir uma ordem

²⁵⁶ *Quaderni*, p. 1556-1652; e *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 3.

²⁵⁷ *ibidem*, p.4.

²⁵⁸ *idem*. Indiferentes. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 86-88 (*Jornal La Città Futura*).

²⁵⁹ Cf. FIORI, Giuseppe. op. cit. p. 133.

por outra, mas instaurar a *ordem em si*, buscando realizar a seguinte máxima jurídica, concreta, universal e atualizável pela vontade: *possibilidade de realização integral da personalidade humana para todos os cidadãos. Com a concretização desta máxima, caem todos os privilégios constituídos*²⁶⁰, da qual dependem, organicamente, os demais princípios do programa socialista. Sua referência aos princípios jurídicos que, internalizados, atuam no sentido da constituição de um *novo senso-comum*, básica para que se possa dar conta das indagações propostas neste trabalho, será objeto de análise em item a seguir. Nesses artigos, reveladores das tendências *antipositivistas* de um homem que acreditava na *vontade como motor da história*, encontra-se a idéia *bergsoniana* de uma *nova ordem*, substitutiva da presente²⁶¹, e fisionomiza-se um pensador que, na sua relação com o marxismo, articula conceitos. Sem deixar de considerar os grandes movimentos históricos como transformações da base econômica, a partir da qual se operam modificações nas relações de classe, embrenha-se em riquíssima articulação conceitual: para que uma classe possa ser substituída por outra no exercício do poder, é imprescindível uma profunda ampliação das condições morais e intelectuais de seus membros, como pressuposto e efeito para se possa tornar dirigente. Nessa articulação, marcada por influências idealistas, a questão da *vontade* e dos *princípios* pode antecipar fatos que se mantêm indeterminados²⁶².

No Caderno II dos *Quaderni*, nos *Appunti per una introduzione e un avviamento allo studio della filosofia e della storia della cultura*, Gramsci traça pontos preliminares de referência visando a destruir o preconceito difundido de que a filosofia é difícil e inacessível por ser atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especialistas ou de filósofos

²⁶⁰ GRAMSCI, Antônio. Três princípios, três ordens. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Orgs.). *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 92-96.

²⁶¹ Cf. BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (Org.) *História do Marxismo*. op. cit., p. 16-17. Badaloni aponta as influências que Gramsci sofreu de Bergson. A palavra *ordem* apresenta conotação mais filosófica do que econômica. Para Bergson, em *L'évolution créatrice*, a idéia de *desordem* supõe a existência de duas espécies de ordem que representam dois termos contrários dentro de uma mesma dimensão, inexistindo uma ordem pura; a idéia de *desordem* surgiria sempre que, ao se buscar uma dessas ordens, encontra-se outra, objetivando, por comodidade de linguagem, a desilusão de um espírito que se encontra diante de uma ordem diversa daquele que busca. Remete-se a GENRO, Tarso. Os juizes contra a lei. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de. (Org.). *Lições de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 9-16 e ARRUDA JR., Edmundo Lima de. *Magistrado, (des)ordem jurídica e construção democrática*, VIII CONAMAT, Fortaleza, 1997, que trabalham as categorias bergsonianas de *ordem e desordem* no sentido da inexistência de uma ordem pura; suas reflexões são aporte teórico básico para as formulações deste estudo.

²⁶² BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (Org.) *História do Marxismo*. op. cit., p. 13, texto fundamental para as reflexões aqui propostas.

profissionais. Afirmando que *todos os homens são filósofos*, propugna pela necessidade de novas crenças populares; isto é, de um *novo senso-comum*, de uma nova cultura e de uma nova filosofia que se enraízem na consciência popular com a mesma imperatividade ocorrida com as crenças tradicionais legitimadoras do *status quo*, abordando a questão da previsão, a qual *si revela quindi non come um atto científico di conoscenza, ma como l'espressione astratta dela sforzo che si fax, il modo pratico di crera una volontà collettiva*²⁶³.

Em suas *Notas sobre Maquiavel*, resgata a figura do *Príncipe* de Maquiavel - um *condottiero* que representa plástica e *antropomorficamente* o símbolo da *vontade coletiva*²⁶⁴ - chegando à concepção do moderno príncipe, o mito-príncipe. Este, não é visualizado como um indivíduo real, concreto, mas como um organismo, ou seja: *um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação*. E esse organismo é o partido político, a *primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais*²⁶⁵.

Procurando aprofundar o significado desse resgate, afirma a importância da concretização da *vontade coletiva*. Definindo a vontade como *consciência atuante da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo*²⁶⁶, aponta, como já se viu, para a necessidade de que a vontade coletiva e a vontade política em geral sejam compreendidas no sentido moderno: vontade como consciência de uma necessidade histórica e internalizada, como protagonista de mudanças reais e efetivas, *una volontà collettiva riconosciuta e affermatasi parzialmente nell'azione*²⁶⁷. Mas, ao refletir sobre a formação dessa vontade coletiva, indaga: *quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional-popular?*

²⁶³ Quaderni, p. 1403-1404: *a previsão se revela não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata do esforço que se faz, do modo prático de criar uma vontade coletiva*.

²⁶⁴ Quaderni, p.1555-1561; *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 3-12.

²⁶⁵ idem, p. 1558. No texto original dos Quaderni assim se lê: *Il moderno principe, il mito-principe non può essere una persona reale, un individuo concreto, può essere solo un organismo; un elemento di società complesso nel quale già abbia inizio il concretarsi di una volontà collettiva riconosciuta e affermatasi parzialmente nell'azione. Questo organismo è già dato dallo sviluppo storico ed è il partito politico, la prima cellula in cui si riassumono dei germi di volontà collettiva che tendono a divenire universali e totali*.

²⁶⁶ Quaderni p. 1559; GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p.7.

²⁶⁷ Quaderni, p. 1558, ou seja, vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação.

Implicado nessa questão, atribui a razão dos fracassos na formação de uma vontade assim constituída à força *econômico-corporativa* interna de determinados grupos sociais, forma menos progressiva e mais estagnante da sociedade feudal. Registrando ter faltado, nessas formações, a ação de uma força *jacobina*²⁶⁶ eficiente que, em outras nações, foi responsável pela organização de uma vontade dessa natureza e pela formação dos Estados modernos, problematiza: *Esistono finalmente le condizioni per questa volontà, ossia quale è il rapporto attuale tra queste condizioni e le forze opposte?*²⁶⁹

Partindo desse questionamento, conclui que as condições positivas para a formação de uma *vontade coletiva nacional-popular* devem ser localizadas em grupos sociais urbanos, desenvolvidos no campo da produção industrial e que alcançaram um certo nível de cultura histórico-política. Ao registrar o esforço empreendido pelas *classes tradicionais* no sentido de impedir a formação de uma vontade desse gênero para, assim, poderem manter um sistema de equilíbrio passivo apto à conservação do poder *econômico-corporativo*, aponta como imprescindível uma reforma intelectual e moral a ser desenvolvida pelo moderno *Príncipe* para que uma efetiva mudança de concepção de mundo se dê. Dessa forma, podem ser criadas as condições para o desenvolvimento ulterior da *vontade coletiva nacional-popular*, em torno da qual haveria uma progressiva convergência hegemônica das vontades particulares dos múltiplos grupos e camadas sociais; ou seja, uma forma superior de civilização moderna. Para que melhor se compreenda esse aspecto do pensamento gramsciano, o que é importante para que se possa dar conta dos objetivos deste trabalho, é fundamental seja resgatado seu conceito de *catarse*²⁷⁰ como sinônimo de *práxis política* a sinalizar o momento através

²⁶⁶ Gramsci, ao invocar a força *jacobina*, ou o *jacobinismo*, no significado integral que a noção tem historicamente, resgata a importância de ações políticas concretas, revolucionárias, no sentido da formação e da atuação de uma vontade coletiva nacional popular; força essa que teria, em outras nações que não a Itália, fundado os Estados modernos. Ver *Quaderni*, 1559-1560 e GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 7-8.

²⁶⁹ *Quaderni* p. 1560; GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 8. Gramsci indaga se existem as condições para a formação da vontade coletiva nacional-popular, ou, precisamente, *qual a relação atual entre essas condições e as forças que a ela se opõem?*

²⁷⁰ Em Gramsci, o termo '*catarsis*' indica a passagem de um momento puramente econômico, ou egoísta-passional, ao momento ético-político, em que prepondera o interesse universal sobre o meramente privado, isto é, a *elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens*. Esse momento também significa, para Gramsci, aquele em que se dá a passagem do '*objetivo ao subjetivo*', e da '*necessidade à liberdade*'. E a fixação desse momento consiste no *ponto de partida de toda a filosofia da práxis*, coincidindo o processo catártico com a *cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético* (GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*, op. cit., p. 53; e, nos *Quaderni*, p. 1244). Carlos

do qual um determinado grupo social supera seus interesses meramente econômico-corporativos e eleva-se à consciência *ético-política*, ou seja, à condição de *classe universal* apta a tornar-se hegemônica por ter condições de dar respostas universais às questões vivenciadas pela humanidade, num determinado momento histórico. É de Gramsci, nos *Quaderni*, a passagem que refere ao termo, merecedora de registro:

*Si può impiegare il termine di 'catarsi' per indicare il passaggio dal momento meramente economico (o egoistico-passionale) al momento etico-politico, cioè l'elaborazione superiore della struttura in superstruttura nella coscienza degli uomini. Ciò significa anche il passaggio dall' 'oggettivo al soggettivo' e dalla 'necessità alla libertà'. La struttura da forza esteriore che schiaccia l'uomo, lo assimila a sé, lo rende passivo, si trasforma in mezzo di libertà, in strumento per creare una nuova forma etico-politica, in origine di nuove iniziative*²⁷¹.

Trata-se de um momento fundamental. Sua fixação, segundo Gramsci, consiste no ponto de partida da *filosofia da práxis*, coincidindo com a cadeia de sínteses resultante de todo um processo de desenvolvimento dialético, como está expresso na seguinte afirmação: *La fissazione del momento 'catartico' diventa così, mi pare, il punto di partenza per tutta la filosofia della praxis; il processo catartico coincide con la catena di sintesi che sono risultato dello svolgimento dialettico*²⁷².

Nesse momento da *práxis política interativa*, esse grupo atua como instrumento de liberdade a possibilitar a passagem do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade, às novas formas efetivamente emancipatórias da

Nelson Coutinho, analisando o conceito de *catarse* em Gramsci, aproxima-o de Lukács, na *Estética*. Este, trata da *catarse* na ética e na estética a possibilitar que o indivíduo se liberte de suas particularidades para tomar consciência ativa de sua dimensão universal, enquanto partícipe do gênero humano; aquele, vê o *momento catártico* como sinônimo de *práxis política*, entendendo *catarse* como um processo através do qual certo grupo social consegue superar seus interesses egoístico-passionais para elevar-se à condição de classe universal; em ambos, encontra-se presente um momento privilegiado da passagem do particular para o universal, da necessidade para a liberdade. Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. op. cit., p. 158-159.

²⁷¹ *Quaderni*, p. 1244. Na edição brasileira, *Concepção dialética da história*, op. cit., p. 53, se lê: *Pode-se empregar a expressão 'catarsis' para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, na elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas.*

²⁷² *ibidem*, 1244. Refletindo sobre a fixação do momento 'catártico', Gramsci registra dois pontos entre os quais oscila esse processo: a) nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução já não existam, ou estejam em vias de aparecimento, as condições necessárias para tanto; e b) nenhuma sociedade deixa de existir antes da haver esgotado todo seu conteúdo potencial.

humanidade²⁷³, não se podendo deixar de sublinhar que Gramsci, nos *Quaderni*, refere-se à sociedade civil como a *hegemonia cultural e política de um grupo social sobre o conjunto da sociedade como conteúdo ético do Estado*²⁷⁴. E o *novo bloco histórico*, que Gramsci propõe seja construído - e que seria portador da *hegemonia* dos trabalhadores - resultaria da elevação dos interesses específicos de seus vários componentes ao nível do interesse *nacional-popular*, universal, sem que os interesses vários resultem eliminados, mas negociados, numa forma capaz de articular *hegemonia e pluralismo*²⁷⁵.

Para que seja operada essa transformação, Gramsci indica pontos fundamentais a serem observados: a) formação de uma *vontade nacional-popular organizada* e efetivada pelo moderno Príncipe; b) *reforma intelectual e moral*, indispensável para que as camadas mais baixas possam ser elevadas; e c) consciência de que essa reforma não pode prescindir de um *programa de reforma econômica*, momento concreto através do qual se apresenta a reforma intelectual e moral. Somente assim o moderno príncipe *toma lugar, nas consciências, da divindade ou do imperativo categórico, torna-se a base de um laicismo moderno e de uma laicização completa de toda a vida e de todas as relações de costume*²⁷⁶. E a ação desse sujeito coletivamente organizado, expressão da vontade nacional-popular, passa a ser fundamental no processo

²⁷³ Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, op. cit., p. 121-142. Invocando um dos conceitos gramscianos centrais - o de hegemonia - e recordando sua definição da política como *catarse*, Coutinho relaciona Gramsci a Rousseau e ao seu conceito de *vontade geral* que, diversamente da *vontade de todos*, expressa o interesse comum. Apontando para o fato de que, nos *Quaderni*, Gramsci trata da *vontade coletiva nacional popular* e, aproximando-os na noção de hegemonia, retém da reflexão de Rousseau a idéia de que há distintos contratos. No entanto, o que funda a democracia não é o que se apoia nos interesses *egoísticos-passionais*, mas o que cria o espaço de uma esfera pública centrada no *ético político*, no interesse coletivo. Em ambos, a democratização radical é incompatível com o capitalismo.

²⁷⁴ PORTELLI, Hugues, *Gramsci e o bloco histórico*, op. cit., p. 20. Referindo-se à concepção gramsciana de sociedade civil a partir de Hegel e de Marx, Portelli resgata o Hegel da *Filosofia do Direito* e o Marx da *Crítica ao programa de Gotha* (um de seus últimos escritos), encontrando em Hegel - a partir de uma noção extensiva de sociedade civil, compreendendo, em seu seio, associações políticas e sindicais e corporações que constituem o '*conteúdo ético do Estado*' (daí a definição gramsciana de sociedade civil, a das *organizações ditas privadas* que são o *conteúdo ético do Estado*) - e, em Marx - quando distingue, no seio da superestrutura, o aparelho de Estado e o que ele chama a '*sociedade*' (correspondendo à noção gramsciana de *sociedade civil*) -, pontos de referência. Isso porque Marx, analisando os objetivos do programa no sentido de construir o Estado livre e a sociedade socialista, observa que, *em lugar de tratar a sociedade presente (e isso é válido para toda sociedade futura) como o fundamento do Estado presente (ou futuro para a sociedade futura), trata-se o Estado, ao contrário, como uma realidade independente, possuidora de seus próprios fundamentos intelectuais, morais e libes* (apud Portelli, op. cit. p. 21). A partir dessa citação, Portelli aponta que a sociedade é definida por Marx como o *fundamento intelectual e moral do Estado*, maneira análoga à definição gramsciana de *sociedade civil*.

²⁷⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. op. cit., p. 30-31.

²⁷⁶ *Quaderni*, p. 1561; GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 9.

de desconstrução do *senso-comum tradicional* para que um *novo senso-comum* seja constituído. A partir dessas formulações, e na busca de alternativas que possam dar conta de uma sociedade multifacetária como a brasileira, aponta-se, num primeiro momento, para uma ação *desconstrutiva* e, no segundo, *construtiva* dos operadores jurídicos organizados coletivamente que, superando seus interesses meramente econômico-corporativos, elevam-se à consciência *ético-política* e, num momento da *práxis política interativa*, atuam como instrumento de passagem da necessidade à liberdade. São os *intelectuais orgânicos coletivos* comprometidos com a constituição de um *novo senso-comum*, expressão de princípios jurídicos internalizados na consciência dos homens, e cujas ações concretas validam-se enquanto enraizadas nas necessidades²⁷⁷ profundas de nossa sociedade²⁷⁸.

E invocando-se Arruda Jr:

*É na filosofia da práxis que Gramsci aprofunda a sua compreensão do senso-comum, a partir da identidade entre filosofia, história e política. A afirmação de Gramsci, segundo o qual todos os homens são filósofos, explicita uma definição positiva para o senso-comum, posto que há no mesmo um núcleo aproveitável, o bom senso, base para o novo senso-comum, já elevado e enriquecido*²⁷⁹.

Chega-se, assim, a um momento fundamental do pensamento gramsciano: a filosofia da práxis como previsão. Para Gramsci, os processos transformadores, de desconstrução de um *senso-comum* tradicional rumo à constituição de um *novo senso-comum*, são previsíveis mais como afirmação de expectativas frente a princípios jurídicos, do que como emergência de fatos e de contradições decorrentes da realidade material subjacente²⁸⁰.

Essas reflexões remetem ao próximo tópico no qual se pretende abordar o processo de internalização dos *princípios jurídicos*, momento no qual o povo, conscientizando-se de suas necessidades essenciais (trabalho, moradia, sociabilidade, liberdade), passa a compreendê-las como direitos exigíveis; ou seja, *um momento revolucionário*.

²⁷⁷ A expressão *necessidade* é utilizada sem conotação de determinismo, mas como realização histórica que se deseja e se pode concretizar.

²⁷⁸ Cf. Anne Sassoon, pesquisadora na Kingston University, com sólida formação gramsciana, uma das entrevistadas na obra: LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Org.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 56.

²⁷⁹ ARRUDA JR, Edmundo, *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 35.

²⁸⁰ *ibidem*, p. 47. Remete-se, ainda, à leitura de BADALONI, Nicola. *Gramsci: a filosofia da práxis como previsão*, texto reiteradamente referido em notas anteriores.

1.3 A internalização dos princípios jurídicos: *um momento revolucionário*

...aquela aparente desordem que é, na verdade, o mais alto grau da ordem burguesa. (DOSTOIEVSKI, Londres, 1862)

Ora, suponhamos que haja duas espécies de ordem, e que estas duas ordens sejam dois contrários no seio do mesmo gênero. Suponhamos ainda que a idéia de desordem surja no nosso espírito sempre que, procurando uma das duas espécies de ordem, encontremos a outra. A idéia de desordem teria então uma significação clara na prática corrente da vida; objetivaria, para comodidade da linguagem, a decepção dum espírito que encontra pela frente uma ordem diferente da que necessita, ordem que não lhe pode ser útil de momento, e que, neste sentido, não existe para ele. (BERGSON, A evolução criadora, Paris, 1907)

Os socialistas não devem substituir uma ordem por outra. Devem instaurar a ordem em si. A máxima jurídica que eles querem realizar é: possibilidade de realização integral da personalidade humana para todos os cidadãos. Com a concretização desta máxima caem todos os privilégios constituídos. Ela leva ao máximo de liberdade com o mínimo de repressão. (GRAMSCI, Três princípios, três ordens, Turim, 1917)

Encontram-se em Gramsci importantíssimas reflexões que apontam para a força transformadora do Direito, visualizado enquanto *necessidade*. Ao examinar a função dos intelectuais orgânicos na constituição de um novo *senso-comum*, reserva aos princípios jurídicos espaço fundante de uma *nova ordem*. Resgatando-se citações transcritas no início deste tópico, bem como as referências de Nicola Badaloni, Arruda Jr. e Tarso Genro às categorias bergsonianas de *ordem* e *desordem* na constituição da *ordem em si*²⁸¹, analisam-se as formulações de Gramsci acerca do processo transformador de substituição de uma classe por outra no exercício do poder, substituição essa previsível mais como afirmação de princípios jurídicos²⁸² que se internalizam

²⁸¹ Edmundo L. de Arruda Jr., intelectual orgânico comprometido com a construção da radicalidade democrática em nosso País, no VIII CONAMAT, maio de 1997, partindo dos conceitos de *ordem* e *desordem* e do ideal de Estado Moderno, faz considerações fundamentais que possibilitam se reflita sobre o papel da magistratura na constituição de uma nova racionalidade que possa dar conta dos dilemas de uma sociedade como a brasileira neste final de século. Tarso Genro (GENRO, Tarso. Os Juízes Contra a Lei, In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de (Org.). *Lições de Direito Alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 17-27) analisa a *ordem alternativa* partindo da categoria filosófica de *ordem* em Bergson, que aponta para a inexistência de uma ordem pura, referindo que uma ordem dominante, não estando imune a uma outra ordem, potencialmente existente, com ela concorre e, ao mesmo tempo, a integra. Para aprofundar esse tema, remete-se aos textos de BADALONI, Nicola: *Liberdade individual e o homem coletivo em Antonio Gramsci* (que decorre do *Encontro Internacional de Estudos Gramscianos*, promovido pelo Instituto Gramsci, Florença, 1977); e Gramsci: a filosofia da práxis como previsão, já citados.

²⁸² É importante sublinhar que não se está a utilizar a palavra *princípio* (=norma fundamental para a constituição de um corpo orgânico; idéia-força constituinte de uma ordem; preceito; germe; fonte de uma ação) como sinônimo ou equivalente a *dogma* (=ponto fundamental e *indiscutível* de uma doutrina religiosa e, por extensão, de qualquer doutrina ou sistema), rejeitando-se qualquer perspectiva ontológica. As formulações gramsciana sobre o momento da internalização dos princípios jurídicos na consciência popular apontam para uma

na consciência popular do que fruto das contradições decorrentes de uma realidade material subjacente; daí o relevante espaço que dedica ao Direito e, por decorrência, aos seus operadores e aos magistrados enquanto intelectuais orgânicos comprometidos com projetos indicativos da *possibilidade histórica de superação da ordem da desordem de uma modernidade periférica, apontando para a emergência de uma nova ordem, moderna e democrática*²⁸³.

Segundo Bergson, para quem não existe uma *ordem* pura, denotando a idéia de (des)ordem a ausência de uma *certa ordem* em proveito de outra, para quem a realidade é ordenada *na exata medida em que satisfaz o nosso pensamento* consistindo *num certo acordo entre o sujeito e o objeto*, uma *ordem* é contingente e aparece em relação à *ordem inversa*,

*como os versos são contingentes em relação à prosa, e a prosa em relação aos versos. Mas, da mesma forma que toda fala que não é prosa é verso, e necessariamente concebida como verso, da mesma forma que toda fala que não é verso é prosa e necessariamente concebida como prosa, assim também toda maneira de ser que não é uma das duas ordens é a outra, e necessariamente concebida como a outra*²⁸⁴.

Gramsci, desde seus escritos juvenis, reflete sobre as categorias filosóficas da *ordem* e da *desordem*, reconhecendo serem as *duas palavras mais freqüentes nas polêmicas de caráter político*²⁸⁵. E numa referência ao *senso-comum* tradicional fundado numa visão dualista e dicotômica e, por isso, contraposta à idéia de unidade, diz não enxergar:

*a nova ordem possível, mais bem organizada do que a antiga, mais vital do que a antiga, porque ao dualismo contrapõe a unidade, à imobilidade estática da inércia contrapõe a dinâmica da vida que se move por si. Vê-se tão somente a dilaceração violenta, e a alma medrosa recua com o pânico de tudo perder, de ter diante de si o caos, a desordem inelutável*²⁸⁶.

Logo a seguir, no mesmo texto (em reflexão de fundamental importância para o enfrentamento dos dilemas colocados neste trabalho), afirma que, por conta desse medo, elaboram-se profecias utópicas visando a um plano bem coordenado, seguro e delineado para o futuro *de modo a não dar impressão do salto no escuro*²⁸⁷. Mas essas construções, que não resultaram bem

interessante confluência de marxismo e historicismo, como já sublinhado em itens anteriores.

²⁸³ ARRUDA JR, Edmundo Lima de, VIII CONAMAT, maior de 1997, s.ed.

²⁸⁴ BERGSON, Henry, *A evolução criadora*, RJ: Opera Mundi, 1973, p. 226 e 234.

²⁸⁵ GRAMSCI, Antônio. Três princípios, três ordens. In: CAVALCANTI NETO, Paulo Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. op. cit., p. 92-96.

²⁸⁶ *ibidem*, p. 92-93.

²⁸⁷ *ibidem*, p. 93. Registre-se que este artigo foi, à época, publicado no jornal *La Città Futura*.

delineadas e tampouco ordenadas, ruíram todas porquanto, demasiado analíticas, não se assentavam em nenhum princípio moral, senão que numa infinidade detalhada de fatos, concluindo que:

os fatos concretos dependem de tantas causas que acabam por não ter nenhuma, por ser imprevisíveis. E o homem tem necessidade, para agir, de poder prever ao menos parcialmente. Não é possível conceber uma vontade que não seja concreta, isto é, que não tenha um fim em vista. Não se pode conceber uma vontade coletiva que não tenha um fim universal concreto. Este, porém, não pode ser um fato individual, ou uma série de fatos individuais, só pode ser uma idéia ou um princípio moral. O defeito orgânico das utopias reside todo em crer que a previsão pode ser uma previsão de fatos, quando afinal só pode ser de princípios ou de máximas jurídicas²⁸⁸.

Observa-se, já nesse texto, a crença de que os processos transformadores de substituição de uma classe por outra no exercício do poder, de desconstrução de um *senso-comum* tradicional rumo à constituição de um *novo senso-comum*, são previsíveis mais como afirmação de novos princípios, do que como emergência de fatos e de contradições decorrentes da realidade material subjacente. De sua leitura depreende-se a importância que atribui ao Direito visualizando-o a partir de *necessidades* que, internalizadas na consciência popular como princípios, possibilitam a construção de uma *nova ordem*. Trata-se de um momento revolucionário a permitir que os indivíduos, retomando-se enquanto sujeitos de Direito, reconstruam-se em outros patamares, de baixo para cima, numa trajetória de liberdade²⁸⁹. E as conquistas políticas inscrevem-se, nessa formulação, como conquistas jurídicas.

Nesse processo, que é sobretudo didático, as classes tradicionalmente dirigidas (subalternas) podem, coletivamente, embrenhar-se numa luta positiva

²⁸⁸ *ibidem*.

²⁸⁹ *O que significa a liberdade?* Trata-se de um dos dilemas colocados nas sociedades capitalistas deste final de século. Nelas, além de ter sido operado um deslocamento na busca de liberdade para momento anterior ao da conquista da igualdade, a liberdade passa a ser identificada com necessidade de consumo. Michael Apple, intelectual americano dedicado às questões de políticas educacionais, é um dos entrevistados de LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Org.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. op. cit., p. 74-114. Implicado nesse dilema, Apple pondera que a educação tem sido vista cada vez mais, conforme rumos definidos pela direita, com o objetivo de criar capital humano e alterar as idéias de democracia e de liberdade, consideradas como mais um exemplo de práticas de consumo; ou seja: *A democracia passa a significar apenas escolher produtos, e a liberdade significa escolher* (op. cit., p. 75). E essa escolha, centrada na liberdade de compra, impulsiona um processo que busca anular o sentimento de classe, de raça, suprimindo coletividades e solidariedades. A liberdade passa a ser vista apenas como capacidade de escolher como se o mundo fosse um grande supermercado, o que, em face das diversidades reais criadas pelo próprio sistema, afirma o *apartheid social* e acaba por eliminar a própria bandeira da liberdade.

no sentido da construção da uma sociedade apta a superar a pobreza política²⁹⁰ e a desigualdade social, num verdadeiro resgate da dignidade de todos. Formulação atualíssima que, em face do visível aumento da pobreza e do crescimento das faixas de miséria na periférica sociedade brasileira, traduz-se em crença na ação transformadora dos homens enquanto voltadas para o estabelecimento de novas formas de convivência que, embasadas por princípios morais e éticos, dêem ênfase à solidariedade e à responsabilidade e busquem atender concretamente as necessidades humanas, afirmando a vida e negando a barbárie do *apartheid social*. Utilizando a categoria de *necessidade*, Gramsci afirma ser preciso *fare 'libertá' di ciò che à 'necessario', ma perciò occorrere riconoscere una necessità 'obbiettiva', cioè che sia obbiettiva precipuamente per il gruppo in parola*²⁹¹, exortando que não se deve esquecer subordinar-se o desenvolvimento da história às leis da *necessidade*, cuja leitura deve ser feita do ponto de vista da *liberdade*; ou seja, é preciso fazer *liberdade* do que é *necessário* e, por isso, deve-se reconhecer uma necessidade objetiva, sendo que essa necessidade é tal precisamente para o grupo de que se fala. Assim, para que uma *necessidade* se transforme em *liberdade* é fundamental que a classe social, portadora de um conjunto de necessidades e de um novo princípio, contribua para sua internalização e amadurecimento no seio da própria classe, cabendo à ação política tirar as multidões da passividade, no que se afasta do mecanicismo. E a busca de novas formas de *liberdade* se dá, precipuamente, quando um novo princípio passa a ser assumido como um pressuposto dado²⁹².

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, escrita 1845 e 1846, apontavam para o pressuposto primeiro da existência humana e, portanto, da *história*: os homens devem estar em condições de viver. Como para viver é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir, o primeiro ato histórico consiste na produção dos meios que possibilitem a satisfação dessas *necessidades* sendo que a *ação de satisfazê-las e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades*²⁹³. E os homens, que diariamente renovam

²⁹⁰ DEMO, Pedro. *Pobreza política*, op. cit. Refletindo sobre a pobreza não apenas do ponto de vista dos carecimentos materiais, mas, sobretudo, sob o ângulo político, Demo afirma que pobre é todo aquele privado da cidadania, manipulado, destituído de qualquer estado de consciência sobre sua própria opressão.

²⁹¹ *Quaderni*, p. 1875.

²⁹² BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci. op. cit., p. 28.

²⁹³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. op. cit., p. 39-40.

suas vidas, criam outros homens e formam famílias, passam a estabelecer relações sociais; essa família, que inicialmente é a única relação social, torna-se *relação secundária* porquanto as necessidades ampliadas engendram novas relações sociais, e o decorrente acréscimo da população constitui *novas necessidades*. Assim, a produção da vida aparece como dupla relação: de um lado, uma relação natural; de outro, uma relação social, com a cooperação de vários indivíduos, independentemente de condições, modo e finalidade. Daí segue-se que um determinado modo de produção está ligado a um determinado modo de cooperação que é, ele próprio, uma força produtiva. No que se segue *igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a 'história da humanidade' deve sempre ser estudada e elaborada em conexão com a história da indústria e das trocas*²⁹⁴.

Partindo da constatação de que, desde o início da história da humanidade, há uma conexão materialista dos homens entre si, em grande parte condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, e como os animais não se relacionam, a consciência é um produto social; a primeira consciência é gregária, tribal e se aperfeiçoa em razão do crescimento da produtividade, do aumento das necessidades e da população, *sendo o último a base dos dois primeiros*²⁹⁵. Simplificando, Marx e Engels acreditam que, à medida em que se desenvolve o modo de produção capitalista, o trabalho, de *concreto*, transforma-se em *abstrato*; o *valor-de-uso* passa a ser, também, portador do *valor-de-troca*. A força-de-trabalho, que produz as mercadorias que se separam da figura de seu produtor, também passa a objeto e, coisificando-se, transforma-se ela mesma em mercadoria. Marx, na representação que faz da sociedade capitalista, parte da mercadoria para reconhecer, na força-de-trabalho, a mercadoria específica apta a possibilitar a formação do próprio capital. Assim, a força-de-trabalho passa a ser vista como fator-de-produção. E o trabalho, que exterioriza a personalidade do ser humano, afoga-se nas *águas geladas do cálculo egoísta* e vira coisa²⁹⁶.

²⁹⁴ *ibidem*, p. 42

²⁹⁵ *ibidem*, p. 44

²⁹⁶ Alexandre L. Ramos, Juiz do Trabalho e Professor de Direito do Trabalho na UFSC (RAMOS, Alexandre L. A acumulação flexível, toyotismo e desregulamentação do Direito do Trabalho. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 244-256), utilizando expressiva metáfora de Marx e Engels, retirada do *Manifesto do Partido Comunista*, p. 86. Inspirado numa leitura que faz de Marx, trabalha, Alexandre, desde um certo ponto de vista, o fenômeno da

Gramsci, partindo desses resultados, deriva de Marx alguns temas fundamentais de sua filosofia, como refere Badaloni²⁹⁷. Porém, inova e atualiza. No Quaderno 10 dos *Quaderni*, *La filosofia di Benedetto Croce*, examinando as condições de mercado numa sociedade capitalista contemporânea, em que o Estado apresenta-se identificado com determinado grupo social, considera igualmente decisivo que a força-de-trabalho, tida como mercadoria, seja desprezada e inferiorizada, *pagando* por todo o sistema. Nessas condições, a intervenção estatal não apenas se apresenta como reguladora jurídica do mercado, ou seja, força que dá a um mercado determinado sua forma legal, mas passa a consistir condição preliminar de qualquer atividade econômica coletiva, traduzindo-se num elemento mesmo do mercado por ser *la stessa espressione politico-giuridica del fatto per cui una determinata merce (il lavoro) è preliminarmente deprezzata, è messa in condizioni di inferiorità competitiva, paga per tutto il sistema determinato*²⁹⁸.

Em outra passagem, analisando o movimento da livre troca que, segundo ele, se baseia no erro teórico de proceder a distinção orgânica entre sociedade política e sociedade civil²⁹⁹, com a afirmação de que a atividade econômica é própria da sociedade civil e de que o Estado não deve intervir na sua

reificação (ou coisificação) do trabalhador que deixa de ser visto com ser humano e passa a coisa, fato que, segundo ele, incide sobre a subjetividade das pessoas. Importante, a respeito, a leitura MARX, Karl, *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa: Estampa, 1977, em especial quando trata da mercadoria, do *valor-de-uso* e do *valor-de-troca*, apontando que toda mercadoria se apresenta sob esse duplo aspecto para, após assinalar suas diferenças, concluir que o trabalho criador do *valor-de-troca* é o *geral abstrato*, no qual se apaga a individualidade dos trabalhadores.

²⁹⁷ Cf. BADALONI, Nicola Badaloni. Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci. In: *Política e história em Gramsci*. op. cit., p. 13. Nesta obra, Badaloni metida sobre a concepção gramsciana da constituição de uma consciência que se torna força e, assim, afirma-se como elemento constitutivo de uma nova realidade.

²⁹⁸ *Quaderni*, p. 1258. No livro GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*, op. cit., p. 315, essa passagem pode ser lida, como segue: *identificando-se o Estado com um grupo social, a intervenção estatal não só ocorre da maneira referida por Einaudi, ou do modo querido por Spirito, mas é condição preliminar de qualquer atividade econômica coletiva, é um elemento do mercado determinado, já que é a própria expressão político-jurídica do fato de que uma determinada mercadoria, o trabalho, é preliminarmente depreciada, colocada em condições de inferioridade competitiva, paga por todo o sistema determinado*. São considerações que remetem à entrevista com Noam Chomsky (LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Org.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. op. cit., p. 29-30). Respondendo à primeira indagação colocada, Chomsky invoca o modelo neoliberal experimentalmente adotado pela ditadura do Chile lembrando que, nos primeiros dez anos, essa experiência redundou num desastre econômico. Tendo entrado em colapso, em 1982 o Estado encampou as empresas falidas para, mediante substancial intervenção estatal, fazer com que a economia andasse novamente, possibilitando fossem atendidos os interesses dos grupos que detinham seu controle.

²⁹⁹ Sobre a concepção de *sociedade civil* em Gramsci, no que se aproxima e se distancia de Hegel e de Marx, remete-se a GRAMSCI, Antônio. Hegel e l'associazionismo. *Quaderni*, p. 56-58; COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, op. cit., p. 73-88; BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. op. cit., p. 7-36; e PORTELLI,

regulação, aponta para uma apenas aparente contradição: como na realidade dos fatos Estado e sociedade civil se identificam, também o liberalismo é *uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos*³⁰⁰. Com essas referências, expõe as bases materiais que, também nele, condicionam *todo projeto possível de uma nova 'classe fundamental'*³⁰¹. No entanto, ao expor as bases materiais de um projeto transformador, aponta para a consciência como *idéia-força*, elemento constituinte de uma nova realidade, ampliando o pensamento marxiano original, no sentido *negação/superação*³⁰². E para que se compreenda a natureza dessa mudança, resgata-se a referência que, nos *Quaderni*³⁰³, faz à seguinte passagem de Marx em *O capital, crítica à economia política* na qual, servindo-se da intuição de Aristóteles sobre a forma de valor, revela-se crítico do progresso da razão e da ciência e, acenando para a importância do *senso-comum* como espaço para difusão de princípios emancipatórios, sustenta:

*o arcano da expressão de valor, a igualdade e a validade igual de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, só pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possuir solidez de um preceito popular. [...] isto só será possível numa sociedade em que a forma de mercadoria for a forma geral do produto do trabalho e, por conseguinte, também a relação recíproca entre os homens como possuidores de mercadorias for a relação social dominante*³⁰⁴.

Para Marx, o *senso-comum* já solidificado é expressão das relações de troca fundadas numa idéia de igualdade, exemplo de crença e manifestação *aparente* da realidade das relações sociais de troca: a *igualdade formal dos contratantes*, que se exprime na troca como uma relação entre coisas³⁰⁵. Essa

Hugues, *Gramsci e o bloco histórico*. op. cit., p. 19-23.

³⁰⁰ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. op. cit., p. 32. A respeito da intervenção do Estado na economia e em sua regulação em certos países que adotam a versão hodierna e transmutada do *modelo liberal - o neoliberalismo* -, é obrigatória a leitura de Paulo Nogueira Batista Jr, *Folha de São Paulo*, às quintas-feiras (Caderno Dinheiro).

³⁰¹ BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci*. op. cit., p. 13.

³⁰² *ibidem*.

³⁰³ *Quaderni*, p. 1400.

³⁰⁴ BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e o homem coletivo em Antônio Gramsci*. op. cit., p. 15. Essa passagem pode ser lida em ARRUDA JR., Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 33. Ambos transcrevem-na ao analisarem as referências que Gramsci faz a Marx quando aponta para o processo de enraizamento das crenças na consciência popular como momento de produção de normas de conduta, bem como para a necessidade de serem desconstituídas velhas crenças e constituídas novas, com a solidez de um preceito popular.

³⁰⁵ Para aprofundar o tema, remete-se a MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. op. cit., ao analisar a capacidade niveladora atribuída à mercadoria e, também, ao capital; os portadores de mercadorias portam-se, uns frente aos outros, de tal sorte que um se apropria da mercadoria do outro como se aquela ação somente se realizasse por força de um

idéia de igualdade, de fundamental importância tanto para as filosofias materialistas como para as idealistas, segundo ainda o próprio Gramsci em outra passagem dos *Quaderni*, é buscada pelo materialismo francês do século XVIII na redução do homem à categoria de história natural, ou seja, à condição de indivíduo de uma espécie biológica que se distingue (dos demais homens) por seus dotes naturais e não em função de suas qualificações sociais e históricas. Segundo essa crença solidificada, o homem, em sua essência, é igual ao seu semelhante, concepção que passou para o *senso-comum* e se traduz na afirmação popular *nascemos todos nus*³⁰⁶; este é o sentido que se extrai da passagem dos *Quaderni*, a seguir transcrita:

*L'uguaglianza è ricercata dal materialismo francese del secolo XVIII nella riduzione dell'uomo a categoria della storia naturale, individuo di una specie biologica, distinto non per qualificazioni sociali e storiche, ma per doti naturali; in ogni caso essenzialmente uguale ai suoi simili. Questa concezione è passata nel senso comune, che ha come affermazione popolare che 'siamo nati tutti nudi'(se pure l'affermazione di senso comune non è precedente alla discussione ideologia degli intellettuali)*³⁰⁷.

E o pensamento de Marx anteriormente reproduzido, retirado de *O capital*, inspira e provoca em Gramsci a seguinte reflexão:

*Un accenno al senso comune e alla saldezza delle sue credenze si trova spesso in Marx. Ma si tratta di riferimento non alla validità del contenuto di tali credenze, ma appunto alla loro formale saldezza e quindi alla loro imperatività quando producono norme di condotta. Nei riferimenti è anzi implicita l'affermazione della necessità di nuove credenze popolari, cioè di un nuovo senso comune e quindi di una nuova cultura e di una nuova filosofia che si radichino nella coscienza popolare con la stessa saldezza e imperatività delle credenze tradizionali*³⁰⁸.

Distinguindo o *senso-comum* já solidificado, expressão de condições de

ato de vontade comum, salientando que, para que as mercadorias se realizem como *valores-de-uso* é necessário realizarem-se como *valores-de-troca*.

³⁰⁶ É importante salientar que Gramsci buscava *desconstruir* um certo *senso-comum* fundado na crença ilusória de que *todos somos iguais*. Em nosso País, operadores jurídicos, mesmo no campo da esquerda, possivelmente presos a essa falsa idéia, têm defendido a arbitragem privada e a auto-composição pura dos conflitos laborais, sem interferência do Judiciário, como meio de democratizar as relações de trabalho, eliminar corporativismos e autoritarismos. Não se pode esquecer, porém, que muitos dos homens nascem bem mais nus do que outros, marca de uma desigualdade social básica. A retirada do Estado importa transferir para o mercado essa regulação, com prejuízo a um dos pólos, certamente o ocupado pelos trabalhadores.

³⁰⁷ *Quaderni*, p. 1280. Esta passagem é traduzida como segue: Um aceno ao senso-comum e à solidez de suas crenças se encontra freqüentemente em Marx. Mas se trata de referência não à validade do conteúdo dessas crenças, mas, precisamente, à sua solidez formal e, portanto, à sua imperatividade quando produzem normas de conduta. Nas referências está, aliás, implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, ou seja, de um novo senso-comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais.

³⁰⁸ *ibidem*, p.1400, *Quaderno II*. Essa passagem é transcrita por ARRUDA JR., Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit. p. 33.

fato, do *novo senso-comum* constituído a partir de novas necessidades que se ligam, indiscutivelmente, ao emergir de novas condições³⁰⁹, Gramsci atualiza Marx. Para este, e aqui reproduzindo Badaloni³¹⁰, todo sistema de crenças se insere num determinado modo de produção refletindo-se na seguinte progressão: a) um determinado modo de produção produz uma prática social que a ele se conforma; b) as crenças estabilizam a prática social, que se institucionaliza; c) as crenças tornam possível essa prática social; e d) a crítica da ciência possibilita seja aberto o caminho para novas práticas sociais. Para aquele, ao contrário, atualizar Marx importa *consolidar novas crenças, fazê-las penetrar nos interstícios da velha formação social em crise e iniciar uma luta hegemônica não só entre as crenças, mas entre as práticas sociais correspondentes a elas*³¹¹.

Num quadro de luta por hegemonia, a sociedade civil passa a ser vista de forma distinta, como já se observou, não mais consistindo *como em Marx, um elemento bloqueado dentro do modo de produção*³¹². E aquela quota de produção existente no sistema de fábrica - o *mais* a que se refere Marx em *O capital*, I Volume da *Crítica à economia política* - que não é atribuível a *nessun lavoratore singolo ma all'insieme delle maestranze, all'uomo collettivo*³¹³, é, também, visualizada por Gramsci no nível da sociedade em seu conjunto, porquanto: *Qualcosa di simile avviene per l'intera società che è basata sulla divisione del lavoro e delle funzioni e pertanto vale più della somma dei suoi componenti*³¹⁴, podendo ser administrada de outra forma. Ou seja, no modo de produção capitalista esse *mais* é obtido submetendo o *trabalho abstrato* e a eficiência *muscular nervosa do trabalhador* ao domínio do capital. Porém, o que se verifica na formulação gramsciana é que, resgatando certos pontos de *reagregação* lançados por Marx na seção IV de *O capital*, não suficientemente desenvolvidos por teóricos subseqüentes³¹⁵, o consumo produtivo desse

³⁰⁹ BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci*, op. cit., p. 14.

³¹⁰ *ibidem*, p. 17.

³¹¹ *ibidem*.

³¹² *ibidem*.

³¹³ *Quaderni*, p. 1446. Ou seja, aquela quota de produção do sistema de fábrica, não atribuível a nenhum trabalhador individual, mas ao conjunto dos operários, ao homem coletivo.

³¹⁴ *ibidem*. Algo semelhante sucede ao conjunto da sociedade, baseada na divisão do trabalho e das funções, passando a valer mais do que a soma de seus componentes. Leia-se BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e o homem coletivo em Antônio Gramsci*. op. cit., p.18.

³¹⁵ É que Marx, na seção IV de *O capital*, estudando o processo de transformação do trabalho de concreto em abstrato, da força-de-trabalho em apenas dispêndio de energia física, aponta para alguns momentos importantes de reagregação nos quais o operário passa a lutar pela

trabalho abstrato não necessariamente conduzirá àquela relação de exploração burguesa para afogar-se, inexoravelmente e de forma determinada, nas *águas geladas do cálculo egoísta*, podendo, desde uma outra leitura, constituir a *base de uma organização social que assuma o coletivo como um dado e, a partir desta condição, torne-o uma condição normal, não constritiva, da qual possa emergir a consciência de indivíduos que autodirigem as suas vidas*³¹⁶. Chega-se, assim, a um momento importante: o da luta ideológica que, no dizer de Badaloni, assume o aspecto de um *choque hegemônico prolongado*, onde se envolvem dois *senso comuns* diversos cuja possibilidade de expansão é *medida pela capacidade de desenvolver a ciência própria da constituição objetiva e a crítica dela como condição de novas formas de liberdade individual*³¹⁷. Partindo dessas constatações, Gramsci indaga como poderá ser formada essa nova consciência crítica apta à constituição de um *novo senso-comum* no qual estejam subsumidas *novas formas de liberdade*, tanto no plano *individual* como no plano *coletivo*³¹⁸. É com essas preocupações que nos *Quaderni*, em abordagem que permite se vislumbre clara concepção ampliada do foco do Direito, questiona com profundidade:

*Ma come ogni singolo individuo riuscirà a incorporarsi nell'uomo collettivo e come avverrà la pressione educativa sui singoli ottenendone il consenso e la collaborazione, facendo diventare 'libertà' la necessità e la coercizione? Questione del 'diritto', il cui concetto dovrà essere esteso, comprendendovi anche quelle attività che oggi cadono sotto la formula di 'indifferente giuridico' e che sono di dominio della società civile che opera senza 'sanzioni' e senza 'obbligazioni' tassative, ma non per tanto esercita una pressione collettiva e ottiene risultati obbiettivi de elaborazione nei costumi, ni modi di pensare e di operare, nella moralità, etc*³¹⁹.

redução de sua jornada e onde o desenvolvimento tecnológico pode importar aperfeiçoamento de suas capacidades politécnicas, mesmo no interior da ordem capitalista burguesa. Esses dados são reapropriados por Gramsci e tornam-se fundamentais para sua formulação de um novo sujeito revolucionário, possibilitando, inclusive, sejam tecidas redes de solidariedade entre os dominados. Veja-se que, partindo do *mais* de Marx, Gramsci constrói (*Quaderni*, p. 1446) sua idéia de que o trabalho coletivo, em sociedade, produz mais do que o individual, partindo da gênese objetiva da *mais-valia* para a legitimação dos produtores, em sentido amplo, como dirigentes da sociedade, do ponto de vista global. A respeito, torna-se obrigatória a leitura de BADALONI, Nicola. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. op. cit., onde essas reflexões são profundamente colocadas.

³¹⁶ BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci*. op. cit., p. 18.

³¹⁷ *ibidem*.

³¹⁸ *ibidem*, p. 20. Partindo-se das colocações de Badaloni, aqui reproduzidas, é que se procura ler o texto original dos *Quaderni*, em especial as páginas 1346 e 1566.

³¹⁹ *Quaderni*, p. 1566. Gramsci questiona como cada indivíduo conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como se verificará a pressão educativa sobre cada um para se poder obter de cada indivíduo o consentimento e a colaboração que permitirão se transforme em '*liberdade*' a necessidade e a coerção. Questão de '*direito*', cujo conceito deverá ser ampliado, incluindo nele as atividades hoje compreendidas na fórmula '*indiferente jurídico*', de domínio da sociedade civil que atua sem '*sanções*' e sem '*obrigações*' taxativas, mas mesmo assim

A partir dessas considerações, constata-se ser de fundamental importância o papel que Gramsci atribui ao Direito e à ampliação de seu foco (suas fontes materiais), nele incluindo a pressão coletiva exercida pela sociedade civil, a qual, ainda que sem sanções e obrigações taxativas, produz resultados concretos na elaboração dos costumes e na constituição de normas de conduta.

Considerada a sociedade civil como o *locus* de crenças solidificadas e como manifestação prática do conhecimento e da crítica dessas mesmas crenças, e apontando para a internalização dos princípios jurídicos na consciência popular como um momento revolucionário apto à elaboração de novas crenças, ou seja, de um *novο senso-comum*, parte da *idéia força do coletivo* para um novo direcionamento político rumo à maturação de espaços de *liberdade*, aptos a serem institucionalizados³²⁰.

Ao proceder essa ampliação do conceito de Direito, nele incluindo tudo o que a consciência popular amadureceu como *necessidade*, atribui papel fundamental aos seus operadores, elos de ligação entre estrutura e superestrutura, reconhecendo-lhes função transformadora, como se examinará em outro item. Ao entender a individualidade como o conjunto de relações nas quais cada um passa a fazer parte, aponta para a necessidade de ser elaborada uma doutrina em que todas essas relações sejam vivas, em movimento, deixando claro que a sede dessas atividades é a consciência do *homem individual* que conhece, deseja, admira e acredita, não se concebendo isoladamente, mas rico de possibilidades oferecidas pelos *outros homens* e pela *sociedade das coisas*, das quais não pode deixar de ter certo conhecimento, como se lê:

*Bisogna elaborare una dottrina in cui tutti questi rapporti sono attivi e in movimento, fissando ben chiaro che sede di questa attività è la coerenza dell'uomo singolo che conosce, vuole, ammira, crea, in quanto già conosce, vuole, ammira, crea ecc. e si concepisce non isolato ma ricco di possibilità offertegli dagli altri uomini e dalla società delle cose, di cui non può non avere una certa conoscenza. (Come ogni uomo è filosofo, ogni uomo è scienziato ecc.)*³²¹.

exerce pressão coletiva e obtém resultados objetivos na elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc, segundo tradução de Helena Meneghello que se distancia, um pouco, daquela de Luiz M. Gazzaneo (GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 91).

³²⁰ BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci*, op. cit., p.

20.

³²¹ *Quaderni*, p. 1346.

Com a referência de que cada homem é um filósofo e, portanto, um cientista, aponta para a importância do conhecimento imbricado com a prática. Num verdadeiro resgate à XI Tese de Feuerbach, transcrita no início do item 1. 2 deste capítulo, afirma sua posição de que a *práxis* revolucionária não pode desprezar o conhecimento, atividade cognoscitiva *individual* que somente pode ser concebida em *função de uma direção política*³²², registrando-se que o termo *política* está relacionado à *idéia-força do coletivo*, ou seja, à sociedade civil.

Sabedor de que a classe dominante, através do controle articulado da direção cultural na sociedade civil, exercita seu poder e reproduz a dominação, exercício esse que também ocorre no âmbito da sociedade política (Estado em sentido estrito), sinaliza para um processo de desconstrução das velhas crenças e para um outro, construtivo de um *novo senso-comum* e de *novos consensos*³²³. Ao mesmo tempo, e em passagem dos *Quaderni* já transcrita, questiona como um indivíduo particular logrará incorporar-se no homem coletivo e como poderá se manifestar a *pressão educativa* sobre os indivíduos para que deles seja obtido consenso e colaboração, fazendo com que a necessidade e a coerção se transformem em liberdade, indagando: *Ma come ogni singolo individuo riuscirà a incorporarsi nell'uomo collettivo e come avverrà la pressione educativa sui singoli ottenendone il consenso e la collaborazione, facendo diventare 'libertà' la necessità e la coercizione?*³²⁴. Gramsci acredita responder a essa pergunta estendendo o conceito de Direito, nele incluindo tudo o que a consciência popular amadureceu como necessidade, como já se procurou demonstrar. Trata-se de questão fundamental em face dos dilemas colocados neste trabalho, próprios de uma sociedade multifacetária como a brasileira neste final de século e de um Poder Judiciário em crise.

³²² ibidem, p. 1271: *Se ne deduce anche che il carattere della filosofia della praxis è specialmente quello di essere una concezione di massa, una cultura di massa e di massa che opera unitariamente, cioè che ha norme di condotta non solo universali in idea, ma 'generalizzate' nella realtà sociale. A l'attività del filosofo 'individuale' non può essere pertanto concepita che in funzione di tale unità sociale, cioè anch'essa come politica, come funzione di direzione politica.*

³²³ Remete-se a ARRUDA JR, Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 77-105. Afirmando que um novo bloco histórico não se constrói apenas a partir da dominação do velho aparelho estatal, aponta para um conjunto de direções culturais que, em instituições da sociedade civil e do Estado, devem preceder à dominação para que novo bloco histórico possa ter consistência, formulação a ser analisada a seguir.

³²⁴ *Quaderni*, p. 1566, passagem já transcrita, com tradução expressa em nota anterior.

Como salienta Arruda Jr., para que se possa realizar processo transformador no campo do Direito, é indispensável que, inicialmente, seus operadores conheçam e analisem a *crise do direito*, parte de uma crise mais ampla (*hegemônica* - social, política, ideológica e econômica), passando pelos seus campos particulares e institucionais, situando-se nos debates que se travam dentro e fora das academias, tudo a sinalizar para *contraconsensos* e para as possibilidades de formação de *novos consensos*; ou seja, *tanto negando as formas de poder que (re)criam relações de hegemonia dominante, como afirmando os sentidos para consensos institucionais de outro bloco histórico*³²⁵.

Isso porque, se é verdade que o exercício de poder da classe dominante se dá tanto pelo controle articulado da direção cultural da sociedade civil (situação preponderante), como também na sociedade política, a força motriz primeira para a construção de alternativas no sentido da negação do direito existente e da afirmação da nova ordem e do direito a estabelecer-se deve ser buscada nos aparelhos privados.

No entanto, e numa formulação essencial para os propósitos deste trabalho, afirma ser possível a gestação de movimentos contra-hegemônicos por dentro das próprias esferas do Poder, refletindo: *a crise orgânica, expressa-se de múltiplas formas enquanto crise hegemônica, estendendo-se à cultura jurídica, não estando fechadas as portas para as ações indicativas da contracultura/nova cultura nos aparelhos jurídicos*³²⁶. Mesmo porque a instância jurídica, definida como parte da estrutura social na qual encontram-se as instituições jurídicas e, nelas, os operadores do direito, tem abrangência tanto na sociedade política como na sociedade civil. E visualizada a *crise* da cultura jurídica dentro da *crise orgânica*, os operadores do direito³²⁷ que acreditam na força transformadora de ações políticas concretas e que se preocupam com a construção de uma sociedade que não tenha a desigualdade como fundante, são os *intelectuais orgânicos*, elos entre a estrutura e a superestrutura que, partindo da compreensão da realidade para,

³²⁵ ARRUDA JR, Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 80. Nesta obra, no ensaio III, p. 77-105, Arruda Jr., indicando sentidos possíveis para novas direções políticas e culturais nas lutas que se travam dentro das instituições jurídicas, aponta para a viabilidade da transformação, no sentido de uma *utopia concreta*, como prospecção das possibilidades ainda não realizadas pela sociedade; processo de artesanato cultural que envolve ações políticas dentro e fora da instância jurídica. Trata-se de referência importante para o exame do papel dos intelectuais orgânicos e de suas lutas políticas concretas.

³²⁶ *ibidem*, p. 81

e a partir dela e de sua crítica, transformá-la, buscam interagir *sujeito e objeto, teoria e prática*.

Gramsci, na maturidade dos *Quaderni*, ao questionar se o capital pode, efetivamente, vir a ser expropriado de sua capacidade de dirigir o processo social, coloca uma condicionante básica: a expropriação do capital de suas possibilidades de dirigir o processo social é viável desde que uma nova *inteligência coletiva* se contraponha a esse modelo³²⁸. Nesse momento, aponta para o partido político, na condição de *intelectual orgânico coletivo*, como um organismo apto a condensar *a vontade de resposta que provém do novo senso-comum numa fase de luta de hegemonia, de modo que a velha e a nova crença coexistam e se choquem no que Gramsci chama de guerra de posição*³²⁹. Ou seja, com condições de, congregando vontades coletivas, impulsionar a constituição de novas crenças, emergentes de um processo de lutas e de afirmação de princípios jurídicos, fundados nas *necessidades* do homem.

Retomando-se o ponto inicial, volta-se a sublinhar que Gramsci, em suas formulações sobre o processo de substituição de uma classe por outra no exercício do poder, indica ser ele previsível não apenas como fruto das contradições decorrentes de uma realidade material subjacente, mas, também, e enfaticamente, como afirmação de princípios jurídicos que se internalizam na consciência popular. E num momento pleno de atualidade e riqueza, rompendo com certas posições mecanicistas imobilizadoras, afirma que o homem deve ser concebido como *bloco histórico* de elementos puramente individuais e

³²⁷ *ibidem*.

³²⁸ Trata-se de percepção da fase madura dos *Quaderni*, ampliando seu pensamento em relação ao período *ordinovista*, iniciado em abril de 1919, quando começou a editar, com Tasca, Togliatti e Terracini, o semanário *L'Ordine Nuovo*. Buscando na Itália o germe de uma organização de trabalhadores análoga aos Sovietes russos e apta a tomar-se a forma de uma nova democracia operária, localizou-o nas Comissões Internas que existiam desde 1906, cujo objetivo era defender os interesses dos trabalhadores na fábrica. No artigo *Democracia operária*, junho de 1919 (GRAMSCI, Antônio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 33-37), Gramsci referia-se às comissões como os centros da vida proletária que, desenvolvidas e ampliadas, *deverão ser amanhã os órgãos de poder proletário que substitui o capitalista em todas as suas funções profícuas de direção e de administração*. A partir delas, pensou um sistema em que todos poderiam votar e ser votados, independentemente de serem ou não sindicalizados, acreditando que a organização, tomando-se a real expressão do trabalhador coletivo, viabilizaria a tomada do controle do processo produtivo com mais rapidez. Chegou a dizer que se trataria de um verdadeiro Estado, cuja existência daria aos operários a responsabilidade direta pela produção. Concebendo a fábrica como território nacional da classe operária, não percebeu que a direção política não se esgotaria nela e, sequer, no controle imediato da produção material. Na maturidade dos *Quaderni*, Gramsci superou o equívoco de ter subestimado a ação do partido político e o de ter limitado ao território da fábrica a ação dos operários.

³²⁹ BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci*. op. cit., p. 19.

subjetivos e de elementos de massa - objetivos ou materiais -, com os quais o indivíduo está em relação ativa³³⁰, e que:

Transformare il mondo esterno, i rapporti generali, significa potenziare se stesso, sviluppare se stesso. Che il 'miglioramento' etico sia puramente individuale è illusione ed errore: la sintesi degli elementi costitutivi dell'individualità è 'individuale', mas essa non si realizza e sviluppa senza un'attività verso l'esterno, modificatrice dei rapporti esteni, da quelli verso la natura a quelli verso gli altri uomini in vari gradi, nelle diverse cerchie sociali in cui si vive, fino al rapporto massimo, che abbraccia tutto il genere humano. Perciò se può dire che l'uomo è essenzialmente 'politico', poiché l'attività per trasformare e dirigere conscientemente gli altri uomini realizza la sua 'umanità', la sua 'natura umana'³³¹.

Sua concepção de transformação social permanente, ancorada na *totalidade* e na *ação do homem*, mostra-se informada por profundo *humanismo*. Sem deixar de assinalar que para transformar o mundo exterior é imprescindível o desenvolvimento do homem singular, mesmo porque a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é *individual*, compreende que seu aprimoramento e *melhoramento ético* não podem prescindir de uma ação para o exterior, num sentido mais amplo e universal; ou seja, uma interação fundamental produzida pela aproximação causal de infinitos atos arbitrários individuais, visando ao resgate da integralidade humana e a construir laços de solidariedade, num reencontro do homem com a história. Estando a cultura radicada no *senso-comum*, atributo das massas e dos intelectuais, a superação da dicotomia indivíduo/coletivo e da divisão entre massas e *intelligentzia*, processo que se inicia desde fase anterior à tomada do poder, faz parte do próprio constituir de uma nova sociedade³³². Nesse sentido,

³³⁰ Quaderni, p. 1336; GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 47.

³³¹ ibidem. E, na edição brasileira: *Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão, e um erro, supor que o 'melhoramento' ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é 'individual', mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para o exterior, atividade transformadora das relações externas, desde as com a natureza e com os outros homens - em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive - até à relação máxima, que abraça todo o gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente 'político', já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua 'humanidade', a sua 'natureza humana'* (op. cit., p. 47-48).

³³² Se é na sociedade civil que se encontram as idéias-força do coletivo, locus das crenças solidificadas e de maturação de novos germes de liberdade que se podem institucionalizar, e ampliando a concepção gramsciana de *foco do Direito* para nele englobar as lutas e as pressões dos grupos coletivamente organizados na sociedade civil, no sentido transformador, ao se retirar do seio do Estado essa pressão reivindicatória, atribuindo-se às categorias profissionais e de empregadores a capacidade de se regularem de forma autônoma, sem qualquer intervenção do Estado (via Poder Judiciário) no seu sentido universalizador (como está sendo proposto hoje por certos operadores jurídicos), não se estaria a legitimar o Estado autocrático, eliminando-se a possibilidade de, por dentro do Estado, serem construídas parcelas de hegemonia com vistas à universalização? Ou seja, não se estaria afirmando a

*qualquer indivíduo que prescindir de uma vontade coletiva e não procure criá-la, ampliá-la, reforçá-la, organizá-la, é simplesmente um desorientado, um 'profeta desarmado', um fogo-fátuo.*³³³

Pensador enraizado na realidade que, sem deixar de ter lucidez sobre as imensas dificuldades enfrentadas no momento em que vivia, abandonou a dicotomia assimilada por um certo *senso-comum* tradicional entre o pensar e o sentir e, refletindo sobre o movimento da história e sobre as experiências cotidianas, buscou, assim, não mais fossem reproduzidas as velhas e solidificadas crenças. E na construção desse novo pensar, inserido num projeto de modernidade, assimilou do passado o que era atual e, analisando criticamente o presente, lançou as bases para a reconstrução do futuro e de uma sociedade com melhores condições de dar as respostas exigidas pelos novos e complexos movimentos sociais³³⁴. Num momento em que pensadores *pós-modernos* apontam para o enfraquecimento dos *meta-relatos*, provocado pela fragmentação que se opera no final de um século em que o individualismo parece triunfar, a formulação gramsciana interagindo local e universal, regional e global, individual e coletivo é atualíssima, podendo-se qualificá-lo, neste sentido, e enquanto concebe a existência de movimentos moleculares, como um *pós-moderno 'avant-la-lettre'*. Partir do homem e de suas necessidades para, preservando-as, reconstruí-las coletivamente, constitui alternativa apta a

fragmentação e abandonando uma formulação mais ampliada de Estado que o visualize enquanto relação?

³³³ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 155-156, remetendo-se ao texto original dos *Quaderni*, p. 1663: *che pertanto ogni individuo che prescinda da una volontà collettiva e non cerchi di crearla, suscitaria, estenderla, rafforzarla, organizzarla, è semplicemente una mosca cocchiera, un 'profeta disarmato', un fuoco fatuo.*

³³⁴ Ricas são as entrevistas de LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite. *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*, op. cit., referidas em notas anteriores. Uma das entrevistadas, Anne Sasson, já citada, responde com lucidez às questões formuladas, em especial quanto ao papel dos intelectuais (sujeitos individuais ou coletivos) diante da crise deste final de século. Entende que, quanto mais desafiante é o período, mais urgente se torna encontrar espaços para reflexão e experimentos. Reconhece, em relação ao trabalho dos intelectuais, que o produto final, ainda que resulte de esforço individual, reflete inevitavelmente um processo coletivo, sublinhando que o fato de terem nos seus estudos a sociedade como objeto, ou um compromisso político, ou pertencerem a grupos de trabalho, ainda que útil, não é suficiente, do ponto de vista transformador, quando os debates que se proporcionam continuam a reproduzir velhas idéias. Assinala, ainda, que, por mais afiados que sejam os argumentos dos intelectuais, por mais convincentes que sejam suas posições políticas, por mais complexa que seja a análise de uma linha de ação, para que se traduzam no concreto necessitam imbricar-se na realidade. E os intelectuais que desejam intervir para melhorar a sociedade, além da auto-confiança, precisam da confiança de setores mais amplos da sociedade, o que será validado quando suas ações e seus objetivos estiverem enraizados nas necessidades profundas dessa sociedade. Assim, aponta para a necessidade de um novo pensamento que consiga saltar as armadilhas das velhas dicotomias e que, sem deixar de assimilar do passado as visões pertinentes ao presente, inove e considere as necessidades concretas de uma época, estando ciente das inevitáveis incertezas e ambigüidades.

operar, a partir de princípios jurídicos que se internalizam na consciência popular, a construção de novos consensos; é na sociedade civil que se encontram as idéias-força do coletivo, *locus* das crenças solidificadas e da maturação de novos germes de liberdade, que se podem *institucionalizar*, chegando-se aos intelectuais orgânicos, individuais e coletivos, cuja função pode ser a da criação de um novo sistema hegemônico e o desencadear de uma '*crise orgânica*' do bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer as novas forças³³⁵.

1.4 Os intelectuais orgânicos: a estratégia de guerra de posição

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político (GRAMSCI, Notas sobre Maquiavel).

Não é verdade que o exército, segundo as Constituições, jamais deve fazer política; o exército deveria exatamente defender a Constituição, a forma legal do Estado e as instituições conexas; por isso, a chamada neutralidade significa apenas apoio à parte retrógrada. (GRAMSCI, Notas sobre Maquiavel)

A filosofia de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é uma combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história concreta e completa. (GRAMSCI, Concepção dialética da história)

Nos tópicos anteriores já se pôde observar como Gramsci não atribuía às crises econômicas, por si só, a produção dos acontecimentos históricos fundamentais. Essas, propiciando simplesmente terreno mais fértil à disseminação de certas maneiras de pensar e de resolver questões, poderiam criar condições para a crise de hegemonia por levarem a burguesia, através do Estado, a cometer equívocos quando das respostas aos problemas econômicos via encaminhamento e execução de reformas (revolução passiva)³³⁶. No entanto, levariam à ação somente a partir da consciência das

³³⁵ PORTELLI, Hugues. op. cit., p.103

³³⁶ Trata-se de formulação aplicável à sociedade brasileira de hoje. O governo FHC, com perfil autoritário e centralizador, por conta de uma suposta '*modernização*' e de uma certa forma de inserção no mundo globalizado - a da *globalização neoliberal* -, pressiona para a aprovação de reformas constitucionais (Administrativa, da Previdência e do Judiciário) subordinadas ao ideário neoliberal. Essa situação tem provocado crises mas, também, resistência de organizações da sociedade civil, com certa eficácia, como se examinará no capítulo terceiro.

massas; ou seja, o desenvolvimento dessa consciência é que impulsionaria a ação revolucionária³³⁷.

Visualizando o Estado não apenas como instrumento da ideologia³³⁸ burguesa a legitimar suas necessidades sociais, não depositava exclusivamente na intensificação da exploração do trabalho a chave alavancadora dessa conscientização rumo ao confronto da classe trabalhadora com o poder de Estado. E a tomada do Estado, por si só, seria insuficiente para assegurar a substituição de uma classe por outra; a partir de uma crise no sistema das crenças desenvolvidas é que, segundo ele, poderia ser desencadeado um processo de desconstrução daquelas idéias solidificadas no *senso-comum* e um outro, *positivo*, de constituição de *novos consensos*, de uma nova ordem social.

Com essas formulações - examinando as sociedades mais desenvolvidas e industrializadas do capitalismo recente, com *estrutura muito complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.)*, nas quais as *superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras da guerra moderna*³³⁹, a exigirem seja avaliado com *profundidade* 'quais são os elementos [...] que correspondem aos sistema de defesa na guerra de posição'³⁴⁰ - Gramsci chega à estratégia de *guerra de posição* como uma alternativa coerente à *guerra de movimento*, ou seja, à

³³⁷ Cf. CARNOY, Martin. op. cit., p. 106. Neste trabalho, Carnoy analisa a estratégia gramsciana de *guerra de posição*.

³³⁸ Sobre o conceito de *ideologia*, ver *Quaderni*, p. 1490-1491. Essa passagem está na edição brasileira GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 61-63. Apontando para sua significação original (aspecto do *sensorialismo*) como *ciência das idéias*, ou *análise das idéias* (isso porque a análise era o único método aplicado pela ciência; as idéias deveriam ser decompostas em seus elementos originários, os quais não poderiam ser senão as sensações; ou seja, as idéias derivam das sensações), Gramsci resgata Destutt de Tracy (1745-1836) como o mais eficiente propagandista literário da *ideologia* e diz que é historicamente que se deve examinar como o conceito de *ciência das idéias* passou a significar determinado *sistema de idéias*. Visando a superar certo juízo implícito de *desvalor* que o termo assumiu no marxismo (ao que parece, numa referência às formulações de *A ideologia alemã*, já que em *O 18 de Brumário* o conceito amplia-se), distingue *ideologias historicamente orgânicas* (necessárias a uma determinada estrutura) de *ideologias arbitrárias* (racionalistas, *desejadas*). Na medida em que são historicamente necessárias, as *ideologias historicamente orgânicas* têm a validade psicológica de organizarem as massas, formando terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência e lutam. Quando arbitrárias, criam movimentos inúteis, por funcionarem como erro. A propósito, remete-se a LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. op. cit., p. 10-14. Numa perspectiva de conjunto, de pensamento socialmente condicionado, que pode ser *ideológico* ou *utópico*, Löwy, referindo-se à ideologia, opta pelo conceito de *visão social de mundo* por circunscrever conjunto orgânico e articulado de valores, internamente unificado por certo ponto de vista socialmente condicionado; as visões de mundo podem ser *ideologias* ou *utopias*, ou combinar elementos.

³³⁹ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 73.

³⁴⁰ *Quaderni*, p. 1615-1616; e GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*,

tomada de assalto frontal ao Estado. Nas sociedades *Ocidentais*, essa conquista do poder de Estado é de ser precedida por uma longa luta pela hegemonia *no interior* e *através* da sociedade civil, no interior do Estado em seu sentido *amplo*³⁴¹.

A agudez com que percebeu as transformações históricas operadas nas sociedades capitalistas modernas e sua marcada oposição à linha política da Segunda Internacional³⁴², levaram-no, na maturidade dos *Quaderni*, a considerar a passagem da guerra de movimento (do ataque frontal ao Estado) à guerra de posição como a mais importante questão de teoria política colocada no período do pós-guerra e a mais difícil de ser resolvida corretamente, ao dizer: *Questa mi pare la quistione di teoria politica la più importante, posta dal periodo del dopo guerra e la più difficile ad essere risolta giustamente*³⁴³. Coerente com essa percepção, numa passagem célebre e viva, já referida anteriormente e ora resgatada, enfatizou:

*Um gruppo sociale può e anzi deve essere dirigente già prima di conquistare il potere governativo (è questa una delle condizioni principali per la stessa conquista del potere); dopo, quando esercita il potere e anche se lo tiene fortemente in pugno, diventa dominante ma deve continuare ad essere anche 'dirigente'*³⁴⁴.

Como sinala Coutinho, a chave da estratégia de guerra de posição, adequada àquelas sociedades que se *ocidentalizam*, reside, basicamente, na luta pela conquista da hegemonia, da direção política³⁴⁵. Analisando essa estratégia, Carnoy³⁴⁶ aponta-para-quatro elementos importantes: a) ênfase à

op. cit., p. 73.

³⁴¹ Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 89-101. Segundo Coutinho, está na *teoria ampliada* do Estado a base que permite a Gramsci responder à questão do fracasso da revolução no *Ocidente*, remetendo-se às considerações expressas na nota 207, deste trabalho.

³⁴² *ibidem*, p. 91. Uma maior explicitação acerca das posições naturalistas, de teor positivista, presentes na doutrina do movimento operário socialista, à época da Segunda Internacional, pode ser encontrada no livro de LÖWY, Michael Löwy. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. op. cit., p. 115-127. Segundo Löwy, foram concepções que visavam a fazer do marxismo uma teoria *puramente científica*, reduzindo-o a uma *ciência natural da sociedade*.

³⁴³ *Quaderni*, p. 801.

³⁴⁴ *ibidem*, p. 2010-2011.

³⁴⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit., p. 90-91

³⁴⁶ Cf. CARNOY, Martin. op. cit., p.108-113. É importante se enfatize, como faz Carnoy ao analisar a estratégia de *guerra de posição*, que sua base não é a de organizar trabalhadores e camponeses para tomarem de assalto o Estado, mas dar ênfase à organização dos trabalhadores como alicerce de uma nova cultura; a hegemonia proletária confrontando a hegemonia burguesa numa *guerra de posição*, com trincheiras que se podem movimentar para frente e para trás, numa luta ideológica pela consciência da classe trabalhadora, até que uma nova superestrutura sitie a antiga, incluindo o aparelho de Estado. E, transformando-se em

necessidade de que em cada país seja buscado conhecimento e tratamento específicos, contextualizados, não podendo ser utilizada a mesma estratégia internacionalmente, sem que as situações concretas sejam avaliadas: b) idéia-base de 'situar' o aparelho de Estado com uma contra-hegemonia, constituída pela organização de massa dos trabalhadores e pelo desenvolvimento das instituições e da cultura da classe operária, visando a estabelecer, antes da conquista do poder governamental, organismos aptos a definir os princípios, os alicerces de uma nova cultura; c) ênfase à consciência como chave para o processo de transformação e, sendo a *guerra de posição* a luta pela consciência da classe operária, a correlação das forças políticas numa determinada sociedade vai depender de vários elementos e dos níveis de consciência política coletiva, até o *momento catártico* quando, superado o limite dos interesses corporativos, os indivíduos e os grupos unem-se para formar uma contra-ideologia que os liberte da condição de subordinados; e d) necessidade de ser traduzida em ação essa tipologia do desenvolvimento ideológico, com ênfase ao papel do partido político, instrumento de *elevação das consciências, de educação da classe trabalhadora e de desenvolvimento das instituições* de hegemonia proletária, relacionando-o, enquanto partido revolucionário, à classe trabalhadora como um todo, com a função de canalizar a atividade dos *intelectuais orgânicos* que desenvolve em suas próprias fileiras e, ainda, promover o elo entre a classe trabalhadora e certos setores da *intelligentzia* tradicional³⁴⁷. Conjugados, indicam sentidos políticos às lutas proletárias e fornecem novas direções culturais aos movimentos que se dão na sociedade e em suas instituições³⁴⁸.

dirigente o proletariado, a *guerra de posição* tornar-se base para o novo Estado, com a hegemonia proletária já conquistada.

³⁴⁷ ibidem, p. 112. Segundo Carnoy, quando se examina a estratégia de *guerra de posição*, constata-se diferenças entre Gramsci e Lenin quanto à concepção de partido. Este, via o partido revolucionário como uma *vanguarda* que, numa unidade coesa de intelectuais que desenvolvem estratégia de ação para a classe operária, funde antigos trabalhadores e antigos profissionais de origem burguesa; aquele, relacionando o partido revolucionário à toda a classe trabalhadora, entende que essa classe, tal como a burguesa, é capaz de desenvolver os seus *intelectuais orgânicos*, cabendo ao partido de massas canalizar a atividade desses intelectuais proporcionando um elo entre a classe trabalhadora e certos setores da *intelligentzia* tradicional.

³⁴⁸ Ver ARRUDA JR., Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 77-105. Arruda Jr, reflete sobre o papel dos operadores jurídicos, enquanto intelectuais orgânicos capazes de construir uma contra/cultura nos aparelhos jurídicos. Importante, ainda, se aponte para a *função pedagógica* dos intelectuais orgânicos, no sentido da formação da consciência popular e da construção de parcelas de hegemonia, ampliando-se o espectro da *guerra de posição* para visualizá-la nas organizações da sociedade civil e nas instituições do Estado. Trata-se de processo complexo que, informado por valores e fins, parte da crítica à ordem existente, mas não a nega; desconstruindo-a, a reconstrói em novos patamares.

Visualizando o *partido político*, na época moderna, como protagonista do novo *Príncipe*³⁴⁹, Gramsci analisa a realidade de seu tempo para, a partir dela, reconhecer que embora cada partido seja expressão de um determinado grupo social, há situações em que representam o grupo na medida

*em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses do seu grupo e de outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos*³⁵⁰.

Essas reflexões levaram-no a apontar a existência, à época, de duas formas de partido que pareciam abstrair a ação política imediata: a) um partido constituído por uma *elite* de homens de cultura, com a função de dirigir, do ponto de vista cultural e da ideologia em geral, um grande movimento de partidos afins (na realidade, frações de um mesmo partido orgânico); e b) num período mais recente, um partido de *massas* que, como massa, não apresenta outra finalidade política que não a de uma fidelidade genérica, do tipo militar, a um determinado centro político (visível ou não). No entanto, e reconhecendo a importância desse tipo de organização coletiva, chega a afirmar que um partido poderá ter maior ou menor significado na medida em que sua atividade venha a pesar, em maior ou menor grau, na própria constituição da história de um país³⁵¹; ou seja, sua força determinante, positiva ou negativa, dá-se na medida em que contribui para criar acontecimentos e impedir que outros se verifiquem³⁵². Tecendo considerações sobre a ação de um partido revolucionário, reconhece apresentar ele suas próprias condições *hegemônicas*, não podendo agir *como construtor e como educador* de qualquer movimento *contra-hegemônico* sem primeiro estabelecer uma base ideológica apta a produzir um núcleo consistente que, inovando e organizando, importe coesão e disciplina³⁵³. Isso porque *na ausência dessa força eles se dispersariam e anulariam numa poeira impotente*³⁵⁴.

Visando a responder a indagação que ele mesmo se faz no sentido de ser ou não importante a ação dos partidos políticos, Gramsci compreende, num primeiro momento, que qualquer um deles apresenta três elementos fundamentais que condicionam sua existência: a) um *elemento difuso*, ou de

³⁴⁹ Numa referência ao *Príncipe*, de Niccolò Machiavelli.

³⁵⁰ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 22.

³⁵¹ *ibidem*, p. 24-25.

³⁵² *ibidem*, p. 25.

³⁵³ Cf. Martin Carnoy, op. cit., p. 113.

massa, composto pelos *homens comuns*, médios, cuja participação é informada pela disciplina e pela fidelidade (não entrando ainda os elementos de criatividade e organização, sem os quais também não existiria): b) um *elemento de coesão*, com capacidade de centralizar e tornar eficiente um conjunto de forças, dotado de coerção e disciplina centralizadora; e c) um *elemento intermediário*, apto a articular o primeiro elemento com o segundo elemento, colocando-os em contato não só físico, mas moral e intelectual. Partindo desses três elementos, mas sem deixar de dar ênfase à importância de ter sido internalizada a convicção férrea de que uma determinada solução dos problemas vitais seja *necessária*, conclui ser um partido não destrutível por meios normais *quando, existindo necessariamente o segundo elemento, cujo nascimento está ligado à existência de condições materiais objetivas (e, se este segundo elemento não existe, todo o raciocínio é vazio), mesmo dispersas, os outros dois inevitavelmente devem-se formar*³⁵⁵. Assim, de forma contextualizada, e consciente de que as análises devem ser realizadas *concreta e não abstratamente*, enfrenta o problema da fragilização dos partidos políticos no pós-guerra, apontando para a possibilidade da ação articuladora de uma liderança que, na massa trabalhadora, apresente potencial organizativo capaz de aglutinar forças viabilizadoras de um partido de ação revolucionária que, desconstituindo o *status quo*³⁵⁶, reconstrua uma nova ordem, afirmando que os '*partidos*' são até agora o modo mais adequado para *aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção*³⁵⁷.

Considerando-se que o ser humano *não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais amplos aos mais complexos*³⁵⁸, chega-se à análise da ação dos *intelectuais orgânicos*, categoria básica para os processos de transformação social cuja função, como sublinhado no final do item precedente, pode ser a de criar um novo sistema hegemônico e desencadear uma '*crise orgânica*' do bloco histórico, que deverá nesse momento *favorecer as novas forças*³⁵⁹. Em conhecida passagem dos *Quaderni*, refletindo sobre o processo de formação dos intelectuais, Gramsci indaga se

³⁵⁴ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 26.

³⁵⁵ *ibidem*, 26-27.

³⁵⁶ Cf. CARNOY, Martin, op. cit., p.113.

³⁵⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 20.

³⁵⁸ *idem*, *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 39.

³⁵⁹ PORTELLI, Hugues, op. cit., p.103.

eles constituem um grupo social autônomo e independente ou se, por outro lado, cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais, reconhecendo que se trata de problema complexo em face das várias formas que assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias de intelectuais, manifestando-se da seguinte forma:

*Gli intellettuali sono un gruppo sociale autonomo e indipendente, oppure ogni gruppo sociale ha una sua propria categoria specializzata di intellettuali? Il problema è complesso per le varie forme che ha assunto finora il processo storico reale di formazione delle diverse categorie intellettuali*³⁶⁰.

E a propósito da formação dos intelectuais, afirma:

*Tutti gli uomini sono intellettuali, si potrebbe dire perciò; mas non tutti gli uomini hanno nella società la funzione di intellettuali (così, perché può capitare che ognuno in qualche momento si friga due uova o si cucisca uno strappo della giacca, non si dirà che tutti sono cuochi e sarti)*³⁶¹.

Gramsci não utiliza a expressão *intelectuais* no sentido clássico, ou seja, aqueles dotados de erudição e de saber enciclopédico, habitante dos círculos das elites³⁶². Nele, o intelectual é identificado de acordo com sua função, porquanto:

*Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular nervoso. Isto significa que [...] é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não-intelectuais*³⁶³.

Assim, e partindo-se da opção funcional de Gramsci e de sua tipologia, são visualizados os intelectuais como: a) grupo *autônomo e independente*, na medida em que cada grupo social, surgindo na história a partir de uma estrutura econômica anterior e como desenvolvimento dessa estrutura, encontra categorias preexistentes de *intelectuais* que atuam como representantes de uma continuidade histórica, não interrompida sequer por mudanças radicais nas formas sociais e políticas (ex: os intelectuais

³⁶⁰ Quaderni, p. 1513; e, na edição brasileira: GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 3.

³⁶¹ ibidem, p. 1516 (*Appunti e note sparse per un gruppo di saggi sulla storia degli intellettuali*). Em GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, op. cit. p. 7, se lê: *Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade e função de intelectuais*, remetendo à nota de rodapé, de nº 4, verbis: *Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate.*

³⁶² Cf. ARRUDA JR. Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit, p. 52.

eclesiásticos); são os *intelectuais tradicionais* que, sentindo com espírito de corpo sua *qualificação e continuidade histórica*, autoproclamam-se autônomos e independentes do grupo social dominante; e b) cada grupo social com seus *intelectuais especializados*, criando para si, de modo *orgânico*, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político, com capacidade de organizar a sociedade em geral³⁶⁴. Donde se conclui que o conceito de *intelectual* como categoria independente e autônoma, sem sofrer qualquer influência da classe hegemonicamente dominante, nada mais é do que um mito³⁶⁵.

Ao apontar, em outra passagem, para a necessidade do contato entre os *intelectuais* e os '*simples*'³⁶⁶, Gramsci o faz com o sentido de desconstituir o *senso-comum* tradicional, forjando um bloco intelectual-moral que possibilite o progresso de massa³⁶⁷, reconhecendo a importância política dos intelectuais porquanto *uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente 'por si', sem organizar-se (em sentido lato)*³⁶⁸.

Identificando na distinção entre *intelectuais orgânicos* e *intelectuais tradicionais* um ponto importante e do qual decorre toda uma série de problemas e de pesquisas históricas³⁶⁹, Gramsci passa a relacionar os intelectuais com o partido político, respondendo à pergunta: *Cosà diventa il partito politico in ordine al problema degli intellettuali?*³⁷⁰, com a seguinte

³⁶³ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, op. cit., p. 7.

³⁶⁴ idem. *Quaderni*, p. 1513-1520; *Os intelectuais e a organização da cultura*, op. cit., p. 3-12.

³⁶⁵ No mesmo sentido, CARNOY, Martin. op. cit., p. 114. Essa reflexão remete à análise da ação político-ideológica daqueles magistrados que, proclamando-se *neutros*, na realidade se implicam num projeto de manutenção do *status quo*. Ainda sobre o mito da neutralidade, resgata-se a citação de Gramsci, transcrita no início deste item. Refletindo sobre a suposta *neutralidade* do exército, desconstrói o *senso-comum* tradicional de que a ele é vedado fazer política, mesmo porque a defesa da Constituição e das Instituições é ação política fundamental. O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos Tribunais, em especial ao STF, cuja missão primeira é a de assegurar o cumprimento e a eficácia da Constituição Federal.

³⁶⁶ A respeito da aproximação dos intelectuais com os '*simples*', ver: *Quaderni*, p. 1378-1387; e GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*, op. cit., p. 14-23. Segundo Gramsci, um movimento filosófico somente merece este nome quando, ao desenvolver um trabalho que busque elaborar uma nova cultura, superando o *senso comum* tradicional, não deixa de entrar em contato com os '*simples*'. E afirma que somente através desse contato é que uma filosofia se torna histórica e, depurando-se dos elementos intelectuais de natureza individual, se transforma em vida. Ou seja: *Solo per questo contatto una filosofia diventa 'storica', si depura dagli elementi intellettualistici di natura individuale e si fa 'vita'* (*Quaderni*, p. 1382).

³⁶⁷ idem. *Concepção dialética da história*, op. cit., p. 20.

³⁶⁸ ibidem, p. 21.

³⁶⁹ idem. *Quaderni*, p. 1521; *Os intelectuais e a organização da cultura*, op. cit., p. 13-14.

³⁷⁰ *Quaderni*, p. 1522; e na edição brasileira, *Os intelectuais e a organização da cultura*, op. cit. p. 14, a tradução: *O que é que o partido político se torna em relação ao problema dos intelectuais?*

distinção: a) para *alguns grupos sociais*, o partido político é exclusivamente o modo de elaborar seus próprios intelectuais orgânicos no campo político e filosófico, não mais no campo produtivo; e b) para *todos os grupos* o partido político é o mecanismo que, na sociedade civil, representa a mesma função desempenhada pelo Estado na sociedade política, proporcionando a fusão entre os *intelectuais orgânicos* de um determinado grupo (o grupo dominante) e os *intelectuais tradicionais*³⁷¹. Aprofundando suas reflexões, chega a dizer que, em seu âmbito,

*il partito politico compia la sua funzione molto piú compiutamente e organicamente di quanto lo Stato compia la sua in ambito piú vasto: un intellettuale che entra a far parte del partito politico di un determinato gruppo sociale, si confonde con gli intellettuali organici del gruppo stesso, si lega strettamente al gruppo, ciò che non avviene attraverso la partecipazione alla vita statale che mediocrementemente e talvolta affatto*³⁷².

Mas, para que possam ser desconstruídas as velhas concepções de mundo com eficácia, aponta para determinadas necessidades: a) repetição dos argumentos, como meio didático eficaz para agir na consciência popular; e b) trabalho contínuo e incessante no sentido de elevar *intelectualmente* as camadas populares a fim de que possa ser alterado o *panorama ideológico* de uma determinada época; isto é, a necessidade de ser trabalhada a constituição de *elites intelectuais* de um novo tipo, que *surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se seus sustentáculos*³⁷³.

Preocupado com o funcionamento prático de organizações culturais que movimentam o mundo ideológico, Gramsci aponta para a Escola e para a Igreja como as duas maiores em todos os países, incluindo seus jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto como integrantes da *escola de Estado*, como *enquanto instituições de cultura do tipo das universidades populares*³⁷⁴, indicando, logo a seguir, outras profissões que incorporam aspectos culturais importantes, como a dos médicos, oficiais do

³⁷¹ ibidem.

³⁷² ibidem. Essa passagem está em GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, op. cit., p. 14-15, como segue: *o partido político desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua: um determinado intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social, confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, ligá-se estreitamente ao grupo, o que não ocorre através de participação na vida estatal senão mediocrementemente ou mesmo nunca.*

³⁷³ idem. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 27.

³⁷⁴ ibidem, p. 29.

exército e magistrados³⁷⁵. Aprofundando sua análise histórica do processo de formação de categorias especializadas para o exercício da função de intelectual, vê a Escola como o *instrumento para elaborar intelectuais em todos os níveis*, referindo que:

*a complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a área escolar e quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado*³⁷⁶.

São formulações que atribuem aos *intelectuais orgânicos* marcada função pedagógica no sentido da formação da consciência popular e da construção de parcelas de hegemonia. Analisadas desde uma concepção não restrita de Estado (visualizado não mais como sede dos *aparelhos repressivos*, ou como 'comitê' da burguesia), ampliam o espectro da estratégia de *guerra de posição*, como se examinará ainda neste tópico. Partindo da realidade para buscar caminhos transformadores, Gramsci oferece pistas ainda hoje atuais. Reconhecendo que a relação entre os *intelectuais* e o mundo da produção não é imediata, mas *mediatizada* em diversos graus por todo o contexto social, atribui a esses *intelectuais* função *mediatizadora*, tanto no plano da sociedade civil como no da sociedade política³⁷⁷. Ao indicar serem suas funções organizativas e conectivas, reconhece-os como *comissários do grupo dominante para o exercício as funções subalternas da hegemonia social e do governo político*³⁷⁸, ampliando substancialmente o papel que ocupam no mundo moderno. Sem deixar de diferenciá-los qualitativamente, afirma que todos os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais. Isso porque um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau

³⁷⁵ ibidem. Trata-se de referência básica para os objetivos deste trabalho, permitindo se aponte para a ação transformadora de certos magistrados que, na condição de *intelectuais orgânicos*, desenvolvem, no interior das instituições jurídicas, a estratégia de guerra de posição, bem como a de suas entidades representativas, intelectuais orgânicos coletivos, que podem impulsionar, nas esferas do Poder, movimento contra-hegemônico.

³⁷⁶ idem. *Os intelectuais e a organização da cultura*. op. cit., p. 9. Essa passagem remete à questão da educação em sociedades como a brasileira, cujo esquema de dominação tem sido mantido muito por conta de uma insuficiente rede escolar, de um precário ensino de primeiro e segundo graus e de um ensino jurídico marcado pelo dogmatismo e pela ausência de reflexão crítica, propiciando a formação de *intelectuais tradicionais*, comprometidos com a continuidade da ordem da (des) ordem, do status quo.

³⁷⁷ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. op. cit., p. 10-11. Essa concepção ampliada do espectro da ação dos intelectuais, incluindo sociedade civil e sociedade política, pode ser deduzida dos *Quaderni*, em especial da passagem transcrita a seguir.

³⁷⁸ ibidem, p. 11.

*mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual*³⁷⁹. Porém, aprofundando o exame dessa mediatização e preocupado com os vínculos que efetivamente são estabelecidos, registra, com atualidade, a existência de uma cisão entre as massas populares e os grupos dos intelectuais em todos os países, ainda que em graus distintos, atribuindo-a ao fato de que o Estado, ainda que os governantes digam o contrário,

*não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea, razão pela qual os grupos intelectuais estão desagregados por vários estratos e no interior de um mesmo estrato. A universidade, com exceção de alguns países, não exerce nenhuma função unificadora; um pensador livre, freqüentemente, tem mais influência do que toda a instituição universitária, etc.*³⁸⁰

Para que melhor se possa meditar sobre o significado da ampliação, em Gramsci, do papel dos intelectuais e, por decorrência, do espectro da estratégia de *guerra de posição*, transcreve-se a passagem dos *Quaderni* que possibilita, entre outras, a leitura que aqui se propõe:

*A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é 'mediatizada', em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os 'funcionários'. Poder-se-ia medir a 'organicidade' dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. Esta colocação do problema traz, como resultado, uma ampliação muito grande do conceito de intelectual*³⁸¹.

Não se desconhece ser essa uma questão polêmica entre os estudiosos do pensamento gramsciano. No entanto, mesmo que se encontre, em algumas

³⁷⁹ ibidem, p. 15.

³⁸⁰ ibidem.

passagens dos *Quaderni*, um Gramsci preso às seguintes compreensões - a) a do Direito, como sendo *o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de civilização desenvolvida pelo Estado*³⁸², ao lado de formulações outras, como as analisadas no item anterior, que visualizam o momento da internalização dos princípios jurídicos na consciência popular como espaço revolucionário; b) a do Estado também como instrumento de controle do grupo dominante, ao lado de sua concepção de Estado ampliado por novas determinações (em função da socialização da política, como exaustivamente examinado durante todo este capítulo) e de suas reflexões sobre a *necessária reciprocidade* entre estrutura e superestrutura³⁸³, no sentido de um processo dialético real; e c) a dos intelectuais, como *comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político*, a permitir que alguns apontem para uma visão ainda dicotômica entre *sociedade civil x sociedade política* -, a amplitude de suas formulações permite se faça uma outra leitura, mais ampla e mais ao sabor deste pensador sardo, um intelectual profundamente moderno e cujas análises sempre foram marcadas pela luta contra o dogmatismo e pelo mergulho no real para, a partir do exame crítico das situações concretas, buscar caminhos transformadores. Assim, e com base numa leitura crítica de seus textos, mesmo antes de complementá-la com *a teoria relacional do poder* de Poulantzas (tarefa que se remete para o item seguinte), encontram-se elementos que apontam para a viabilidade da estratégia de *guerra de posição* para além das instituições da sociedade civil; ou seja, no interior das instituições do Estado³⁸⁴.

Por fim, retomando-se o pensamento de Gramsci de que em política *l'errore avviene per una inesatta comprensione di ciò è lo Stato (nel significato integral: dittadura + egemonia)*³⁸⁵ e apontando-se para a importância que ele atribui ao papel dos *intelectuais*, que, na crise³⁸⁶, podem operar no sentido de produzir transformações que conduzam à constituição de um novo sistema

³⁸¹ ibidem, p. 10-11. Os grifos são da autora.

³⁸² idem. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. op. cit., p. 97.

³⁸³ idem. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 52-53.

³⁸⁴ ARRUDA JR, Edmundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 49-75 e 77-105.

³⁸⁵ *Quaderni*, p. 810-811; ou seja, o equívoco provém de uma incorreta compreensão do Estado.

³⁸⁶ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*, op. cit. Portelli examina o momento de desagregação da hegemonia da classe dirigente, necessária para que novo *bloco histórico* se constitua. Ligada ao papel dos *intelectuais* no desencadeamento de uma *crise orgânica* do *bloco histórico* e na formação de novo sistema hegemônico, sua análise é importante para este trabalho.

hegemônico (à formação de um novo bloco histórico), sublinha-se que o espaço de suas lutas não está restrito ao plano formal, estendendo-se

*ao da real efetividade das normas, já reconhecidas e sonegadas pelo poder político vigente. [...] Não se trata, tão-somente, de lutas por dentro do direito estabelecido (o jus conditum sonegado) mas de reconhecimento de direitos novos, ainda não reconhecidos nas leis positivadas, como é o caso dos movimentos dos 'sem-teto', dos 'sem-terra', entre outros (o jus conditum)*³⁸⁷.

Considerado o *intelectual orgânico* (tipo ideal situado no bloco histórico) como vínculo de mediação entre infra e superestrutura; concebido o Estado em seu sentido amplo e reconhecida a formação de um bloco histórico composto pela estrutura e pela superestrutura (em relação de reciprocidade), resulta enfrentada a questão e, de certa forma, restam abordados os pontos dilemáticos relativos ao tema. Finalmente, com a *teoria relacional do poder* do último Poulantzas que, descortinando o potencial de Gramsci, atualiza-o, o problema parece solucionar-se, como se tentará demonstrar a seguir.

E o *intelectual orgânico* - visto como elemento pensante e organizador de cada classe social, com a função de dirigir as idéias e as aspirações da classe à qual pertence organicamente, elevando-a à consciência de sua própria função histórica - é de estar informado pela *ética* weberiana da *responsabilidade* que, admitindo a violência como instrumento específico da política e não abandonando a necessária paixão das convicções, é compatível com a atividade política, expõe-se às conseqüências e reúne racionalidade orientada a valores e fins³⁸⁸. A ética da responsabilidade pode dar conta do agir do julgador no mundo moderno ocidental. Nesse conceito, podem estar englobados, no sentido gramsciano, magistrados, advogados, procuradores, promotores de justiça, auditores, servidores do judiciário, assistentes jurídicos, enfim os todos os operadores jurídicos; estes, definidos conceitualmente como *intelectuais* e envolvidos com a administração da Justiça, estão aptos à

³⁸⁷ ARRUDA JR., Emundo L. de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 66-67.

³⁸⁸ Katie Argüello analisa a obra de Max Weber (ver ARGÜELLO, Katie. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. In: ARRUDA JR., Edmundo Lima de (Org.). *Max Weber: Direito e modernidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 73-107) e examina as duas éticas weberianas, a da convicção e a da responsabilidade; esta compatível com a atividade política e que, admitindo a violência como instrumento específico da política, expõe-se às conseqüências muitas vezes incontroláveis; a esse tema se voltará no capítulo terceiro. Em sentido similar manifestou-se Alícia Ruiz (RUIZ, Alícia. *Direito e Psicanálise*, 14 de out. 96, FEMARGS, Porto Alegre, s.ed.).

estratégia de *guerra de posição* nas instâncias jurídicas, inclusive no interior do poder de Estado em sentido estrito³⁸⁹.

Desde uma perspectiva que acredita nas possibilidades transformadoras de ações políticas concretas e visualiza o homem como ator da história, parte-se da tipologia gramsciana de intelectuais e de sua categoria de *intelectual orgânico* como referência básica. Invocando-se Portelli ao examinar como se dá a desagregação da hegemonia da classe dirigente para edificar-se novo sistema hegemônico apto a constituir um novo *bloco histórico*³⁹⁰, aponta-se para a ação concreta desses *intelectuais* a contribuírem, no mínimo do ponto de vista didático, para o *desencadeamento de uma 'crise orgânica' do bloco histórico, que deverá nesse momento favorecer as novas forças sociais*³⁹¹.

Para que se possa dar conta dos objetivos deste trabalho e das questões nele propostas, a ação que interessa, preponderantemente, é a dos *intelectuais orgânicos coletivos*, a saber: partidos políticos, sindicatos, associações, entidades representativas de magistrados; no caso específico, a AMATRA IV - Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região e a AJURIS- Associação dos Juizes do R.G.S., enquanto corajosamente³⁹² comprometidas com o processo de construção da democracia e de superação dos índices de exclusão social na sociedade brasileira. Elos de ligação entre estrutura e superestrutura, em seu conceito estão incluídos os operadores jurídicos que - envolvidos com a administração da Justiça e com possibilidades de atuação ativa na vida³⁹³ de uma sociedade como a brasileira -, identificam-

³⁸⁹ A respeito, importante a leitura de ARRUDA JR., Edmundo L. de, *Direito moderno e mudança social*. op.cit., p. 49- 75 e 77-105. Apontando para a hipótese da pertinência da guerra de posição nas instituições jurídicas, utiliza a expressão *guerra de posição ampliada*.

³⁹⁰ PORTELLI, Hugues, op. cit. Portelli busca demonstrar que os principais aspectos do pensamento político de Gramsci articulam-se em torno do conceito-chave de *bloco histórico*. Com fundamento nos *Quaderni*, aponta para a importância dos intelectuais e para a divisão *tradicionais* e *orgânicos*, sinalizando a preocupação gramsciana com os *tradicionais*, cujo grau de importância na massa dos intelectuais tende a reforçar o papel da superestrutura no seio do bloco histórico, em detrimento da organicidade de sua relação com a estrutura econômica, enfatizando que o conceito de *bloco histórico* não pode ser isolado do de hegemonia do *bloco intelectual*.

³⁹¹ *ibidem*, p.103.

³⁹² Sobre a atuação *corajosa* de certos magistrados, na condição de juizes-cidadãos, ler AYDOS, Marco Aurélio D. O juiz-cidadão. In: ARRUDA JR, Emundo Lima de (Org.). *Lições de Direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992, p. 130-212. Afirmando que o Judiciário está numa encruzilhada decisiva (ou se afirma como Justiça para o povo, ou deixa espaço aberto para a ilegalidade de Estado, compactuando com o despotismo), Aydos aponta para a *coragem* (definida aristotelicamente como meio termo entre a *covardia* e a *temeridade* ou *imprudência*) como *virtude necessária*. Assim, saúda o movimento dos juizes alternativos, surgido na magistratura gaúcha, como prova de coragem, de virtude e da *possibilidade de existir um juiz-cidadão cujo primeiro compromisso e imperativo categórico seja a eliminação do sofrimento* (op. cit. p. 130).

³⁹³ Considerações a partir dos citados textos de Edmundo Lima de Arruda Jr., e de MALISKA,

se com projetos indicativos da possibilidade histórica de superação da ordem da (des)ordem de uma modernidade periférica, apontando para a emergência de uma nova ordem, moderna e democrática³⁹⁴. Com essas condicionantes, os intelectuais orgânicos coletivos³⁹⁵ podem ser comparados, metaforicamente, a um historiador que com toda a necessária perspectiva, consegue fixar e compreender que os inícios de um novo mundo, sempre ásperos e pedregosos, são superiores à decadência de um mundo em agonia e aos cantos de cisne que ele produz³⁹⁶.

E como modelo de análise complementar, remete-se a Poulantzas, no aspecto referente à teoria relacional do poder, enfatizando-se que o modelo de análise escolhido para esta dissertação consiste, na realidade, na apropriação de dois modelos: Gramsci e Poulantzas.

Marco Augusto. Operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; BORGES FILHO, Nilson (Org.). *Gramsci: estado, direito e sociedade*, op. cit., p. 71-97. Sobre a atuação dos intelectuais, a política, o poder e a ética (os meios e os fins), ver BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 67-90. Sobre a função educativa dos intelectuais e sua importância no processo de transformação social, ver, ainda, SIMIONATO, Ivete, *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 1995 e MANACORDA, Mário A, *O princípio educativo em Gramsci*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

³⁹⁴ ARRUDA J., Edmundo L. de, *Magistrado, (des)ordem jurídica e construção democrática*, VIII CONAMAT, Fortaleza, maio de 1997, s.ed.

³⁹⁵ A respeito, poderia ser questionado se esses operadores jurídicos, qualificados como intelectuais orgânicos coletivos, não seriam aqueles intelectuais tradicionais de que fala Gramsci em sua tipologia (ver GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995). Trata-se de indagação importante e que, no decorrer do terceiro capítulo, poderá ser melhor esclarecida. Isso porque, como se verá, os magistrados orgânicos para a democracia que, no presente estudo de caso, reúnem-se em suas entidades representativas e que, abandonando um certo estágio *egoístico-passional* de que fala Gramsci, elevam-se a um patamar mais universal e, em suas teses e nas suas ações políticas, comprometem-se com a constituição de um Estado e de um Judiciário democrático, buscando construir uma sociedade mais igualitária, compõem um grupo social que, dotado de uma certa visão de mundo, buscam operar, de forma orgânica, no interior das instâncias jurídicas, um movimento contra-hegemônico e, distintamente dos intelectuais tradicionais (estes, segundo Gramsci, consideram-se 'autônomos' e 'independentes'), comprometem-se com a desconstrução/construção de espaços de liberdade, buscando operar um movimento transformador. Nesse sentido, e ainda que Gramsci reconheça haver no meio dos intelectuais tradicionais progressistas e não progressistas, é que se parte da tipologia gramsciana de intelectual orgânico para afirmar a importância da *guerra de posição* no interior das instâncias jurídicas.

³⁹⁶ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*, op. cit., p. 30.

2. Poulantzas: *ampliando as formulações gramscianas sobre o Estado*

As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes - graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis - consigam gozar de certa popularidade; ao passo que as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre impondo-se e prevalecendo, mesmo se atravessarem muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas (GRAMSCI, Concepção dialética da história).

O último Poulantzas assume, com sua *Teoria relacional do poder*, papel fundamental para os contornos deste trabalho, possibilitando enfoque transformador. Inserido no pensamento da modernidade, em obra de 1978 - *L'état, le pouvoir, le socialisme* -, editada no Brasil pela Graal, com primeira edição em 1980³⁹⁷, atualiza as análises de Gramsci acerca do Estado e propõe uma estratégia de duplo poder que remete à questão da transformação do Estado numa via democrática, com articulação entre duas tentativas: a da transformação da democracia representativa e a do desenvolvimento de formas de democracia direta nas base do movimento social autogestor³⁹⁸.

Nesse texto da maturidade, publicado na França um ano antes de sua morte, revisita sua própria obra, recusa-se a aceitar alguns dogmas sagrados de um certo marxismo, assume pessoalmente a responsabilidade por suas idéias fundamentadas numa visão dialética inspirada nas tensões e contradições próprias de um mundo contemporâneo e preocupa-se com uma *práxis* socialista comprometida com a conquista e com o desenvolvimento real das liberdades. Propondo-se a enfrentar uma das mais difíceis questões políticas da atualidade - o problema do socialismo e da democracia -, permite-se chegar a um nível de reflexão teórica apto a dar conta dos dilemas aqui propostos e a atender as exigências de um agir político comprometido com uma prática transformadora que, sem deixar de reconhecer as particularidades em disputa, passa a ser entendido como o *substrato possível de uma universalização presumida*³⁹⁹. Sua leitura possibilita sejam aprofundadas

³⁹⁷ POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990.

³⁹⁸ *ibidem*, p. 299.

³⁹⁹ No dizer de WEIGERT, Sérgio. Razão e modernidade: notas ao pensamento de Sérgio Paulo Rouanet, tese de doutorado, CAPES 1994-1995, Paris 8 - Saint-Denis, Antropologie et Sociologie du Politique, Directeur de Recherche Michael Löwy, p. 136, s.ed. Neste trabalho, já referido no capítulo primeiro, ao fazer um acerto de contas com o pensamento de Sérgio Paulo

algumas reflexões colocadas nos itens anteriores sobre o Estado e autoriza, com maior ênfase, se aponte para a viabilidade da estratégia de *guerra de posição* para além das instituições da sociedade civil e se conclua ser possível gestar, por dentro do aparelho de Estado, movimento *contra-hegemônico* que venha a desembocar na constituição de um novo *bloco histórico*, no mínimo do ponto de vista didático. Visualizando o Estado como *relação*, sua abordagem ampliada e dialética é de todo aplicável aos tempos atuais. Ainda que suas análises centrem-se nos Estados dos países *dominantes*, acabam abarcando, como ele mesmo refere⁴⁰⁰, todo o conjunto dos países capitalistas, sendo de todo pertinentes aos momentos vivenciados pela sociedade brasileira no final deste milênio. Apontando para as contradições que se operam dentro da ossatura material do Estado, permite sejam detectados os '*nichos*' nela existentes, viabilizando o encaminhamento de ações políticas concretas aptas a superá-las. São reflexões que se inserem na perspectiva de retomada de uma *utopia moderna*⁴⁰¹ que não apenas analise criticamente a realidade mas que, e a partir dela, busque reconstruir um *novo senso-comum*. Nesse processo não se pode, porém, deixar de sublinhar que os momentos nem sempre são de avanço; há situações de refluxo que podem desembocar em esferas bem menos luminosas.

2.1 A Teoria Relacional: *O Estado como arena da luta de classes*

Visualizado o Estado como *relação* - e desde uma perspectiva ampliada que não o compreenda apenas como comitê da burguesia e que permita nele sejam vislumbradas certas entidades éticas -, as reconhecidas tensões, os conflitos e os refluxos próprios de um movimento não linear não impedem se entenda que o processo de radical democratização da sociedade passa não apenas pelo diálogo com os movimentos sociais autogestores, mas também pela necessária oxigenação do próprio aparelho de Estado (em seu sentido

Rouanet, Sérgio avalia as intenções da *utopia iluminista* à luz de suas propostas políticas, entendida a política como momento da efetividade prática dos atos dos indivíduos e das classes. Numa contextualização contundente e afirmando que o Iluminismo se propõe a várias leituras, conclui que, no final das contas, a *utopia* proposta por Rouanet revela-se uma *utopia liberal* que sucumbe às armadilhas do próprio formalismo que critica.

⁴⁰⁰ POULANTZAS, Nicos, op. cit., p. 234.

⁴⁰¹ *Utopia* desde uma visão prospectiva (e não regressiva), com os contornos já assinalados no capítulo primeiro deste trabalho, retomando-se o conceito de Ernest Bloch, na obra *O princípio esperança*, e as formulações de MÜNSTER, Arno. *Ernest Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. op. cit., p. 17-37. A respeito, consultar, ARRUDA JR, Emundo Lima de. *Direito*

estrito).

As formulações do último Poulantzas, aqui consideradas apenas no aspecto referente à *teoria relacional do poder*, complementam o pensamento de Gramsci e possibilitam se retome uma *utopia da modernidade* que incorpore toda a dimensão das lutas que efetivamente se dão na sociedade, com os contornos ora propostos. Em sua teoria, visualiza o Estado como *arena da luta de classes*, numa abordagem dialética que permite, com maior acuidade, sejam percebidas as contradições que se operam em sua ossatura material. Afirmando que o Estado detém sempre uma autonomia relativa em relação a essa ou àquela fração do bloco no poder, não o considera como uma entidade intrínseca, mas sim *como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado*⁴⁰².

Assim, supera visão meramente instrumentalista do Estado, manipulado por uma classe ou fração de classe ou tido como um bloco monolítico e sem 'fissuras'. No entanto, sublinha não se tratar pura e simplesmente de uma relação, ou da condensação de uma relação, mas sim da *condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe*⁴⁰³. Ao compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre as classes e fração de classes no próprio seio do Estado, compreende também ser ele

*constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como as concepções do Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido*⁴⁰⁴.

Como o lugar de cada classe, ou do poder que detém, é delimitado pelo lugar das demais classes, esse poder não é uma qualidade a ela imanente; depende e provém de um *sistema relacional de lugares materiais* ocupados pelos agentes. E o poder político de uma classe e sua capacidade de tornar concretos seus interesses políticos dependerá não somente de seu lugar de

moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica. op. cit., p. 79

⁴⁰² *ibidem*, p. 147.

⁴⁰³ *ibidem*, p. 148.

⁴⁰⁴ *ibidem*, p. 152.

classe em relação às outras classes, mas também de sua posição estratégica relativamente a elas, o que denomina *estratégia do adversário*⁴⁰⁵.

E as contradições de classe inscrevem-se no seio do Estado também em decorrência das divisões internas entre seu pessoal, sublinhando que as *contradições e divisões no seio do bloco do poder repercutem portanto no seio das altas esferas do pessoal do Estado*⁴⁰⁶. Assim, e como as lutas podem subverter o Poder, sendo o Estado a condensação material de uma relação de forças, inscrevendo-se no seu seio todas as contradições, é possível, considerados os 'nichos' e as 'fissuras' nele existentes, operar movimento *contra-hegemônico*. Para ele o estatismo autoritário não corresponde a um fortalecimento unívoco do Estado; ele encerra o duplo aspecto fortalecimento-enfraquecimento⁴⁰⁷. Conseguindo, por força do autoritarismo, submeter e enquadrar as massas num sistema de dominação disciplinar integrando-as em suas malhas, provoca, por outro lado, novas formas de lutas populares, numa verdadeira explosão de exigências democráticas⁴⁰⁸.

Essas questões, assim expostas, colocam no centro do debate o problema da construção da radicalidade democrática e da busca de caminhos aptos à conquista das liberdades reais e à superação dos conhecidos limites de uma democracia representativa. Ou seja, a construção de uma *práxis* que viabilize a transformação do Estado num outro, democrático e democratizado, ampliando o poder e a capacidade de participação efetiva dos cidadãos. Trata-se de processo que não prescinde do aprimoramento de formas eficazes de representação popular, pela via indireta. No entanto, não pode desconsiderar os movimentos sociais e o desenvolvimento de novas formas de democracia direta no sentido da reconstrução de espaços de luta e de participação popular que possibilitem a constituição de redes de solidariedade e a conquista da dignidade pelos cidadãos⁴⁰⁹; dois movimentos que devem ser articulados, e

⁴⁰⁵ ibidem, p. 169.

⁴⁰⁶ ibidem, p. 178. Como exemplo atualíssimo no Brasil apontam-se as posições totalmente divergentes entre o último presidente do STF, Ministro Sepúlveda Pertence, e o atual, Ministro Celso de Mello, relativamente à Reforma do Judiciário em tramitação no Congresso Nacional, mais especificamente quanto às súmulas vinculantes. Enquanto o primeiro as defende com veemência, o segundo as rejeita expressamente, em pronunciamentos públicos.

⁴⁰⁷ ibidem, p. 279-280.

⁴⁰⁸ ibidem, p. 287.

⁴⁰⁹ LINS, Liana Cirne, mestranda do CPGC/UFSC, em trabalho apresentado no III Encontro Internacional de Direito Alternativo, outubro de 1997, *Democracia participativa, valor que ultrapassa o orçamento*, reflexiona sobre a dimensão da experiência do Orçamento Participativo da Administração Popular de Porto Alegre e, a partir de seminário organizado por este CPGD, em 13.09.96, remete às instigantes considerações do líder comunitário Capinaré Acosta, conselheiro da Comissão Temática do Orçamento Participativo: Educação, Cultura e

não justapostos.

No Brasil, resgatam-se as formulações de Carlos Nelson Coutinho que, no quadro do atual nível de complexidade da sociedade brasileira e visando a sintetizar dialeticamente pluralismo e hegemonia, propõe articulação entre os organismos populares de democracia de base (constituídos de baixo para cima) e os mecanismos tradicionais de representação indireta (como os parlamentos). Estes, podendo adquirir novos contornos, passam a ser o *locus* da síntese política das demandas de novos sujeitos coletivos e instância institucional necessária da expressão da hegemonia negociada⁴¹⁰.

Em sentido similar, a estratégia proposta por Tarso Genro que, visando a desafiar o isolamento e a fragmentação da sociedade, reivindica cultura e ação políticas que restabeleçam os laços do cotidiano com a história, apontando para as necessárias lutas que encaminhem exigências sobre o Estado, a partir dos velhos e dos novos focos de conflitividade. O controle do Estado sobre o cidadão, ou deste sobre o Estado, marcam, segundo ele, os limites extremos da questão da democracia, refletindo:

*Só estas lutas que 'unem' os dispersos podem restabelecer este vínculo e novamente comover o imaginário popular. São as lutas que reduzem o potencial exclusivista do corporativismo e propõem uma nova cidadania, transgressora dos limites formais da velha cidadania burguesa e proponente de novas formas de legitimidade*⁴¹¹.

São lutas que possibilitam seja superada a dicotomia *Estado x sociedade* e estabelecida forma co-gestionária de administração⁴¹². Processo que, como já referido em outros tópicos, passa por uma fase primeira de desconstrução de um certo *senso-comum* tradicional rumo a uma outra, mais positiva, de constituição de um *novo senso-comum*. Assim, e a partir de novas políticas e renovadas instituições, é proporcionada a *criação de uma nova cultura política moderna, que mantenha suas raízes na ilustração, com a consciência de que o próprio Estado-Nação [...] deve mudar sua forma de relacionar-se com a*

Lazer, escolhido pelos conselheiros para representá-los no citado Evento. Nele, afirmou, com convicção, tratar-se de espaço público que propicia ao cidadão o resgate da dignidade.

⁴¹⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. op. cit. p. 30 e 31.

⁴¹¹ GENRO, Tarso; ALONSO, José Fialho. Brasil barato, elites caras. *Folha de São Paulo*, 4 jun. 96, p.1-3.

⁴¹² A experiência do Orçamento Participativo, praticada desde o início da Administração Popular, em Porto Alegre, RS, hoje no terceiro mandato, tem demonstrado a importância de uma teorização dessa ordem e aponta para as possibilidades de sua realização concreta. A respeito dessa experiência, remete-se a FEDOZZI, Fedozzi. *Orçamento Participativo. reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1997.

*cidadania*⁴¹³.

Trata-se de estratégia, por certo, complexa. Compreende mediações e todo um processo político de articulações em vários pontos de luta, visando à mudança social enquanto processualidade. Pode ser adotada pelo conjunto dos operadores jurídicos e instituições jurídico-políticas, cujas vozes sejam de princípios e cujo compromisso resida na construção de uma sociedade que não tenha a desigualdade como fundante⁴¹⁴. Com tais contornos, esses *intelectuais* podem ocupar papel efetivo em projetos que, renunciando à barbárie, apresentem-se como *construtivos de democracia e de transição ao socialismo, enquanto co-constituente de relações sócio-culturais umbilicalmente articuladas com a questão da explicitação da cidadania, sinônima de democracia ou da não-democracia (barbárie)*⁴¹⁵.

Usando a expressão *reformismo-revolucionário*, Coutinho designa o caráter processual dessa estratégia que, abandonando a lógica dicotômica entre *superestrutura e infra-estrutura* e considerando as tensões próprias dos processos de mediação social, viabiliza a interação entre *sociedade política e sociedade civil*. Nessa construção, atribui-se aos operadores jurídicos, visualizados como *intelectuais* no sentido gramsciano, ação comprometida com a constituição de um novo bloco histórico⁴¹⁶. E com a ampliação ainda maior do conceito de Estado do último Poulantzas, passa-se a admitir claramente a estratégia de *guerra de posição* no interior da sociedade política em sentido estrito.

É nesse sentido que Coutinho, profundo conhecedor de Gramsci e um dos responsáveis pela introdução de seus textos no Brasil, se pronuncia:

⁴¹³ GENRO, Tarso Genro. O mundo globalizado e o Estado necessário. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, Documento Especial, 23 jul. 97, p. 1-4.

⁴¹⁴ Sublinhe-se a importância dos intelectuais orgânicos, individuais e coletivos, no sentido da construção da radicalidade democrática e desde que comprometidos com uma ética da responsabilidade, voltada para valores e fins, ética essa que, à evidência, pressupõe uma ética da solidariedade, concepção fundamental para que não se caia num voluntarismo desgarrado. O intelectual da democracia é de ser crítico com sua própria atuação, mesmo que já tenha, de antemão, optado por uma causa política.

⁴¹⁵ ARRUDA JR, Edmundo L. de, Gramsci e o direito: reflexões sobre novas juridicidades, In: *Gramsci: estado, direito e sociedade*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1995, p. 31.

⁴¹⁶ ARRUDA JR., Edmundo L. de, Gramsci e o direito: reflexões sobre novas juridicidades. In: ARRUDA JR. Edmundo L. de; BORGES FILHO, Nilson (Org.). *Gramsci: estado, direito e sociedade*. op. cit. p. 33. Arruda Jr. esclarece o significado da tipologia dos intelectuais proposta por Gramsci, optando pela identificação funcional: todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham a função de intelectuais. Assim, importa *visualizar nos intelectuais como grupo autônomo e independente, ou cada grupo social com seus intelectuais especializados. Importa, também, afastar a compreensão mecanicista da função social dos*

Eu estou convencido, e nisso, de acordo com o livro que você menciona de Poulantzas, que no mundo moderno é possível também se prever que essa luta de classes se dê não apenas no interior da sociedade civil entre os aparelhos privados de hegemonia, mas também no interior do próprio estado em estrito sentido [...] Acho que nessa medida ele define alguma coisa que é muito própria do marxismo, ou seja, a idéia de que o Estado não é uma coisa, o Estado é uma relação⁴¹⁷.

Visualizado o Estado como *relação*, em seu conceito englobadas a *sociedade política* e a *sociedade civil*, e concebida a história enquanto processualidade, a estratégia proposta para a construção de parcelas de hegemonia através de um sistema de mediações sociais passa, necessariamente, pela *oxigenação do próprio aparelho de Estado*⁴¹⁸, nele vislumbradas certas entidades éticas.

Remete-se para o próximo capítulo uma melhor abordagem dessa questão, em especial quando analisadas algumas das ações concretas desenvolvidas pela AMATRA IV - Associação dos magistrados do Trabalho da 4ª Região, e pela AJURIS - Associação dos Juizes do RS, associações de magistrados gaúchos, informadas pela defesa de valores mais universais, num visível abandono daquele estágio *egoístico-passional* a que se refere Gramsci.

Sem deixar de sublinhar para a urgência de uma reflexão séria e crítica sobre as possibilidades de cooptação, pelas regras do sistema, dos intelectuais que atuam nas esferas do Estado em sentido estrito, propõe-se, desde logo, uma distinção clara entre: a) *gestação de um movimento contra-hegemônico, dentro do próprio estado*; e b) *cooptação*. Nesse sentido, razão assiste a Coutinho ao sustentar que a articulação por dentro do aparelho de Estado, visando a gerar movimento contra-hegemônico apto à modificação do bloco histórico, somente será eficaz enquanto apoiada em movimentos sociais significativos⁴¹⁹. Partindo-se da idéia de que o Direito é algo que se constrói no processo da história, aponta-se para a importância desses movimentos pressionando no sentido da

intelectuais. No conceito, estão subsumidos os operadores jurídicos, incluídos os magistrados.

⁴¹⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. In: ARGÜELLO, Katie (Org.) *Direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 67-68, ao responder a pergunta, formulada pela entrevistadora: *A partir da ampliação do conceito de Estado na teoria marxista provocada por Gramsci e Poulantzas, não seria possível afirmar a possibilidade de uma forma de contra-hegemonia no interior do próprio Estado?*

⁴¹⁸ A respeito, remete-se à análise das conclusões do VI Encontro Regional da AMATRA IV, que serão abordadas no próximo capítulo, apontando para a necessária oxigenação do aparelho de Estado, tanto em suas relações internas como nas que estabelece com a sociedade civil, sugerindo a ampliação dos canais de comunicação *sociedade civil x sociedade política*, rumo à construção de um Estado democrático e democratizado.

⁴¹⁹ *ibidem*, p. 68.

positivação de direitos, ou da efetivação de outros, conquistados formalmente; são dois momentos de uma mesma luta, na busca da dignidade humana.

Para melhor ilustrar as diferentes práticas jurídicas transformadoras, subsumidas na estratégia de *guerra de posição*, invocam-se os três *tipos-ideais* apontados por Arruda Jr.⁴²⁰ que, compreendidos de forma relacional, podem ser desdobrados esquematicamente: a) legalidade sonegada - plano do *instituído-sonegado* - que corresponde ao nível da cobrança, por parte dos operadores jurídicos (incluídos os magistrados) comprometidos com o projeto de reconstrução democrática, pela efetividade de normas incorporadas pelo sistema jurídico, a começar pela Constituição Federal, e pela realização dos princípios que recepcionam. Trata-se de luta atualíssima, em especial considerado o modelo neoliberal adotado pelo governo brasileiro que, informado pelo princípio do mercado auto-regulador, tem importado flexibilização e desregulamentação de direitos conquistados e incorporados em textos legais. Não circunscrita ao plano constitucional, envolve a busca de efetividade do sistema normativo infraconstitucional, no sentido (re)definidor do direito positivo; b) legalidade relida - plano do *instituído-relido* - que corresponde ao nível da releitura hermenêutica; campo de combate rumo à consecução da efetividade das normas constitucionais e infra-constitucionais. Tendo como referência primeira - mas desde logo extrapolando - o plano da legalidade sonegada, amplia as possibilidades de ações políticas concretas que busquem homogeneizar posturas políticas transformadoras, citando-se, como exemplo, muitas das ações da AMATRA IV e da AJURIS, intelectuais orgânicos coletivos que, superando o estágio *egoístico-passional* e orientados pela ética weberiana da *responsabilidade*, envolvem-se num projeto mais universal de democratização do Estado. Nesse plano, as variáveis podem ser localizadas tanto nas tentativas de desmonte do Estado e do Judiciário, que informam as práticas neoliberais, como na origem *patrimonialista* do Estado brasileiro, com acentuado corporativismo no interior das instâncias jurídicas, a obstaculizar a realização do momento *catártico* de que fala Gramsci⁴²¹; e c)

⁴²⁰ Esta tipologia para práticas jurídicas orgânicas - básica para este trabalho, a ser retomada no capítulo terceiro em que serão examinadas as ações concretas de alguns magistrados e de certas entidades que os congregam, inseridas num projeto mais universal, análise que, por certo, não prescinde do reconhecimento de variáveis que impedem uma ação mais eficaz desses intelectuais, na estratégia de *guerra de posição* que adotam - é desenvolvida por ARRUDA JR, Edmundo Lima de. *Direito moderno e mudança social*. op. cit., p. 67-75.

⁴²¹ Remete-se ao capítulo terceiro no qual serão analisadas algumas das ações coletivas dos magistrados gaúchos, reunidos em suas entidades representativas. Esta dissertação concebe o

legalidade negada - plano do *instituído-negado* - nível das lutas não institucionalizadas, como o movimento dos *sem-terra* e dos *sem-teto*, e de outros tantos excluídos não abarcados pelo direito formal tradicional. No campo do Direito do Trabalho, com a precarização enfatizada no capítulo primeiro, essa questão é básica. Assim, reconhecendo-se haver lutas a serem travadas no sentido da efetividade de direitos já assegurados, e, outras, para a constituição e o reconhecimento de novos direitos, sublinha-se que muitas das liberdades democráticas,

*em sua forma moderna (o reconhecimento dos direitos civis, o princípio da soberania popular, etc.) tiveram nas revoluções burguesas - ou, mais concretamente, nos amplos movimentos populares do Terceiro Estado contra o despotismo absolutista - as condições históricas de sua gênese; e outras tantas (como o direito de associação, o sufrágio universal e igual, etc.) embora conquistadas pelas lutas populares em oposição à burguesia, puderam se desenvolver e consolidar no quadro da ordem capitalista*⁴²².

Nessa perspectiva, aponta-se para as possibilidades transformadoras do Direito e para a necessária democratização do Estado que, permeado pelas iniciativas da sociedade civil, assegure a construção de uma ordem que a todos busque incorporar.

Nessa trajetória, os *intelectuais* que se identificam com projetos e ações concretas que visam a superar a *ordem da (des)ordem de uma modernidade periférica*⁴²³, voltados à constituição de um *novo senso-comum* a partir da internalização e da propagação de princípios jurídicos, são os *intelectuais orgânicos coletivos* - associações, sindicatos, partidos políticos, entidades representativas dos magistrados - enquanto implicados no processo⁴²⁴ de

tipo-ideal do magistrado orgânico para a democracia e, no estudo de caso que apresenta, procura elencar as condições preenchidas e indicar possibilidades concretas para que esses magistrados sejam conceituados como intelectuais orgânicos. A experiência dos magistrados gaúchos, dentre outras que não são abordadas em face dos limites deste trabalho, talvez possa ser considerada um *nicho*, não representativo da real organicidade da magistratura brasileira, mas, por cento, revela um gérmen: o da possibilidade histórica da constituição de movimento contra-hegemônico num cenário tradicionalmente marcado pelo conservadorismo.

⁴²² COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. op. cit., p. 18.

⁴²³ Invoca-se Edmundo L. de Arruda Jr., palestra já citada, VIII CONAMAT, Fortaleza, maio/97.

⁴²⁴ Utiliza-se a expressão processo para sublinhar a não linearidade da história dessas entidades representativas que, segundo a óptica deste trabalho (que vê na ação coletiva e na superação do estágio egoístico-passional espaços prospectivos), apresentam momentos de avanços e de recuo, de refluxo e de regeneração. Sem desconhecer os momentos de refluxo - mesmo porque o processo da história não se subordina às leis imutáveis - elegem-se os de avanço, os de sonhos que se concretizam, de uma ou de outra forma, exemplificados em certas ações da AMATRA IV e da AJURIS, a serem melhor examinadas no capítulo seguinte. As ações da AJURIS terão um destaque menor em face dos limites do trabalho, sublinhando-se, no entanto, que ocupam, num plano macro, papel de fundamental importância, sendo merecedoras de um estudo específico e detalhado.

construção da democracia e no cumprimento das promessas de *liberdade, igualdade e solidariedade*.

CAPÍTULO III

Poder Judiciário e Hegemonia: os magistrados e a ação coletiva

...feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder. (MACHIAVELLI, O príncipe)

É preciso ser absolutamente moderno. (RIMBAUD, Uma temporada no inferno)

E na aurora, armados duma ardente paciência, entraremos nas cidades esplêndidas. (RIMBAUD, Uma temporada no Inferno)

1. Notas críticas sobre o Poder Judiciário no Brasil

As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes - graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis - consigam gozar de certa popularidade; ao passo que as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre impondo-se e prevalecendo, mesmo se atravessam muitas fases intermediárias nas quais a sua afirmação ocorre apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas. (GRAMSCI, Concepção Dialética da História)

Com inspiração nas premissas mais gerais da modernidade⁴²⁵ e através de uma análise crítica das instâncias jurídicas, busca-se visualizar suas possibilidades transformadoras. Percebendo-se estar em curso uma real fragmentação do ideal de Estado Moderno⁴²⁶, que, a julgar por suas experiências empíricas, mostra-se sem condições de atender novas demandas sociais e de implementar políticas públicas universalizantes - o que pode importar focos de conflituosidade desorganizada que comprometem a unidade nacional⁴²⁷ -, acredita-se que a superação desse quadro passa por uma crítica teórica apta a ações políticas concretas mais eficazes.

Nesse sentido, para que se possa examinar algumas práticas e de certas ações políticas de grupos de magistrados reunidos em suas entidades representativas, definidas como intelectuais orgânicos coletivos, considerações preliminares sobre o Poder Judiciário no Brasil são necessárias. Salienta-se que o título - *Notas críticas sobre o Poder Judiciário*

⁴²⁵ Este trabalho apresenta o projeto da modernidade como fio condutor.

⁴²⁶ Essa fragmentação do ideal de Estado Moderno reforça a necessidade de não se confundir o conceito de Estado, desde seu ponto de vista ideal, com sua tradução prática, ou seja, com as formas reais de Estado historicamente localizadas que, cada vez mais, afastam-se do conceito hegeliano. Hegel, ao elaborar filosoficamente o conceito de Estado Moderno, confronta-se com o problema de sua realização histórica e, verificando que esse conceito não se vincula, desde logo, a uma realidade empírica, ao afirmar sua necessidade, constata, na devastação pelas guerras, na desagregação, na prevalência do privado sobre o público, no trato da coisa pública como propriedade dos que detêm o poder político, um não-ser do Estado. E na *Constituição Alemã*, confrontando o conceito de Estado à realidade histórica da Alemanha, acaba por demonstrar que as determinações estatais não estão presentes em sua Constituição. Nesse sentido, um Estado *patrimonialista* seria para Hegel um não-ser, um não-Estado. E, nesta linha, o que dizer do modelo neoliberal, de viés autoritário e centralizador, que vem sendo adotado pelo governo brasileiro, em especial considerada a precarização do mundo do trabalho, a real prevalência do privado sobre o público, o autoritarismo no trato da coisa pública pelos verdadeiros *donos do poder*? Ver, a respeito, ROSENFELD, Denis. *Introdução ao pensamento político de Hegel*. São Paulo: Ática, 1993, p. 8-25.

⁴²⁷ FARIA, José Eduardo Faria. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995. Nesta obra, de importante leitura para os que se implicam no processo de construção democrática, Faria analisa a crise do Estado brasileiro, em especial do Judiciário Trabalhista, no final de um século marcado pela globalização. Avaliando o papel dos atores sindicais, empresariais e institucionais, discute o alcance da seguinte questão: *até que ponto a Justiça do Trabalho vem sendo convertida numa instituição descartável?*

no Brasil -, deliberadamente escolhido para este tópico, traduz, desde logo, a preocupação de se limitar o campo da análise. Não se fará uma abordagem extensiva sobre todas as questões institucionais e estruturais referentes à crise enfrentada pelo Poder Judiciário, ainda que o tema mereça esse aprofundamento. Serão feitas breves referências ao Judiciário no período colonial e à influência do liberalismo na constituição de um Estado cujo *modelo patrimonialista*⁴²⁸ tem implicações fundamentais no perfil de suas instituições jurídicas, com notas sobre certos aspectos dessa crise, subsumida na que enfrenta o próprio Estado brasileiro.

1.1 A origem patrimonialista: *rápida resenha histórica*

Para que se possa melhor compreender o perfil do Poder Judiciário brasileiro e suas contradições⁴²⁹, bem como a crise que este Poder enfrenta no final de um século marcado pela fragmentação do tecido social⁴³⁰, é importante indicar algumas de suas características no período colonial, esboçando os contornos mais gerais do liberalismo no Brasil, cuja dinâmica não pode ser identificada com aquela dos países europeus, em especial França e Inglaterra, *as duas metrópoles culturais do Brasil no século 20*⁴³¹. Esse liberalismo 'fora do lugar' guarda forte relação com a história das instituições jurídico-políticas brasileiras e suas funções legitimadoras do poder⁴³².

⁴²⁸ Esse ângulo de abordagem é um dos tantos possíveis quando da análise das raízes dos problemas ainda hoje vivenciados pelo Estado brasileiro. Salienta-se, por exemplo, que Sérgio Buarque de Holanda, a partir de uma abordagem dialética, focaliza o lado da psicologia e da historiografia social (HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

⁴²⁹ Sobre as possibilidades de ser impulsionado, no interior das instâncias jurídicas, certo movimento contra-hegemônico apto a contribuir para o desenhar de um novo bloco-histórico, remete-se ao capítulo anterior, em especial quando da abordagem da concepção gramsciana de *Estado ampliado*, complementada pela *Teoria relacional do poder*, do último Poulantzas.

⁴³⁰ Num contexto desta ordem, aumentam os focos de conflituosidade e ampliam-se as demandas sociais sem que o Estado, empiricamente, se tenha revelado apto a atendê-las de forma eficaz.

⁴³¹ Cf. COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo Brasileiro, uma ideologia de tantas caras. In: *Folhetim da Folha de São Paulo*, 24 fev. 85, p. 6-9. Professora da USP de 1955 a 1969 e aposentada pelo AI-5, passou a residir nos EEUU. Comentando sobre as especificidades do liberalismo brasileiro, define sua posição teórica quanto às ideologias: não concorda com a historiografia brasileira tradicional que afirma a autonomia da ideologia em relação às demais práticas sociais, conferindo-lhe prioridade sobre a ação política (prática), e os que adotam essa posição, assinala, partem do pressuposto de que as ideologias têm sua própria dialética, sem mediação da prática política e independente das relações de classe, vendo o liberalismo como mera importação, desvinculado da realidade local. Por outro lado, não se filia à visão que subordina a ideologia ao movimento das classes sociais e pela qual as mudanças sociais e econômicas provocam, automaticamente, modificação ao nível da ideologia. Da crítica ao mecanicismo, registra uma formulação dialética que aponta para a ideologia como momento da prática na qual ela se constitui e, a partir desse método, analisa o *liberalismo* brasileiro.

⁴³² Sobre o desencontro entre o liberalismo e a ordem social escravocrata brasileira, remete-se

Segundo Schwartz⁴³³, os primeiros juízes a constituírem o Tribunal Superior da Bahia, único existente na Colônia da época, não eram oriundos da nobreza. Recrutados pela Coroa no seio da classe média, como ocorreu com a maioria dos que vieram para a Bahia entre 1609 e 1759, tinham a carreira como veículo de prestigiamento e promoção social. Em face das etapas percorridas, a idade média desses desembargadores era de quarenta e dois anos. Eram homens que, depois de cerca de quinze anos de trabalhos prestados, *já não tinham os impulsos da juventude e haviam provado sua capacidade ou, pelo menos, sua habilidade em obedecer aos regulamentos e expectativas da burocracia real*⁴³⁴.

Compondo uma elite burocrática desejosa de ascender socialmente, tinham papel importante na administração governamental, atentos que eram aos objetivos da Coroa e aos interesses reais. Assim, num *estilo pavloviano*, só os estímulos de promoção burocrática seriam suficientes para fazer surgir uma resposta da parte da magistratura⁴³⁵.

Com essa contextualização, muitos dos anseios, objetivos e atitudes da burocracia real foram adotados pelos magistrados na sua constante tentativa

a SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992. Nesta obra, Schwarz aponta para o escravismo e para a prática do favor (mecanismo que atravessou e afetou o conjunto da existência nacional e que, mais insidiosamente do que o escravismo, absorve as idéias liberais e as desloca, originando um padrão particular de comportamento) como incompatíveis com as idéias liberais européias. Segundo Schwarz, a prática do favor - o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para manter seu posto -, realidade inclusive no plano das instituições, também colaborou para colocar 'fora de centro' as idéias liberais, em relação às exigências que elas mesmas propunham. Ler, também, VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1985, p. 191-224. Referindo que a Independência do Brasil, que importou na necessidade da constituição de um Estado Nacional, não introduziu a forma liberal como expressão de um conteúdo manifesto ao nível da sociedade civil, forma liberal esta estranha a uma sociedade que vivia do trabalho escravo. Werneck fala da emergência de um Estado escravista que dissimularia sua verdadeira natureza sob a roupagem liberal, constituindo-se o liberalismo numa idéia fora do lugar.

⁴³³ Para que se possa ter uma visão da origem da magistratura e da formação do perfil dos Juízes no Brasil colonial, é imprescindível a leitura de Schwartz (SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a Suprema Corte e seus juízes: 1609 - 1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979), em especial o capítulo 12, Magistratura e Burocracia, p. 223-295. Interessante também, e desde uma abordagem atual, a leitura do dados da pesquisa *O perfil do magistrado*, encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, em 1995, sobre os magistrados, a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário no Brasil, a qual foi ponto de partida para o livro de Luiz Werneck Vianna e outros (VIANNA, Luiz Werneck et alii. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997).

⁴³⁴ SCHWARTZ, Stuart B. op. cit., p. 236, grifos da autora.

⁴³⁵ ibidem, p. 224.

de subir nos escalões da profissão⁴³⁶. Isso porque cargos mais altos eram recompensas que importavam mais *status* e, em decorrência, maior prestígio. E a nomeação para o Tribunal da Bahia era um prêmio altamente estimado⁴³⁷. Por controlar o processo de ascensão social e as distribuições das recompensas internas, a Coroa conservava a magistratura amarrada aos interesses reais⁴³⁸.

Como sinala Schwartz, os princípios que regiam as promoções e as recompensas eram antigüidade, mérito, precedente, nepotismo e apadrinhamento, salientando que o nepotismo, como o apadrinhamento, era um elemento da administração patrimonial que permaneceu pelo século XVIII adentro⁴³⁹. Na medida em que a burocracia se tornava mais profissional, o mérito passou a ser o princípio primeiro das promoções, equacionado, porém, com competência, não com excelência, e desde que o magistrado se desincumbisse de seus deveres sem nenhuma divergência muito séria e sem grandes inovações⁴⁴⁰. Além do mérito, a antigüidade, critério bastante considerado na burocracia portuguesa, foi incorporado pela tradição colonial. Contudo, profissionalismo e formalismo eram freqüentemente quebrados por motivos estritamente pessoais⁴⁴¹, tornando nebulosas as fronteiras entre as esferas do público e do privado⁴⁴². Muitas vezes, eram usados o poder e a influência do cargo para a obtenção de vantagens pessoais, para proteger a

⁴³⁶ *ibidem*. Na mesma obra, p. 228, analisando a origem da magistratura colonial, Schwartz percebe, entre os desembargadores do Tribunal da Bahia, poucos descendentes de *fidalgos*. Numa amostragem de 100, apenas 8% descendia da nobreza ou herdava direito à fidalguia, percentual que se reduziu depois. E reflete: *os filhos de boas famílias e de funcionários menos importantes totalizavam 40% dos desembargadores, fato que indica que a carreira a serviço do rei era particularmente atrativa para homens desse estrato da sociedade [...]. A presença destes homens na magistratura certamente indica que existiam oportunidades para ascensão social*. A respeito do estrato social de origem dos juizes, a pesquisa *O perfil do magistrado*, já referida em nota anterior, demonstra, em dados atuais, que a maioria dos que hoje compõem o Judiciário brasileiro não provêm das elites econômicas e/ou intelectuais. O gráfico sobre escolaridade e ocupação dos pais e avós paternos, p. ex., aponta que 59,3% são netos de avós paternos de origem *social subalterna* (p. 113). Outro dado interessantíssimo: as magistradas provêm de famílias com grau de instrução superior em relação aos homens, em especial quanto à escolaridade da mãe (p. 110).

⁴³⁷ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 240.

⁴³⁸ *ibidem*, p. 243.

⁴³⁹ *ibidem*, p. 246. Dado que permite melhor se compreenda a raiz do nepotismo, ainda realidade em alguns Tribunais e em certos segmentos do Estado, cuja origem patrimonialista, perpassando as instituições da República, revela-se na atualidade. Consultar: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 2 v., 2.ed., revisada e ampliada. Porto Alegre-São Paulo: Globo-Editora da Universidade de São Paulo, 1975 e, num análise mais atualizada sobre as instituições jurídico-políticas brasileiras, FAORO, Raymundo. *A aventura liberal numa ordem patrimonialista*. *Revista da USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*, São Paulo, n.17, p. 14-29, mar./abr./maio, 1993.

⁴⁴⁰ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 247.

⁴⁴¹ *ibidem*, p. 250.

família ou apadrinhados, hábito que, tradicionalmente, foi introjetado nas entranhas do Poder⁴⁴³. Com forte *personalismo* impregnando muitas das instituições brasileiras, o *clientelismo* passou a emoldurá-las através de um *verdadeiro conjunto de redes personalistas* que se espalharam pelas instituições jurídicas, partidos políticos e sindicatos⁴⁴⁴. São dados que revelam que, depois de cerca de duzentos e cinquenta anos de governo colonial, o relacionamento Estado x sociedade se estabeleceu a partir de *uma equação dinâmica de interesses e poderes*⁴⁴⁵. Num momento em que, na metrópole, aconteciam as grandes revoluções redeseñadoras do Estado, na colônia, afirmava-se a burocracia real, expressando o que Bobbio denomina de autocracia⁴⁴⁶.

⁴⁴² Dado que reforça a tese da tradição *patrimonialista* do Estado brasileiro.

⁴⁴³ O exame das raízes patrimonialistas - sem que outras análises sejam desprezadas - é importante para que se possa refletir sobre a postura da magistratura brasileira no episódio da reforma da Previdência, através de sua entidade nacional. Ao invés da profunda e aberta discussão com a sociedade acerca do ideário das reformas constitucionais em andamento, da necessidade de um Judiciário independente, do significado dos predicamentos da magistratura, como a vitaliciedade, e da importância da paridade dos vencimentos da atividade com os da inatividade, opta pelo conchavo palaciano, pelas reuniões de cúpula que redundam na inclusão, no substitutivo do Senador Beni Veras à PEC 33/96 que trata da reforma da Previdência, da expressão a '*no que couber*', asseguradora de tratamento diferenciado. Aprovada em primeiro turno no Senado, gerou toda uma discussão junto aos meios de comunicação, maniqueísta e nada elucidativa, que deu margem à postura do Senador Antônio Carlos Magalhães - ACM -, que, a pretexto de acabar com *privilégios* da magistratura, colocou os juízes perante a opinião pública como os vilões, apresentando emenda supressiva aprovada pelo Senado em segundo turno. Assim, o Presidente do Senado passou à condição de *salvador da pátria*. E a magistratura, presa às armadilhas por ela mesma construídas, de costas para a sociedade, perdeu a possibilidade de, aliada aos servidores públicos, professores, membros do Ministério Público, enfim àqueles cujos direitos igualmente estão sendo mutilados por uma reforma que altera integralmente o sistema previdenciário do País, analisar o seu conteúdo e, lutando contra sua aprovação, denunciar seus propósitos. Buscar caminhos para reversão desse quadro é um dos objetivos deste trabalho.

⁴⁴⁴ Cf. NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997. Neste trabalho - tese de doutorado em ciência política na Universidade de Berkeley, USA -, partindo das especificidades da sociedade brasileira, Nunes propõe quatro padrões de *gramáticas* que estruturam os laços entre as instituições formais e a sociedade: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos, podendo haver variações segundo uma ou mais *gramáticas*. Aos objetivos deste trabalho interessam, basicamente, suas análises sobre o *clientelismo* e de como essa *gramática*, perpassando vários momentos da história do País, impregnou-se nas instituições formais. Com seus arranjos personalistas, constitui importante aspecto das relações políticas e sociais, mesmo na atualidade. Significando um tipo de relação social marcada pelo contato pessoal entre *patrons* e *clientes* (camponeses subordinados, sem-terra), a desigualdade desempenha papel-chave, gerando laços pessoais que vão desde o *compadrio* às *lealdades políticas*, com trocas pessoais e restritas. No Brasil contemporâneo, o sistema assume o lugar de canais de comunicação e representação entre a sociedade e o Estado onipotente, comprometendo os estratos mais baixos da população. Ao mesmo tempo, pode constituir alternativa à presença difusa das estruturas do Estado.

⁴⁴⁵ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 288.

⁴⁴⁶ BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: Polis, 1990, p.28. Refletindo sobre democracia, diz Bobbio: para definir democracia são necessárias duas negações: a negação do poder autocrático, em que consiste a participação, e a negação do poder monocrático, em que consiste pluralismo. Ou seja, para ser democrática uma sociedade deve ser não autocrática e não monocrática.

Considerados os tipos weberianos **ideais** de dominação⁴⁴⁷, configurava-se o tradicional e seu subtipo, o *patrimonialismo*, segundo Faoro⁴⁴⁸. Neste modelo, o poder estatal, direta ou indiretamente dono da terra e regulador da economia, *não prescinde de um quadro administrativo, cujo recrutamento se dá dentro ou fora da casa do governante*, tal como se verifica na constituição das instituições jurídicas, durante o período colonial. Essa forma de dominação, *incompatível com a igualdade jurídica e as garantias constitucionais contra o arbítrio, torna o indivíduo dependente do poder que lhe dita, por definição de valores, a conduta*⁴⁴⁹, apontando para um governo autocrático. Assim, sem efetivos canais de comunicação com a sociedade civil então pouco organizada, legitimava-se uma estrutura vertical de poder. Nesse contexto, a *integração da magistratura e da sociedade ligou a elite econômica à elite governamental, numa união de fortuna e poder*⁴⁵⁰, com prejuízo à constituição de um Estado que a todos incorpore⁴⁵¹.

Quanto ao *liberalismo*, procurando esboçar suas características mais gerais, numa linha teórica que não dissocia o pensamento da ação e que visa a abandonar certa visão dicotômica duramente criticada por Gramsci⁴⁵², busca-se compreender a ideologia liberal brasileira a partir de uma postura que, entendendo a ideologia como um *momento da prática na qual ela se*

⁴⁴⁷ A respeito dos tipos weberianos ideais de dominação, que não são puros - tradicional, carismática e racional -, análise que transcende os limites deste estudo, remete-se às seguintes obras: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993; ARGÜELLO, Katie S. *O ícaro da modernidade: direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997 (texto apresentado como dissertação de mestrado, CPGD/UFSC, 1995); ARRUDA JR, Edmundo L. de (Org.). *Max Weber: direito e modernidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

⁴⁴⁸ FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. In: *Revista USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*. op. cit., p. 14-29.

⁴⁴⁹ *ibidem*, p. 16.

⁴⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 295.

⁴⁵¹ Há trabalhos que analisam a formação *patrimonialista* do Estado, fornecendo dados para que se reflita sobre o perfil autoritário e clientelista que certos segmentos burocráticos brasileiros apresentam: WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974; SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo*. São Paulo: Campus, 1982, p. 39-54; URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. Rio de Janeiro - São Paulo: DIFEL, 1978; SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista, *Revista da USP*. op.cit., p. 14-29.

⁴⁵² Não sendo a teoria um dado *a priori* e, sequer, *a posteriori*, está relacionada dialeticamente com o momento da práxis (sem que, nesse processo, se deixe de apontar para a existência de todo um complexo de mediações, referido em tópico anterior). Dessa foram, busca-se compreender o liberalismo brasileiro, nas suas características mais gerais, a partir da realidade local. Isso porque, ainda inspirado no *liberalismo* europeu, apresenta contornos específicos; ou seja, um *liberalismo fora do lugar*.

*constitui*⁴⁵³, não deixa de reconhecer no modelo europeu uma referência, mas a identifica como portadora de seus próprios fundamentos sociais.

Em sua origem, o *liberalismo* foi instrumento da burguesia na luta contra o Antigo Regime, como referido no capítulo primeiro deste estudo. Combatendo os privilégios da nobreza e do clero, buscava destruir o aparato do Estado Absolutista. Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 27 de agosto de 1789 - que, num primeiro momento, foi revolucionária -, estão subsumidos seus princípios básicos: igualdade de todos perante a lei, governo representativo, supremacia das leis e soberania da nação. Nela, assegurava-se a todos os cidadãos o direito de participar da elaboração das leis - as quais deveriam expressar os interesses coletivos -, consagravam-se as liberdades individuais e afirmava-se o direito de propriedade. E o pensamento liberal passou a interessar:

*a outros grupos sociais que se opunham ao Antigo Regime, por isso pode servir a setores da nobreza russa na sua luta contra o Czar, da mesma maneira que serviu à burguesia inglesa para conquistar uma posição dentro do Estado, ou às massas populares francesas para levar os nobres à guilhotina*⁴⁵⁴.

Como as lutas fisionomizam-se na prática, o pensamento liberal passou a ser efetivamente constituído através da ação desses grupos. O processo da história é dinâmico, com ciclos marcados pelo progresso e, outros, por um visível movimento de refluxo. A interpretação crítica dessa trajetória e dos modelos jurídicos decorrentes, que não recebe aqui análise mais aprofundada em face das limitações impostas pelos contornos deste trabalho, não pode prescindir do exame dos modos de produção capitalista e seus impulsos sócio-econômicos, considerada a formação e o desenvolvimento das sociedades burguesas. O *liberalismo*, produto dessa dinâmica e que, num primeiro momento, propugnava contra o poder absoluto dos monarcas, gerando a edificação de uma nova estrutura visando à conquista da soberania nacional e territorial, passou por momentos de transformação marcados.

A partir da segunda metade do século XIX, a Revolução Industrial trouxe mudanças no modo de produção capitalista, importando emergência de novos conflitos; o Estado liberal do *laissez-faire* entrou em crise. E o *liberalismo clássico*, inicialmente revolucionário, transmudou-se. Movimentos reivindicando novas tutelas instalaram-se na sociedade, provocando

⁴⁵³ COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 6.

reorganização do Estado. Este, de abstencionista, passou a intervir nas relações sociais, em especial nas decorrentes do trabalho, produzindo normas. Como exemplo dessa transmutação, Bismark editou leis que reconheciam as desigualdades sociais. Já no início do século XX, operou-se a constitucionalização de direitos, citando-se como exemplo as seguintes constituições modernas: a mexicana, de 1917; a de Weimar, de 1919; e a espanhola, de 1920⁴⁵⁵.

No Brasil, o processo foi um tanto distinto. Ainda que a Colônia não tenha permanecido imune à influência das ideologias políticas liberais da metrópole - em 1789 aconteceu a Inconfidência Mineira e, em 1817, o movimento de Pernambuco -, não eram enfatizados os valores democráticos e republicanos do liberalismo francês⁴⁵⁶, como acontecia nas colônias hispano-americanas⁴⁵⁷. E um liberalismo dessa ordem, juntamente com a transferência da Corte portuguesa e da burocracia real para o Brasil em 1808, ajudou a *preservar a representação hierárquica e autoritária da comunidade política herdada dos tempos coloniais*⁴⁵⁸.

⁴⁵⁴ ibidem, p. 7.

⁴⁵⁵ Considerações feitas a partir de aulas do Prof. Antônio Carlos Wolkmer, CPGD/UFSC, disciplina *Pluralismo Jurídico*, segundo trimestre de 1996.

⁴⁵⁶ Sobre a escravidão no Brasil, fato moral 'impolítico e abominável', que colocava o Brasil *fora do sistema da ciência*, considerando-se que a ciência eram as Luzes, o Progresso, ler a interessantíssima obra de SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, em especial o ensaio: As idéias fora do lugar, p. 13-25. Utilizando argumento de Machado de Assis, aponta para a disparidade entre a sociedade escravista brasileira e as idéias do liberalismo europeu da época.

⁴⁵⁷ Cf. URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*, op. cit., p. 83-84.

⁴⁵⁸ ibidem, p. 84. A respeito da influência européia na constituição do comportamento dos brasileiros, certa submissão 'colonial' perpassa as instituições da República, com reflexos na atualidade, permitindo-se concluir ter sido, em boa medida, preservada a *representação hierárquica e autoritária da comunidade política herdada dos tempos coloniais*, de que fala Uricoechea. Guardadas as devidas proporções, invoca-se a questão do *neoliberalismo*, cujo modelo, distanciado do ideal de Estado moderno - um *não-ser*, um *não-Estado* na elaboração de Hegel? -, obedece às necessidades do capital financeiro transnacional e movimenta-se no sentido de reativar o processo de acumulação: enquanto nos países centrais começa a dar sinais de visível esgotamento, com retorno, em especial na França, a partir de Lionel Jospin, à adoção de certas políticas públicas caracterizadoras do *welfare state*, como referido em nota anterior (capítulo primeiro), no Brasil o modelo neoliberal continua sendo copiado de forma acelerada, passiva, como se a adoção a tal ideário fosse a única via para o ingresso no mundo globalizado. A propósito, interessantíssima a entrevista com Alan Sokal, professor de física na Universidade de Nova York, veiculada pela *Folha de São Paulo*, 9 nov. 97, p. 5-11 (Caderno mais), a respeito do livro *Impostures Intellectuels*, que assina com Jean Bricmont, e no qual procuram mostrar como os conceitos de ciências exatas a que se referem pensadores como Jean Baudrillard, Deleuze e Gattari, não apresentam qualquer rigor científico. Ao referir-se ao espírito de imitação que acomete os americanos, Sokal sublinha: *as modas intelectuais parisienses se reproduzem nas universidades norte-americanas e talvez nas brasileiras com um atraso de dez anos*. Essa consideração pode, muito bem, ser aplicada à questão do *neoliberalismo* e ao mito do Estado Mínimo. A respeito, remetem-se aos já citados artigos de Paulo Nogueira Batista Jr., às quintas-feiras, no Jornal Folha de São Paulo, caderno *Dinheiro*, que, apontando para esse espírito de imitação *tardio*, refere que nossos dirigentes e lideranças empresariais e políticas batem palmas a um modelo não mais recomendado pelo próprios

Emília Viotti da Costa, afirmando não ter sido o *liberalismo brasileiro* mera ideologia de importação⁴⁵⁹ e, tampouco, de invenção, atribui essa diversidade a dois fatores básicos: a) estrutura escravista e colonial da sociedade; e b) caráter tardio da Revolução Industrial, que veio acontecer apenas no século XX e em condições diferentes daquelas vivenciadas na Europa. Inicialmente foi instrumento de luta contra a metrópole e o sistema colonial. Com a conquista da Independência do Brasil, os homens que detinham o poder representavam os interesses de um grupo social ligado à terra, à economia agrária exportadora, que, dependente do trabalho escravo, buscava manter as estruturas então dominantes. Partindo dessa realidade, Viotti da Costa mostra que o discurso liberal no Brasil apresentou contornos específicos, sem deixar de sublinhar que, também aqui, num primeiro momento, a ideologia liberal era revolucionária - na medida em que aspirava à emancipação e à destruição das instituições político-administrativas tradicionais - e, ao mesmo tempo, apresentava perfil conservador no que diz respeito às estruturas e às relações de produção⁴⁶⁰. E, no Império⁴⁶¹, revelou um caráter elitista e antidemocrático, assegurando a sobrevivência do sistema de clientela e de patronagem,

organismos financeiros internacionais responsáveis pela adoção do ideário - FMI, Banco Mundial e BID - que começam a alertar para a necessidade de um Estado eficaz que retome a questão social nos países periféricos, destacando-se Nelson Rodrigues, 30 jan. 97, e *Apostasia do Banco Mundial*, 2 out. 97.

⁴⁵⁹ Cf. COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 6-9.

⁴⁶⁰ As contradições do *liberalismo* no Brasil são, também, focalizadas por Raymundo Faoro (FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994, p. 52-83), ao analisar a crise do sistema colonial, que coincide com um processo de ruptura com o absolutismo por um lado e, por outro, com um neopombalismo que se articula numa *transação* promovida pela Corte. Assinalando que a monarquia portuguesa percebia, na colônia, a propagação dos '*abomináveis princípios franceses*' (op. cit., 66), aponta para a *ossificação* do modelo liberal, porquanto, nesse processo, perderam os liberais do *ciclo emancipador*, rotulados de *radicais*, *extremados*, assumindo o absolutismo reformista, com rótulo de *liberalismo vigente*. No entanto, essa supremacia não logrou sepultar o germen dos *radicais*, cujo *liberalismo foi afastado, mas não superado, nem ultrapassou o estágio da consciência possível* (op. cit., p. 83).

⁴⁶¹ Em face dos limites deste estudo, não se analisa o processo de constituição e desenvolvimento do Estado brasileiro no Império. Visando a minimizar essa lacuna, remete-se ao trabalho de Décio Saes (SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, In: *Coleção Estudos brasileiros*, v. 86, p. 15-21), no qual, apontando para o ensaio de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, como marco no processo de descoberta da questão do Estado pela ciência política brasileira, mostra o que há de comum e de divergente entre as análises de Faoro e as de Fernando Uricoechea (URICOECHEA, Fernando, *O minotauro imperial*, op. cit.). Reconhecendo que ambos definem o Estado *imperial* como um Estado *patrimonial* e consideram o *patrimonialismo* do Império como prolongamento do colonial, Saes sublinha as seguintes distinções: Faoro centra o foco da análise no período colonial; Uricoechea, no Império (referindo-se de passagem ao período colonial). Para Faoro, o estamento burocrático do Império consistiu força conservadora, agente de reprodução do *patrimonialismo* legado da Colônia; para Uricoechea, a burocracia imperial era força progressista que, constituindo núcleo racional no Estado *patrimonial*, tendia a se opor à irracionalidade do *patrimonialismo*.

informado por uma ética da prática do favor, contrária aos próprios princípios do *liberalismo*.

Num processo marcado por tensões, grupos hegemônicos defendiam um *liberalismo* de cunho elitista, conservador; outros, minoritários, preconizavam posturas mais democráticas. Nessa disputa, venceram os primeiros, o que não impede seja indicada a existência de verdadeiras *clivagens*. Assim, no período entre 1848 e 1868, consolidava-se no País um *liberalismo* marcadamente conservador. No período seguinte, passou a haver certo refluxo dessa posição, com momentos críticos entre os anos de 1868 e 1920. E, com o Estado Novo, registrou-se a culminância da crise da teoria e das práticas liberais⁴⁶².

Como sinala Viotti da Costa, a ideologia liberal tem sido usada em diferentes períodos da história brasileira por diferentes grupos sociais, com intenções diversas. Em vários momentos, indivíduos que se arvoravam em defensores teóricos do liberalismo desrespeitaram as regras do jogo liberal, apoiando políticas que, na prática, negavam os princípios básicos do *liberalismo*. A ética do favor, baseada em laços pessoais, mostrou-se eficiente⁴⁶³. A adoção de um sistema de clientela e patronagem importou desvirtuamento das funções do Judiciário, manipulação do eleitorado, desrespeito às leis e legitimação de privilégios⁴⁶⁴. O sistema de patronagem, com suas relações verticais e domesticadas entre os indivíduos das classes dominantes e os das classes dominadas, colaborou para amortizar as tensões sociais - raciais e de classe -, mascarando as formas de exploração existentes. Num eficiente esquema de cooptação, era estimulada a ascensão social e constituído um processo de esvaziamento das lideranças sindicais e intelectuais. E, num processo cujas irresignações eram amortecidas, afirmavam-se velhas crenças, com ênfase ao *senso-comum* tradicional, legitimador da ordem vigente. As reivindicações que vinham da base, impulsionadoras de movimentos contra-hegemônicos aptos à desconstituição

⁴⁶² Cf. COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 6-9.

⁴⁶³ *ibidem*.

⁴⁶⁴ Ainda que propósitos desregulamentadores possam informar a matéria do Estado de São Paulo, 27 jul. 97, p 4-10, denunciando em Tribunais do Trabalho atrasos, elevado custo dos processos e nepotismos, revela problemas no Judiciário que exigem a elaboração de um projeto que o torne apto a atender os pleitos da população. Certamente, esse projeto não se subsume no substitutivo do Dep. Jairo Carneiro, do PFL da Bahia, Relator da PEC 96/92-A (nela, apensada a PEC 112/95), que trata da reforma do Judiciário, encampado pelo governo e cujo ideário será examinado neste capítulo; deve ser um outro que, elaborado a partir da discussão com diversos segmentos sociais, torne a Justiça um bem acessível a todos.

dessa ordem, eram sufocadas. As reformas passavam a ser introduzidas *pelo alto*, de forma *passiva*, na concepção de Gramsci⁴⁶⁵.

Numa situação paradoxal, houve momentos em que indivíduos que se autoproclamavam defensores do *liberalismo*, passaram a exigir fosse interrompido o processo liberal-democrático, em defesa, não raro, de privilégios cuja manutenção sentiam ameaçada⁴⁶⁶. Segundo o texto em exame, no Brasil foram três os fatores que contribuíram para que certos liberais, *'traindo'* os princípios fundantes dos programas do liberalismo clássico e numa direção contrária à ideologia que diziam defender, passassem a trilhar os caminhos da ditadura: a) necessidade de assegurar a manutenção da taxa de lucro para o País e de garantir a acumulação de capital, quando ameaçada; b) luta entre capital e trabalho, quando transpõe o limite aceitável pelas elites; e c) ameaça à propriedade privada.

Nessa linha, salienta-se que em 1964 golpe rompia com uma certa tradição *arbitral-tutelar*⁴⁶⁷ que caracterizara, desde a proclamação da República, o intervencionismo militar no processo político brasileiro, definindo novos contornos para as Forças Armadas. Com apoio das elites econômicas nacionais e internacionais, de autoproclamados liberais e de substancial parcela da classe média, os militares assumiam, com o beneplácito de um

⁴⁶⁵ Resgata-se a categoria gramsciana de *revolução passiva*, ou *pelo alto* (a respeito do conceito gramsciano de *revolução passiva*, remete-se a COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127) e invoca-se Marx, em *O 18 de brumário* (MARX, Karl. *O 18 de brumário de Louis Bonaparte*, op. cit., p. 413-512). Houve, no Brasil, *momentos brumário*, segundo Stepan (STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986), durante os quais *frações estratégicas da burguesia* revelaram-se assustadas para abdicar, em essência, à sua pretensão ao governo, obtendo, em troca, a proteção coercitiva que pensavam pudessem os militares dar, numa referência a Marx quando descreve a abdicação, por parte da burguesia, do direito de governar em troca da proteção do Estado forte, característica do governo bonapartista de Napoleão III. Quanto às formas de *revolução passiva*, que excluem a participação das massas populares no novo bloco, ver também GRAMSCI, Antônio. *A questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. op. cit. Para Gramsci, a solução da *questão meridional* passava pela criação de uma nova hegemonia, em nível nacional, importando aliança política entre operários do Norte e camponeses do Sul da Itália, e por uma requalificação radical do papel dos intelectuais: esta reflexão aqui se adota.

⁴⁶⁶ As reflexões de Viotti da Costa ora adotadas propiciam interessante diálogo negador/superador com o liberalismo. E, a partir delas, resgatam-se os momentos que antecederam a ação militar de 1964. As elites brasileiras, sentindo-se ameaçadas, impulsionaram o golpe sob o argumento de que o comunismo tomaria conta do País, sendo necessária a manutenção da *ordem*.

⁴⁶⁷ BORGES FILHO, Nilson. *Sobre o sagrado e o profano: civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p.15-23. Nesta obra, Borges Fº analisa o papel do aparelho militar no processo político brasileiro em duas fases: a) antes de 1964, quando, exercendo função *arbitral-tutelar*, intervinha na política e, restabelecida a *ordem*, passava a condução do Estado aos civis; e b) depois de 1964, quando, na condição de

Judiciário que se omitia, a condição de *dirigentes*, passando a exercer múltiplas funções político-administrativas. Com o argumento de que o *comunismo* e a *república sindicalista* de João Goulart eram ameaças à segurança nacional, foram derrotadas as forças democráticas e restaram impedidas as reformas de base propostas pelo governo. Uma tênue ameaça à ação hegemônica das elites, com receio de perda de privilégios, foi suficiente para que o anticomunismo fosse chamado para impedir as reformas, as quais, a rigor, não tocavam na estrutura do Estado⁴⁶⁸. Na qualidade de força dirigente hegemônica, as Forças Armadas assumiram a função de *partido da burguesia* apto a promover os interesses das *elites dominantes*⁴⁶⁹.

E como a ideologia liberal tem sido utilizada em diferentes momentos da história brasileira por diferentes grupos sociais, com propósitos diversos, verifica-se que, por vezes, a intenção é a de conservar o *status quo*; por outras, a de transformá-lo⁴⁷⁰. O que parece inegável, no entanto, é que as especificidades da sociedade brasileira, com seu processo de industrialização 'tardio' e com suas raízes escravistas⁴⁷¹ e coloniais, propiciaram a formação de um Estado marcado pelo *patrimonialismo*. Laços pessoais e clientelistas impregnaram-se nas entranhas de suas instituições formais, num processo que se iniciou no período colonial, perpassou o Império, localizou-se na República e visita a atualidade.

Essas análises são relevantes. Todo o movimento que busque superar uma ordem dessa natureza no sentido de desconstituí-la para que outra, mais moderna e democrática, seja construída passa, necessariamente, por uma

dirigente, assumiu o papel de condutor dos negócios do Estado.

⁴⁶⁸ Em 13 de março de 1964, num comício com mais de 200.000 mil pessoas, Goulart proclamou a urgência de ser alterada a Constituição, anunciando medidas como: encampação das refinarias particulares, tabelamento de aluguéis dos imóveis desocupados, desapropriação de terras valorizadas pelos investimentos públicos, às margens dos eixos rodoviários, dos açudes, ou que pudessem tornar produtivas áreas inexploradas. Arraes e Brizola estiveram no ato buscando consolidar a unidade de apoio às reformas, que seriam incluídas na mensagem ao Congresso: reforma agrária, assegurada indenização prévia em dinheiro; reforma política, com extensão do voto aos analfabetos e praças de pré (os alistáveis devem ser elegíveis); reforma universitária, com plena liberdade de ensino e fim da vitaliciedade da cátedra; reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao Presidente; e consulta plebiscitária para *referendum* das reformas propostas. Sobre o discurso de Goulart, ver BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961/1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 163.

⁴⁶⁹ BORGES FILHO, Nilson, op.cit., p. 20. Essas elites eram frágeis na articulação do consenso.

⁴⁷⁰ Cf. COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 6-9.

⁴⁷¹ Sobre o escravismo como modo de produção dominante no Brasil do Império remete-se a GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

abordagem crítica⁴⁷². A partir dela, e visualizados os 'nichos' e as contradições existentes na própria ossatura material do Estado, viabiliza-se o encaminhamento de ações políticas concretas rumo à formação de novas parcelas de hegemonia.

Essa trajetória, inserida na perspectiva da retomada de uma *utopia moderna* que não apenas critique a realidade mas que, e a partir dela, busque reconstruir um *novo senso-comum*, passa, também, pela requalificação radical do papel dos intelectuais, numa referência a Gramsci⁴⁷³. E acaso corretas as afirmações de Uricoechea - de que, *abandonada à sua própria dinâmica, a burocracia patrimonial é o tipo mais estático de organização*, tratando-se de uma burocracia *essencialmente pragmática*, que carece de um *de um canon formal e normativo e de um princípio imanente para sua organização e desenvolvimento*⁴⁷⁴ -, indaga-se: admitida a crise do Estado brasileiro, em especial do Judiciário, e enunciadas as suas causas primeiras, é possível, através de ações políticas concretas, transformá-lo?

1.2 Alguns aspectos da crise do Judiciário: *uma crise do Estado*

/ No final do século XVIII e início do XIX, a Europa ingressava na era moderna, registrando-se o triunfo do *liberalismo*. Enquanto isso, o Brasil estava em pleno colonialismo. País de capitalismo tardio e no qual a revolução burguesa não aconteceu, nele as mudanças se deram *pelo alto*⁴⁷⁵. Com cursos jurídicos tardiamente instituídos - em Pernambuco, em 1826 e em São Paulo, em 1827 - e com professores que, presos a um formalismo dominante, adotavam o método da escola da exegese e ensinavam apenas com base nos códigos, instituíam-se o modelo em torno do qual se desenvolveria a cultura jurídica brasileira, centrando-se nos seguintes dogmas: equilíbrio entre os poderes; separação entre o direito público e o privado; e neutralidade do Juiz - visto como um ser equidistante das partes, dos interesses em jogo e dos

⁴⁷² A Revista da USP, *Dossiê Judiciário*, n. 21, mar./abr./maio 94, elege o Judiciário como alvo da reflexão crítica. Em vários artigos, intelectuais buscam identificar as questões que têm balizado o debate sobre os desafios colocados a esse Poder em face de novas formas de conflitualidade. Leiam-se, especialmente, os textos de ADORNO, Sérgio. Apresentação. p. 6-11; SADEK, Maria Tereza e ARANTES, Rogério. A crise do Judiciário e a visão dos juízes, p. 34-45; FARIA, José Eduardo. Os desafios do Judiciário, p. 46-57.

⁴⁷³ GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. op. cit.

⁴⁷⁴ URICOECHEA, Fernando, op. cit., p. 94-95.

⁴⁷⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. op. cit., p. 103-127.

conflitos sociais⁴⁷⁶. Com uma cultura jurídica assim constituída e um Estado de perfil *patrimonialista* que, empiricamente, se tem revelado inapto a acompanhar a crescente complexidade das relações sociais e o sensível acréscimo das demandas, evidencia-se a insuficiência do modelo, com profundas repercussões para as instâncias jurídicas e para o próprio conceito de Direito. Neste contexto, sem canais de comunicação com a sociedade civil e não superado certo perfil *patrimonialista* herdado do período colonial, o Estado perde confiança e legitimidade; ou seja, instala-se um ambiente de crise.]

Como um dos elementos da crise, aponta-se para a mudança do perfil da sociedade brasileira que, de agrária em 1940, passou a ser predominantemente urbana a partir de 1980, denotando dramáticos índices de concentração de pobreza: 90% dos brasileiros são reduzidos à condição de pobres e miseráveis. A partir de 1985, com o início do processo de democratização da sociedade, há verdadeira explosão da *litigiosidade contida*. E o Poder Judiciário, cujos contornos mantiveram-se inalterados, não deu a desejada resposta a essa realidade⁴⁷⁷.

/// No final deste século, a internacionalização da economia e do mercado e as novas modalidades de organização da produção e do trabalho, requalificam as relações sociais⁴⁷⁸. Com o modelo neoliberal adotado a partir da era Collor, precarizam-se as relações laborais, aumentam os índices de desemprego e de trabalho informal, deteriorando-se a qualidade de vida. A ausência de uma reforma agrária e de políticas públicas consistentes dirigidas ao setor primário aprofunda a crise no campo, provocando maior deslocamento da população para as cidades. A falta de terra e de moradia urbana não pode ser negada. No campo do Direito, as lesões tornam-se massivas, gerando perplexidades.///

/// A Constituição Federal de 1988 consagra instrumentos como: Mandado de Injunção, Mandado de Segurança Coletivo, Substituição Processual (legitimando os sindicatos profissionais para atuarem em nome dos integrantes da categoria que representam); institutos modernos e democráticos, que, ao lado dos dispositivos que protegem direitos individuais, asseguram um novo

⁴⁷⁶ Considerações feitas a partir de Urbano Ruiz, Presidente da Associação dos Juizes para a Democracia até 1997, na XVI Conferência dos Advogados, Fortaleza, 1996 (RUIZ, Urbano. *A função do juiz na sociedade em mudança*. s.ed.).

⁴⁷⁷ Cf. MELLO, Aymoré Pottes de. O enfrentamento da crise judiciária e a reforma constitucional. *Jornal da AJURIS*, n. 46, nov. 95, p. 23-27.

⁴⁷⁸ Cf. ADORNO, Sérgio. Revista da USP, *Dossiê Judiciário*. op. cit., p. 7.

coletivismo⁴⁷⁹, gerando expectativas positivas nos cidadãos. No entanto, as possibilidades transformadoras desses institutos chocam-se com a estrutura funcional do Estado, provocando resultados frustrantes. Segundo Pottes de Mello:

Na área pública, as demandas sociais reprimidas revelam as distorções do Estado organicamente imperial, funcionalmente corporativo e economicamente inadimplente; na área de iniciativa privada, escancara-se a selvageria e volatilidade dos capitais financeiros, a fragilidade do sistema bancário, a precariedade de sustentação econômica dos parques produtivos nacionais e, até por consequência, a incipiência e a inconstância dos mercados de trabalho e de consumo, de par com altas taxas de desemprego, baixos níveis salariais, crescimento geométrico do mercado informal de trabalho e notável incremento dos índices de inadimplência empresarial e civil⁴⁸⁰.

Tivessem esses institutos sido aplicados adequadamente, com vistas ao atendimento das reais necessidades da sociedade brasileira, a tramitação dos processos teria sido agilizada, com maior efetividade às regras que asseguram direitos sociais, possibilitando ao Judiciário resgatar legitimidade e afirmar-se como Poder. Na prática, outra foi a situação: o Judiciário, cujas velhas e defasadas roupagens foram mantidas, intimidou-se. E, ao invés de dar vida a esses novos instrumentos, tratou de amesquinhá-los, aos poucos⁴⁸¹.

Grinover, analisando a crise do Judiciário em seus vários aspectos, refere-se à mentalidade conservadora dos juízes brasileiros como uma das circunstâncias que impediu fosse dada plena eficácia às disposições constitucionais, preconizando, não sem um certo otimismo, que: *algum tempo haverá de passar antes que a mentalidade do juiz brasileiro se adapte à nova ordem constitucional, que representou verdadeira ruptura em relação ao recente passado político e institucional⁴⁸².*

⁴⁷⁹ Resgatam-se os ensinamentos de Ruy Rubem Rushel, no Simpósio: A substituição processual e o Direito do Trabalho, promovido pela AMATRA IV, Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas - AGETRA - e Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS, 28 e 29 set. 89, In: *Jornal da Amatra IV*, n. 2, Ano II, p. 6, apontando para os institutos coletivos como uma virada da história.

⁴⁸⁰ MELLO, Aymoré Pottes de, op. cit., p. 23.

⁴⁸¹ Não se pretende analisar todas as razões e reflexos dessa postura do Judiciário. Não se pode, porém, desconsiderar que, tradicionalmente, os liberais tendem a cair no campo conservador e que a classe média brasileira, com uma ideologia híbrida e oscilante, é vulnerável à pressão das elites tradicionais. A respeito da classe média oscilante e que, em 1964, aderiu aos adversários de Goulart, apoiando o golpe, ver PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política brasileira: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p. 235-237.

⁴⁸² GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: RT, n. 98, abr./jun. 91, p. 18-26. Grinover analisa a crise do Judiciário sob vários ângulos. Inicialmente, refere não haver nela apenas pontos negativos. Isso porque prospectivamente pode impulsionar mudanças, desde que utilizados esquemas adequados à realidade emergente. Num segundo momento, aborda diversos ângulos da crise, como segue: a) crise

O formalismo excessivo, o aumento da litigiosidade, a burocratização na tramitação dos processos, obstaculizam o exercício, pelo Judiciário, de uma de suas funções primeiras: dar eficácia àqueles direitos positivados. O dogmatismo e o apego aos princípios que informam o *status quo*, próprios da visão de mundo dos juristas tradicionais, bloqueiam a capacidade criadora que impulsiona a transformação. E o Poder Judiciário chega ao seu esgotamento⁴⁸³, com perda de credibilidade a provocar, num certo *senso-comum*, ênfase aos espaços privados em detrimento dos públicos, levando à busca de formas diretas de solução dos conflitos, numa situação de verdadeira *anomia*⁴⁸⁴.

A crise que atravessa o Poder Judiciário é parte integrante e emergente de uma crise do próprio Estado brasileiro. A análise e a compreensão de sua dimensão possibilita aos atores envolvidos tomada de consciência que impulsiona a formulação de projetos estratégicos aptos a alterar esse quadro. Ações políticas concretas podem operar a reestruturação desse Poder para que, transformado num outro, atenda os pleitos da cidadania, deixando suas configurações técnico-burocráticas e, por vezes, empírico-primitivas, rumo aos modelos das sociedades mais avançadas, numa referência à classificação de Zaffaroni⁴⁸⁵. Tratando-se de um processo que se dá na continuidade da história, não se pode deixar de sublinhar que os momentos nem sempre são de avanço; há situações de refluxo e que podem desembocar em esferas bem menos luminosas.

estrutural; b) crise institucional, que surge no delicado jogo de equilíbrio entre os Poderes; c) crise da mentalidade dos operadores jurídicos; e d) crise pela inadequação dos controles sobre o exercício da função jurisdicional. A partir dessa análise, oferece algumas propostas no sentido superador. Ainda que se discorde de algumas delas, mais especificamente das que sugerem formas de mediação e conciliação extrajudicial para a solução dos conflitos - tema que será enfrentado quando do exame das teses da AMATRA IV -, a leitura de seu trabalho é fundamental. Quando indica a mentalidade dos magistrados como um dos motivos da crise - avaliação com a qual se concorda -, arrola o excessivo corporativismo, o esquema burocrático-verticalizado e a inacessibilidade dos julgadores e inexistência de controle externo como pontos a serem enfrentados para sua superação.

⁴⁸³ Cf. RUIZ, Urbano, palestra citada, s.ed.

⁴⁸⁴ Interessante o Editorial da Folha de São Paulo - *Anomia Solidária* - 14 jul. 96, p.1-2, referindo-se criticamente à ação do Conselho Comunitário de Cerqueira César e Jardins que ofereceu à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ajuda para compra de equipamentos e pagamento de complemento salarial aos policiais. Essa abordagem remete à questão da arbitragem privada na solução dos conflitos do trabalho, tema atual em face de certa interpretação de lei vigente que permite contratação de árbitros privados em conflitos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis.

⁴⁸⁵ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Poder Judiciário: crise, acertos e desacertos*. São Paulo: RT, 1995. Zaffaroni elabora sua classificação à luz das funções que os modelos manifestam, quais sejam: a) estrutura orgânica; b) autogoverno; c) seleção dos juízes; d) distribuição orgânica; e) qualidade da prestação jurisdicional; f) meios de controle da legalidade e constitucionalidade; e g) democratização do acesso à jurisdição.

O ponto central no entanto - resgatando-se Gramsci nos aspectos analisados no capítulo anterior, com incursões em Poulantzas no aspecto específico da *teoria relacional* do Poder - é o de que, na continuidade da história, amadurecem os tempos para a solidificação de novas crenças, não arbitrárias, e que, dotadas da solidez própria dos preceitos populares e informadas pelos novos movimentos que se dão na sociedade, imprimem a toda articulação um sentido mais universal de conquista da democracia e da liberdade humana.

É nesse sentido, mas sem deixar de reconhecer o momento crucial que remete ao binômio *democracia x barbárie*, que se aponta para a realidade do coletivo⁴⁸⁶ como uma *idéia força* que pode alavancar mudanças efetivas. Antes de se passar ao exame das ações concretas de certos intelectuais orgânicos coletivos, que, superando a fase *egoístico-passional* de que fala Gramsci, têm operado no sentido da desconstrução de um certo *senso-comum* tradicional para impulsionar todo um processo de constituição de uma nova ordem, trabalho por certo *gigantesco e difícil, mas que exatamente por isso é digno de todos os sacrifícios*⁴⁸⁷, resgatam-se ensinamentos de Max Weber.

Refletindo sobre as relações entre ética e política, e referindo-se às éticas da convicção e da responsabilidade⁴⁸⁸ - que, ainda que opostas e diferenciadas, podem ser complementares no sentido da formação do homem ideal e autêntico, apto à *vocação política* -, Weber reconhece o esforço e tenacidade exigidos dos que se dedicam à política como vocação, dizendo:

⁴⁸⁶ A realidade do coletivo pode ser contextualizada na força da sociedade civil e nas formas co-gestionárias de administração do Estado, citando-se como exemplo a experiência do Orçamento Participativo, de Porto Alegre. E a partir da óptica deste trabalho, percebe-se que a *idéia força do coletivo*, quando informa as ações concretas de entidades representativas de magistrados, tem possibilitado o constituir de novas práticas, impulsionando, por dentro das instâncias jurídicas, um processo de (re)construção de uma nova ordem que a todos busque incorporar.

⁴⁸⁷ GRAMSCI, Antônio. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 165.

⁴⁸⁸ Para Weber (WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. op. cit., p. 113-115), toda a atividade que se orienta segundo a ética pode subordinar-se a uma de duas máximas: a ética da convicção ou a ética da responsabilidade. Entretanto, não afirma que a ética da responsabilidade apresente ausência de convicção, mesmo porque a paixão pela causa é importante, como a adequação dos meios com o sentido de proporção e a responsabilidade quanto aos resultados da ação. Diz, sim, haver uma *oposição* profunda entre a atitude do que se conforma à ética da convicção, traduzida em linguagem religiosa como em: *O cristão cumpre seu Dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus*, e a do que se subordina à ética da responsabilidade, que diz: *Devemos responder pelas consequências de nossos atos*, ainda que essas consequências sejam imprevisíveis e não existam garantias quanto aos resultados. E, reflete: *O partidário da ética da convicção não pode suportar a irracionalidade ética do mundo. Ele é um irracionalista cosmo-ético*.

que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível.

E, salientando que o homem capaz de semelhante esforço deve ser não apenas um chefe, mas um herói no sentido mais simples da palavra, conclui: *mesmo que não sejam uma coisa nem outra, devem armar-se de força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças*⁴⁸⁹.

⁴⁸⁹ *ibidem*, p. 123-124.

2. Magistrados e Poder Judiciário: *olhares, sonhos e possibilidades*

É impossível para o homem viver quando o desejo chega ao fim
(THOMAS HOBBES, *Leviatan*).

...sin um mínimo de azar, de abertura, de incertidum bre, no hay ya juego, ni historia, ni derecho, sólo violencia pura o beatitud eterna
(FRANÇOIS OST, Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez).

O Cristo do Corcovado desapareceu, levou-o Deus quando se retirou para a eternidade, porque não tinha servido de nada pô-lo ali. Agora, no lugar dele, fala-se em colocar quatro enormes painéis virados às quatro direções do Brasil e do mundo, e todos, em grandes letras, dizendo o mesmo: UM DIREITO QUE RESPEITE, UMA JUSTIÇA QUE CUMPRA (JOSÉ SARAMAGO, prefácio ao livro *TERRA*, de Sebastião Salgado).

Para que se possa transitar da teoria à prática e visando a enfrentar os dilemas propostos neste trabalho, resgatam-se algumas das categorias gramscianas analisadas no capítulo anterior, em especial as de *intelectual orgânico* e *guerra de posição*, bem como as reflexões de Poulantzas acerca do Estado entendido como *relação*, a possibilitarem melhor se compreenda o papel transformador que certos magistrados podem exercer numa sociedade periférica como a brasileira, num contexto de crise e de precarização do mundo do trabalho, rumo à construção da radicalidade democrática - entendida a democracia como *valor universal*⁴⁹⁰ - e ao atendimento das promessas não cumpridas da modernidade, filhas da *Ilustração*.

Nessa óptica, tomando-se como referência alguns julgamentos que importaram alteração do mundo público, bem como a *práxis* de certos juízes reunidos em suas entidades representativas, retomam-se conceitos-chave já abordados, sinalizando-se que não se está pretendendo uma leitura histórica em termos de vanguarda, ou mesmo conspiratória. Busca-se, através do relato de ações concretas e retomando-se formulações anteriores, demonstrar como alguns magistrados, vistos ~~/~~ como intelectuais orgânicos inseridos num movimento mesclado por tensões, avanços e retrocessos, rompem com certa defesa *patrimonialista* do Poder. E, superando questões meramente corporativas, informados por uma visão mais universal, passam a operar no sentido da desconstrução de um certo *senso-comum* tradicional, impulsionando, por dentro das instâncias jurídicas, um processo de

⁴⁹⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. op. cit., p. 18-28. Resgatam-se as considerações expressas na nota 40, no capítulo primeiro deste trabalho; é nesse sentido que se emprega a expressão.

constituição de parcelas de hegemonia rumo à conquista democrática⁴⁹¹; ou seja, parte-se para a análise empírica do movimento de grupos de magistrados distribuídos em instituições, operando na condição de agentes da transformação em instâncias jurídicas.

Assim contextualizada a questão, e desde uma visão de ideal de Estado moderno, tendo-se como pressuposto a não-descartabilidade do Poder Judiciário, focalizam-se exemplos a apontarem para ações políticas concretas orientadas, no mínimo do ponto de vista didático, à transformação social dentro das esferas do poder. Sem deixar de assinalar outras experiências igualmente fundamentais como, por exemplo, a dos Juízes para a Democracia, a do Ministério Público Democrático e muitas decisões de Juízes e de Sessões em Dissídios Individuais e Coletivos demarcadoras de um processo da ordem do aqui analisado, cuja abordagem mais aprofundada demandaria outro trabalho, focalizam-se determinadas decisões de magistrados⁴⁹² e as ações concretas de algumas de suas entidades representativas a importarem, de um forma ou de outra, alteração do mundo público. Esses juízes são advindos da esfera do Judiciário Trabalhista, reunidos na Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul - AMATRA IV -, como da Justiça Comum, Militar, Trabalhista e Federal, reunidos na Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - AJURIS.

Essa abordagem, que se pretende meramente exemplificativa, enfoca, desde um marco técnico, alguns julgamentos e, num plano mais geral das instituições da sociedade, a ação de magistrados-cidadãos organicamente implicados em projetos coletivos e com inserção institucional no processo de transformação da sociedade, seja impulsionando a constituição ou a eficacização de direitos, seja sugerindo reformas, seja tentando brecar o andamento de outras, encaminhadas pelo governo ou por ele encampadas, que têm no desmonte do Estado uma das metas⁴⁹³. E os reflexos - próprios da

⁴⁹¹ Sobre a ação dos magistrados na construção da democracia, resgata-se referência anterior à palestra de Arruda Jr., VIII CONAMAT, Fortaleza, maio/97, *Magistrados, (des)ordem jurídica e construção democrática*, s.ed., balizadora das discussões travadas naquele evento.

⁴⁹² Sobre a ação de magistrados gaúchos, inseridos no movimento do Direito Alternativo, remete-se à citada dissertação de mestrado de Rafael Damasceno (DAMASCENO, Rafael, *Poder Judiciário e hegemonia: o caso dos magistrados alternativos do Rio Grande do Sul*, s.ed.) e aos artigos de GENRO, Tarso. Os Juízes contra a lei, e de AYDOS, Marco Aurélio Dutra. O juiz-cidadão. In: *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 17-27 e 130-212, respectivamente.

⁴⁹³ Essas práticas podem ser visualizadas a partir da tipologia de Arruda Jr., analisada no final do capítulo anterior, em cada um de seus três planos ideais: a) o da legalidade sonegada, com o exame de certas ações de magistrados e de suas entidades representativas no sentido da

não-linearidade do processo e da concepção do Estado como relação (que possibilita sejam melhor compreendidas as contradições que em seu seio existem) - a serem melhor enfrentados quando do exame das teses coletivas da AMATRA IV e dos encaminhamentos da AJURIS às reformas do Estado, não afastam a possibilidade do reconhecimento de rupturas importantes, que dão o salto de qualidade ao movimento⁴⁹⁴.

2.1 As teses coletivas da AMATRA IV: *um novo olhar?*

A Associação dos Magistrados do Trabalho do Rio Grande do Sul - AMATRA IV -, entidade que congrega juízes do trabalho gaúchos, tem, em determinados períodos de sua existência, propiciado a discussão de temas que, posteriormente, passam a mobilizar outros operadores jurídicos, bem como distintos segmentos sociais. Nesse processo, tem atuado junto a parlamentares, visando a transformar em textos de lei suas teses coletivas, comprometidas com a construção de uma nova racionalidade, na busca de uma sociedade mais igual⁴⁹⁵. Os juízes que a compõem têm assumido, em determinados momentos verdadeiramente 'catárticos', postura transformadora. *Não há como negar que a jurisprudência trabalhista da 4ª Região sofre influência do que é discutido e analisado nestes eventos*⁴⁹⁶. A história desses eventos pode ser lida no livro *Fazendo História: direito do trabalho no limiar do novo século*. As teses neles aprovadas, ainda que com especificidades e características próprias, remetem, essencialmente, à questão da

efetividade de normas que já estão formalmente incorporadas ao sistema jurídico, a começar pela Constituição Federal e pela realização dos princípios nela recepcionados; b) o da legalidade relida, com ações que correspondem ao nível de uma releitura hermenêutica, visando à consecução da efetividade das normas constitucionais e infra-constitucionais, com ações que busquem homogeneizar posturas políticas transformadoras. Nesse plano podem ser analisadas ações concretas que propiciam a uniformização de procedimentos jurisprudenciais, com construção de parcelas de hegemonia por dentro das instâncias jurídicas; e c) o da legalidade negada, correspondendo às lutas dos excluídos para serem incorporados nas pautas que discutem direitos mínimos, assumindo importância a discussão sobre a ampliação do foco de abrangência do Direito do Trabalho e, também, a ação dos intelectuais orgânicos da democracia que, escolhendo sua esfera de inserção, implicam-se na produção da história de forma não passiva.

⁴⁹⁴ A opção por uma linha de abordagem crítica remete a GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 11-63. Após demonstrar que todos, ainda que a seu modo, são filósofos, Gramsci passa ao momento da crítica e da consciência e problematiza: é preferível pensar sem consciência crítica, participando de uma concepção de mundo imposta, ou elaborar, de forma crítica e consciente, a própria concepção de mundo que permita participação no processo de produção da história?

⁴⁹⁵ Ver FARIA, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*, referido em nota anterior.

⁴⁹⁶ AMATRA IV. *Fazendo História: Direito do Trabalho no limiar do novo século*. São Paulo: Ltr, 1994, p. 10.

democratização do Poder Judiciário e do Estado brasileiro, orientadas pela máxima: *o olhar do juiz deve ser o olhar da sociedade*.

Resgatam-se, de forma genérica e em face dos limites deste trabalho, as proposições dos V, VI, VII e VIII Encontros Regionais e as do I Encontro Nacional da Entidade, encaminhadas a Encontros Nacionais e Internacionais, tanto de magistrados como de advogados. Isso, porque dizem respeito, diretamente, às formas de atuação do Judiciário na busca da efetivação e da regulamentação de direitos, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais democrática e de um Estado democratizado, visualizado o juiz como um cidadão implicado no processo de transformação social e na constituição de novas crenças, comprometidas com a vida e com uma sociedade mais solidária⁴⁹⁷.

Através de um breve relato desses Encontros e da análise de algumas das teses neles aprovadas, numa linguagem menos analítica e bem mais descritiva do que a adotada nos capítulos anteriores, busca-se demonstrar como é viável, dentro das esferas do Poder, gestar movimentos aptos à construção de parcelas de hegemonia⁴⁹⁸. É a *práxis*, relatada por quem participou ativamente dessa trajetória, em muitos de seus momentos, comprometendo-se com as teses coletivas da AMATRA IV, construídas num processo difícil e tensionado de discussão e participação, hoje circunstancialmente amortecido por realidade outra⁴⁹⁹; é guerra de posição, desenvolvida no interior das instâncias jurídicas⁵⁰⁰.

⁴⁹⁷ Retoma-se Gramsci e sua *filosofia da práxis*. Para ele, atualizar Marx significa *consolidar as novas crenças, fazê-las penetrar nos interstícios da velha formação social em crise e iniciar uma luta hegemônica não só entre as crenças, mas entre as práticas sociais correspondentes a elas*, cf. BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e o homem coletivo* em Antonio Gramsci. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 17.

⁴⁹⁸ A construção da contra-hegemonia pode ser vista como decorrência do diálogo entre diversos movimentos micro-consensuais que, também, constroem suas parcelas de hegemonia.

⁴⁹⁹ Realidade essa que se analisa a partir da óptica deste trabalho, a apontar para as ações políticas concretas, impulsionadas por intelectuais orgânicos coletivos e informadas por interesses universais, como alavancadoras da superação do estágio *egoístico-passional* de que fala Gramsci: ou seja, um momento *'catártico'*.

⁵⁰⁰ Na AMATRA IV, no final da gestão 1994/96 e desde o início da presente, 1996/98, que se inicia após processo eleitoral denotador de real divisão na categoria - a chapa vitoriosa é eleita com uma diferença de pouco mais de dez votos, num colégio de mais de 260 juizes -, deixam de ser construídas teses coletivas, intensificam-se os congaçamentos sociais e as disputas esportivas. As grandes questões, como desemprego, política econômica e salarial, reformas, movimentos reivindicatórios coletivos, não mais participam das pautas das Assembléias, raramente convocadas. Nos Encontros Regionais, habitados principalmente por painéis e conferências, as teses encaminhadas passam a ser individuais, sendo abandonado o processo de discussão e construção coletiva das proposições da Entidade, alavancador de transformações reais; ou seja, uma realidade mais alienante e que importa, desde a óptica

2.1.1 O V Encontro: sonhando com a democracia

Canela, julho de 1989.

Com a Constituição Federal de 1988 em vigor e preparando-se o País para eleger seu Presidente, agravava-se a crise econômica e institucional. A AMATRA IV, ciente da importância da elaboração de um Código de Processo do Trabalho adaptado à nova ordem constitucional, apto a atender as exigências da sociedade brasileira⁵⁰¹ e afinado com os princípios informadores do Direito Material do Trabalho, convocou seu V Encontro Regional tendo como tema *O código de processo do trabalho*. Reunidos de 6 a 9 de julho de 1989, seus participantes - magistrados gaúchos e de outras regiões, juízes classistas, membros do ministério público e advogados trabalhistas - apontaram para o princípio Tuitivo, ou da Tutela, como o supraprincípio informador do Processo do Trabalho, este considerado como instrumento de realização do Direito Material.

O trabalho de discussão e elaboração das proposições coletivas, posteriormente encaminhadas à sessão Plenária, deu-se em quatro comissões temáticas: a) Comissão 1: Os princípios do processo do trabalho; b) Comissão 2: O processo de conhecimento; c) Comissão 3: O processo de execução; e d) Comissão 4: O processo cautelar.

A conferência de abertura - *Direito processual do trabalho para uma sociedade democrática* -, proferida pelo Juiz Roberto A. O. Santos, do TRT da 8ª Região, balizou as discussões que se travaram nas quatro comissões temáticas. Sublinhando as raízes democráticas do Direito do Trabalho e apontando para seus princípios fundantes a informarem o Processo do Trabalho, analisou de forma rica as relações entre o processo e a democracia, concluindo:

hoje, nosso encontro é com a democracia, o sonho que a experiência vital da Grécia atravessou os séculos, promoveu revoluções, excitou as esperanças e chega aos nossos dias sem perder a capacidade de empolgar. Para nós, ele é tanto mais emocionante porque percebemos que o processo do trabalho, plenamente compatível com as exigências da democracia, é também uma

deste trabalho, retrocesso, com perda de espaços de atuação. E o debate deixa de envolver a questão dos princípios gerais informadores da ação coletiva dos magistrados e da Entidade, revelando-se pontual e preocupado mais com a rotina judiciária, sem uma maior reflexão crítica da categoria, com reflexos na postura mais geral dos magistrados, da jurisprudência e da construção do Direito.

⁵⁰¹ AMATRA VI. *Fazendo história*. op. cit., p. 127.

tomada de consciência para a realização da outra grande fantasia que nos anima e move no trabalho judicial - a utopia da igualdade social [...]

Solidificava-se entre os juízes do trabalho gaúchos a crença de que, através do processo de discussão multidisciplinar sobre os grandes temas do momento, poderiam ser construídas teses coletivas aptas à constituição de novos *consensos*, com conquista de parcelas de hegemonia, possibilitando à AMATRA IV uma maior inserção no processo de reconstrução democrática em curso no País, em especial no interior das instâncias jurídicas⁵⁰². Das teses aprovadas, elegem-se algumas das elaboradas nas comissões 1, 3 e 4, que propiciaram um salto de qualidade ao movimento, desde a óptica deste trabalho:

Comissão 1: *Os princípios do processo do trabalho.* Além da afirmação da instrumentalidade do Processo do Trabalho, informado pelos mesmos princípios do Direito do Trabalho, em especial o supraprincípio da Tutela com suas concretizações - os princípios da *facilidade de acesso ao Judiciário*, da *celeridade* e o *inquisitório* -, o grande avanço, desde a lógica deste trabalho, pode ser verificado nas seguintes teses, enunciadas como *desdobramento* do princípio da *facilidade de acesso ao Judiciário*: a) **substituição processual**⁵⁰³, apontada como *princípio* a informar a elaboração de um Código de Processo do Trabalho, com legitimação ativa dos sindicatos para atuarem como substitutos processuais da categoria, de forma ampla, independentemente de outorga de poderes (art. 8º, III da Constituição Federal), com **indisponibilidade** da ação pelo titular do direito material, **salvo com o assentimento do substituto processual**⁵⁰⁴; b) **coletivização das ações**

⁵⁰² A partir do II Encontro Regional, Pelotas, julho/86, na Presidência do Juiz Paulo Orval P. Rodrigues, inicia-se o processo de construção das teses coletivas nas comissões, com discussão final em sessão plenária, sistema reiterado nos Encontros de Caxias do Sul (novembro/87) e Imbé (maio/88), sendo incorporado à metodologia dos eventos subsequentes. No entanto, é a partir do V Encontro que a participação de outros operadores jurídicos é enfatizada como necessidade, passando a multidisciplinariedade à condição de princípio aceito pela categoria.

⁵⁰³ A questão da substituição processual, envolvendo posição da categoria sobre o alcance da regra do art. 8º, III da CF, que, à época, vinha de ser promulgada, continuou sendo objeto de discussão nos eventos seguintes. No VIII Encontro, adotando-se como referência algumas sentenças de primeiro grau, conquistou-se posição hegemônica. Como desdobramento dessa proposição, a AMATRA IV, ainda no ano de 1989, organizou seminário multidisciplinar sobre a Constituição Federal, com participação dos juízes do trabalho de toda a 4ª Região, classistas, advogados e servidores do Judiciário Trabalhista. Com consentimento da Corregedoria Regional, foram suspensas as atividades judiciárias nos dias do evento. Nas comissões temáticas, instaladas nas salas de audiência das Juntas de Porto Alegre, e na sessão plenária realizada no auditório do TRT, buscou-se posição hegemônica sobre questões constitucionais relevantes.

⁵⁰⁴ Sublinha-se que, no caso, o titular do direito do ponto de vista material é o substituído

individuais⁵⁰⁵, mediante o litisconsórcio ativo e necessário da Entidade Sindical em dissídio individual proposto por trabalhador para cumprimento de sentença normativa, acordo ou convenção coletivos, e, ainda, para reconhecimento de direitos de interesse dos demais empregados da mesma empresa; e c) proibição da Justiça do Trabalho de **declarar ilegalidade de greves e de instaurar, de ofício, dissídios coletivos**⁵⁰⁶.

Comissão 3: O *processo de execução*. Além do princípio de que, nas execuções, deve ser adotada a **norma mais favorável ao trabalhador**⁵⁰⁷,

processualmente, que não se confunde com o titular da ação. Este, é o Sindicato que representa a categoria. Trata-se de proposição que, considerando a existência de lesões massivas, visa ao atendimento de novas necessidades e ao fortalecimento dos Sindicatos, na defesa da categoria.

⁵⁰⁵ Teses que se orientam na linha da construção da democracia, e num caminho inverso daquele representado pelas súmulas vinculantes (a elas se voltará quando das considerações sobre o projeto de reforma do Poder Judiciário), apontam para a necessidade da coletivização dos feitos, com o reconhecimento da constituição dos novos sujeitos coletivos de Direito e da importância de instrumentos aptos ao atendimento das novas demandas sociais. Defendendo a ampliação de institutos processuais de matriz coletivista, os juízes do trabalho gaúchos, reunidos na AMATRA IV, adiantavam-se às disposições do Código do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11.9.90 - e, na *'linha de frente'* do processo, passaram a defender suas teses em encontros regionais e nacionais subsequentes, antevendo a necessidade da adoção desses institutos não apenas como forma de atendimento às lesões massivas, mas, também, como caminho para redução do número das demandas ajuizadas, no sentido da concretização do princípio da celeridade. De resto, uma das justificativas hoje utilizadas pelos defensores da arbitragem privada - e que penetra no imaginário popular com certa eficácia - é a demora na tramitação dos feitos no Judiciário Trabalhista, o qual, do ponto de vista empírico, se tem mostrado inapto a atender as necessidades dos cidadãos emergentes de uma nova realidade social, mais complexa. Busca-se, através do presente trabalho, mostrar como é importante que tal *senso-comum* seja desconstituído.

⁵⁰⁶ Esse princípio, internalizado na consciência dos magistrados do trabalho gaúchos, passou a ser defendido nas discussões que se travaram em muitos encontros de operadores jurídicos, nos congressos organizados pela Editora LTr e, inclusive, informou certa proposição de consenso a que chegou o *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*, organizado pelo então Ministro do Trabalho Walter Barelli, de 22 de setembro a 10 de dezembro de 1993, com participação da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho - ANAMATRA -, representada pela sua Vice-Presidente, a Juíza Maria Helena Sulzbach, então Presidente da AMATRA IV. E num dos cinco Fóruns Regionais, a AMATRA IV participou ativamente, através de representantes. Esse consenso será objeto de melhor exame quando da análise das proposições do VIII Encontro Regional, especificamente em relação à antinomia contrato coletivo x poder normativo. Sobre as proposições do Fórum, consultar *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*: debates. Brasília, Ministério do Trabalho, 1994, 448p. e apêndices.

⁵⁰⁷ Essa proposição, incorporada pelos juízes do trabalho gaúchos, foi internalizada como máxima jurídica inscrita em muitas das decisões de embargos à execução, o que comprova a importância do processo coletivo de elaboração de teses a impulsionar uma jurisprudência mais afinada com a construção de uma sociedade que a todos busque integrar. E isso é tão verdadeiro que, a partir do momento em que a Entidade passa a não mais convocar reuniões nas quais buscava-se posição hegemônica da categoria sobre determinados temas polêmicos, deixa de ser fornecido instrumental teórico consistente e a jurisprudência passa a dar sinais de retrocesso. No vazio das discussões coletivas, no vácuo das ações concretas - são, por exemplo, suprimidas a banca de jurisprudência de primeiro grau coordenada por uma das secretarias da AMATRA IV e a edição da revista *Direito em revista*, com articulistas como Tarso Genro, Alícia Ruiz, Edmundo Lima de Arruda Jr. -, abrem-se caminhos para posturas mais conservadoras. Nesse processo, enunciados do TST com interpretação restritiva às normas de perfil coletivista ficam sem uma resposta mais uníssona da categoria. E o instituto da substituição processual tem sua força reduzida.

foram aprovadas proposições que, entre outras, repercutiram no processo de construção legislativa⁵⁰⁸: a) para recorrer exigir-se-á, afora outros requisitos, o **depósito total da condenação, líquida ou arbitrada**, admitida a possibilidade de sua dispensa quando deferida oportunamente, nos termos da lei, assistência judiciária gratuita; b) **admitir-se-ão, nas execuções, tão só** embargos à execução ou sua impugnação e agravo de petição destas e da sentença que julgar a arrematação, a adjudicação, a remição e os embargos de terceiro; c) O Tribunal Regional do Trabalho, mediante resolução, poderá criar, nas capitais e cidades de maior movimento judiciário trabalhista, **Juízos Especializados em Execução**⁵⁰⁹; e d) não cumprida a condenação, o crédito trabalhista será satisfeito pelo **Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas**⁵¹⁰, nos termos da lei.

Comissão 4: *O processo cautelar.* A discussão envolveu, preliminarmente, a questão dos princípios e dos objetivos da **tutela cautelar**⁵¹¹ no contexto de uma sociedade com profundas desigualdades sociais, com as seguintes proposições:

⁵⁰⁸ O conjunto das proposições a seguir examinadas consistiram no embrião da Central de Mandados, criada segundo a Resolução Administrativa n. 07, do TRT, de 30 jul. 93, instalada nesta capital quando, na Corregedoria Regional, o Juiz Paulo Rocha e, na Direção do Foro, esta autora. O processo de discussão que antecedeu a implantação da Central, e que continuou sendo adotado via Direção do Foro, permitiu a construção de parcelas de hegemonia, com obtenção de consensos entre juízes e oficiais de justiça, imprimindo eficácia ao processo de execução. Aliás, já no III Encontro Regional, Caxias do Sul, 1987, a Comissão 1, que tratou da *Crise na justiça do trabalho*, apontava para a Central de Mandados, sob o controle do Diretor do Foro, como uma das saídas para a crise. Sublinha-se que o cargo de Diretor do Foro era provido pelo Juiz mais antigo na comarca. No período em que instalada a Central, através de um processo de discussão, efetivou-se acordo entre os juízes de Porto Alegre e a Corregedoria Regional, via Direção do Foro, passando a ser adotado o critério pioneiro da eleição de uma lista tríplice pelos juízes de primeiro grau, encaminhada ao Corregedor Regional e por este submetida ao Órgão Especial do TRT para escolha. Sistema único no País, corresponde a um avanço no processo de eleição dos titulares de cargos dentro das esferas do Poder, democratizando a administração da Justiça.

⁵⁰⁹ Apesar da resistência que essa proposição enfrentou no II Congresso Nacional da Magistratura (CONAMAT), Rio de Janeiro, 1991, a situação hoje é outra. Cf. Boletim da AMATRA IV, Outubro/Novembro de 1997, p. 8, o Rio Grande do Norte é o sexto Estado a centralizar as execuções, com datas de leilões unificadas e com maior transparência e agilidade nas vendas.

⁵¹⁰ Proposição defendida por Vicente Malheiros, Juiz da 8ª Região, buscando agilizar a execução da sentença: transitada em julgado a decisão e calculados os valores devidos, cita-se o Fundo que *'paga a conta'*, sub-rogando-se no crédito.

⁵¹¹ É importante salientar que, à época, ainda não havia sido alterado o Código de Processo Civil normatizando a antecipação da tutela, o que aconteceu com a Lei nº. 8.952, de 13.12.94, que deu nova redação ao art. 273 do CPC, incluindo parágrafos. Essa alteração muito se deveu a Ovídio Baptista, jurista gaúcho que, de há muito, defendia a antecipação da tutela em ações ordinárias. A partir dela, deixou de fazer sentido toda uma discussão que se travava nos Tribunais, em sede de ação cautelar inominada - instrumento utilizado pela parte que buscava antecipar provisoriamente a entrega da prestação jurisdicional -, sobre a satisfatividade da antecipação da tutela de mérito. Salienta-se que a maioria os juízes que participavam das discussões na Entidade, adotando posição mais aberta, entendiam ser possível essa

I. Introdução:

o Judiciário deve mudar a visão que tem de si mesmo e que está assentada no dogma da não-interferência na vida da empresa, da não-ingerência no poder de mando do empregador, no entendimento de que os direitos obreiros são disponíveis. Num país como o Brasil, com terríveis desigualdades entre os cidadãos, a passividade do Judiciário face à violação sistemática dos direitos, furtando-se à tomada de posição diante do argumento de que deve preservar a questionada 'neutralidade', não tem mais lugar. A tutela cautelar 'latu sensu' deve assegurar o resultado útil do processo principal, e nela se incluem não só a segurança da execução [...], a garantia quanto à prova, como também a garantia consistente na antecipação provisória da prestação jurisdicional.

II. Princípios e objetivos:

*Os princípios são enunciados com conteúdo material representando metas a serem alcançadas pelo ordenamento jurídico positivo de um país, em dado momento histórico. Sendo o processo instrumento de realização do direito material, deve ele ser informado pelos mesmos princípios do direito que veicula [...]. O princípio TUITIVO, fundamento do direito material do trabalho, fisionomiza-se no processo do trabalho [...] como o PRINCÍPIO CORRETOR DE DESIGUALDADES [...]*⁵¹².

E a comissão temática, antecipando-se à Lei n. 8.952/94, que deu nova redação ao art. 273 do CPC, normatizando a antecipação da tutela em ações ordinárias⁵¹³, propôs que a tutela cautelar se expressasse sob duas formas:

*1) através da inserção de normas no procedimento ordinário permitindo ao Juiz Presidente, verificada a plausibilidade do direito e presente a possibilidade de ocorrência ou de continuidade de dano de difícil reparação, a expedição de medidas liminares antecipando, a título provisório e com CARÁTER SATISFATIVO, a prestação buscada em casos como: reintegração no emprego e de alteração lesiva do contrato de trabalho, inclusive no que tange à transferência [...]*⁵¹⁴.

antecipação, via cautelar inominada.

⁵¹² AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 136-137, grifos da autora.

⁵¹³ Resgata-se referência em nota anterior sobre os estudos que antecederam a Lei nº 8.952/94.

⁵¹⁴ Esses enunciados passaram à condição de teses da Entidade que, encaminhadas a outros encontros, contribuíram para a construção de uma jurisprudência regional orientada, preponderantemente, no sentido da possibilidade da antecipação provisória, com carga satisfativa, da prestação jurisdicional em ações cautelares, antecipando-se à alteração legislativa expressa na Lei nº. 8.952/94, referida em nota anterior. Muitas foram as decisões em cautelares inominadas reintegrando provisoriamente mulheres despedidas grávidas, dirigentes sindicais despedidos arbitrariamente, prolatadas pelas JCJs e confirmadas pelo TRT da 4ª Região, importando alteração no mundo público. Hoje, o texto da lei nº 9494/97 (conversão da MP 1570, de 26.3.97, esta objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN - proposta pelo Partido Liberal e cuja decisão do STF, por maioria, defere em parte a liminar suspendendo seu artigo 2º até a decisão final), que disciplina antecipações de tutela contra a Fazenda Pública e cujo art. 1º está sendo objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADCon 4 -, proposta pelo Presidente da República, Mesa do Senado Federal e Mesa da Câmara dos Deputados, importa retrocesso. Ao vedar antecipação da tutela

2) *através do PROCESSO CAUTELAR AUTÔNOMO, em que, sem prejuízo do amplo poder de cautela, nos moldes dos artigos 798 e 799 do CPC, fundamento das ações cautelares inominadas, sejam previstos procedimentos específicos [...].*

São proposições universais que, partindo da análise dos problemas enfrentados por uma sociedade em crise, merecem ser resgatadas, em especial num momento em que o processo de construção da democracia parece esbarrar na afirmação de um modelo autoritário e centralizador de governo, fragmentando-se historicamente o ideal de Estado Moderno.

2.1.2 O I Encontro Nacional: *um Poder em crise*

Gramado, junho de 1990⁵¹⁵.

Iniciava-se a era Collor. Os compromissos com o ideário do Consenso de Washington eram selados. Os jornais veiculavam críticas do governo ao Judiciário Trabalhista, cujos julgamentos, assegurando a reparação das perdas salariais decorrentes da adoção de planos econômicos⁵¹⁶, provocavam 'insegurança' e 'desestabilizavam' a economia, terminologia que, denotadora de um visível sentido de desprestigiamento do Judiciário nos momentos em

em ações contra a Fazenda Pública envolvendo pagamento de vantagens a servidores, a lei nº 9494/97 fere o princípio constitucional isonômico, além de limitar a ação do Judiciário, afirmando um modelo autoritário e centralizador de governo.

⁵¹⁵ As teses aprovadas podem ser lidas no livro AMATRA IV. *Fazendo história*, op. cit., p. 140-154.

⁵¹⁶ Muitos têm sido os planos econômicos adotados pelos governos brasileiros. Uma análise desses planos transcende os limites deste trabalho. No entanto, com o intuito meramente contextualizador, faz-se um breve resgate de momentos da história desses planos: através do *heterodoxo* Plano Cruzado, instituído pelo Decreto-Lei 2284, de fev. 86, idealizado pelo então Min. Dilson Funaro, foram congelados preços e salários; aqueles, pelo pico, estes pela média dos seis meses anteriores. Esse plano, que permitiu ao PMDB eleger expressiva bancada no Parlamento e muitos governadores, fracassado, foi sucedido por outros, sendo o último o Plano Verão. Enquanto isso, o processo inflacionário corroía a economia. No processo constituinte, o grupo do Presidente Sarney preocupava-se em garantir cinco anos de mandato ao Presidente. E a Nova República, que gerara expectativas de renovação, ao invés de operar a *transição democrática*, abriu caminho para as políticas neoliberais. Collor, com apoio da Rede Globo e sustentado pelo grande capital, derrotou as forças transformadoras que se aglutinaram no segundo turno da primeira disputa direta à Presidência da República, após anos de autoritarismo. Eleito, realizou o maior confisco da poupança e da quase totalidade dos ativos financeiros das pessoas físicas e jurídicas da história do País. Houve arrocho salarial, demissões no serviço público, e a recessão provocou desemprego. Após sucessivas denúncias de corrupção, o processo de *impeachment* mobilizou a sociedade, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário; renovavam-se as esperanças de construção de um Estado ético. Itamar Franco assumiu a Presidência, no interregno. Seu Ministro, Fernando Henrique Cardoso, intelectual com trânsito nas esquerdas e destacada produção acadêmica, investiu no Plano Real, preparando seu espaço de disputa. E numa aliança com os setores mais retrógrados da política brasileira, após campanha sustentada basicamente pelas mesmas forças que apoiaram Collor, elegeu-se Presidente no primeiro turno. O projeto neoconservador iniciava seu processo de consolidação. Com o argumento de que, para a governabilidade, é imprescindível a reforma da Constituição Federal, projetos de emendas (PECs) e projetos de lei (PLs) são encaminhados pelo governo, ou por ele encampados, tendo no desmonte do Estado uma das metas, importando ameaça à soberania nacional e ao processo tênue de

que decide contrariamente aos interesses do governo e dos grupos que o apoiam, também tem sido empregada no final dos anos 90. Num contexto de crise, a AMATRA IV, então ciente de que *é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente*⁵¹⁷ e de que o processo de análise permite diagnóstico preciso para que se possa, uma vez conhecido o problema, tentar superá-lo - a percepção do problema e de suas vertentes é busca de saída - assumiu a existência da crise e, visando a encontrar soluções transformadoras, optou por um evento com proporções mais amplas, abrangendo um espectro maior de magistrados e operadores jurídicos. Sem deixar de enfrentar as dificuldades de uma discussão multidisciplinar e ciente de que, para participar do processo de construção de uma sociedade mais igual, não basta *fazer descobertas 'originais' - significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual*⁵¹⁸ -, organizou o I Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho⁵¹⁹, tendo como tema *Justiça do Trabalho: avaliação, diagnóstico e soluções para um poder em crise*.

democratização da sociedade brasileira.

⁵¹⁷ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 12.

⁵¹⁸ *ibidem*, p.13.

⁵¹⁹ Essa decisão, reveladora de um certo voluntarismo e sem uma discussão mais ampla com as demais Entidade Regionais, em especial com a Associação Nacional, importou problemas políticos, provocando reação negativa não só da Presidente da ANAMATRA, Ilce Marques de Carvalho, da Bahia, invadida que se sentiu em sua área de atuação, mas de outros magistrados. Mas se, por um lado, trouxe dificuldades reais, por outro, motivou a realização do I CONAMAT. A Presidente da ANAMATRA, sabedora da convocação pela AMATRA IV de Encontro Nacional para junho de 1990, decidiu antecipar projeto antigo dos juízes do trabalho: o da realização do Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista. Assim, pressionada pelos fatos, convocou o I CONAMAT para o final do mês de março de 1990, na Bahia. Mesmo com o confisco dos ativos financeiros realizado por Collor, o CONAMAT foi instalado. No processo da história, passou a ser internalizado na consciência dos juízes do trabalho como a instância máxima de deliberação da categoria, espaço onde as grandes teses nacionais são construídas. Ou seja, a ação idealista dos juízes gaúchos que, movidos pela paixão de convocar um grande evento nacional, passaram por cima da instância maior - a ANAMATRA - impulsionou o I CONAMAT, dado positivo para a história da possível construção de um pensamento mais hegemônico na magistratura do trabalho. Ainda como aspecto positivo, é no I CONAMAT que as delegadas da Amatra IV, Beatriz Sanvicente, Maria Helena Sulzbach e Magda Biavaschi, fazem contato com os intelectuais orgânicos, painelistas do Evento, Edmundo Lima de Arruda Jr., José Geraldo de Souza Jr. e Roberto Aguiar (este já participara de encontros no RS) que, a partir de então, passam a ser convidados para os encontros da AMATRA IV, com papel relevante na constituição de um perfil de magistrado implicado no processo de democratização do Estado. Não se pode deixar de assinalar, porém, a sistemática reação, neste e em outros CONAMATs, às teses da AMATRA IV, muitas vezes retiradas ou reapresentadas apenas como contribuição ao debate; permanente tensão, com avanços e recuos que, entretanto, não impediram que tais proposições interferissem na forma de pensar de muitos juízes, na criação de uma certa cultura jurídica e na constituição de uma jurisprudência vanguardista, como se procura analisar neste capítulo, observando-se, porém, que erros, ainda que eventualmente corrigidos, podem ser reproduzidos.

Nas comissões, foram painelistas Amilton Bueno de Carvalho (Juiz de Direito/RS), David Zimmerman (psicanalista/RS), Edmundo Lima de Arruda Jr. (Prof. da UFSC), José Fernando Ehlers de Moura (Presidente do TRT/RS), José Geraldo de Souza Jr. (Prof. da UnB), José Paulo Bisol (Senador/RS), Marco Aurélio Farias de Mello (Ministro Corregedor do TST), Mário Chaves (advogado/RS), Nelson Jobim (Deputado Federal/RS), Roberto Aguiar (Prof. da UnB), Roberto Santos (Juiz do Trabalho da 8ª Região/PR), Tarso Genro (Vice-Prefeito de Porto Alegre) e Walter Marques Daudt (psiquiatra/RS). A crise foi discutida sob vários enfoques: Comissão 1: A crise da lei; Comissão 2: A crise da estrutura; Comissão 3: A crise do magistrado; e Comissão 4: A crise no contexto sócio-econômico. Das proposições aprovadas elegem-se as que denotam real preocupação com a constituição de um Estado democrático e com um modelo de Judiciário apto a responder às novas demandas sociais:

Comissão 1: A crise da lei⁵²⁰. Partindo da afirmação de que a *lei não é neutra, nem tem existência abstrata dentro da sociedade*, sofrendo não apenas a influência da realidade sócio-política e econômica do país, mas também podendo influenciar o contexto social, ampliam-se as possibilidades de atuação dos operadores jurídicos. Desde uma visão mais abrangente do Direito, a regra jurídica passa a ser compreendida não apenas como emergente do fato social, mas sobre ele incidente, num sentido efetivamente transformador. E verificando que a crise da lei se manifesta nos planos da legitimidade e da eficácia, são encaminhadas à plenária considerações finais, algumas a seguir transcritas:

1. existe a **necessidade de resgatar o juízo crítico** da ciência do Direito sobre si mesma, principalmente através de uma profunda transformação do ensino jurídico nas universidades. Há que se abandonar a visão positivista a enfatizar a interdisciplinaridade;
2. a **lei tem possibilidade de influir nas mudanças sociais** e de ser um instrumento de modernização, de desenvolvimento, permitindo a interferência do poder político na estrutura social e nas relações de produção, para modificá-las. Este objetivo será melhor alcançado **através da ampliação dos mecanismos de participação popular no processo legislativo**;
3. deve haver conscientização do juiz **para sua atividade criadora**, na interpretação e na aplicação da lei [...];
4. no contexto da atual Constituição, deve o juiz interpretar a lei com uma **visão coletivista**, dando ênfase à atuação do sindicato [...];
5. é fundamental a **fiscalização democrática do Poder Judiciário pela sociedade civil**.

⁵²⁰ AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 141-143, grifos e números da autora.

São proposições que, implicadas na trajetória crítica a que se refere Gramsci⁵²¹, indicam uma escolha: a de ser preferível - ao invés de um pensar que, de forma a-crítica, participe de uma concepção de mundo imposta *por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente* - a construção de um pensamento próprio que, crítica e conscientemente, viabilize uma participação ativa *na produção da história do mundo*⁵²² e que, dessa forma, busque tornar as concepções do grupo mais unitárias e coerentes, elevando-as a um patamar superior, mais desenvolvido. Trata-se de tarefa difícil, lenta, contraditória, com refluxos e tensões a exigir esforço coletivo que não pode prescindir de um inventário dos acertos e dos erros, erros estes que, *não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e exigir novamente novas correções*⁵²³. Nesse processo, as discussões e a posterior divulgação dos trabalhos possibilitou, num determinado momento da história da Entidade, maior universalização e o deslocamento de suas proposições de um plano regional para um mais amplo, sendo incorporadas por outros grupos de intelectuais orgânicos⁵²⁴.

Sem deixar de assinalar a importância do trabalho das outras comissões que, reconhecendo uma real crise na estrutura do Judiciário, propõem alternativas - nos planos macro e microestrutural - na linha da construção da democracia e da ampliação de espaços públicos de participação e que, focalizando as dificuldades pessoais do magistrado, preocupam-se com a afirmação do *juiz-cidadão*⁵²⁵, são examinadas algumas das teses elaboradas

⁵²¹ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 11-63, retomando-se referência em nota anterior.

⁵²² *ibidem*, p. 12.

⁵²³ *ibidem*, p. 15.

⁵²⁴ Foi o que aconteceu, por exemplo, com os magistrados mineiros que, num primeiro momento, impulsionados pelas práticas e metodologia da AMATRA IV, hoje circunstancialmente abandonadas por conta de uma realidade outra, passaram a construir suas teses coletivamente e, assim, a ocupar espaços fundamentais nos CONAMATs, especialmente a partir do V, realizado em Porto Alegre, como se procurará examinar ainda neste capítulo.

⁵²⁵ Sobre a crise do magistrado, desde a gestão Paulo Orval Rodrigues (86/88), a AMATRA IV vinha promovendo discussões sobre a excessiva carga de serviço e o comportamento dos juízes que, trabalhando para além de seus limites físicos, sujeitam-se a danos à saúde e à qualidade de suas vida e de seus julgamentos. Nesta linha, o seminário *O stress na atividade jurisdicional*, maio/1998, com painéis integrados por operadores jurídicos e médicos (cardiologista, psicanalista, endocrinologista, clínico e gastro), foi marco a possibilitar reflexão mais coletiva, com avaliação interdisciplinar, sobre a '*obediência*' e a '*alienação*' na categoria dos juízes que, num momento de crise e com um número cada vez maior de processos ajuizados, contavam com uma estrutura precária, sem que as Juntas estivessem informatizadas. Esse evento provocou forte reação do Corregedor Geral, Min. Luiz Guimarães Falcão, que, em entrevista veiculada pelo jornal Zero Hora, atribuía ao comportamento

pela Comissão 4 a apontarem, basicamente, para a necessária desprivatização do Estado brasileiro e para os problemas decorrentes das práticas neoliberais, antevendo toda uma situação que, mais tarde, se tornaria crucial e preponderante.

Comissão 4: *A crise no contexto sócio-econômico.* Analisando os problemas decorrentes de uma inserção não soberana num mundo que se globaliza, a comissão visualiza a crise do Poder Judiciário no âmbito de uma crise maior pela qual passa a sociedade brasileira, afirmando:

1. *a abertura, sem regras, da economia brasileira pode prejudicar seriamente o incipiente parque industrial nacional, mesmo seus setores fundamentais e aqueles com desenvolvimento já expressivo;*
2. *é urgente desprivatizar o Estado. O discurso neoliberal ignora que as ineficiências das empresas estatais resultam de decisões políticas, muitas vezes privatizando o Estado;*
3. *a inflação é como 'febre'; quebrar os termômetros não resolve. Não basta eliminarem-se os índices: eles, no essencial, refletem uma realidade[...];*
4. *a livre negociação, que se defende, a princípio, no Terceiro Mundo, é difícil em razão do enorme excedente de mão-de-obra;*

peçoal dos magistrados gaúchos o atraso no andamento dos processos e nas pautas de julgamento. Essas declarações mobilizaram a AMATRA IV, que, através de sua Secretaria de Atualização Legislativa, passou a pensar alternativas a curto-prazo, desde um plano micro-estrutural, visando a solucionar o atraso no primeiro grau. Nesta linha, formalizou proposta no sentido de ampliar, via legislativa, o número de juizes substitutos para, fixados um por Junta nas cidades de maior movimento, possibilitar duplicação das audiências e/ou regimes de exceção para julgamento dos feitos em atraso. Essa proposta, encaminhada ao TRT da 4ª Região, foi apresentada ao novo Corregedor Geral, Min. Marco Aurélio, quando em visita à Região para constatar seus reais problemas. Encampando a idéia, passou a divulgá-la, elogiando a iniciativa dos juizes gaúchos. O TRT, acolhendo a sugestão, remeteu-a ao TST, cuja competência para encaminhamento de um projeto-de-lei de tal ordem é disciplinada pela Constituição Federal. O Min. Luiz Guimarães Falcão, então Presidente daquela Corte, decidiu consultar os demais TRTs sobre o interesse na proposta gaúcha. Depois de muita pressão, num processo tenso e difícil, demonstrou-se aos presidentes de TRTs das outras Regiões que a proposta dos juizes do RS envolvia apenas uma faculdade, e a ampliação dos cargos e a adoção de dois juizes por Junta para possível 'pauta dupla' dependeria de necessidades regionais. Por fim, o TST encaminhou projeto-de-lei, nº 5.431, de 1990, propondo ampliação dos cargos de juizes substitutos para *viabilizar a atuação concomitante dos magistrados*, sendo que *a divisão de tarefas se fará de comum acordo entre os dois juizes que atuarão na junta* (exposição de motivos), atendendo às propostas regionais. Neste projeto, fruto de outra ação coletiva encabeçada pela AMATRA IV, AGETRA, SATERGS e OAB, foi apresentada, pelo Dep. Nelson Jobim, emenda redigida coletivamente em reuniões entre advogados, juizes e servidores gaúchos, alterando o processo trabalhista de conhecimento e de execução, buscando maior celeridade (contestação em cartório, com supressão de uma audiência e decorrente redução das pautas de prosseguimento e, na execução, em especial na fase de liquidação de sentença, prazos e condicionantes preclusivas, evitando a procrastinação), embasada nas teses do V Encontro/AMATRA IV. Com repúdio inicial da ANAMATRA e demais AMATRAS, nas discussões que se seguiram, foi sendo construído consenso que possibilitou, através de uma ação política concreta, a promulgação da Lei 8.432/92, que, introduzindo modificações na CLT (par. 1º e 2º do art. 879, arts. 882 e 897 e parágrafos), agilizou a execução trabalhista. Esse processo, com suas dificuldades e desdobramentos, demonstra como é possível, no interior das instâncias jurídicas, desenvolver ações que, informadas por princípios mais universais, possibilitem a construção de parcelas de hegemonia e que, na linha da democracia, desconstituam velhas práticas.

5. os economistas da equipe de governo parecem distanciados da realidade social e de outros valores éticos e jurídicos como o *direito adquirido*, o *ato jurídico perfeito* e a *coisa julgada*;

6. *não se pode aceitar o Poder Judiciário como mero colaborador do Poder Executivo. [...] o autoritarismo tem desorganizado a sociedade civil. Devem ser garantidas as conquistas democráticas, a Constituição e a ordem jurídica [...]*⁵²⁶.

Não se pode deixar de reconhecer que essas proposições apresentam deficiências teóricas e, sobretudo, carecem de uma maior precisão conceitual, como assinala José Eduardo Faria⁵²⁷. Neste trabalho, mesmo reconhecendo as deficiências, Faria transcreve muitas das teses coletivas da AMATRA IV visando a ilustrar certo tipo de postura político-doutrinária e de ação técnico-profissional de integrantes das instâncias inferiores da magistratura trabalhista. No entanto, se, por um lado, é verdadeiro que essas proposições sofrem deficiências teóricas e carecem de uma maior precisão conceitual, por outro, correspondem à ação de magistrados que se movimentam como um conjunto orgânico⁵²⁸ e que, fornecendo certo padrão crítico para a avaliação da ordem econômica, colocam em questão todo o processo de apropriação de riquezas e distribuição dos benefícios sociais, promovendo reconstrução do direito *em cujo âmbito as medidas concretas da justiça são continuamente construídas e alteradas a partir da capacidade de entendimento, de luta e de voz de todos os atores em confronto*⁵²⁹.

Ainda que tais carências teóricas e conceituais possam, em parte, ter sido responsáveis pelo não-aprofundamento de uma ação transformadora mais eficaz da Entidade, envolvendo toda a categoria, é importante se ressalte que

⁵²⁶ idem, p. 149-151, grifos e números da autora.

⁵²⁷ FARIA, José Eduardo. *Novos desafios da Justiça do Trabalho*. op. cit., p. 145-159. Apontando para uma cisão doutrinária entre as instâncias do Judiciário Trabalhista - fato que atribui às inovações tecnológicas e às transformações econômicas a importarem mudanças no próprio conceito de trabalho -, percebe, nas instâncias superiores, grande receptividade às propostas 'flexibilizadoras' do Direito do Trabalho, com risco de invalidação de direitos constitucionalmente consagrados; e, nas inferiores, um sentido oposto, sinalando que muitos juízes, cientes de que a substituição de um sistema jurídico de caráter estatutário por outro, de caráter negociado, não pode ser implementada sem ser precedida de amplo projeto de crescimento, com distribuição de renda e redivisão dos custos do trabalho, concebem-se como agentes ativos do processo de transformação social. Nesta linha, transcreve muitas das teses coletivas da AMATRA IV, buscando ilustrar certa postura político-doutrinária e de ação técnico-profissional de integrantes das instâncias inferiores da magistratura trabalhista. E referindo ser verdadeiro que, se por um lado, as proposições sofrem deficiências teóricas e carecem de precisão conceitual, por outro, correspondem à ação de juízes que, diferentemente de acomodados colegas, sabem que aplicar uma norma jurídica não é executar uma tarefa meramente lógico-formal e, fornecendo certo padrão crítico para a avaliação da ordem econômica, colocam em questão todo o processo de apropriação de riquezas e distribuição dos benefícios sociais. Neste trabalho busca-se teorizar sobre essas práticas, enfrentando-se o desafio de verificar seus acertos e desacertos.

⁵²⁸ Remete-se às análises de Antônio Gramsci sobre a conexão entre senso-comum, religião e filosofia (GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 15).

se os juízes gaúchos tivessem adotado movimento inverso buscando, *a priori*, teorizar sobre a realidade para, após encontrada a definição conceitual, elaborar as teses coletivas, dificilmente elas teriam sido construídas. Ainda que não existisse uma clara consciência teórica de sua ação, buscavam conquistar *uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso-comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos*⁵³⁰.

São proposições que, partindo de uma reflexão sobre práticas concretas, têm como propósito alterar certos aspectos da realidade objetiva e, sem abandonar a paixão das convicções e informadas pela ética da responsabilidade, impulsionam, através de um processo difícil de reiteradas discussões, a constituição de novos consensos⁵³¹.

2.1.3 O VI Encontro: regulamentar e democratizar

Porto Alegre, abril de 1991.

A proposta de Revisão da Constituição Federal de 1988, antes de regulamentados os direitos nela consagrados, era repudiada pelos juízes do trabalho gaúchos que, reunidos com outros operadores jurídicos no VI Encontro Regional, reivindicavam a efetivação desses direitos⁵³². Propugnando pela necessária democratização do Judiciário para fazer frente às novas demandas sociais e tornar eficazes as regras incorporadas ao texto da Constituição de 1988, a AMATRA IV definiu o tema do evento *O papel da Justiça do Trabalho na atualidade*.

⁵²⁹ FARIA, José Eduardo. *Novos desafios da Justiça do Trabalho*. op. cit., p. 159.

⁵³⁰ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 21.

⁵³¹ São proposições que remetem à reflexão sobre o autoritarismo, num momento em que se buscam alternativas para uma sociedade em crise como a brasileira, cujo tênue processo de democratização pode desembocar, segundo O'Donnell, tanto na instauração da *democracia* como na restauração de uma nova forma, ainda mais severa, de regime autoritário. Duas moções, aprovadas na sessão plenária do evento, podem ser lidas no Anexo deste trabalho.

⁵³² E a Revisão Constitucional, que se instalou com a oposição de várias entidades representativas da sociedade civil, como OAB, ANAMATRA, AMATRA IV, AJURIS e outras, na qual exercia, no Parlamento, papel preponderante seu Relator, Dep. Nelson Jobim, não foi ultimada. A mobilização dos diversos segmentos da sociedade que a ela se contrapunham, com críticas específicas à ação do Relator pelo viés centralizador e pelo não-acolhimento das propostas de perfil democratizante - estas encaminhadas mesmo por aqueles segmentos que, na questão preliminar, criticavam a oportunidade e a constitucionalidade da Revisão e, na de fundo, o caráter que assumia -, mostrou-se eficaz. Hoje, num contexto flexibilizador e com uma sociedade que se tem mostrado apática, talvez porque insegura, as reformas (PECs) que modificam substancialmente a Constituição estão sendo aprovadas, com sérios riscos ao Estado de Direito e à soberania nacional.

Com três comissões temáticas⁵³³ - Comissão 1: A efetivação dos Direitos Sociais: regulamentação, ampliação e função da Jurisprudência; Comissão 2: Os conflitos individuais e coletivos do Trabalho: soluções jurisdicionais e extrajurisdicionais; e Comissão 3: A Sociedade e o Poder Judiciário: controle e fiscalização -, os trabalhos foram precedidos de painéis, com a participação dos operadores jurídicos José Geraldo de Sousa Jr. (Prof. UnB), Marilinda Fernandes (advogada previdenciária/RS), Miguel Pressburguer (advogado popular/RJ), Nelson Jobim (Deputado Federal/RS), Olga Araújo (advogada trabalhista/RS), Reginaldo Felcker (advogado trabalhista/RS), Roberto Santos (Juiz da 8ª Região/PR), Salete Maccalóz (Juíza Federal/RJ) e Tarso Genro (Vice-Prefeito de Porto Alegre). A natureza deste trabalho não permite sejam analisadas todas as teses do Encontro, elegendo-se certas proposições das Comissões 1 e 3 que, preocupadas com a **efetivação dos direitos sociais** assegurados pela Constituição Federal de 1988 e abordando formas de **democratização do Judiciário** em suas relações externas e internas, passaram, após aprovação pela plenária, à condição de teses da Entidade.

Comissão 1: Tendo como primordial a defesa da Constituição de 1988 e a manutenção dos direitos sociais que consagra, repudia a proposta de ser antecipada sua Revisão, concluindo:

1. ao invés de pensar em revisão, é necessário **garantir o exercício dos direitos sociais através de sua regulamentação e da atuação do Poder Judiciário**⁵³⁴;
2. [...] num País como o Brasil, **com imensas desigualdades sociais**, é inadequado falar-se na flexibilização do Direito do Trabalho. **O Estado deve estar presente nas relações de trabalho** [...] postulado este que não foi abandonado mesmo em países onde já se atingiu um significativo bem-estar social da população e onde as desigualdades sociais não são tão profundas⁵³⁵;

⁵³³ Resgata-se a *teoria dos usos dos direitos*, de Edmundo L. de Arruda Jr, que possibilita se teorize sobre tais proposições e seus planos de ação, em especial a de que é necessário garantir o exercício dos direitos sociais através de sua regulação e da atuação do Poder Judiciário.

⁵³⁴ AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 156. Grifos e números da autora.

⁵³⁵ *ibidem*. Resgata-se referência anterior sobre o espírito de imitação 'tardio' dos brasileiros, como 'tardio' foi o ingresso do Brasil no mundo industrializado, e constata-se que o enfoque da AMATRA IV já era de oposição ao movimento flexibilizador, ínsito ao *neoliberalismo*. Toma-se a referência aos *países onde já se atingiu um significativo bem-estar social da população* como sendo aos que compõem os sete Grandes -G7. Hoje, enquanto nos países centrais, especialmente a França, a partir de Leonel Jospin, são retomadas certas políticas públicas caracterizadoras do estado de bem-estar social referidas em nota anterior, modelo que sequer chegou a ser implementado no Brasil (cf. ARGÜELLO, Katie, Dilemas do welfare state e ordem periférica. In: *Álter Ágora*, Revista do Curso de Direito da UFSC. Ano 1, n.2, novembro/94, p. 40-45), o Presidente FHC, diante de uma real crise da economia - sistematicamente atribuída à globalização e à crise financeira asiática - e em face dos índices de desemprego, ao invés de adotar medidas que resgatem a capacidade de o Estado planejar e importem retomada de investimentos e do crescimento econômico, recusa-se a interferir na crise instalada no ABC paulista entre montadoras e metalúrgicos representados por sindicatos

3. sendo assim, impende **que se tornem efetivos os direitos sociais inscritos na Constituição, através de sua regulamentação e da atuação do Poder Judiciário, que, como um dos Poderes do Estado, também é responsável pela efetividade das normas constitucionais**⁵³⁶;

4. paralelamente à necessidade de regulamentação, urge que o Poder Judiciário Trabalhista passe a atuar, efetivamente, no sentido **de fazer valer os direitos constitucionais conquistados**⁵³⁷;

5. é necessário **que o Poder Judiciário deixe de ser mero espectador e passe a ator, fazendo sua parte na construção de uma sociedade mais justa**⁵³⁸.

São proposições atualíssimas. Aprovadas no início da década de 90, merecem ser resgatadas, especialmente num momento em que o governo brasileiro, distanciando-se do ideal de Estado moderno, obedece às necessidades do capital financeiro transnacional e, movimentando-se no sentido de reativar o processo de acumulação, busca desregular direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores através da aprovação pelo Senado, no período de sua convocação extraordinária, de lei que dispõe sobre o contrato de trabalho temporário, de duvidosa constitucionalidade⁵³⁹ e que, desfigurando as relações de trabalho, cria duas categorias de trabalhadores, os protegidos e os precarizados, importando maior cisão de

ligados à CUT, que não aceitam a redução da jornada de trabalho com redução dos salários, afirmando não ser empresário nem operário, e apela ao Congresso para que, no período de convocação extraordinária - de 6 de janeiro a 14 de fevereiro de 1998 -, aprove leis que flexibilizem direitos trabalhistas (cf. Folha de São Paulo, 17 dez. 97, p. 2-4). O efeito desse apelo foi a inclusão, na pauta da convocação, do projeto-de-lei 1.724/96, dispondo sobre o contrato temporário, aprovado na Câmara em 1997, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado em 7 jan. 98, quando obtido regime de urgência, e pelo Senado em 13 jan. 98, por 51 votos a 23. Com a sanção presidencial (houve veto a apenas um dos artigos), *'legaliza'* os acordos coletivos ajustados entre montadoras e sindicatos ligados à Força Sindical, reduzindo jornada de trabalho e adotando o *'banco de horas'*, tema que remete à discussão do *contrato coletivo x poder normativo*, a ser abordado quando da análise do VIII Encontro. Sobre os desacertos da política econômica do governo, ler os artigos de Paulo Nogueira Batista Jr., já citados, e, também: POCHMANN, Márcio. Sinais de final de festa. *Folha de São Paulo*, 21 dez. 97, p. 2-2; TAVARES, Maria da Conceição. Memórias da transição democrática. *Folha de São Paulo*, 4 jan. 98, p. 2-9; *Poder e dinheiro*; *Caindo na real*; e *As alianças do mal*. In: homepage/artigos.htm, em www.abordo.com.br; e o trabalho acadêmico dos professores Luiz Fernando Rodrigues de Paula e Antônio José Alves Jr. (PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de e ALVES JR., Antônio José. *Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no real*, s. ed.), da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ –, resultado de pesquisa no Projeto de Estudos da Moeda e Sistemas Financeiros, IE/UFRJ, resumido pelos autores em artigo com o mesmo título, *Folha de São Paulo*, 26 out. 97, p. 2-2.

⁵³⁶ AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 157.

⁵³⁷ *ibidem*, p. 159.

⁵³⁸ *ibidem*, p. 160.

⁵³⁹ Isso porque: a) o art. 7, I, da CF, consagra o princípio da continuidade do contrato, sendo a pré-determinação do prazo exceção. A lei transforma em ordinário o que, por força do princípio, é extraordinário; b) permite a flexibilização de direitos via negociação coletiva, em prejuízo do trabalhador, quando, constitucionalmente, as hipóteses de flexibilização limitam-se às do art. 7, VI, XIII e XIV; c) reduz a alíquota do FGTS para 2% nos primeiros 18 meses do contrato por prazo determinado, com danos às políticas habitacionais; e d) altera o art. 59 da CLT, permitindo compensação das horas extras em 120 dias, legalizando o *'banco de horas'*.

uma classe já dividida por conta de uma profunda ruptura dos nexos entre trabalhadores formais (incluídos) e informais (excluídos)⁵⁴⁰.

Reconhecendo as profundas desigualdades sociais em nossa sociedade, tais proposições apontam para a não-descartabilidade do Judiciário e para a importância da adoção de políticas públicas universalizantes, sugerindo seja retomada a capacidade de o Estado planejar e institucionalizar práticas que permitam uma melhor distribuição das rendas, e cuja abordagem possibilita se retome o questionamento expresso na primeira nota deste capítulo, a saber: a fragmentação do ideal de Estado Moderno reforça a necessidade de não se confundir o conceito de Estado, desde seu ponto de vista ideal, com sua tradução prática, ou seja, com as formas reais de Estado historicamente localizadas que, cada vez mais, se afastam do conceito hegeliano.

Vimos em capítulo anterior que Hegel, ao elaborar filosoficamente o conceito de Estado Moderno, confronta-se com o problema de sua realização histórica e, verificando que esse conceito não se vincula, desde logo, a uma realidade empírica, ao afirmar sua necessidade, constata, na devastação pelas guerras, na desagregação, na prevalência do privado sobre o público, no trato da coisa pública como propriedade dos que detêm o poder político, um *não-ser* do Estado. Na *Constituição alemã*, confrontando o conceito de Estado à realidade histórica da Alemanha, acaba por demonstrar que as determinações estatais não estão presentes em sua Constituição. Nesse sentido, um Estado *patrimonialista* seria um *não-ser*, um *não-Estado*. E o que dizer do modelo que vem sendo adotado pelo governo brasileiro, em especial considerada a precarização do mundo do trabalho, a prevalência do privado sobre o público, o autoritarismo⁵⁴¹. no trato da coisa pública pelos que detêm o poder ?⁵⁴²

⁵⁴⁰ Cf. GENRO, Tarso. Globalitarismo e crise da política. *Folha de São Paulo*, 23 mar. 97, p.1-3. Márcio Pochmann avalia ser o contrato temporário instrumento desfigurador das relações de trabalho, informado pela duvidosa tese de que a redução de encargos sociais eleva a geração de empregos (Ver jornal Zero Hora, 14 jan. 97, reportagem especial, p. 5).

⁵⁴¹ O modelo de governo que vem sendo adotado no País, de viés autoritário e de cunho *patrimonialista*, obstáculo à construção de parcelas de hegemonia nos moldes propostos neste trabalho, tem reflexos no âmbito do Judiciário, em especial em suas cúpulas. Nesse sentido, preocupa a orientação dada pelo STF na Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADCon 4 -, referida em nota anterior, ajuizada pelo Presidente da República e mesas da Câmara e do Senado, em relação ao art. 1º da Lei 9.494/97, que veda tutela antecipada nas ações contra a Fazenda Pública envolvendo pagamento de vantagens a servidores. Com o argumento de que a tutela antecipada, além de aumentar o número de ações na Justiça - especialmente coletivas -, causa *desarranjos nas contas públicas* (cf. <http://www.stf.gov.br>. *Andamento de processos*. 14 dez. 97, 13h27min), os autores justificam pedido de suspensão cautelar das execuções das decisões judiciais que determinam pagamentos imediatos a servidores públicos, inclusive em processos em andamento, até o julgamento final pelo STF, objeto que, segundo se entende, transcende aos limites da ação ajuizada. A Ação Declaratória de Constitucionalidade tem

Comissão 3: Entre as proposições aprovadas, destaca-se a seguinte preliminar:

Após muitos debates, visando inicialmente à conceituação do que seja controle e fiscalização, a Comissão III, por consenso, e consideradas as colocações feitas por vários participantes, propõe:

*- Que haja efetiva **participação democrática** de todos os segmentos da sociedade na Administração da Justiça, com permanentes canais de comunicação ligando o Judiciário e a sociedade, e vice-versa, assumindo a sociedade civil sua quota de responsabilidade, sem que isso importe, desde logo, na formação de um órgão externo controlador. Deve-se propugnar pela efetiva democratização do Poder, quebrando o elo do formalismo, com resgate de nosso compromisso com a sociedade e, também, na busca da democratização das relações intra Poder, aqui considerados todos os órgãos que o compõem.*⁵⁴³

E, a partir dela, são formuladas propostas no sentido da democratização do Judiciário no plano das **relações externas** - assim entendidas as que se estabelece com a sociedade -, e no das **relações internas** - assim entendidas as que se dão por dentro das esferas do Poder.

No plano das relações externas, destacam-se, entre outras:

1. Democratização do ensino jurídico:

1.1. magistratura, a OAB e o MP têm de lançar, de modo conjunto, um debate na sociedade civil sobre o ensino do Direito nas Universidades;

1.2. a magistratura deve começar a repensar conjuntamente os currículos nas Faculdades de Direito, de forma a dar-se uma consciência mais abrangente aos

efeito vinculante e, deferida em parte a cautela, interfere o STF no controle difuso da constitucionalidade das leis. E, na óptica dos que buscam reconstruir o Estado na linha das proposições da AMATRA IV, importa afirmação de um Poder autocrático. Segundo informações do próprio STF (<http://www.stf.gov.br>. *Andamento de processos*), iniciado o julgamento do pedido cautelar, o Relator Ministro Sydney Sanches suscitou preliminar quanto ao cabimento de liminar em ADCon, por não ser a Constituição Federal, como ocorre com as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (CF, art. 102, I, p), expressa a respeito. Após votos do Relator e dos Ministros Nelson Jobim, Maurício Corrêa e Ilmar Galvão, que conheciam do pedido liminar e deferiam a cautela, o julgamento foi suspenso em face de pedido de vista do Ministro Marco Aurélio M. de Farias Mello. Retomado em 5 fev. 98, o STF, com 9 votos favoráveis e 2 contrários (o Ministro Ilmar Galvão altera sua postura original), defere em parte a liminar para suspender (sem eficácia retroativa da decisão) as execuções de ações em andamento com tutela antecipada deferida. São divergências que denotam verdadeiros 'nichos' no interior das esferas de um Poder não monolítico e que permitem se constatare a procedência da formulação de Poulantzas em sua *teoria relacional*, analisada no capítulo anterior, apontando para contradições dentro da ossatura material do Estado e que, uma vez compreendidas, viabilizam o encaminhamento de ações políticas concretas aptas a superá-las. Por certo, o binômio *democracia x barbárie* em muito transcende os limites da ação dos magistrados. Mas, e também por certo, têm os magistrados, nos seus julgamentos e nas ações concretas, parcela importante nesse processo.

⁵⁴² Sobre o autoritarismo de FHC, ler: GENRO, Tarso. Globalitarismo e crise da política, op.cit.; e FHC, a soberba e a submissão. *Folha de São Paulo*, 12 nov. 97, p. 1-3; MARINHO, Luiz; ROSSETO, Miguel; GENRO, Tarso. FHC e o movimento sindical. *Folha de São Paulo*, 30 out. 97, p. 1-3; e TAVARES, Maria da Conceição. Globalitarismo e neobobismo. *Folha de São Paulo*, 30 mar. 97, p. 2-5; e Memórias da transição democrática. *Folha de São Paulo*, 4 jan. 98, p. 2-9.

⁵⁴³ AMATRA IV. *Fazendo História*. op. cit., p.161.

operadores do Direito, abandonando a visão normativista, com ênfase à crítica e com preocupação de uma formação multidisciplinar;

2. Democratização do exercício da profissão:

2.1. O Juiz deve lutar por sua cidadania e por ser, antes e acima de tudo, uma pessoa completa e inteira na sua participação enquanto cidadão;

2.2. Deve-se lutar por um pronto aparelhamento da Justiça [...];

2.3. [...] a linguagem deve ser clara para que o destinatário da decisão possa decodificar seus conteúdos;

3. Democratização do Judiciário:

A indispensável **oxigenação** do Judiciário, para que possa resultar revigorado enquanto Poder autônomo, passa pela **participação popular** na Administração da Justiça, com as seguintes expressões:

[...]

3.4. Possibilidade de intervenção, na solução de determinados conflitos, de **juízes sociais, leigos**, cuja participação é solicitada em litígios específicos (conflitos laborais, infrações contra a saúde pública e delitos que justifiquem uma especial ponderação dos valores sociais ofendidos, como forma de uma **maior participação popular na administração da justiça**;

3.5. **criação de Conselhos Municipais permanentes**, órgãos de participação popular, compostos por pessoas e entidades representativas da comunidade;

3.6. instalação de um **Fórum de debates** permanente, com participação de todos os segmentos da sociedade, onde serão discutidas e debatidas as questões de interesse da comunidade e dos jurisdicionados, cujas conclusões podem ser remetidas aos Conselhos Municipais [...];

3.7. redimensionamento das relações do Judiciário com a 'mass-media'. Criação de departamentos de relações públicas no Judiciário que possibilitem uma melhor e maior aproximação com a imprensa [...]⁵⁴⁴.

No das relações internas, destacam-se as seguintes⁵⁴⁵:

4.1. o critério para **acesso aos Tribunais**, quanto aos juízes de carreira, é o **eletivo**, participando do colégio eleitoral todos os juízes togados, ressalvada a promoção por antigüidade, de forma alternada, vedada nas duas hipóteses a possibilidade de recusa;

4.2. **eleição dos órgãos diretivos dos Tribunais** pela comunidade dos juízes togados, inclusive quanto aos integrantes do Órgão Especial;

4.3. as categorias representadas nos Tribunais escolherão livremente seus representantes, através de **eleições diretas** [...];

4.4. **eleição das chefias administrativas** dos Tribunais pelos servidores e magistrados, de forma direta;

4.5. acesso ao Judiciário - [...] fundamental para a democratização;

4.6. **inexigibilidade de pagamento prévio de custas e emolumentos** [...];

4.7. **estatização de todos os serviços judiciários**;

4.8. a democratização interna do Judiciário passa pela modernização de seu aparelhamento: informática.

E apontando para a importância do Ministério Público, cuja participação, como representante da sociedade e na condição de fiscal da lei, pode colaborar para uma pronta administração da Justiça, as propostas receberam aprovação da plenária, com a seguinte conclusão final:

⁵⁴⁴ ibidem, p. 161-165.

⁵⁴⁵ A AJURIS, a respeito da eleição dos cargos administrativos, tem proposições similares.

*Impõe-se a instalação de um profundo e amplo debate entre todos os segmentos da sociedade civil, especialmente da comunidade jurídica, sobre o efetivo papel do Poder Judiciário e, sobretudo, acerca de seu perfil e daquele da sociedade que se busca*⁵⁴⁶.

Cumprindo tais deliberações, a AMATRA IV encaminhou suas teses coletivas, inclusive as do encontro subsequente como se verá no item a seguir, ao IV Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista - IV CONAMAT -, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, de 12 a 15 de maio de 1993, tendo como tema *O Poder Judiciário e a revisão constitucional*. Visando a respeitar as normas do evento, as proposições foram sistematizadas, com encaminhamento para as três comissões temáticas: Comissão 1: *A Justiça do Trabalho e a revisão constitucional*; Comissão 2: *Deveres, prerrogativas e direitos da magistratura*; e Comissão 3: *Controle externo do Poder Judiciário e autonomia administrativa e financeira dos Tribunais*. Inscritas em todas as comissões como acontecera nos CONAMATs anteriores, as teses da AMATRA IV foram a tônica dos debates, especialmente nos aspectos referentes à democratização do Judiciário e à afirmação do Juiz como agente ativo no processo de transformação social, o *juiz-cidadão*. E, como também ocorrera nos outros CONAMATs, era então a única entidade de magistrados a encaminhar teses elaboradas coletivamente, tornando-se paradigma para as outras regiões⁵⁴⁷. Depois de muita discussão, num processo tenso, difícil, e mediante forte resistência oferecida por grande parte dos juízes dos outros Estados, foi aceito, nas comissões, e por maioria de votos, que as proposições da AMATRA IV fossem recebidas como contribuição ao debate e ao estudo do Direito, não sendo votadas como teses⁵⁴⁸, com o compromisso da ANAMATRA de divulgá-las a todos os magistrados trabalhistas brasileiros visando a provocar uma discussão mais ampla em toda a categoria.

⁵⁴⁶ *ibidem*, p. 165, grifos da autora.

⁵⁴⁷ As proposições da AMATRA IV especificamente relacionadas com a democratização do Judiciário foram encaminhadas à IX Conferência Continental da Associação Americana de Juristas - AAJ, realizada em Porto Alegre, de 5 a 9 de junho de 1991, na qual, aprovadas, passaram à condição de teses da AAJ, transcendendo os limites regionais e os da corporação. E a partir do V CONAMAT, Porto Alegre/1994, a AMATRA III, que sediara o CONAMAT anterior e em cujo cenário houve o registrado repúdio às proposições coletivistas e democratizantes da AMATRA IV, passou a inscrever teses coletivas da entidade, elaboradas previamente a partir de um processo de discussão, comportamento que continua a adotar até hoje, denotando capacidade de organização que se aprofunda e se amplia.

⁵⁴⁸ Por certo, se as proposições da AMATRA IV tivessem sido encaminhadas para votação das comissões e, na plenária, como teses, teriam sido, naquele contexto, reprovadas pela maioria dos juízes participantes do Congresso.

O V CONAMAT, Porto Alegre, 11 a 14 de maio de 1994⁵⁴⁹, promovido pela ANAMATRA, realizado e organizado pela AMATRA IV, teve como tema *O Poder Judiciário na perspectiva da sociedade democrática*, desdobrado nos subtemas *O Poder Judiciário e suas relações internas*, *O Poder Judiciário e suas relações externas* e *a Efetividade da prestação jurisdicional*. Além da riquíssima discussão nas comissões e nos painéis do evento, estes com participação dos juristas portugueses José Joaquim Gomes Canotilho, da Universidade de Coimbra, e José Gonçalves da Costa, do Centro de Estudos Jurídicos de Lisboa, dos operadores jurídicos brasileiros Celso Antônio Bandeira de Melo, Agostinho Ramalho Neto, Ives Gandra Martins, José Eduardo Faria, Roberto Santos, de José Neri da Silveira e Orlando Teixeira da Costas, ministros do STF e TST, respectivamente, do então deputado Nelson Jobim, relator do processo de revisão constitucional, de Miguel Rossetto, à época secretário de política sindical da CUT - Central Única dos Trabalhadores - e, posteriormente, eleito deputado federal pelo PT/RS, entre outros nomes de igual importância, a grande novidade foi a participação da AMATRA III, que congrega os juízes do trabalho mineiros, com suas teses coletivas, elaboradas em encontro regional prévio. A partir de então, essa prática passou a ser internalizada pela 3ª Região, cujas proposições incorporaram a máxima aprovada pelo VII Encontro da AMATRA IV, em abril de 1992, de que *o olhar da juiz deve ser o olhar da sociedade*.

As teses do V CONAMAT e, inclusive, as moções aprovadas em sua sessão plenária - repudiando a proposta do relator do processo revisional, Deputado Nelson Jobim, em parecer atribuindo efeito vinculante às Súmulas dos Tribunais Superiores, bem como a inclusão, em emenda aglutinativa, da Reforma do Judiciário, sem uma discussão mais ampla com os segmentos organizados da sociedade - denotam salto de qualidade do movimento da magistratura do trabalho no sentido da ampliação dos espaços públicos de discussão e participação social⁵⁵⁰. As proposições aprovadas neste V CONAMAT, e no subsequente, realizado em Belém, Pará, em 1995, foram encaminhadas pela ANAMATRA ao XIV Congresso Brasileiro da Magistratura, Fortaleza, Ceará, 1995, visando a uma discussão mais ampla com todos os

⁵⁴⁹ Maria Helena Sulzbach, então Presidente da AMATRA IV, foi eleita Presidente da ANAMATRA.

⁵⁵⁰ A respeito das palestras e das teses do V CONAMAT, ver: *TRT em Revista: Informativo da 4ª Região*. Ano 1, nº 02, junho/94.

segmentos da magistratura. Nesse Congresso, os juízes brasileiros repudiaram a idéia de Súmula dos Tribunais Superiores com efeito vinculante, proposição que passou à condição de tese da magistratura brasileira⁵⁵¹.

A AMATRA IV, dando continuidade ao propósito de implementar suas decisões coletivas orientadas na linha da democratização do Estado⁵⁵², conclamou, em 1992, as entidades gaúchas que congregam operadores jurídicos trabalhistas para a instalação do *Fórum permanente em defesa da Justiça do Trabalho*. Desde então, as reuniões do Fórum passaram a acontecer na sede da AMATRA IV, com uma pauta de discussão em cima de questões pontuais, de interesse dos jurisdicionados e mediante provocação das entidades partícipes. A partir de sua instalação, o Fórum passou a formular proposições tanto do ponto de vista político-nacional, relacionadas com as Reformas (Administrativa, do Judiciário e da Previdência) e com temas processuais⁵⁵³, como dirigidas ao dia-a-dia da atividade jurídica trabalhista. Sua composição é plural: AMATRA IV (Ass. dos Magistrados do Trabalho do RS), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil, RS), AGETRA (Ass. dos Advogados Trabalhistas do RS), SATERGS (Ass. dos Advogados de Empresa do RS), AJUCLA (Ass. dos Juízes Classistas do RS), SINDJUSTRA (Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho) e APEJUST (Ass. dos Peritos da Justiça do Trabalho). Uma de suas comissões temáticas elaborou, com auxílio

⁵⁵¹ Retomando-se a análise sobre as raízes *patrimonialistas* do Estado brasileiro, busca-se refletir sobre a postura dos dirigentes da entidade nacional da magistratura - AMB -, no episódio da reforma do Judiciário, especialmente na questão das Súmulas Vinculantes. Desprezando instância máxima de deliberação - os Congressos Nacionais da Magistratura, cujas proposições somente podem ser alteradas em fórum da mesma natureza -, em reunião do Conselho de Representantes, Brasília, setembro/96, obtiveram, por expressiva maioria e mediante quesitação dirigida aos presentes, aprovação da seguinte indagação preliminar: se o Conselho de Representantes poderia rever teses e/ou proposições de Congressos Nacionais. Apenas a Amatra do Ceará, a Ajuris e Guinther Spode, vice-presidente da AMB, negaram essa legitimidade. A quesitação seguinte indagava se o Conselho, naquela reunião, poderia discutir a matéria *Súmula Vinculante*, com aprovação por maioria menos expressiva. E, no mérito, foi aprovada a idéia de Súmula Vinculante (sem previsão de crime de responsabilidade para o juiz que a descumpre), tendo sido desconsiderando, inclusive, o resultado da pesquisa *O Perfil do Magistrado*, já citada, que atesta serem os juízes brasileiros a ela contrários. Essa postura, transferindo para um órgão de cúpula decisões de interesse de toda a magistratura e dos cidadãos, abriu caminho para que seu Presidente, Paulo Medina, defendesse, perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em 17 abr. 97, o efeito vinculante. Enquanto isso, nos últimos CONAMATs, os juízes do trabalho têm, reiteradamente, rechaçado a adoção de Súmulas Vinculantes. E no último Congresso Nacional da AMB, Recife, segundo semestre de 1997, os juízes brasileiros aprovaram tese no mesmo sentido, encaminhada pela AJURIS. São contradições que apontam para 'nichos' dentro da estrutura do Poder, resgatando-se do capítulo anterior a *teoria relacional* de Poulantzas.

⁵⁵² Remete-se à tese n. 3.6, do VI Encontro Regional, que dispõe sobre o Fórum de debates permanente. Hoje, num contexto em que os dirigentes da AMATRA IV parecem não priorizar as discussões coletivas, as atividades estão circunstancialmente suspensas.

⁵⁵³ Numa de suas comissões, O Fórum em Defesa da Justiça do Trabalho elaborou um anteprojeto de Código de Processo do Trabalho.

da Associação dos Oficiais de Justiça do RGS, um **Plano Piloto** para as Juntas de Conciliação e Julgamento. Depois de muitos debates entre as entidades representadas, em reunião final, que contou com a presença do Corregedor Regional, foi obtido o necessário consenso. Implantado a título de experiência, na 5ª JCJ de Porto Alegre, o plano revelou-se eficaz. Esse **Plano** disciplina o funcionamento de uma Junta a partir do recebimento da petição inicial até a entrega da prestação jurisdicional, com o pagamento ao credor. Incluindo regras de procedimentos burocráticos e normas procedimentais consensuais dirigidas ao funcionário que atende o balcão, às audiências e à execução, informadas pelo princípio da celeridade, o **Plano** importou democratização na administração da Justiça, esta partilhada entre os operadores jurídicos. O sucesso da experiência foi um dos embriões da **Central de Mandados**, subordinada à Direção do Foro e localizada no prédio das Juntas de Porto Alegre, cujo exame detalhado das atribuições, acertos e problemas, ainda que importante, transcende os objetivos deste trabalho. Contando com organização própria, a **Central** tem, desde sua instituição e num processo de contínuo aprimoramento através de discussões envolvendo juízes e servidores das Juntas de Conciliação e Julgamento, via Direção do Foro, racionalizado a distribuição das notificações e mandados em geral, inclusive a realização das penhoras e eventual recolhimento de bens para depositário *ad hoc*, propiciando a agilização da fase de execução, especialmente. Experiência pioneira, busca atender os interesses dos jurisdicionados e propicia maior organização dos juízes⁵⁵⁴. Esses, na época em que se instalava a **Central**, através de movimento consistente e mediante acordo com a Corregedoria Regional, via Direção do Foro, conquistaram o direito de participar da escolha do Diretor do Foro de Porto Alegre, até então o juiz mais antigo na Comarca, elegendo lista tríplice - sendo elegíveis os titulares das Juntas de Porto Alegre -, encaminhada ao Corregedor Regional, que a submete ao Órgão Especial do TRT para escolha final. Sistemática internalizada pelas administrações do Tribunal, passou à condição de princípio que rege as **eleições dos Diretores do Foro da Capital**. Trata-se de experiência originada nas teses coletivas da AMATRA IV e que tem

⁵⁵⁴ Essa prática, que viabiliza a formação de parcelas de hegemonia, tem possibilitado que a Direção do Foro se afirme como instância importante de deliberação viabilizando, bem como tem democratizado a administração da Justiça, sem obstáculos à independência do Judiciário.

possibilitado uma melhor administração do Foro, enquanto espaço público, com maior participação dos operadores jurídicos.

Respalhada nas teses de democratização do VI Encontro, e com inspiração no Orçamento Participativo da Administração Popular de Porto Alegre, a AMATRA IV - ainda que criticando a oportunidade e a constitucionalidade da Revisão e, na questão de fundo, o caráter que vinha assumindo - encaminhou à reunião convocada pela AMB para elaboração das propostas nacionais a serem enviadas ao processo de revisão constitucional proposta de Emenda permitindo a definição, pela comunidade jurídica (entidades que operam na Justiça do Trabalho, incluindo aquelas que compõem o *Fórum em defesa da Justiça do Trabalho*), da destinação das verbas orçamentárias do Poder Judiciário. Nessa reunião, a idéia de discussão das prioridades orçamentárias por conselhos regionais foi aprovada. No entanto, a composição ampla desses conselhos recebeu veto da AMB, ficando restrita aos juízes togados e representantes dos servidores do Judiciário. Tal proposição e a da AMATRA IV, entregues a Parlamentares para que as subscrevessem como Emendas, com o fracasso do processo revisional, não chegaram a ser discutidas e/ou votadas.

E as propostas nº 15 e 27b, da AMATRA IV, referentes aos arts. 99 e 128 da CF, merecem ser discutidas mais amplamente:

Art. 99 [...]

Parágrafo primeiro - *Os Tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias conjuntamente com os demais Poderes dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentária, com as prioridades definidas pelo Conselho de Orçamento composto dos seguintes membros:*

I - dois representantes dos servidores;

II- quatro representantes do Tribunal;

III- dois representantes dos advogados, indicados pela OAB;

IV- dois representantes do Ministério Público.

Justificativa: *A participação de juízes, servidores, advogados e membros do Ministério Público na definição das prioridades orçamentárias constitui meio de concretização da democracia participativa e forma de controle social sobre gastos públicos.*

Art. 128 - *Com o objetivo de prevenir infrações à lei, comportamentos anti-sociais e propor políticas para o Poder Judiciário, lei de iniciativa dos Estados poderá criar Conselhos Municipais de Justiça integrados por representantes dos três poderes, do Ministério Público, dos advogados e entidades representativas da sociedade.*

Justificativa: *Os Conselhos Municipais constituem meio de organizar a participação da sociedade na administração da Justiça, seja através de atuação preventiva, seja através da discussão ampla e conseqüente, com possibilidade de propor políticas que atendam às necessidades locais.*

Baseadas em concepção pluralista, buscam democratizar o Estado e construir alternativas humanizadoras. Num momento de relativo esgotamento do Estado regulador, repensá-lo sem abandonar a força das realidades locais e, também, sem abdicar de um projeto de nação com vistas à retomada de ações concretas com propósitos universalizantes e que busquem *resgatar os laços do cotidiano com a história*⁵⁵⁵, desde uma abordagem que tenha o homem como centro, é pensar no cumprimento das promessas da modernidade, analisadas no capítulo primeiro deste trabalho⁵⁵⁶.

E a revista *Judiciário em questão*, setembro/96, tendo como promotoras, entre outras, a Associação de Docentes da UFRGS, a Associação dos Servidores da UFRGS, o Sindicato dos professores do Estado/RS, o Sindicato dos trabalhadores da Justiça Federal/RS, o Sindicato dos servidores da Justiça do Estado/RS e o Sindicato dos trabalhadores da Justiça do Trabalho/RS, estimula o debate sobre a democratização do Poder Judiciário e, na busca de sua necessária transparência, racionalização e eficiência, traz idéias similares àquelas aprovadas no VI Encontro da AMATRA IV, indicando dois caminhos a serem seguidos⁵⁵⁷:

1) *instituição de 'colégios eleitorais', em âmbito local, estadual e federal, integrados por juízes, servidores do Judiciário e representantes da sociedade (OAB, Ministério Público, etc.), para eleger os respectivos organismos de administração do Judiciário. Essas eleições se dariam com base em programas de atuação, visando à maior eficiência e racionalização do Poder;*

⁵⁵⁵ Ver GENRO, Tarso: Um Projeto para um Programa. *Folha de São Paulo*, 11 jan. 94, p. 1-3; Entre a Solidão e a Solidariedade. *Folha de São Paulo*, 14 abr. 96, p. 5-3; O Novo Espaço Público: 21 Teses para a criação de uma política democrática e socialista. *Folha de São Paulo*, 9 jun. 96, p. 5-3; Crise Terminal do Velho Direito do Trabalho, *Revista Anamatra*, Ano 8, nº 26, Abril/maio 1996, p. 24-26. Neles, mergulhando criticamente na lógica da pós-modernidade, Genro busca alternativas não fragmentadoras, políticas e culturas aptas à reconstrução de um imaginário que acredite na vida, em ações concretas rumo a uma sociedade menos desigual. Nesta linha estão as teses do VI Encontro da AMATRA IV que, repensando o Estado, buscam democratizá-lo para transformá-lo num outro que a todos incorpore.

⁵⁵⁶ A referência às promessas da modernidade não importa proposição de um novo liberalismo e, tampouco, *culto à tradição*, numa postura conservadora. Retoma-se, ainda que em outro contexto, GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*, op. cit., p. 21. Analisando a expressão *espírito estatal*, que pressupõe continuidade no que se refere ao passado e ao futuro, afirma: *Sentimo-nos solidários com os homens que hoje são velhíssimos e que para nós representam o passado que ainda vive entre nós, que deve ser conhecido e examinado, pois é ele um dos elementos do presente e das premissas do futuro; e com as crianças, com as gerações que estão nascendo e crescendo, pelas quais somos responsáveis (É outro o 'culto' da 'tradição', que tem um valor tendencioso, implica uma opção e um objetivo determinado, baseia-se numa ideologia.). Mas, se se pode afirmar que um 'espírito estatal' assim compreendido está em tudo, é necessário lutar permanentemente contra deformações ou desvios que nele se manifestam.*

⁵⁵⁷ Propostas incluídas na matéria *Idéias para um Judiciário que sirva à cidadania*, op. cit., p. 21.

2) *criação de 'conselhos de controle social', em âmbito municipal, estadual e federal, que teriam acesso aos procedimentos e ações de natureza administrativa, com mandado por tempo determinado e sem remuneração.*

A discussão continua, permitindo se materialize a desejada interação *sociedade política x sociedade civil*, desde uma concepção gramsciana de *estado ampliado*. Trata-se de um processo lento, permeado por contradições⁵⁵⁸ e conflitos, mas inserido nas lutas que se travam na desigual sociedade brasileira, rumo à superação da *pobreza política* de que fala Demo⁵⁵⁹; é *guerra de posição* usada como estratégia para a construção da radicalidade democrática.

2.1.4 VII Encontro Regional: Ética, Justiça e Sociedade

Gramado, abril de 1992.

A preocupação com a construção de uma sociedade informada pela ética e pela solidariedade, e, também, com a definição do papel do Judiciário no processo de constituição de uma nova ordem, motivou a convocação do VII Encontro Regional, tendo como tema *Ética, justiça e sociedade*⁵⁶⁰.

Na conferência inaugural, Roberto Aguiar indicou caminhos para as discussões que se seguiram nas comissões temáticas: Comissão 1: *Postura ético-valorativa*; Comissão 2: *Direito alternativo x flexibilização*; Comissão 3: *A ética nas relações capital e trabalho*. Nelas, Amilton Carvalho, Denis Rosenfield, José Geraldo de Sousa Jr., Miguel Rossetto, Salete Maccalóz, Roberto Siegmann e Tarso Genro, entre outros painelistas de igual importância, suscitaram questões fundamentais. Na comissão 1, a proposição *Toda decisão tem um caráter político. A alegada neutralidade demonstra, do mesmo modo, uma opção política* reafirmou teses anteriores e informou as demais que apontam, na essência, para a democratização do Estado (e do Judiciário), no sentido do *olhar da sociedade*:

⁵⁵⁸ Sobre as contradições e seus limites, Badaloni (BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e homem coletivo em Antonio Gramsci*. op. cit., p. 13), que analisa aspectos em que Gramsci supera Marx: nele, a *contradição, da manifestação de limite passa a sujeito e por este lado a análise atingirá particularmente a função a se atribuir respectivamente aos fatos coletivos e individuais*.

⁵⁵⁹ Para Demo (DEMO, Pedro. *Pobreza política*, op. cit., p. 20-34), ser politicamente pobre é não ter espaços conquistados de autodeterminação; é aceitar um Estado prepotente, autoritário, avassalador e uma economia selvagem, numa sociedade que convive com a impunidade; é reclamar e não se organizar para reivindicar coletivamente.

⁵⁶⁰ AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 174-179.

1. *é imperioso que o juiz se conscientize da necessidade de repensar a sociedade da qual é integrante;*
2. *impõe-se a reafirmação dos princípios gerais do direito e dos princípios constitucionais norteadores do ato de julgar;*
3. *cumpra dar prevalência à atuação coletiva dos juízes, bem como manter a iniciativa do diálogo com os demais segmentos da sociedade;* 4. *há que se demonstrar transparente a atividade jurisdicional, devendo esta submeter-se ao crivo da sociedade, incentivando realizações como o Fórum em defesa da Justiça do Trabalho [...];*

Na comissão 2 - Direito alternativo x flexibilização⁵⁶¹ -, invocando postura crítica frente à norma positiva e sublinhando que o olhar do juiz deve ser o olhar da sociedade, tendo como referencial não apenas a norma positiva mas, sobretudo, o conflito que lhe é subjacente, reafirmam-se o princípio da tutela e a oposição às teorias da flexibilização do Direito do Trabalho por importarem supressão de direitos conquistados. Ainda que no cenário nacional, especialmente no IV CONAMAT, tais proposições tenham sido alvo de profundas críticas, o fato de terem sido recebidas naquele evento como contribuição ao estudo do Direito foi importante para a constituição de novos consensos. E os juízes mineiros, que com elas dialogaram, trouxeram para o V CONAMAT, Porto Alegre/1994, por sua vez, proposições coletivas - estas, uma vez aprovadas, tornaram-se teses da magistratura do trabalho nacional -, informadas pela máxima *o olhar do Juiz deve ser o olhar da sociedade*⁵⁶². Certamente, o fato dessa máxima ter sido incorporada pela magistratura do trabalho como tese não importa, por si só, transformação objetiva das condições práticas da vida dos cidadãos. Mas, uma vez internalizada como princípio, possibilita o aprofundamento de um processo de constituição de uma

⁵⁶¹ Motivou este painel a iniciativa da Editora LTr que, em tradicional Congresso anual em São Paulo, incluiu numa das Comissões o tema *Direito alternativo e flexibilização*. Preocupada com as consequências dessa iniciativa, num momento em que o neoliberalismo se tornava hegemônico, a AMATRA IV decidiu propor discussão distinta, com outro enfoque.

⁵⁶² Observa-se que a máxima *o olhar do juiz deve ser o olhar da sociedade*, aprovada no VII Encontro e, a partir de discussões em encontros nacionais, internalizada por um universo mais amplo de juízes, foi formulada, basicamente, a partir das reflexões de dois painelistas do VII Encontro: Tarso Genro e José Geraldo Souza Jr; este, apontando para o deslocamento que se opera, na atualidade, no referencial dos juristas do eixo do substantivo normativo para as práticas sociais, a exigir dos juízes um novo olhar; aquele, partindo de uma referência que faz a Kant no sentido de que *não se deve usar o outro como instrumento* e questionando sobre o papel do Judiciário na construção da democracia, busca responder a indagação: *que tensão é possível se dar através do julgamento para que a instituição, Judiciário, seja humanizadora e participe do processo de construção da cidadania?* Fruto da síntese dessas exposições, as teses indicadas neste trabalho têm sido importantes para a formação de uma nova cultura jurídica e de um perfil de magistrado implicado no processo de transformação social, como revela a pesquisa realizada pela AMB, *O Perfil do magistrado*, já citada. E essas proposições não obstam que se defendam, considerado o contexto em que se encontram as sociedades periféricas como a brasileira, os princípios da legalidade e do respeito ao Estado de Direito, como ocorreu no III Congresso Internacional de Direito Alternativo, Florianópolis, outubro/96.

nova consciência, informada pela ética da solidariedade, intensificando-se as possibilidades de resistência à barbárie; é estratégia de *guerra de posição* que permite, nas instâncias jurídicas e através dos *intelectuais orgânicos coletivos*, sejam gestados movimentos que busquem transformar o Estado para que possa, ampliado e democratizado, atender as promessas de *liberdade, igualdade e solidariedade*.

2.1.5 VIII Encontro: O Direito do Trabalho no limiar de um novo século

Porto Alegre, junho de 1993.

Preocupada com a integração proposta pelo Mercado Comum da América do Sul - MERCOSUL - e com a precarização do mundo do trabalho na sociedade brasileira, e visando a encontrar alternativas para o Direito do Trabalho num contexto desta ordem, a AMATRA IV convocou seu VIII Encontro como tema *O Direito do Trabalho no limiar de um novo século*.

Na conferência inaugural, Eros Grau sinalizou o eixo das discussões que se travaram nas comissões: Comissão 1: *Origens e fundamentos do direito do trabalho*; Comissão 2: *A realização do direito do trabalho através da ação coletiva*; e Comissão 3: *Direito comunitário*. Nos painéis, que ofereceram suporte aos trabalhos das comissões, participaram Helios Sarthou, jurista/Uruguai; David Cattani, sociólogo/UFRGS; Cláudio Accurso, economista/RS; Agostinho Ramalho, Professor de filosofia do Direito/MA; Carlos M. de Lucca, juiz/SP; Eduardo Carrion, professor/UFRGS; Alícia Ruiz, juíza/Argentina; Judith Martins Costa, professora/UFRGS e Marilinda M. Fernandes, advogada/RS. Considerados os objetivos deste trabalho, focalizam-se algumas das proposições da Comissão 2, cujas coordenadoras, juízas Rosa Maria W. Candiota da Rosa e Carmen Camino, iniciaram a discussão problematizando:

- a) **em que contexto sócio-econômico o contrato coletivo deve ser priorizado como fonte formal do Direito do Trabalho;**
- b) **compatibilização do contrato coletivo com as fontes estatais do Direito do Trabalho;**
- c) **poder normativo como alternativa para a tutela das categorias ainda inorganizadas, ou com reduzido poder de negociação**⁵⁶³.

Com a participação de juízes, servidores, juízes classistas e advogados, foram aprovadas as proposições a seguir transcritas⁵⁶⁴:

⁵⁶³ AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 183.

- 1) o contrato coletivo de trabalho tem como **pressuposto** ampla discussão prévia sobre a estrutura sindical (unânime);
- 2) o contrato coletivo de trabalho tem como **pressuposto** a consolidação dos direitos sociais, com efetiva garantia de emprego e pleno exercício do direito de greve (unânime);
- 3) constitui também **pressuposto** para o contrato coletivo o acesso, pelos sindicatos profissionais, à informação da real situação econômica das empresas;
- 4) no contexto atual, o contrato coletivo de trabalho é **admissível como forma de auto-regulamentação** para as categorias organizadas que, no exercício de sua autonomia, optarem por tal forma de solução dos conflitos entre Capital e Trabalho (unânime);
- 5) a **priorização do contrato coletivo** como forma de solução dos conflitos coletivos somente será possível após necessária fase de transição, na qual a legislação de sustento e a garantia dos direitos mínimos fiquem preservados (maioria, com votos contrários de alguns advogados);
- 6) o **poder normativo**, hoje, tem constituído entrave à efetiva organização dos trabalhadores e ao seu poder de reivindicação, em especial através da greve. Em tal contexto, **afigura-se antijurídica a declaração de abusividade de greve** pelos Tribunais, e torna-se recomendável que a legitimidade ativa para agir em juízo fique restrita aos sindicatos profissionais, nos dissídios coletivos (unânime);
- 7) o **poder normativo**, como alternativa válida de tutela das relações de trabalho, tem como **pressuposto** a democratização do Poder Judiciário (unânime);
- 8) é necessário se enfatize a conveniência de manter e ampliar, ao nível da sociedade, a discussão sobre a **democratização interna do Poder Judiciário e seu controle externo** (unânime)⁵⁶⁵.

Essas proposições, encaminhadas a encontros regionais e nacionais, foram discutidas no IX Congresso de Direito Coletivo do Trabalho, organizado pela Editora LTr, novembro de 1994⁵⁶⁶. A partir desse Congresso, no qual

⁵⁶⁴ A comissão apontou, ainda, para a *ação civil pública* - que amplia a tutela trabalhista aos novos sujeitos coletivos - e para o *instituto da substituição processual* - assegurado pelo art. 8º, III da CF/88 -, como instrumentos fundamentais e que correspondem a um *novo coletivismo*.

⁵⁶⁵ AMATRA IV. *Fazendo história*. op. cit., p. 184, grifos da autora.

⁵⁶⁶ Como painelistas na V Comissão deste evento e mediante a seguinte quesitação: *o contrato coletivo de trabalho, como legitimação direta das entidades sindicais de grau superior para negociar e assinar instrumentos jurídicos com força vinculante em âmbito nacional: a) tem condições para ser implantado no Brasil em 1995?; b) depende de revisão da Constituição Federal?*, esta autora, buscando apreender o sentido dos quesitos previamente formulados pela organização, ponderou: se a indagação diz respeito, apenas, à adoção de contratos coletivos, negócios jurídicos com suporte na teoria contratualista, a resposta é singela: pode ser implementado, independente de revisão constitucional, por se tratar do sistema vigente (art. 114 da CF); se, por outro lado, remete à antinomia *contrato coletivo x poder normativo*, deixando às categorias a composição autônoma, sem intervenção do Judiciário, a resposta não prescinde de uma contextualização, problematizando-se: *será que o Brasil reúne, desde logo, condições para implantar o contrato coletivo como forma de solução dos conflitos, com a retirada do Estado dessa enunciação mediante a eliminação do Poder Normativo? A adoção da autoregulamentação pura possibilitaria a realização do sonho no qual estamos implicados, o da construção de um País soberano, fraterno e liberto, com promoção de Justiça social e melhores condições de vida para todos?* São indagações que, somadas às proposições coletivas da AMATRA IV, remetem a outros tópicos de discussão, exemplificando-se: a) o perfil de Estado que se deseja; e b) a arbitragem privada como forma autônoma de solução dos conflitos coletivos e individuais do trabalho.

dialogaram representantes da AMATRA IV e o então assessor sindical da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Flávio Benites, ampliaram-se as possibilidades de ser formulado o enunciado de consenso, incorporado pelo *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*⁵⁶⁷ e pelo 3º Congresso Estadual da Magistratura, da AJURIS: *interferência do Judiciário Trabalhista nos conflitos coletivos como árbitro público, mediante provocação das partes interessadas*.

No *Fórum nacional*⁵⁶⁸, convocado pelo Ministro do Trabalho Walter Barelly, composto por representantes de entidades empresariais, de trabalhadores e de diferentes órgãos do Estado e da sociedade civil, entre as quais a ANAMATRA, foram gestados enunciados consensuais análogos às proposições do VIII Encontro da AMATRA IV:

5º. Essas transformações apontam para:

[...]

- a **necessidade de manutenção da competência da Justiça do Trabalho para julgamento dos dissídios de natureza jurídica:**

- a **necessidade de que os conflitos de interesses e dissídios coletivos de natureza econômica somente sejam examinados pela Justiça do Trabalho mediante provocação das partes de comum acordo, sendo a decisão proferida de natureza irrecorrível;**

- a **necessidade de que as normas coletivas permaneçam em vigor até que normas posteriores as renovem, alterem ou suprimam;**

- a **necessidade de que a competência da Justiça do Trabalho no julgamento de conflitos de natureza jurídica também se estenda ao setor público;**

- a **necessidade de adoção dos princípios de plena liberdade sindical e de direito de representação dos trabalhadores no local de trabalho;**

- a **necessidade de adoção de normas eficazes de cumprimento das regras acordadas entre as partes com o necessário aparelhamento do Ministério do Trabalho, no sentido de estimular e sustentar o efeito da livre negociação e o conseqüente compromisso com a aplicação do direito objetivo negociado.**

6º. A **necessidade de um período de transição entre o sistema atual e o modelo moderno e democrático de relações de trabalho que se pretende construir**⁵⁶⁹.

E no 3º Congresso Estadual da Magistratura, organizado pela AJURIS, foi aprovada a seguinte proposição⁵⁷⁰:

⁵⁶⁷ *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*, op. cit., 448 p.

⁵⁶⁸ As reuniões do Fórum Nacional aconteceram no Rio de Janeiro, semanalmente, entre 22 de setembro e 10 de dezembro de 1993.

⁵⁶⁹ Parte do documento final do *Fórum nacional*, assinado no Rio de Janeiro, em 10 dez. 93. Ver *Fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil*, op. cit., p. 318-319.

⁵⁷⁰ Este Congresso aconteceu em Porto Alegre, de 9 a 10 de novembro de 1995. Algumas das proposições nele aprovadas estão incluídas no Anexo deste trabalho.

Enunciado da proposição nº 028: *alterar a redação do art. 114 da Constituição Federal no aspecto referente ao Poder Normativo para que as partes, malgrado a negociação coletiva, tenham a faculdade de acionar a Justiça do Trabalho, a qual, em arbitragem pública, poderá estabelecer normas e condições para as categorias, respeitadas as garantias mínimas asseguradas em lei.*

Ainda que esses consensos⁵⁷¹ tenham sido obtidos num outro contexto, registram as possibilidades de reconstrução de uma cultura jurídica a partir de princípios internalizados nos sujeitos, nos grupos ou nos organismos coletivos, constituintes de uma nova racionalidade. Hoje, novo consenso pode estar sendo gestado, especialmente num momento em que as relações de trabalho, já precarizadas⁵⁷², mais se desfiguram com a aprovação da lei que institui o contrato temporário, de iniciativa do Executivo⁵⁷³.

E as proposições coletivas da AMATRA IV e seus desdobramentos, que, no contexto de uma sociedade como a brasileira, permitem sejam resgatadas certas categorias de Gramsci e a *teoria relacional do poder* de Poulantzas, analisadas no capítulo anterior, remetem a uma reflexão mais profunda acerca dos limites do exercício do poder normativo da Justiça do Trabalho e da questão da arbitragem privada na solução dos conflitos individuais e coletivos, temas que serão enfocados no item a seguir⁵⁷⁴.

⁵⁷¹ A expressão consenso não é empregada no sentido '*pacificador*' do modelo da harmonia e que produz, no dizer de Lauda Nader (ver NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. In: *Revista de Ciências Sociais*. n. 26, ano 9, outubro de 1994. p.18-19), uma espécie de soma cultural, um efeito tranqüilizador ao negar o confronto substituindo-o pelo consenso, mas sim no sentido da institucionalização de conflitos, da compatibilização dos conflitos existentes na sociedade e que não são negados.

⁵⁷² Cf. POCHMANN, Márcio. *Recentes transformações econômicas e o trabalho no Brasil*, 1998, s. ed. Pochmann é professor do Instituto de Economia (IE), pesquisador e diretor executivo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT, UNICAMP, São Paulo.

⁵⁷³ Trata-se de modelo de contratação que, nos países europeus, mostrou-se ineficaz para a solução do desemprego. Cf. Luciane Aquino (*Espanha recua. Zero Hora*, 14 jan. 98, reportagem especial, p. 6), a Espanha instituiu o contrato temporário buscando reduzir desemprego, sem eficácia. Os índices de desocupação aumentaram, sendo hoje dos mais altos da Comunidade Européia - 20,4% da população ativa. E o '*contrato-basura*', como é chamado, passou a ser um dos modelos mais combatidos pela sociedade. Assim que implantado, o emprego temporário representou cerca de 94% das novas contratações. Em 1996, 70% dos contratos duravam menos de três meses. Apesar disso, os índices de desemprego não apresentaram redução. Com a economia estagnada, alto índice de insegurança dos trabalhadores e de insatisfação dos empregadores, que, por exemplo, deixaram de investir em formação profissional, a situação de crise levou sindicatos e empresários a assinarem, em maio de 1997, acordo estimulando a transformação dos '*contratos-basura*' em contratos fixos, comprovando a ineficácia do modelo.

⁵⁷⁴ Considerados os objetivos deste trabalho, os institutos do poder normativo e da arbitragem não são analisados em seus aspectos jurídicos e técnicos. O que se procura demonstrar, desde uma concepção gramsciana de Estado ampliado, este concebido como relação, é o papel desses institutos na atualidade, visualizada a intervenção do Estado num sentido universalizador das conquistas dos trabalhadores.

3. Poder Normativo e arbitragem: *temas para reflexão*

Na agenda das discussões que se travam, na periférica sociedade brasileira, neste final de milênio, entre sindicalistas, trabalhadores, magistrados, operadores jurídicos em geral tem sido, freqüentemente, abordado o seguinte tema, de forma dicotômica: *contrato coletivo x poder normativo da Justiça do Trabalho*.

Para a viabilidade da implantação do *contrato coletivo*, como legitimação direta das entidades sindicais para negociar e assinar instrumentos jurídicos com força vinculante, seja em âmbito nacional ou regional, a extinção do poder normativo da Justiça do Trabalho, desde um certo *senso-comum*, tem sido colocada como condicionante primeira, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pelo autoritarismo e corporativismo reinantes nas relações de trabalho do País, pela fragilidade do movimento sindical, pela inviabilidade da organização dos trabalhadores no chão da fábrica, pela fragmentação dos laços de solidariedade entre os dominados, pelo insucesso dos movimentos coletivos como aglutinadores da massa operária e pela crescente precarização das relações de emprego⁵⁷⁵. A respeito da *arbitragem privada* como forma de solução dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, especialmente a partir da promulgação da lei 9.307/96, o cenário ocupado não tem sido muito diverso⁵⁷⁶.

A AMATRA IV, em seu VIII Encontro Regional, trabalhou a questão do Poder Normativo e do Contrato Coletivo de Trabalho. Evitando posição antinômica, contextualizou o tema desde uma sociedade como a brasileira, com profunda cisão na classe operária, dividida entre trabalhadores formais e informais, estes sem qualquer nível de organização sindical.

Numa linha similar de reflexão, a AJURIS, em seu 3º Congresso Estadual da Magistratura, reconhecendo a importância da discussão sobre a estrutura e

⁵⁷⁵ Sobre a posição nacional da magistratura trabalhista acerca do poder normativo, dados da pesquisa da AMB, *O Perfil*, já referida, mostram que a maioria opta pela sua manutenção. Já a sessão plenária do VII CONAMAT, São Paulo, 1996, aprovou tese no sentido de sua extinção, com voto contrário dos delegados da AMATRA IV.

⁵⁷⁶ Sobre a arbitragem privada e inconstitucionalidades, ler: PUGGINA, Márcio. *Arbitragem ou jurisdição privada*. s.ed., cujas conclusões, apontando inconstitucionalidades na lei 9.307/96, foram incorporadas pelo Conselho Executivo da AJURIS; ARRUDA, Hélio Mário. *Formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho: arbitragem voluntária x arbitragem obrigatória*, Congresso Internacional de Direito Alternativo do Trabalho, Florianópolis, maio/97, s. ed; LOGUÉRCIO, José Eymard, *Formas de solução dos conflitos coletivos do trabalho: arbitragem?*. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 193-208; KRUSE, Ana Luiza H.

o papel da Justiça do Trabalho, além de sugerir a ampliação de sua competência para incluir todos os litígios originados na organização do Trabalho, propôs alteração da regra do artigo 114 da Constituição Federal, sugerindo às partes interessadas, malgrado a negociação coletiva, a faculdade de acionar o Judiciário, o qual, em *arbitragem pública*, poderá estabelecer normas e condições para as categorias envolvidas no conflito, respeitadas as garantias mínimas asseguradas na lei⁵⁷⁷. E, nas Justificativas à proposição nº 28, consta:

O Poder Normativo, conquista importante da coletividade a possibilitar que o Estado, via Judiciário, incida sobre os movimentos coletivos visando à universalização das conquistas as categorias mais organizadas, necessita reestruturação para que não se obstaculize o fortalecimento da organização sindical, em especial na restrição ao exercício do direito de greve quando declarada, pelos Tribunais, sua abusividade, como vem ocorrendo. Neste linha, e malgrado a negociação direta, a Justiça do Trabalho poderá ser acionada pelas partes para que, como árbitro, solucione o conflito, estabelecendo condições para as categorias, respeitadas as disposições legais mínimas de proteção ao trabalho. Com a arbitragem pública, o Estado, concebido como pólo de lutas, assume seu papel fundamental de participação efetiva no processo de transformação, não como mero enunciador de conflitos, mas como agente direto. Sendo irrecorrível a decisão, suprime-se o recurso das decisões em dissídios coletivos para o Tribunal Superior do Trabalho, ficando situada no Estado, resgatando-se, assim, o pacto federativo⁵⁷⁸.

Assim colocado o problema, sua análise transcende os aspectos meramente formais. Entendendo importante a adoção de contratos (negócios jurídicos) que visem a solucionar conflitos coletivos autonomamente, forma que entendem deva ser estimulada, abandonam os juízes gaúchos a seguinte postura antinômica: a adoção do contrato coletivo de trabalho como forma única de solução dos conflitos coletivos, com extinção do poder normativo; vale dizer, composição autônoma pura dos conflitos, cabendo às categorias, sem interferência do Estado, compor o litígio e estabelecer condições de trabalho de forma direta, sem mediação. Desde uma concepção de Estado ampliado, concebido como pólo de lutas, e sem deixar de reconhecer que certas decisões do Tribunal Superior do Trabalho, em especial declarando a abusividade de greves e determinando retorno ao emprego mediante cominação de pesadas multas aos sindicatos, têm oferecido sérios entraves à

et alii, *A propósito da justiça privada*, tese aprovada no VIII CONAMAT, Fortaleza/1997. s.ed.

⁵⁷⁷ Esta proposição tem sido divulgada e discutida em muitos dos eventos de magistrados do trabalho, em âmbito regional e nacional.

⁵⁷⁸ Justificativa à proposição nº 28, apresentada na comissão 2 por esta autora, aprovada por

organização dos trabalhadores, os magistrados gaúchos apontam para a *arbitragem pública* como uma (e não a única) das formas de solução dos conflitos coletivos do trabalho, quando inexitosa a negociação direta. Atribuindo ao Judiciário papel relevante no processo de transformação do real, reconhecem a existência de '*nichos*' no interior das instâncias jurídicas, visualizando o Estado como relação.

E numa abordagem dialética que permite, com melhor acuidade, sejam analisadas as contradições que se operam em sua ossatura material, procuram construir alternativas que, informadas pelo ideal de Estado moderno, possam dar conta das necessidades da população brasileira, num contexto marcado pela precarização das relações de trabalho e pela fragilidade do movimento sindical. Assim compreendida a questão, seu enfrentamento não pode prescindir do exame do atual contexto brasileiro.

3.1 Um contexto a ser considerado

A imprensa brasileira tem publicado dados alarmantes sobre o crescimento do desemprego, do número dos trabalhadores informais, da falta de moradia, da violência no campo e nas cidades, da exclusão social.

José Eduardo Faria, tem centrado o objeto de suas análises nas conseqüências do modelo adotado para a '*modernização*' do Estado brasileiro, cuja crise que enfrenta lhe tem retirado, empiricamente, as possibilidades de atender as crescentes demandas sociais⁵⁷⁹. Os índices que revela⁵⁸⁰ demonstram justaposição contraditória das distintas faixas sociais, convivendo numa realidade *perversa*, em que, segundo dados de 1990, cerca de 90% da população encontrava-se abaixo da linha de pobreza, 11% na indigência absoluta, 42% na indigência e 32% na linha de miséria. Com apenas 8% da população ganhando mais de quatro salários mínimos, o PIB tem sido ascendente, colocando o país entre os dez primeiros na economia mundial⁵⁸¹.

unanimidade na comissão temática e na plenária. Para melhor exame, remete-se ao Anexo.

⁵⁷⁹ Essa situação exige que seja avaliado o papel dos operadores jurídicos em seus diferentes níveis, e que se discuta o perfil do Estado que se deseja, e de suas instituições. Essa referência, porém, não importa o abandono de uma visão dialética, na busca encontrar caminhos superadores de ordem da (des)ordem, e, tampouco, indica uma filiação às correntes que, catastroficamente, apontam para o esgotamento dos ideais da modernidade. Resgatam-se as considerações que se fez em notas situadas no capítulo primeiro sobre os ideais da modernidade, e sobre a distinção entre racionalidade normativa e racionalidade instrumental.

⁵⁸⁰ FARIA, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. op. cit.

⁵⁸¹ Cf. matéria da *Folha de São Paulo*, 8 jun. 96, p. 2-2, de acordo com relatório do Tesouro Inglês, divulgado pelo Financial Times em 07.6.96, no ano 2.015 o Brasil pode ocupar a sexta

Paradoxalmente, os índices de concentração de renda aumentam, de forma a situá-lo no *ranking* dos piores países do mundo.

Ainda que dados do Banco Mundial, em estudo sobre a desigualdade da renda no Brasil, revelem que em três anos, de junho de 1994 a junho de 1997, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza em dez regiões metropolitanas tenha caído de 43% para 32%, com redução do coeficiente de desigualdade de 0,635 para 0,615, o Brasil continua a ocupar posição de *campeão da desigualdade social*⁵⁸².

Estudo do Ministério do Trabalho e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento - IPEA - revela que a indústria de transformação brasileira registrou ganho de produtividade por trabalhador de 15,17%, de junho de 1995 a maio de 1996. No mesmo período, a renda real média, descontada a correção da inflação, teve ganho de apenas 1,85%. Segundo esse documento, os trabalhadores não se beneficiaram dos aumentos de produtividade devido ao seu *baixo poder de barganha*. Embora a renda real tenha aumentado, seus ganhos apresentam índices inferiores aos da produtividade, com questionamento de para onde estariam sendo transferidos esses valores. Uma das hipóteses é a de que poderiam estar indo para o sistema bancário, no caso de empresas endividadas, ou para o exterior, pelo aumento da competitividade das exportações⁵⁸³.

Para que se possa avaliar com mais clareza o contexto das inseguranças no mundo do trabalho no Brasil, a caracterizar verdadeira (des)ordem do trabalho⁵⁸⁴, examinam-se gráficos sobre desemprego, precarização das relações de trabalho e sindicalização:

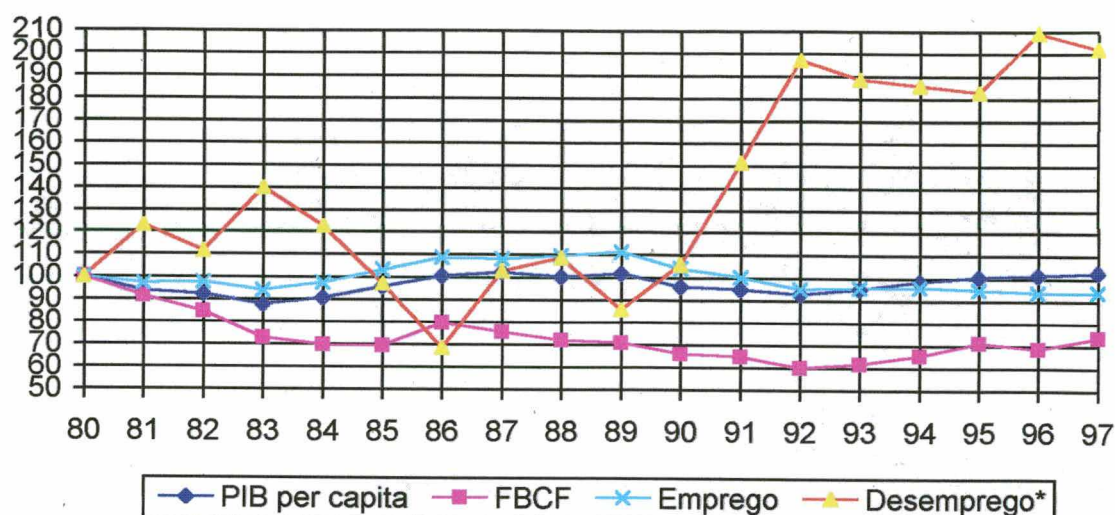
posição.

⁵⁸² Cf. *Folha de São Paulo*. Crescer para distribuir. 1 out. 97, p. 2-1. Esse estudo foi apresentado no seminário *Investimento no Brasil-Cooperação e Repercussão no Mercosul*, promovido pelo Fórum das Américas, em Mônaco, outubro de 1997.

⁵⁸³ *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2-1. Com a crise Judiciário x Executivo, provocada pela decisão do STF, fev. 97, estendendo a 11 servidores o reajuste de 28,86% concedido aos militares em 1993, Sepúlveda Pertence e Marco Aurélio Mello, este Relator do processo, reagiram às críticas de FHC, que atribuiu aos Ministros a condição de inimigos da pátria, afirmando que *não pensam no Brasil*, e às de ACM (Folha de São Paulo, 22 fev. 97, p. 1-12), de que prestam *'desserviço ao país'*. Marco Aurélio questionou publicamente o destino da verba orçamentária atribuída aos servidores federais, há 25 meses sem reajuste, apesar da rubrica incluída no Orçamento da União, indagando se o dinheiro não estaria sendo utilizado para socorrer Bancos.

⁵⁸⁴ Cf. MATTOSO, Jorge. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de e RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. op. cit., p. 39-49. Mattoso é professor do Instituto de Economia, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho- CESIT, da UNICAMP e autor de textos básicos para este trabalho (MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995; e Emprego e concorrência desregulada. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Basbosa;

Gráfico 1 - Índices do PIB *per capita* e da Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF (1980 = 100,0).



Fonte: Pochmann⁵⁸⁵, Bacen e FIBGE, Mtb.

Analisando este gráfico, Pochmann⁵⁸⁶ sublinha que entre 1980 e 1992, por exemplo, a taxa de desemprego seguiu sentido inverso da evolução do PIB por habitante, enquanto o emprego formal acompanhava, na mesma direção, o comportamento do produto. E como dado importante para este trabalho, assinala que, a partir de 1993, o volume do emprego formal não voltou a se recuperar, ao mesmo tempo em que as taxas de desemprego permaneceram altas, apesar de ter havido certa recuperação do nível de atividade e elevação dos investimentos. E aponta, como uma das características dos anos 90, a elevação dos índices de desemprego. Em 96, a taxa de desemprego atingiu 7,2% da PEA, segundo a PNAD⁵⁸⁷, ou seja, mais de 5 milhões. Em 89, essa

MATTOSO, Jorge (Org.) *Crise do Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*, São Paulo: Scritta, 1996). Analisando a insegurança no mundo do trabalho, Mattoso a visualiza no crescente desemprego - este com características distintas em relação às fases anteriores: estrutural e de longa duração, afetando, além de trabalhadores mais jovens e mais velhos, tanto os de menor como os de elevada instrução -, entendido como parte da desordem do trabalho que, como ponta de um iceberg, vem acompanhado de um conjunto de inseguranças crescentes: a) *insegurança do emprego*, com redução do emprego industrial, dos estáveis ou permanentes, e maior subcontratação de temporários, em tempo determinado, eventuais, etc.; b) *insegurança da renda*, resultante, por um lado, do distanciamento da relação salário/produtividade; por outro, as maiores desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos, a redução das provisões da seguridade social e o menosprezo da tributação como mecanismo distributivo, favoreceram o crescimento da pobreza e a deterioração da distribuição da renda; c) *insegurança na contratação*, observada através do movimento tendencial da negociação e regulação do trabalho em direção a formas mais individualistas, em oposição às tendências coletivas e de proteção; e d) *insegurança na representação do trabalho*, com redução dos níveis de sindicalização e das práticas de conflito.

⁵⁸⁵ POCHMANN, Márcio. *Recentes transformações econômicas e trabalho no Brasil*. op. cit., s. ed.

⁵⁸⁶ *ibidem*.

⁵⁸⁷ Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, da Fundação Instituto Brasileiro de

taxa era de 3%, não menos de 2 milhões. Em 93, atingia 4,4 milhões (6,5% da PEA). O Quadro a seguir compara o desemprego entre 89 e 96⁵⁸⁸.

Quadro 1: Perfil do desemprego, 1989 e 1996 (em %).

Itens	1989	1996
Tipo de desemprego (PED⁵⁸⁹/SEADE-DIEESE)		
Total	6,7	14,2
Aberto	5,0	9,2
Oculto	1,7	5,0
- Precário	1,1	3,7
- Desalento	0,6	1,3
Idade (PED/SEADE-DIEESE)		
10 a 14 anos	25,3	40,3
15 a 17 anos	15,8	39,8
18 a 24 anos	9,0	19,7
25 a 39 anos	5,3	11,1
Mais de 40 anos	2,8	8,0
Cor (PED/SEADE-DIEESE)		
Branca	6,1	12,5
Não Branca	8,1	17,7
Sexo (PED/SEADE-DIEESE)		
Homem	5,7	12,6
Mulher	8,3	16,4
Posição na família (PME⁵⁹⁰/IBGE)		
Chefe	1,7	3,4
Cônjuge	1,6	3,8
Filho	7,4	10,0
Outros	4,3	7,3
Escolaridade (PME/IBGE)		
Menos de 5 anos	2,9	4,2
5 a 8 anos	4,9	7,3
9 a 11 anos	4,5	6,6
Mais de 11 anos	1,8	2,9
Experiência profissional anterior (PED/SEADE-DIEESE)		
Reemprego	5,8	11,3
Primeiro emprego	1,0	2,0
Tempo de procura de trabalho (PED/SEADE-DIEESE)		
Desemprego total	15 s	22 s
Desemprego aberto	13 s	18 s
Desemprego oculto	17 s	29 s

Fonte: Pochmann, SEADE, DIEESE e FIBGE⁵⁹¹.
S = semanas

Geografia e Estatística - FIBGE. Cf. Pochmann (op. cit.), as taxas de desemprego da FIBGE (PME), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE -, em convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEAD (PED) e SINE do Ceará, têm representatividade centrada nas principais regiões metropolitanas do País.

⁵⁸⁸ Pochmann constata aumento das taxas de desemprego, do número dos que procuram trabalho e do tempo dispendido nessa procura. Indica, também, mudança do perfil dos desempregados.

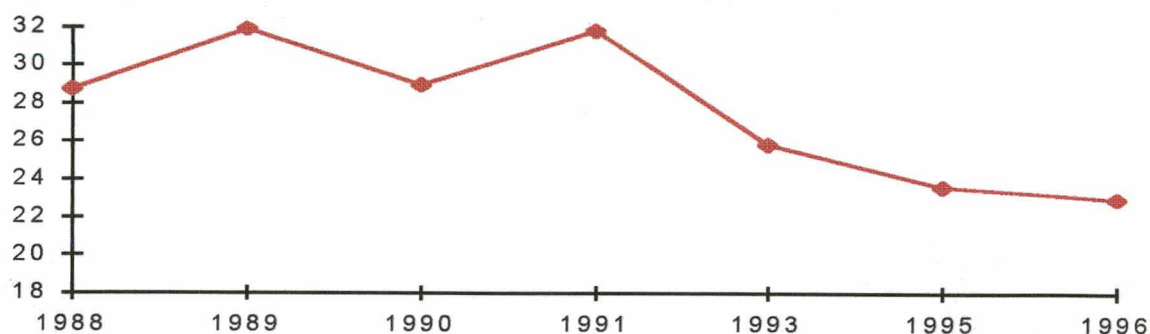
⁵⁸⁹ Pesquisa de Emprego e Desemprego.

⁵⁹⁰ Pesquisa Mensal de Emprego.

⁵⁹¹ Cf. POCHMANN, Márcio, op. cit., s. ed., a partir das fontes: SEADE, DIEESE e FIBGE.

E o gráfico a seguir, importante para os contornos deste trabalho, comprova o enfraquecimento, no Brasil, das organizações que representam trabalhadores, com taxas decrescentes de sindicalização a partir do início dos anos 90⁵⁹².

Gráfico 2 - Brasil: Evolução da taxa de sindicalização (em %).



Fonte: Pochmann, FIBGE.

Num contexto dessa ordem, retomando-se indagações formuladas no IX Congresso de Direito Coletivo da LTr e resgatando-se as proposições da AMATRA IV, em seu VIII Encontro, e as da AJURIS, em seu 3º Congresso Estadual, indaga-se: o contrato coletivo de trabalho, em antinomia ao poder normativo, daria as respostas necessárias no sentido da constituição de um novo *senso-comum* rumo à constituição de uma sociedade que, negando a barbárie, a todos busque incorporar?

3.2 Os modelos da análise: *breve resgate*

Para que se possa dar conta dos questionamentos colocados em debate, retomam-se reflexões do capítulo anterior. Gramsci, em suas formulações sobre o processo de substituição de uma classe por outra no exercício do poder, indica ser previsível mais como afirmação de princípios jurídicos que se internalizam na consciência popular do que como fruto das contradições decorrentes de uma realidade material subjacente. E, rompendo com certas posições mecanicistas imobilizadoras, concebe o homem como *bloco histórico* de elementos individuais e subjetivos e de elementos de massa - objetivos ou

⁵⁹² Interessante registrar que, enquanto no Brasil, a curva da organização dos trabalhadores é decrescente, em países europeus, devido a uma série de razões, há sinais de uma retomada da capacidade de organização coletiva, citando-se, com exemplo a greve dos transportes realizada na França, referida no capítulo primeiro deste trabalho, no qual se procurou demonstrar como nos Estados historicamente construídos como representação coletiva da racionalidade moderna, há um maior potencial de luta política e o neoliberalismo mostra visíveis sinais de esgotamento.

materiais -, com os quais está em relação ativa⁵⁹³. Reconhecendo que, para transformar o mundo exterior, é imprescindível o desenvolvimento do homem singular - mesmo porque a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é '*individual*' -, compreende que seu aprimoramento ético não pode prescindir de uma ação para o exterior, num sentido mais amplo e universal; ou seja, uma interação produzida pela aproximação causal de infinitos atos arbitrários individuais, visando ao resgate da integralidade humana e à construção de laços de solidariedade, num reencontro do homem com a história. Nesse sentido, *qualquer indivíduo que prescindir de uma vontade coletiva e não procure criá-la, ampliá-la, reforçá-la, organizá-la, é simplesmente um desorientado, um 'profeta desarmado', um fogo-fátuo.*⁵⁹⁴

Resgatam-se essas reflexões, que, apontando para o necessário abandono de uma dicotomia assimilada por um certo *senso-comum*, buscam, desconstituindo velhas crenças, encontrar alternativas que possam dar as respostas exigidas pelos novos movimentos sociais. Hoje, num outro contexto e num momento em que as relações de trabalho precarizam-se e o individualismo parece triunfar, a formulação gramsciana interagindo local e universal, regional e global, individual e coletivo é atualíssima, como assinalado no capítulo anterior. Partir do homem e de suas necessidades para, preservando-as, reconstruí-las coletivamente constitui alternativa apta a operar, a partir de princípios jurídicos que se internalizam na consciência popular, a constituição de novos consensos. Reconhecendo-se que é na sociedade civil que se encontram as idéias-força do coletivo, *locus* das crenças solidificadas e da maturação de novos germes de liberdade, busca-se *institucionalizar* essas idéias.

Assim, e visualizando o Estado não apenas como instrumento da ideologia burguesa a legitimar suas necessidades sociais, Gramsci, distinguindo o *senso-comum* já *solidificado* (expressão de condições de fato) do *novo senso-comum* (necessidade da emergência de novas condições), aponta para a necessidade de *novas crenças populares*; isto é, de *um novo senso-comum* e, portanto, de uma nova cultura que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez das crenças tradicionais. Nessa construção, Gramsci parte de Marx, para quem a idéia de *igualdade* se

⁵⁹³ Quaderni, p. 1336; e GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 47.

⁵⁹⁴ Quaderni, p. 1663; e GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, op. cit., p. 155-156.

exprime na troca como uma relação entre coisas e se solidifica na sociedade burguesa como crença popular necessária. Na troca, num processo de alienações recíprocas, os indivíduos nivelam-se; esse nivelamento torna-se comportamento que se manifesta como ato de vontade. A repetição da troca faz dela própria um processo social regular; o mito da naturalidade da troca dá solidez à *crença fetichista*⁵⁹⁵. O tema do consenso está ligado a essa situação. Os possuidores de mercadorias comportam-se, um frente ao outro, como pessoas cuja vontade reside naquelas coisas; assim, um se apropria da mercadoria do outro, alienando, com o consenso do outro, a sua própria.

Gramsci, atualizando Marx, afirma que consolidar novas crenças é fazê-las penetrar nos interstícios da velha formação social em crise iniciando uma luta hegemônica. Luta essa que se dá não somente entre as crenças, mas, também, entre as práticas sociais que a elas correspondem, num movimento que apresenta duplo sentido - *desconstitutivo*, num primeiro momento; *constitutivo*, num segundo -, visando, a partir da internalização de *princípios jurídicos* como necessidade dos homens, a operar a transformação do real. E é a partir desse momento, adjetivado como revolucionário no capítulo anterior, que se torna possível o processo positivo da constituição de uma nova ordem, de uma nova sociedade⁵⁹⁶.

Transpondo tais formulações para o núcleo do debate, constata-se que a máxima de que as relações de trabalho mais democráticas serão conquistadas através da contratação direta entre empregados e empregadores, sem interferência do Estado, é reveladora de um certo *senso-comum* que se busca desconstituir, qual seja: o ideal das relações de troca baseadas na igualdade formal dos contratantes. Observa-se que a idéia de contrato pressupõe pacto entre iguais. E a igualdade, que, segundo Gramsci, é buscada pelo materialismo francês do século XVIII na redução do homem à categoria de indivíduo de uma espécie biológica que, mesmo distinguindo-se por seus dotes naturais, é essencialmente igual ao seu semelhante, envolve uma concepção que se tornou *senso-comum* e que se expressa na afirmação de que *siamo nati tutti nudi*⁵⁹⁷. No entanto, o contexto da sociedade brasileira não permite seja internalizada a máxima de que, por terem nascido todos nus, os

⁵⁹⁵ Reflexões a partir de BADALONI, Nicola. *Liberdade individual e o homem coletivo em Antonio Gramsci*. op. cit., p. 9-69.

⁵⁹⁶ *ibidem*, p. 17.

⁵⁹⁷ *Quaderni*, p. 1280.

brasileiros são iguais e apresentam idêntica capacidade de gerar pactos. Ao contrário, os dados estão a revelar que muitos nasceram bem mais nus e descalços do que outros, estes em número cada vez mais reduzido.

Bobbio⁵⁹⁸, refletindo sobre o conceito de democracia, diz que, para tanto, são necessárias duas negações: a) negação do poder autocrático, em que consiste a participação; e b) negação do poder monocrático, em que consiste pluralismo. Como uma sociedade, para ser democrática, deve ser não-autocrática, importando participação, retirar do Poder Judiciário do Trabalho (Estado) a possibilidade de mediar conflitos coletivos é retirar da esfera pública essa capacidade; é subtrair dos sujeitos coletivamente organizados a possibilidade de, por dentro do Estado, exercerem ação reivindicatória; é dificultar seja gestado, no interior das instâncias jurídicas, movimento contra-hegemônico; é, impedindo a participação, afirmar o Estado autocrático.

Poulantzas, em sua *teoria relacional*, atualiza Gramsci permitindo um nível de reflexão teórica apto a dar conta dos dilemas propostos. Visualizado o Estado como relação, pode-se melhor compreender as contradições que se operam em sua ossatura material; são os '*nichos*' referidos em outras passagens, que, ao serem conhecidos, possibilitam aos agentes ações concretas que busquem superá-los. Sendo o Estado a condensação material de uma relação de forças, é possível gestar no seu interior movimento rumo à constituição de uma nova ordem. E, ainda que autoritarismos sejam reais, o *estatismo autoritário não corresponde a um fortalecimento unívoco do Estado; ele encerra o duplo aspecto fortalecimento-enfraquecimento*⁵⁹⁹.

A retirada do Judiciário da mediação dos conflitos coletivos do trabalho deslocaria do Estado para o mercado a pressão reivindicatória exercida pelos trabalhadores organizados, transformando a Justiça do Trabalho numa justiça residual, com afirmação do estado autocrático⁶⁰⁰. E aos que, apostando apenas na relação direta entre patrões e trabalhadores, desconfiam da mediação institucional, remete-se a Carlos Nelson Coutinho ao refletir sobre a necessária articulação, numa sociedade como a brasileira, dos organismos populares de democracia de base e os mecanismos tradicionais de representação indireta que, uma vez abertos à pressão daqueles organismos populares, podem constituir local de síntese política das demandas de sujeitos

⁵⁹⁸ BOBBIO, Norberto. *Ideologias e o poder em crise*. Brasília: Editora Polis, 1990, p. 28.

⁵⁹⁹ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. op. cit., p. 279-280.

⁶⁰⁰ BOBBIO, Norberto. op. cit., p. 28.

coletivos, tornando-se instância institucional de expressão da hegemonia negociada:

cabe lembrar que tal instância de síntese é imprescindível se não se quer que os sujeitos coletivos se coagulem no nível da defesa corporativa e dos interesses puramente particulares. Onde não existe essa instância democrática para efetuar tal síntese, um seu sucedâneo terminará sendo produzido ou pela burocracia estatal ou pelo mercado, ou por ambos⁶⁰¹.

Reflexão análoga se faz quanto à mediação pelo Judiciário dos conflitos do trabalho – discussão que, também, envolve a questão da arbitragem privada⁶⁰² -, especialmente num momento de crise na organização dos trabalhadores que, através de sindicatos ligados à Força Sindical, têm ajustado acordos flexibilizadores de direitos conquistados, permitindo, por exemplo, a redução da jornada de trabalho com redução salarial correspondente⁶⁰³ e contendo cláusulas que instituem o *banco de horas* e o compromisso de não realizar greves⁶⁰⁴. Com tais contornos, e sem deixar de lembrar que Gramsci superou as limitações do projeto *ordinovista*⁶⁰⁵ para

⁶⁰¹ Cf COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e socialismo*. op. cit., p. 29-30. A propósito, a Sessão de Dissídios Coletivos do TRT da 4ª Região - SDC, em agravo regimental interposto pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Canoas contra deferimento, em Ação Anulatória, P. 03616.000/97-1, de liminar suspendendo a eficácia de cláusulas (uma delas instituindo o *banco de horas*) de Convenção Coletiva celebrada por sindicato vinculado à Força Sindical - SINTRAMAG -, negou provimento ao agravo, mantendo a liminar. Nos fundamentos do Acórdão é dito que a cláusula que institui a compensação de horas - *banco de horas* - afronta os artigos 7º, XII e XVI da CF e 58 e 59 da CLT.

⁶⁰² Sobre a arbitragem privada como modelo de '*harmonia coercitiva*', como forma de controle e pacificação social, ver NADER, Laura. Harmonia coercitiva: a economia política dos modelos jurídicos, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 26, ano 9, outubro/94, p. 18-29. Neste texto, Laura Nader compara o cenário dos Estados Unidos, na década de 80 e 90, com o da década de 60, descrevendo esta como confrontadora, com intensa atividade política pública. Os grupos sociais sentiam-se estimulados a apresentar suas pautas de reivindicações no âmbito dos direitos civis, dos consumidores, da mulher, ambientais, etc.. Havia preocupação dos americanos com a justiça. Nas décadas de 80 e 90, o eixo da preocupação é deslocado para a harmonia e para a eficiência; a preocupação com a ética do certo e do errado transmuda-se para a ética do tratamento, com deslocamento das soluções judiciais para as não-judiciais, através da ADR. Esta, englobando programas que enfatizam formas alternativas de lidar com as disputas, com enfoque voltado, basicamente, para a mediação e a arbitragem.

⁶⁰³ Esses acordos, cuja abusividade de cláusulas flexibilizadoras será discutida no Judiciário, acaba de ser '*legalizado*' pela lei que institui contrato de trabalho temporário e o banco de horas, aprovada pelo Senado em janeiro/98. A orientação dessas negociações é de todo distinta da proposta da CUT de redução da jornada de trabalho sem correspondente a redução salarial, e do projeto-de-lei do Ministro Leonel Jospin, referido em notas anteriores.

⁶⁰⁴ Em julho de 1996, por exemplo, metalúrgicos de Uberaba (MG) filiados à Força Sindical assinaram com Black & Decker acordo, válido por dois anos, comprometendo-se a não fazer greve por quatro anos. Em troca, foi oferecido plano de cargos e salários, produtividade e participação nos lucros e nos resultados, cf. Folha de São Paulo, 18 jul. 96, p. 2-7.

⁶⁰⁵ A respeito, ver GRAMSCI, Antônio. Democracia operária. In: GRAMSCI, Antônio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 33-37), edição brasileira do livro *Dibattito sui Consigli di Fabbrica*. Este livro traz uma seleção de artigos de Gramsci e Bordiga, publicados no *L'Ordine Nuovo*, possibilitando o exame da polêmica que travaram. Gramsci, que apontava para as comissões internas, nas fábricas, como sendo os centros da vida proletária (limitação que supera no seu processo de amadurecimento), esboça

reconhecer territórios privilegiados de síntese para além do espaço da fábrica, afirma-se a importância do Judiciário como instância institucional apta à construção de parcelas de hegemonia, num processo de conquista da radicalidade democrática, ainda que muitas de suas ações orientem-se em sentido inverso⁶⁰⁶. São reflexões que remetem ao exame das reformas constitucionais, em especial à reforma do Judiciário, em tramitação no Congresso Nacional⁶⁰⁷.

4. As reformas: *breves considerações*

Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias (Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas).

Retomando-se algumas considerações esboçadas no capítulo primeiro deste trabalho, volta-se a enfatizar que o fenômeno da *globalização*, na perspectiva do *neoliberalismo*, remete à flexibilização e à desregulamentação de direitos conquistados. Lançando massas de trabalhadores no mercado informal, sem qualquer tipo de tutela, provoca *alienante* cisão da classe trabalhadora. Os crescentes índices de desemprego nos países que aderem à globalização com esses contornos agravam o fenômeno da exclusão social e justificam sejam pensadas formas de superação da dualidade *incluídos x sobrantes*, com eixo na afirmação da democracia. Evidencia-se aumento da desigualdade Norte x Sul, desigualdade essa:

*ao mesmo tempo necessária, para alavancar o desenvolvimento capitalista pela captação das poupanças nacionais drenadas através da dívida externa (recursos que permitem vultuosos investimentos em pesquisa, entre outros), mas também é solução projetada para a redução dos gastos públicos, para a reprodução do capital privado, articulado planetariamente, porque as pátrias da exclusão também são mercados restritos*⁶⁰⁸.

concepção pluralista da sociedade ao propor que a dominação dos trabalhadores seja exercida por uma pluralidade de organizações. Já Bordiga defende que é necessário, primeiro, tomar o poder político da burguesia; enquanto isso não ocorre, os operários somente definirão seus interesses coletivos através do partido de classe.

⁶⁰⁶ Os jornais do dia 21 jan. 98 noticiam que o Ministro do Trabalho enviará cinco propostas ao Congresso em 1998 mudando a legislação trabalhista, entre elas emenda constitucional alterando o art. 114 da Constituição Federal, que trata do Poder Normativo.

⁶⁰⁷ A aprovação das reformas administrativa e, eventualmente, da previdência (esta, em fase final de votação) não altera o conteúdo das reflexões que estão sendo feitas neste trabalho.

⁶⁰⁸ GENRO, Tarso. Direito e Globalização. *Jornal do Comércio*, 12 dez. 96, p. 4. Neste texto, Genro aprofunda suas reflexões - as quais ousei adjetivar, inspirada em Boaventura Santos, de *pós-modernas inquietantes* - sobre a fragmentação social constituinte de profunda cisão na classe trabalhadora, expressão por ele cunhada e utilizada neste trabalho, e de uma esfera pública também cindida, propiciando *tribalismos* e *xenofobias*. E citando Marcelo Neves (In: ARGÜELLO, Katie (Org.). *Direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p.111): *A noção de um constitucionalismo pós-moderno refere-se à abertura da constituição*

As considerações de Tarso Genro, adotadas como modelo de análise, são importantes para os dilemas aqui propostos, especialmente no tema das reformas constitucionais em andamento no Congresso Nacional. Localizando na desigualdade Norte x Sul a base do processo de formação do Direito atual e das reformas em curso, reflete sobre o Direito e sobre a tensão entre determinações contrapostas: a primeira, caracterizada pela erosão da eficácia do Estado, para que sua capacidade regulatória seja substituída pelo fato-norma (entendido como o poder dos monopólios privados); a segunda, pela supressão de direitos sociais, com o intuito de, em última instância, substituir o planejamento público por planejamentos racionais de longo curso tendentes a reduzir a força normativa da constituição, sujeitando a sociedade às necessidades de um novo ciclo de acumulação do capital. Assim, traz ao debate elementos que permitem se apreenda a síntese das reformas em tramitação a abdicarem de um projeto de nação e de uma inserção mais *soberana* no mundo globalizado.

É com base nesses aportes que são feitas breves referências às reformas que tramitam no Congresso Nacional e, sobretudo, à ação concreta de certos intelectuais orgânicos coletivos que a elas se opõem, cientes de que não apenas projetos-de-lei (PLs), mas, também, de emendas à Constituição (PECs), oriundos do Executivo ou por ele encampados, além do viés centralizador que apresentam, parecem abdicar de *um projeto de nação soberana* e de *um modo de inserção não passiva no mundo globalizado*⁶⁰⁹. Neste cenário, avalia-se a dimensão do movimento orgânico de resistência de segmentos da magistratura a uma reforma *tecnocrática do sistema judicial*⁶¹⁰, orientada pelas demandas do capital financeiro transnacional e que não atende às necessidades reais de uma profunda transformação do sistema judicial e do Estado no sentido de sua democratização para que possa, operado o deslocamento do eixo do poder de sua esfera para a sociedade e superada sua origem *patrimonialista*, ser constituído *num outro* que, permeado pelas pressões da sociedade civil, responda às aspirações dos brasileiros

para a fragmentação da sociedade, pressupondo a existência de critérios universalistas de regulação da esfera pública. Trabalhando o tema da *globalização* desde uma perspectiva econômica que acelera a unificação desigual do mundo sob a égide do sistema financeiro, aponta para uma ordem distinta do imperialismo clássico a afirmar o interesse nacional de países altamente industrializados, com relações de poder mais desiguais por globalizar-se o poder dos Estados nacionais hegemônicos, e das corporações financeiras.

⁶⁰⁹ GENRO, Tarso. Direito e globalização, op. cit.

*cada vez mais sujeitos ao abuso de poder por parte do Estado e por parte de agentes econômicos muito poderosos*⁶¹¹.

Os princípios que informam certas proposições focalizadas neste trabalho - sem se deixar de assinalar que há outras entidades de magistrados que também se orientam na linha da democratização - não estão incorporados nos projetos de reforma constitucional em tramitação. Estes, aprisionados por uma concepção distanciada do ideal de Estado moderno, sinalizam para um modelo que busca, em síntese, *reduzir a força normativa da constituição, para sujeitar a sociedade às necessidades do novo ciclo de acumulação*⁶¹².

Não se pretende dissecar, do ponto de vista formal e material, o conteúdo das reformas (PECs) Administrativa, Previdenciária e do Judiciário, em andamento⁶¹³, trabalho que demandaria estudo outro, mais aprofundado e específico, com objetivos diversos. O que se busca é, considerados os princípios gerais que informam tais projetos, demonstrar como é possível resistir e/ou propor alternativas que, orientadas no sentido da construção da democracia, apostem na constituição de um Estado que responda às novas demandas sociais e que, informado pelo ideal de Estado moderno, não apresente o viés centralizador que está sendo adotado no Brasil neste final de século, em especial se considerada a precarização do mundo do trabalho, a prevalência do privado sobre o público, o autoritarismo no trato da coisa pública pelos verdadeiros *donos do poder*.

Através da Reforma Administrativa (PEC 41/97), aprovada nos dois turnos da Câmara dos Deputados⁶¹⁴ e em discussão no Senado no período de sua

⁶¹⁰ SANTOS, Boaventura. Os tribunais e a globalização. *Estado de São Paulo*, 9 nov. 96, p. 2.

⁶¹¹ *ibidem*.

⁶¹² GENRO, Tarso. Direito e globalização, op. cit.

⁶¹³ A respeito, ler SULZBACH, Maria Helena. Reformas: administrativa e do judiciário. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. op. cit., p. 221-230. Maria Helena, quando participou do III Encontro Internacional de Direito Alternativo do Trabalho, Florianópolis, maio de 1997, que originou a publicação citada, eram presidente da ANAMATRA. Naquela oportunidade, examinou as reformas em andamento e a PEC 54 (hoje, PEC 500/97, incluída na convocação extraordinária do Congresso), que adota o efeito vinculante das decisões do STF. A propósito, o juiz do Tribunal de Alçada do RS, Aymoré Roque Pottes de Mello, coordenador do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS, a ser melhor analisado no item a seguir, participou de audiência pública junto à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, em 21 jan. 98, com os Presidentes da AMB, do Conselho Federal da OAB e da Confederação Nacional do Ministério Público, Ministros do STJ e STF, Advogado Geral da União e o jurista Dalmo Dallari, buscando esclarecer sobre as implicações do efeito vinculante, pronunciamento incluído no Anexo 1. Remete-se, ainda, aos Jornais da AJURIS n. 45, 46, 47 e 51.

⁶¹⁴ A tramitação da reforma administrativa na Câmara dos Deputados foi tumultuada, com flagrantes irregularidades regimentais e de mérito. No primeiro turno, as oposições obtiveram vitória divulgada pela imprensa no sentido da manutenção do regime jurídico único dos servidores. Essa decisão foi suprimida pelo Relator, Dep. Moreira Franco, em redação

convocação extraordinária, pretende o governo imprimir alterações na estrutura do Estado, no âmbito da administração direta e indireta. Além de incluir regras permitindo a terceirização em atividades essenciais, através de contratos celebrados pelos entes da administração pública direta e indireta e empresas subsidiárias, a reforma em exame flexibiliza normas para a criação e extinção das sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas e as de licitação para as empresas públicas e sociedades de economia mista. Quanto aos servidores públicos, na mesma linha flexibilizadora, provoca retrocesso e desrespeito a direitos adquiridos, ampliando inseguranças ao estabelecer: a) extinção do regime jurídico único, com a criação do emprego público, este sem restrição à área de abrangência e finalidades; b) alteração na forma de ingresso no serviço público, flexibilizando o concurso; c) quebra do princípio da isonomia de remuneração; d) quebra do princípio da estabilidade, possibilitando despedida por insuficiência de desempenho, mediante procedimento simplificado de avaliação periódica, ou para redução do quadro aos limites definidos em lei complementar para gastos com pessoal; e) quebra da irredutibilidade dos vencimentos; f) ampliação do estágio

aprovada pela Comissão Especial. As oposições apresentaram questões-de-ordem contra a redação. O Presidente da Câmara, Dep. Michel Temer (PMDB/SP), afirmando que a mesa não resolveria a questão-de-ordem, por se tratar de matéria de mérito, não de procedimento, remeteu a decisão para o Plenário, quando da votação em segundo turno. As oposições recorreram, solicitando suspensão na tramitação da PEC até que a Comissão de Constituição e Justiça se pronunciasse sobre a decisão de Temer. Na sessão do dia 4 nov. 97, o Plenário rejeitou o pedido de efeito suspensivo da tramitação da matéria. No dia 5 nov. 97, o Plenário tentou votar a redação apresentada para o segundo turno, aprovada na Comissão Especial. No entanto, como as oposições apresentaram emendas de redação (num total de 24), houve retomo à Comissão Especial para análise das mesmas. No dia 6 nov. 97, a Comissão Especial, em reunião marcada por muito tumulto, aprovou a redação de Moreira Franco (PMDB/RJ), cujo parecer foi pela rejeição das 24 emendas. Em sessão extraordinária, 12 nov. 97, o Plenário aprovou, por maioria simples, a redação para o segundo turno, rejeitando os destaques das oposições. Assim, o texto votado em segundo turno na Câmara foi o resultante das manobras do Relator. Com sua aprovação, foi alterada na Câmara, em segundo turno e por maioria simples, a Constituição Federal, em desrespeito à Lei Maior, que exige, para tanto, quórum qualificado. As oposições ajuizaram, perante o STF, mandado de segurança, cuja liminar foi denegada pelo Relator, Ministro Galotti, com o argumento, dentre outros, de que a matéria não apresentava relevância jurídica. Este foi o texto remetido para o Senado, para exame no período de convocação extraordinária. Neste turno de votações, há novas polêmicas: os Senadores, mediante articulação de ACM e com o apoio do Planalto (segundo noticiam os jornais), a pretexto de *'acabar com os privilégios da magistratura'*, excluíram da reforma administrativa dispositivo que garantia aos juízes ganhos integrais na inatividade, o que não consta da reforma da Previdência, com andamento mais lento. ACM afirma que o texto não retoma à Câmara, valendo-se de *'pareceres'* de Ministros do STF, obtidos *informalmente*. Já Temer, que, num aparente *jogo de braço* com ACM, anunciara no Plenário da Câmara (3 jan. 98) que a decisão do Senado seria examinada pela Câmara, passou a aceitar a promulgação, examinando, com ACM, a possibilidade de devolver à Câmara apenas o que alterado, o que é contestado pelas oposições que não aceitam o desmembramento, tudo a demonstrar as tensões próprias de um processo difícil e no qual o Planalto detém a hegemonia, e a sinalizar para novas ações junto ao STF, visando a que sejam apreciadas lesões à Lei Maior. E apesar de todos estes fatos, a reforma acabou sendo aprovada.

probatório para três anos; e g) vedação ou suspensão de verbas e empréstimos, inclusive por antecipação de receitas, pelos governos federal e estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de ativos, inativos e pensionistas do Estado, Distrito Federal e Municípios. Ao adotar o contrato de emprego público, submete o servidor aos deveres típicos do regime estatutário, sem as vantagens correspondentes (exemplo: estabilidade, disponibilidade, aposentadoria integral). Além de instituir dois regimes jurídicos, flexibiliza a regra geral de ingresso ao serviço público através de concurso, verticalizada pelo art. 37, II da Constituição Federal de 1988. Na prática, possibilita que o regime jurídico único do servidor público passe a ser o da CLT⁶¹⁵. E na linha de reflexão adotada neste trabalho, trata-se de uma reforma de cunho *patrimonialista*, que, uma vez aprovada e promulgada, poderá afirmar a condição de senhores dos cargos públicos aos governantes brasileiros⁶¹⁶.

A PEC 33/96 (33/95 na origem) trata da Reforma da Previdência. Juristas de renome nacional têm apontado para os desrespeitos que, no processo, estão sendo praticados à Constituição Federal, tanto do ponto de vista formal como material. Através de uma Emenda Constitucional (PEC), está sendo essencialmente alterado (e não apenas emendado) todo um sistema previdenciário instituído pela Constituição Federal de 1988, com afronta às próprias regras da Lei Maior que disciplinam um processo desta ordem. Direitos constitucionalmente assegurados estão sendo restringidos e/ou suprimidos, e não apenas estendidos. Através de norma constitucional, dentre outras disposições que fazem parte de um conjunto de medidas que o governo federal pretende aprovar, torna-se possível a privatização do seguro acidente de trabalho, que deixa de ter natureza previdenciária, passando a ter natureza

⁶¹⁵ Foi o que aconteceu com a 'opção' ao FGTS, instituída pela lei nº 5107/66. Na prática, transformou-se em imposição e, patrimonializando o direito ao emprego, consistiu verdadeiro golpe à estabilidade dos trabalhadores privados. Marco flexibilizador de direitos, concebida pelo Ministro Roberto Campos, buscou atrair investimentos externos e, importando rompimento na evolução das relações capital-trabalho, consistiu na primeira onda de liberalização do trabalho, na feliz expressão de Márcio Pochmann (POCHMANN, Márcio. A segunda onda liberal sobre o trabalho no Brasil. *Folha de São Paulo*, 25 jan. 98, p. 2-2); a segunda, em andamento desde o início dos anos 90, acaba de receber elemento adicional com o contrato de trabalho temporário. Remete-se, ainda, à monografia de Priscila Campana (*O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e processo histórico*), trabalho de conclusão do curso de graduação em Direito, UFSC, 1997, defendido e aprovado em 4 dez. 97.

⁶¹⁶ No mesmo sentido, SULZBACH, Maria Helena. Reformas: administrativa e do judiciário. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. op. cit., p. 221-230.

securitária (art. 201, par. 10)⁶¹⁷, institucionalizam-se fundos privados que complementarão o regime geral da previdência social, com remessa à lei complementar para que disponha sobre os planos de benefícios de entidades de previdência privada (art. 202 e parágrafos)⁶¹⁸, suprime-se a aposentadoria integral dos servidores com ganhos superiores a R\$ 1.200,00, sendo instituído um redutor de 30% e cria-se um sistema que combina dois critérios: a) tempo de contribuição, de 35 anos para os homens e 30 para as mulheres; e b) idade mínima de 53 anos para os homens e 30 anos para as mulheres, substituindo, na prática, tempo de serviço por tempo de contribuição, com real extinção da aposentadoria por tempo de serviço⁶¹⁹. Originalmente aprovada pela Câmara dos Deputados, a PEC 33/96 recebeu aprovação do Senado em dois turnos, com emendas que alteraram substancialmente seu texto original. Retornando à Câmara e incluída na pauta do período da convocação extraordinária do Congresso, sua trajetória tem sido tumultuada⁶²⁰. Neste cenário, entidades gaúchas - entre elas a AJURIS, AMATRA IV e OAB/RS -, em nota oficial de novembro de 1997⁶²¹, encaminhada à Câmara dos Deputados, formalizaram denúncia pública que levou alguns parlamentares a apresentarem questões-

⁶¹⁷ Par. 10, do art. 201: *Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.*

⁶¹⁸ Art. 202: *O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.* Par. 4º: *Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada;* par. 5º: *A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á no que couber às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.*

⁶¹⁹ Elucidativa a cartilha elaborada pelo gabinete do Dep. Miguel Rossetto/RS, *Reforma da previdência: lutar agora pelo direito dos trabalhadores*. Brasília: Gabinete 385, 1997.

⁶²⁰ Tumultos e (des)ordens aconteceram desde o primeiro turno, na Câmara dos Deputados. Naquela oportunidade, as oposições, via medida judicial, buscaram repor o respeito às regras constitucionais e regimentais, com ténue sucesso quando o Min. Marco Aurélio suspendeu provisoriamente a tramitação da reforma, decisão que, no mérito, não foi mantida pelo STF com o argumento de que se tratava de decisão *interna corporis*. No período de convocação extraordinária do Congresso, os tumultos têm sido intensos. A reação dos parlamentares oposicionistas e de alguns segmentos da sociedade a uma reforma empurrada à força pela base de sustentação do governo, com desrespeito às regras regimentais, culminou no episódio de 5 fev. 98. Deputados e manifestantes ligados à CUT e à Confederação Brasileira dos Aposentados (COBAP) invadiram o Plenário protestando contra a decisão dos Dep. Michel Temer e José Lourenço, este do PFL da Bahia, não anulando a sessão de 30 jan. 98 da Comissão Especial, apesar de irregularidades regimentais (José Lourenço, na oportunidade, negara-se a aceitar requerimento das oposições de anulação da sessão por inexistência de número mínimo). Cf. Jânio de Freitas (FREITAS, Jânio de. Os transgressores. *Folha de São Paulo*, 6 fev. 98, p. 1-5), houve, de parte dos manifestantes, resposta às violências cometidas num processo em que as reformas *estão sendo empurradas à força de ilegalidades*, criticando as medidas do substitutivo Beni Veras, que se voltam contra os mais necessitados.

⁶²¹ Esta Nota conjunta pode ser lida no Anexo deste trabalho.

de-ordem na Comissão de Constituição e Justiça daquela casa, no sentido de restaurar a regularidade na tramitação da PEC 33, alertando para os riscos ao Estado de Direito quando regras constitucionais e regimentais são desrespeitadas⁶²². Desconsideradas as questões-de-ordem e com parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a PEC 33 está em vias de aprovação final. Seu texto, em especial quando institucionaliza fundos privados para complementação de benefícios, aponta para a privatização de um sistema subordinado aos comandos do capital financeiro⁶²³. A respeito das consequências perversas de um sistema em que aposentadorias passam a ser geridas por fundos de pensão, diz Mattoso:

*Este mercado único do dinheiro em escala planetária é operado, agora, não somente por bancos e empresas, mas, sobretudo, por investidores institucionais (fundos mútuos e de pensão). Estes fogem, como o diabo da cruz, do longo prazo, da inflação e do déficit fiscal, terminando por influenciar indivíduos, empresas e governos. Parte dos indivíduos tornam-se endividados em dólares (como em vários de nossos países) e/ou subordinados à dinâmica das bolsas de valores (dadas **suas aposentadorias geridas pelos fundos de pensão serem aí aplicadas ou parte crescente de seus salários serem pagos em ações**). Sob pressão da mídia e do jogo de mercado à soma negativa (desemprego e precarização das condições e relações de trabalho), terminam por privilegiar o controle e a estabilidade monetária em detrimento do crescimento econômico, a dinâmica das bolsas de valores à geração de empregos, o consumismo cosmopolita ao mercado e à produção interna, as finanças e a especulação à esfera produtiva⁶²⁴.*

O governo brasileiro, com o argumento de que para a viabilidade do sistema previdenciário é inexorável sua aprovação, busca, na realidade, justificar políticas de desregulamentação, privatização, abertura comercial e financeira e, sobretudo, a abdicação de uma postura nacional de

⁶²² Dentre tais questões-de-ordem, está a do Dep. Federal Jarbas Lima/RS, que aponta para, além de violações regimentais e de inconstitucionalidades na proposta do Senado, a privatização da Previdência na medida em que a submete ao regime dos lucros financeiros, tornando-a dependente de fundos privados complementares e de seguradoras privadas. E, na esteira do modelo de exclusão social, viola salvaguardas constitucionais dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos, subtraindo dos cidadãos garantias conferidas às carreiras típicas do Estado, as quais ficarão mais vulneráveis às ingerências do poder econômico. Essas considerações estão no Editorial (Anexo) e na questão-de-ordem, elaborada com a colaboração do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais.

⁶²³ Ver TAVARES, Maria da Conceição. Acordo de investimentos, privatização e cidadania. *Folha de São Paulo*. 1 mar. 98, p. 2-6. Comentando o Acordo Multilateral de Investimentos, a ser submetido aos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Tavares, ao apontar a *abdicação da potestade do Estado* como um dos aspectos nele *inaceitáveis*, indica o caso da reforma da Previdência como exemplo de negócio altamente lucrativo para o capital internacional. Abrindo espaço para a privatização do sistema, essa reforma, segundo o deputado José Pinotti (Hierarquia de violências. *Jornal O Globo*, 13 fev. 98), possibilitaria às seguradoras internacionais negócios envolvendo R\$ 1,4 trilhão.

⁶²⁴ MATTOSO, Jorge. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre. *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. op. cit., p. 39-49.

enfrentamento dos problemas do desenvolvimento econômico⁶²⁵. Alinhada ao receituário neoliberal, a reforma da Previdência, se aprovada⁶²⁶, importará ameaça ao Estado de Direito e à soberania nacional, com submissão a *um regime econômico de veneração dos mercados e total dependência ao capital financeiro internacional*⁶²⁷.

Com a Reforma do Judiciário - cuja tramitação se encontra obstaculizada muito em decorrência de ações concretas de resistência de certos grupos de magistrados que não a visualizam como uma reforma do sistema judicial no sentido democratizador -, o governo, encampando o substitutivo do Relator, Deputado Jairo Carneiro, do PFL da Bahia, oferecido à PEC 96/92-A (nela, apensada a PEC 112/95), consagra um perfil de magistrado mais ao gosto das raízes *patrimonialistas* analisadas neste capítulo, ainda que o discurso oficial aponte para a segurança jurídica, para a busca de uma maior celeridade na tramitação dos processos e para uma maior previsibilidade nas decisões como sendo os fundamentos das alterações propostas.

Em síntese, propõe o substitutivo as seguintes alterações, entre outras: a) extinção da vitaliciedade, com perda do cargo por interesse público ou motivo disciplinar (art. 95, par. segundo), por deliberação do tribunal competente ou por decisão do Conselho Nacional de Justiça. No substitutivo, a competência para deliberar sobre a perda do cargo por interesse público ou motivo disciplinar passa para os Tribunais Superiores (concorrente com a competência do Conselho Nacional de Justiça), num escopo reduzido de 2/3 para 3/5; b) aprovação em curso oficial de preparação à magistratura, ou reconhecido pelo

⁶²⁵ Ver TOLEDO, José Roberto. Crise da Previdência Social é um problema de emprego. *Folha de São Paulo*, 3 jun. 96, p.1-6. Toledo, analisando dados do IBGE veiculados em seminário realizado no Rio de Janeiro, no qual foi enviado da Folha de São Paulo, conclui que a crise financeira da Previdência é, em suma, problema de emprego. Ligada ao aumento do trabalho informal, não decorre apenas do número dos aposentados, como vem enfatizando o governo. Reportando-se às estatísticas divulgadas pelo IBGE, que consolidam dados do Censo de 1991, informa que o fenômeno demográfico, com decréscimo na taxa de dependência - em 1980, para cada 100 pessoas em idade de trabalhar, havia 73 dependentes, menores de 14 anos ou em idade de aposentadoria; em 1991, esse número caiu para 65 -, não teve repercussão nas contas da Previdência. A explicação é a de que a força de trabalho potencial do país não tem encontrado suficientes empregos com carteira assinada; o aumento do desemprego e do trabalho informal têm oferecido impacto negativo sobre o volume das contribuições ao INSS.

⁶²⁶ Com a tramitação da Reforma da Previdência, no período de votação dos destaques (DVs) apresentados, ocorreu uma vitória oposicionista e o texto original do governo, não tendo obtido o *quorum* qualificado, não foi mantido. Assim, o redutor de 30% para os servidores, que constava do projeto defendido pela base governista, não foi mantido (Dvs2), ficando, por isso, declarado prejudicado o que atingia a magistratura (Dvs4). Essa circunstância, porém, não altera o que se constrói neste trabalho. Ao contrário, o reforça porquanto demonstra que a pressão organizada sobre o Estado, fonte material do direito, pode impedir a aprovação de certos projetos-de-lei e de emendas à Constituição, ainda que com sublinhadas dificuldades

⁶²⁷ Cf. Editorial do Correio do Povo, citado.

Conselho Nacional de Justiça, como etapa obrigatória no processo de confirmação no cargo. Importando alteração na forma de recrutamento dos juízes, o concurso público, que se pretende mais democrático, passará a ser apenas uma das etapas do processo de escolha, com decisão final atribuída às cúpulas dos Tribunais Superiores que detêm, segundo o projeto, a hegemonia do Conselho Nacional de Justiça e, inclusive, o controle das Escolas de Magistratura; ou seja, uma proposta que vai de encontro às teses construídas por certas entidades de magistrados a partir de um processo difícil de discussão multidisciplinar, transcritas neste trabalho; c) penas disciplinares, com sanções como remoção, disponibilidade e aposentadoria, por interesse público, com decisão por maioria absoluta dos Tribunais, e não mais através da maioria qualificada de 2/3; d) instituição do Conselho Nacional de Justiça, órgão integrante do Poder Judiciário, com a seguinte composição: o Presidente do Supremo Tribunal Federal, dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça, dois do Tribunal Superior Eleitoral, um do Superior Tribunal Militar, um representante dos Tribunais Regionais Federais, um juiz representante dos Tribunais Regionais do Trabalho, três desembargadores representantes dos Tribunais de Justiça, um advogado, um membro do MP, e dois magistrados representantes da entidade máxima representativa da magistratura nacional (AMB). Com competência, entre outras que forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, para processar e julgar reclamações ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos Tribunais, pode o Conselho (cujas decisões são impugnáveis somente através de mandado de segurança perante o STF): avocar processos disciplinares e, pelo voto da maioria absoluta, decidir pela perda do cargo, disponibilidade ou aposentadoria de juízes, com proventos proporcionais; decidir pela suspensão, remoção, ou outras sanções administrativas previstas no Estatuto da Magistratura; rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano, num rigor disciplinar que ameaça a independência interna e externa do Judiciário. Por certo, esse Conselho, considerada sua composição e atribuições, não corresponde àquela participação popular na administração da justiça, com deslocamento do eixo do poder para a sociedade civil, proposta pela AMATRA IV em seu VI Encontro Regional e, tampouco, à construção daqueles canais de interação entre Judiciário e Sociedade apontados como importantes à

democratização do Poder. Na realidade, trata-se de mais um órgão interno de controle dos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição, um conselho de cúpula a aprofundar, na prática, a verticalidade de uma corporação já distanciada dos cidadãos, de costas para a sociedade, bem na linha do modelo centralizador de governo que vem sendo adotado no País, de viés autoritário e de cunho patrimonialista, lembrando-se, com Zaffaroni, que: *na prática, a lesão à independência interna costuma ser de maior gravidade do que a violação à própria independência externa*⁶²⁸; e) controle judicial de constitucionalidade das leis, alterando o sistema quanto à questão incidental. O art. 105 do substitutivo inclui, na competência originária do STF, o julgamento da questão constitucional incidente sempre que houver controvérsia entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que passa a acarretar *grave insegurança jurídica e relevante multiplicação* de processos sobre questão idêntica. E mais, confere à decisão proferida efeito vinculante. Na prática, essa proposição suprime o controle difuso da constitucionalidade consagrado pela Constituição Federal de 1988. Esta, num momento de avanço democrático, como apontam muitos doutrinadores, contempla dois sistemas de controle de constitucionalidade: o difuso, ou do *tipo americano*, através do qual todos os órgãos judiciários podem exercer o controle da constitucionalidade das leis de forma incidental, quando do julgamento do caso concreto; o concentrado, através do qual esse controle está limitado num único órgão judiciário (ex. ação direta de inconstitucionalidade, de competência do STF). Concentrar o controle judicial da constitucionalidade das leis parece ser questão fundamental para o Executivo, tanto que, uma vez obstaculizado o andamento da reforma do Judiciário (e, portanto, do substitutivo Jairo Carneiro), editou a medida provisória nº 1570, de 26.3.97⁶²⁹, disciplinando as antecipações de tutela contra a Fazenda Pública. Convertida na lei nº 9.494/97, seu artigo 1º está sendo objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADCon 4 -, proposta pelo Presidente da República, Mesa do Senado Federal e Mesa da Câmara dos Deputados, conforme já referido. Através dela, e adiantando-se à adoção do efeito vinculante das decisões do STF, da advocatória e da supressão, na via indireta, do controle difuso da constitucionalidade, além da declaração da

⁶²⁸ ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Poder Judiciário: crise, acertos e desacertos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 88-89.

⁶²⁹ Esta medida provisória está sendo objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN -, proposta pelo Partido Liberal, com decisão liminar de parcial procedência suspendendo,

constitucionalidade do artigo 1º da Lei 9.494/97, pretendem seus autores, liminar e cautelarmente, sejam suspensas as execuções de todas as decisões judiciais que determinam pagamentos imediatos de vantagens a servidores públicos, inclusive dos processos em andamento, até o julgamento final do caso pelo STF⁶³⁰. Na linha de reflexão adotada neste trabalho, a eliminação do exame da constitucionalidade das leis por julgadores de distintos graus de jurisdição, ao invés de contribuir para a constituição de um Judiciário democrático, cujas origens patrimonialistas possam ser superadas, afirma a corporação, verticalizando-a. E os juízes de graus inferiores de jurisdição, por certo mais próximos das partes e do conflito, deixam de participar de todo um processo de construção interpretativa das normas constitucionais e da criação do Direito; e f) súmulas dos Tribunais Superiores com efeito vinculante, com o argumento de uma maior rapidez nas decisões, desafogando os Tribunais e dotando o Judiciário de maior eficiência. Na crítica que se faz à proposição, não se está a negar a importância de súmulas orientadas no sentido da uniformização da jurisprudência, construídas a partir de um processo real de discussão e de sucessivos julgamentos. Entretanto, conferir-lhes efeito vinculante, obrigando juízes de grau inferior de jurisdição a julgar de acordo com elas é, subvertendo o sistema, impedir a força criadora do Direito. Com a aprovação da súmulas vinculantes, as cúpulas do Judiciário passarão a editar enunciados com força superior às leis, impondo determinada interpretação da norma. No caso do substitutivo, agrava-se o problema: o descumprimento configura crime de responsabilidade, podendo levar à perda do cargo. Assim, e elegendo-se apenas três dos aspectos do sublinhados - súmulas vinculantes (controle judicial); crime de responsabilidade (penalização pela não aplicação das súmulas); e conselho nacional de justiça (controle administrativo pelas cúpulas) -, comprova-se a afirmação de que esta reforma, ao invés de democratizar o Judiciário, o torna refém de suas cúpulas, maculando sua independência e afirmando um modelo centralizador de Estado. Mesmo porque, não sendo aplicada a súmula, ou sendo *mal aplicada*, cabe reclamação perante

provisoriamente, o artigo 2º da MP, até que haja decisão final pelo STF.

⁶³⁰ Neste contexto, a OAB/RS, AJURIS e AMATRA IV, a respeito da ADCon 4 ajuizada por FHC, ACM e Michel Temer (referida em notas anteriores), assinam, em 4 fev. 98, nota conjunta em que, apontando para a antecipação da tutela como mecanismo necessário à efetividade dos direitos, denunciam haver *grave atentado à cidadania consubstanciado na Lei n. 9.494 de 10.09.97*. Esta nota foi publicada no Jomal *Correio do Povo*, 7 fev. 98, p. 22.

o órgão que a editou e que, julgando-a procedente, cassará a decisão reclamada, determinando que outra, com outra orientação, seja proferida.

Por certo, a falta de celeridade é problema sério a ser enfrentado. A busca de um Judiciário ágil, aberto às novas demandas sociais e apto a atender os interesses dos cidadãos, é desejo dos que pretendem construir uma sociedade menos desigual. No entanto, subtrair dos cidadãos prerrogativas conferidas às carreiras típicas do Estado e à magistratura, constituir um Conselho Nacional de Justiça composto, basicamente, pelas cúpulas dos Tribunais e estabelecer efeito vinculante às súmulas dos Tribunais Superiores, sujeitando juízes de grau inferior de jurisdição que as descumprem ao crime de responsabilidade, ao invés de constituir um Judiciário independente, ágil, apto a dar conta das necessidades dos cidadãos e legitimado pelo *olhar da sociedade*, estará, por certo, a afirmar um modelo que, empiricamente, tem se mostrado sem condições de responder às novas demandas: um Judiciário vulnerável às ingerências do poder econômico e aos comandos dos políticos de ocasião; ou seja, uma reforma *tecnocrática do sistema judicial*.

4. 1 A Ajuris e as Reformas do Estado: *guerra de posição*?

A Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul congrega magistrados de todos os ramos do Poder Judiciário - Justiça Estadual, Federal, Trabalhista e Militar. Desde os momentos que antecederam a instalação da Assembléia Constituinte, que redundou na Constituição Federal de 1988, tem apresentado marcada atuação no âmbito institucional, com uma visão dos problemas da sociedade brasileira que transcende aspectos meramente corporativos. Não sem dificuldades e tensões, tem participado dos grandes debates nacionais e da discussão de temas relacionados com o exercício da cidadania. No Congresso Nacional da Magistratura, convocado pela AMB e realizado em Recife, em 1986, apresentou teses coletivas dirigidas às questões mais universais, tais como: quantificação da propriedade urbana e rural; fixação de uma variação salarial de 1/6 entre o maior e o menor salário do País; eleição direta para os órgãos diretivos dos respectivos tribunais; e ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Naquele Congresso, a AMATRA IV, que ainda não iniciara seu processo de remessa de teses coletivas, aliou-se às

proposições da AJURIS, defendendo-as através de delegados⁶³¹. Após muitas discussões, boa parte das teses gaúchas foram aprovadas nas comissões e na sessão plenária. No entanto, na sistematização feita pela Entidade Nacional, aquelas que não diziam respeito exclusivamente aos direitos e prerrogativas da magistratura não foram encaminhadas ao Congresso Constituinte, o que denota a existência de verdadeiras '*clivagens*' dentro da instituição. E no curso da história das entidades representativas de magistrados, a ação da AJURIS e a participação ativa dos juízes gaúchos nos Congressos Nacionais da AMB não apenas estimularam a AMATRA IV no sentido de construir teses coletivas informadas por ideais democráticos mais amplos, como também impulsionaram, por dentro da Entidade nacional, um movimento interessante, que, ao menos em determinadas circunstâncias e em certos momentos, ampliou o curso de suas ações políticas concretas. Para as finalidades deste trabalho interessam, basicamente, as iniciativas da AJURIS em relação às reformas constitucionais em andamento. Para acompanhá-las, constituiu o Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais, coordenado pelo juiz Aymoré Pottes de Mello, cujo trabalho tem servido de subsídio às ações da Entidade, bem como às de parlamentares federais, gaúchos e de outros Estados⁶³². Tendo como princípio informador a defesa do Estado Democrático

⁶³¹ Foram delegados da AMATRA IV, com direito a voto, Paulo Orval P. Rodrigues, seu Presidente, Ronaldo José Lopes Leal, Terezinha Signori Correa, Rosa Maria W. Candiota da Rosa, Maria Guilhermina Miranda e esta autora, que, aproximando-se do juiz Amilton Bueno de Carvalho, passou, com outros colegas juízes do Trabalho, a integrar o grupo de discussão que se reunia na sede da AJURIS, mais tarde conhecido como grupo dos juízes alternativos.

⁶³² O processo da constituição orgânica do Grupo é interessante. Em fev. 95, Aymoré Roque Pottes de Mello representou Guinther Spode, então Presidente da AJURIS, em reunião da AMB, em Brasília (DF), tendo como um dos temas a reforma constitucional da Previdência Social que seria remetida pelo governo ao Congresso Nacional. Analisando a primeira versão, ainda oficiosa, elaborada pelo Ministério da Previdência Social e dando-se conta de que seu conteúdo propunha uma nova moldura jurídica para o Estado brasileiro, a partir das grandes linhas estruturais que criava para o funcionamento da Previdência Social no país, Pottes de Mello buscou conscientizar a diretoria da AJURIS sobre a gravidade institucional dessa reforma, tendo sido, então, convidado a desenvolver estudos e acompanhar seu andamento. Em mar. 95, a proposta foi encaminhada ao Congresso Nacional (PEC), tendo recebido na Câmara o nº 33/95. No processo, Pottes de Mello elaborou emenda substitutiva global que, mais tarde, foi adotada pela AMB e, como tal, apresentada pelo Deputado Régis Fernandes de Oliveira na Comissão Especial da Previdência Social. Por volta de abr./maio 95, as propostas de reforma da Constituição do governo se estenderam para outras áreas temáticas (Aparelho do Estado, do Judiciário, Tributária, etc.) passando a exigir estudos multidisciplinares de grande complexidade jurídico-legislativa e um campo de atuação política mais orgânico, legitimado pela AJURIS. Assim, foi criada, oficialmente, a Diretoria de Assuntos Constitucionais da Presidência da AJURIS (DAC-P), sendo Pottes de Mello seu titular. Neste contexto e dela fazendo parte, foi organizado o Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais (DAC-P/GEC), núcleo de trabalho com abrangência multidisciplinar, aglutinando juízes estaduais, do trabalho, federais e militares. Criado como centro de estudos legislativos e assessoria executiva da Presidência da AJURIS na área constitucional federal, o Grupo passou a trabalhar nas reformas constitucionais e infraconstitucionais. De fevereiro a

Constitucional, a autonomia do Poder Judiciário e a preservação dos direitos e garantias fundamentais, individuais e sociais, da cidadania brasileira, as ações do Grupo (DAC-P/GEC) observam as proposições aprovadas em congressos da AJURIS. Os estudos e ações realizadas pelos seus integrantes desenvolvem-se no espaço público, em todas as frentes nas quais as reformas constitucionais estão sendo debatidas, com o apoio da AJURIS.

Entre seus objetivos estão: a) acompanhamento do processo político das reformas constitucionais e infraconstitucionais em andamento junto às instituições competentes, tais como: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunais Superiores, Ministérios e demais órgãos do Poder Executivo Federal, entidades civis públicas e privadas, AMB e demais associações de magistrados; b) assessoramento à Presidência e Vice-Presidências da AJURIS no processo político das reformas, propondo planos, programas e projetos a serem desenvolvidos, elaborando seu planejamento estratégico e desenvolvendo, multidisciplinarmente, estudos e pesquisas jurídicas constitucionais e trabalhos legislativos alternativos (por exemplo, encaminhando a parlamentares projetos, emendas, emendas substitutivas globais ou parciais, pareceres, votos, votos em separado, destaques, etc.) às propostas que tramitam no Congresso Nacional, no âmbito do processo político das reformas constitucionais; c) encaminhamento e divulgação às coordenadorias regionais da AJURIS e aos seus associados, às entidades de magistrados, aos parlamentares e órgãos públicos e entidades civis interessadas ou participantes do processo de reforma constitucional, dos estudos, trabalhos e propostas legislativas elaboradas pelo Grupo; e d) promoção de palestras, seminários, congressos, etc., sobre o processo político da reforma constitucional, incentivando a participação e a tomada de consciência dos associados da AJURIS sobre seu significado e incentivando a integração entre os magistrados gaúchos das Justiças Estadual, Trabalhista, Federal e Militar.

No âmbito da magistratura gaúcha, seu ideário foi legitimado pela categoria em duas assembléias gerais e num congresso estadual tendo como tema, exclusivamente, as matérias objeto das reformas constitucionais em

abril/96, na gestão de Cláudio Baldino Maciel, a Diretoria de Assuntos Constitucionais foi, por consenso, exercida pelo Vice-Presidente Administrativo da AJURIS, Márcio Puggina. A partir de maio/96, Pottes de Mello reassume sua titularidade.

tramitação⁶³³. E respaldado pelas teses aprovadas no 3º Congresso Estadual da Magistratura - *A reforma constitucional*⁶³⁴, o Grupo elaborou um projeto substitutivo global para a reforma do Judiciário, apresentado na Comissão Especial da Reforma do Poder Judiciário da Câmara dos Deputados e com ampla divulgação perante às entidades representativas de magistrados, parlamentares e outros segmentos organizados da sociedade civil interessados na matéria⁶³⁵. As relevantes ações do Grupo, tanto internas quanto externas⁶³⁶, são, por certo, merecedoras de um estudo específico mais aprofundado. No entanto, e em face dos limites e objetivos deste trabalho, focalizam-se, basicamente, aquelas dirigidas ao projeto constitucional e infraconstitucional de reforma do Poder Judiciário. Nesse processo, a inserção de seus trabalhos em diversos segmentos representativos da sociedade, especialmente junto a alguns parlamentares, importou verdadeira guerra de posição, com alguns resultados políticos positivos. Na reforma constitucional do Judiciário, os estudos desenvolvidos pelo DAC-P/GEC serviram de base para a rejeição material - pelos integrantes da Comissão Especial da Reforma do Poder Judiciário - do substitutivo do Deputado Federal Jairo Carneiro, do PFL da Bahia, Relator das PECs 96/92 e 112/95, em discussão pontuada pelo

⁶³³ Neste Congresso da AJURIS, as proposições aprovadas, muitas delas encaminhadas por integrantes do Grupo, na linha da construção de um Estado democrático, respaldaram o substitutivo global para a reforma do Judiciário elaborado, bem como as ações políticas concretas que o Grupo passou a desenvolver. A Carta do Rio Grande do Sul, incluída no Anexo 1, reafirma o compromisso com a democracia. Ver Jornais da AJURIS n. 45, 46, 47 e 51.

⁶³⁴ Congresso organizado pela AJURIS, Porto Alegre, nov. 95, com participação de juizes das Justiças Estadual, Federal, do Trabalho e Militar, com atuação marcada dos integrantes do Grupo.

⁶³⁵ As propostas do Grupo sobre o Judiciário, incorporadas pelo substitutivo global referido, estão no *Suplemento* do Jornal de AJURIS, Ano IX, n.47, janeiro/96, Edição Especial, p. 1-16.

⁶³⁶ No plano externo, as ações se deram na Câmara dos Deputados e Senado Federal (Comissões permanentes e especiais, blocos e bancadas, parlamentares individuais, etc.), no Supremo Tribunal Federal e Tribunais superiores (STJ e TST), nos Ministérios pertinentes (da Previdência e Assistência Social, da Administração, da Justiça, etc.), no Tribunal de Contas da União, em associações de magistrados, órgãos e entidades acadêmicas, de representação sindical e da sociedade civil em geral. A emenda substitutiva da Previdência, referida em nota anterior, tem servido de base para a apresentação, por bloco partidário e parlamentares de oposição, de diversos destaques na votação da reforma da Previdência Social, visando a contribuir para a manutenção de valores jurídicos e sociais consagrados na CF/88 e tem servido como fator de atenuação das proposições contidas na proposta do governo (v.g.: manutenção do princípio da paridade entre vencimentos e proventos; derrubada da proposta de criação dos fundos privados complementares de pensão para o serviço público). O coordenador do Grupo, Pottes de Mello, e Guinther Spode prestaram depoimento na Comissão Especial da Reforma da Previdência Social da Câmara dos Deputados. O mesmo sucedeu na reforma Administrativa (do Aparelho do Estado), com resultado parcial positivo no primeiro turno da votação na Câmara (v.g.: manutenção do regime jurídico único; derrubada da proposta de criação do emprego público), vitória suprimida pelo Relator, como examinado em nota anterior. No plano interno, além da elaboração e divulgação dos trabalhos que realiza, participa da organização de eventos e auxilia no processo de conscientização dos associados,

Deputado Jarbas Lima, apoiado pelos Deputados José Genoíno, José Luiz Clerot, Régis de Oliveira, entre outros.

Embora o Grupo tenha elaborado um projeto global envolvendo o Capítulo da Constituição que trata do Poder Judiciário, o quadro político na Câmara dos Deputados e a forte base parlamentar governista no Congresso Nacional fez com que sua atuação junto à Comissão Especial de Reforma do Poder Judiciário se voltasse, precipuamente, à obstrução das possibilidades de ser implantado um modelo de Judiciário subserviente e retrógrado. Nessa perspectiva, desenvolveu trabalhos com diversos deputados integrantes daquela Comissão, seja sob forma de audiências com distribuição de material de análise das propostas, seja oferecendo estudos para apresentação de votos em separado, destacando-se as atividades realizadas com os seguintes deputados federais, em ordem alfabética: Jarbas Lima, José Genoíno, José Luiz Clerot, Mateus Schmidt, Milton Mendes e Régis Fernandes de Oliveira⁶³⁷

Obstaculizado o andamento da PEC que trata da reforma do Poder Judiciário - reafirmando-se que essa circunstância se deu muito pela ação concreta de intelectuais orgânicos coletivos que, extrapolando os limites

oferecendo apoio à Presidência da Entidade.

⁶³⁷ Com o Dep. Jarbas Lima, por exemplo, foram elaborados uma questão de ordem (esta referida em nota anterior) - levantando óbices constitucionais e regimentais à forma como se desenvolvia a reforma do Judiciário - e um voto de mérito, manifestando integral rejeição do Substitutivo proposto. Esses dois trabalhos estabeleceram verdadeiro contraditório com o substitutivo do Dep. Jairo Carneiro, norteando os debates em torno da questão judiciária no âmbito da Comissão Especial. Além disso, outras duas propostas de votos em separado foram apresentadas a parlamentares integrantes da Comissão, tendo sido aceitas como tal. Ademais, o Dep. José Genoíno, em seu voto de mérito, ao rejeitar o Substitutivo, propôs a forma de Conselho Nacional de Justiça elaborada pelo Grupo de Estudos da AJURIS. Salienta-se, ainda, que Pottes de Mello e Maria Helena M. Sulzbach, ambos do Grupo, foram convidados a depor na Comissão Especial da Reforma do Poder Judiciário da Câmara dos Deputados. Além dessas ações, o Grupo auxiliou a AJURIS na organização de eventos, dos quais também participou, visando a conscientizar os presentes dos perigos da aprovação das reformas propostas ou encampadas pelo governo FHC, elencando-se algumas delas: a) Congresso Estadual de Magistrados da AJURIS: a reforma constitucional, apresentando 28 proposições; b) assembleias gerais extraordinárias da AJURIS, tendo como tema as reformas; c) palestras sobre as reformas, com convidados especiais, dentre juristas e parlamentares; d) organização do Dia Nacional do Protesto pela Justiça e Cidadania, em 26 fev. 97; e) publicações e artigos doutrinários em quatro edições especiais do Jornal da AJURIS, n. 45, 46, 47 e 51; f) proposta de emenda substitutiva global à PEC 33-A/95-CD, da reforma da Previdência; g) projeto de emenda substitutiva global às PECs de 96-A/92 e 112-A/95-CD, da reforma do Judiciário; i) pareceres, emendas substitutivas parciais, votos, votos em separado, questão de ordem e destaques para votação em separado em temas como, entre outros: súmulas vinculantes, garantias da magistratura, democratização do acesso à Justiça e ações coletivas, autonomia do Judiciário, reforma do aparelho do Estado, reformas Administrativa e da Previdência Social, Privatização do Poder Judiciário; j) palestras na Câmara dos Deputados (Brasília): Comissão Especial da Ref. do Poder Judiciário e Comissão Especial da Reforma da Previdência Social; AMATRA IV (POA); Congresso Estadual da AGETRA (Santo Angelo); Coordenadorias Regionais da AJURIS (Santa Maria e Santa Cruz do Sul); Seminário da Justiça Federal - Seção Judiciária do RS (POA); e l) programas de rádio e televisão e outras atividades visando a discutir internamente e com a sociedade o perfil das reformas em andamento.

exclusivos da corporação, superaram aquele estágio *egoístico-passional* de que fala Gramsci -, a discussão sobre o efeito vinculante das decisões dos Tribunais Superiores volta a assumir relevância em face da tramitação de outros projetos envolvendo a reforma infraconstitucional do Judiciário, como ocorre com a PEC 54/95 do Senado Federal (hoje, PEC 500/97), incluída no período de votação extraordinária do Congresso e já referida em nota anterior. PEC de autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, é importante reafirmar ter sido defendida perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado por autoridades como o Ministro do STF, José Paulo Sepúlveda Pertence, o Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro e o Desembargador Paulo Medina, então Presidente da AMB⁶³⁸, como um caminho para a solução do congestionamento dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, encarada como mecanismo para responder às demandas de massa. Em sentido contrário orienta-se o trabalho do Grupo (DAC-P/GEC)⁶³⁹. E quanto à ação desenvolvida, tal como vem acontecendo com as demais reformas em andamento, tem buscado obstaculizar um processo de alteração burocrática do sistema judicial.

Pottes de Mello, em audiência pública na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, 21 de janeiro de 1998⁶⁴⁰, analisou as implicações da adoção do efeito vinculante e das súmulas com efeito vinculante no sistema de controle da constitucionalidade, mais especificamente as PECs 500/97 (PEC 54/96 - SF) e 517/97⁶⁴¹, pensada àquela. Não se pretende examinar o

⁶³⁸ Resgatam-se as referências de nota anterior, quando abordadas as raízes *patrimonialistas* do Estado brasileiro, sobre a postura dos dirigentes da AMB na questão das súmulas vinculantes, em reunião do Conselho de Representantes, Brasília, set. 96, quando, desprezando decisão do Congresso Nacional da Magistratura, buscaram desconstituir proposição de repúdio à idéia. Postura que abriu caminho para que seu então Presidente, Paulo Medina, defendesse perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, 17 abr. 97, o efeito vinculante. Observa-se, porém, que no XV Congresso Nacional da AMB, Recife, out. 97, os juízes brasileiros voltaram a repudiar a idéia de súmula vinculante, aprovando tese da AJURIS; são contradições que, apontando para 'nichos' dentro da estrutura do Poder, confirmam a *teoria relacional* de Poulantzas.

⁶³⁹ No substitutivo global elaborado, oferece alternativas interessantes e que poderão contribuir para agilizar o andamento dos feitos, sem que isso importe uma maior verticalização do Poder.

⁶⁴⁰ Pronunciamento incluído no Anexo 1 deste trabalho -.

⁶⁴¹ A PEC 517/97 propõe parágrafo terceiro ao art. 102 da CF, *verbis*: O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de três quintos de seus membros, após reiteradas decisões sobre questão processual controvertida e excluídas as matérias relativas aos direitos e garantias individuais, aprovar Súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento. Ou seja, possibilita ao STF, por decisão de 3/5 e após reiteradas decisões sobre questão processual controvertida e excluídas as matérias relativas aos direitos e garantias individuais, aprovar súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração pública direta e indireta, bem como revisá-las ou cancelá-las, sem que os cidadãos disponham de mecanismos

conteúdo dessas PECs e, tampouco, o das proposições elaboradas pelo Grupo, tarefa instigante, mas que extrapolaria os limites deste trabalho. O que se busca é sublinhar que as PECs 500/97 e 517/97, que introduzem substanciais alterações no sistema de controle da constitucionalidade das leis, estão informadas por um princípio de concentração autoritária de poder⁶⁴². Na oportunidade, foram submetidas aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados os estudos do Grupo e, invocando sólidos fundamentos, Pottes de Mello reiterou posição da magistratura gaúcha, que, reunida em assembléia geral da AJURIS⁶⁴³, rejeitou a proposta de súmula vinculante. Trata-se de tese que, encaminhada aos XIV e XV Congresso Brasileiro de Magistrados, promovidos pela AMB nos anos de 1995 e 1997, foi aprovada pela maioria dos presentes⁶⁴⁴.

Os integrantes do Grupo (DAC-P/GERC) têm desenvolvido esforços para que suas ações estratégicas, análises e trabalhos produzidos, possam contribuir para a construção de uma nova cultura jurídica. Na condição de intelectuais orgânicos coletivos e na perspectiva de *juízes-cidadãos*, comprometidos com a desconstrução de um certo *senso-comum* tradicional e com uma ordem social democrática, buscam influir na preservação do Estado Democrático Constitucional, incorporado pela Constituição de 1988.

Nesse caminho, sem desprezar todo um processo de discussão e de alianças com alguns segmentos organizados da sociedade e contando com o apoio de parcela significativa dos associados da AJURIS, da AMATRA IV e de outras entidades de magistrados e de operadores jurídicos, as ações políticas concretas do Grupo têm colaborado para que o processo de reforma constitucional se torne, ao menos em alguns aspectos, menos descriterioso e arbitrário.

eficazes de controle.

⁶⁴² A PEC 500/97 propõe nova redação ao par. 2º, do art. 102 da Constituição Federal: *Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros.* Ou seja, atribui eficácia contra todos e efeito vinculante às decisões do STF não apenas nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas declaratórias de constitucionalidade, mas em qualquer decisão definitiva de mérito, declarada por 2/3 de seus membros.

⁶⁴³ Essa assembléia aconteceu em Porto Alegre, out. 95.

⁶⁴⁴ Essa aprovação muito se deveu aos esforços da AJURIS que, num processo difícil, conseguiu, na sessão plenária, aprovar tese de repúdio à idéia, reafirmando a decisão do XIV Congresso, desrespeitada em reunião do Conselho de Representantes da AMB, em Brasília.

Por certo, essas ações não apresentam condições suficientes para provocar mudanças substanciais na sociedade, num sentido mais hegemônico. No entanto, têm possibilitado se verifique como é possível, dentro das esferas do Poder, impulsionar movimentos aptos à construção de parcelas de hegemonia⁶⁴⁵; é *guerra de posição*, levada a efeito dentro das instâncias jurídicas por intelectuais orgânicos, magistrados para a democracia, ao longo de difíceis e inquietantes lutas.

⁶⁴⁵ Reafirma-se que o processo de construção da contra-hegemonia, desde a óptica deste trabalho, pode ser visto, também, como decorrência do diálogo que se estabelece entre diversos movimentos microconsensuais, que, também, constroem suas parcelas de hegemonia.

Considerações finais: os magistrados orgânicos para a democracia

Ora, o que é a lei senão esta convenção sem a qual não poderemos sobreviver à desordem da natureza? A aniquilação da lei é, então, um ato suicida. (JOSÉ CASTELLO, prefácio ao livro de Jurandir Costa Freire, A ética e o espelho da cultura)

Baudelaire não esperava que esta, ou qualquer outra, nova vida perdure. Mas ela renascerá e continuará a renascer das contradições internas da rua. Essa possibilidade é um relance vital de esperança para o espírito do homem. (MARSHALL BERMAN, Tudo o que é sólido desmancha no ar)

A política é um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira. Tal esforço exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer - e toda a experiência histórica o confirma - que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível. Contudo, o homem capaz de semelhante esforço deve ser um chefe e não apenas um chefe, mas um herói, no mais simples sentido da palavra. E mesmo os que não sejam uma coisa nem outra devem armar-se da força de alma que lhes permita vencer o naufrágio de todas as suas esperanças. (MAX WEBER, Ciência e Política: duas vocações)

Como foi afirmado no início do primeiro capítulo desta dissertação, o trabalho do conceito permite um diagnóstico mais preciso da realidade para que alternativas transformadoras possam ser construídas.

Percebendo-se, a partir dos tipos weberianos **ideais** de dominação, a configuração, no Brasil, do tipo tradicional e seu subtipo, o *patrimonialismo* - forma de dominação incompatível com as garantias constitucionais contra o arbítrio -, busca-se, num primeiro momento, desconstruir uma esfera dessa ordem. E, num segundo, prospectivo, formulam-se alternativas transformadoras, rumo à constituição de uma nova ordem.

Percebendo-se que o projeto neoliberal - que nos países periféricos agrava o fenômeno da exclusão social, amplia as inseguranças no mundo do trabalho e afirma a divisão entre *incluídos* e *sobrantes* - demonstra visíveis sinais de esgotamento em Estados historicamente construídos como representação coletiva da racionalidade moderna, aponta-se para a necessidade de que o Estado seja transformado *num outro* e que, permeado pelas pressões da sociedade civil, mais se aproxime dos ideais da modernidade. Nesse sentido, visualizado o Estado não apenas em seu aspecto repressivo, mas a partir de um conceito *ampliado* - englobando a sociedade civil, com as tensões próprias de um mundo que se globaliza - e

percebido como *relação*, buscam-se caminhos possíveis para a formação de redes de solidariedade e para a constituição de um novo *senso-comum*.

Esse processo, lento e contraditório, que enfrenta as heranças de uma visão *patrimonialista* e autocrática de Estado, não prescinde do aprimoramento de formas eficazes de representação popular, pela *via indireta*, visando a transformá-lo. No entanto, não se pode desconsiderar os movimentos sociais e o desenvolvimento de novas formas de *democracia direta*; dois movimentos que devem ser articulados e não justapostos. As formas como pode ser operada essa articulação, evitando-se o paralelismo de uma justaposição alienante, é questão a ser enfrentada no processo de discussão que inclui os operadores do direito.

Com uma realidade assim contextualizada, os operadores jurídicos, intelectuais orgânicos comprometidos com a democracia, preocupados com as armadilhas da idéia da desnecessidade do Estado e do extravasar de uma subjetividade antipública e de uma ideologia antiestatal, produtora do desprezo pela esfera pública, apontam para a importância do Estado como instância universalizadora de direitos, quando princípios jurídicos são internalizados como necessidade. E apostando, também, na construção de espaços públicos não estatais, reivindicam a consolidação de uma nova ordem, fraterna e solidária.

✓E os juízes, preocupados com o processo de fragmentação que se opera na sociedade brasileira neste final de século, adotam novas dimensões no pensar e no agir. Marcados que são por suas visões de mundo, assumem a não-neutralidade de suas decisões. No julgamento, não negam o conflito que subjaz a norma positivada, entendendo-o como ato de poder, como ato político que participa da construção da esfera pública. Sabem que o julgamento implica a escolha de valores em conflito e que a própria escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos⁶⁴⁶. Essa escolha traz à tona a distinção entre duas éticas weberianas: a *ética da convicção* e a *ética da responsabilidade*. A *ética da convicção*, fundada somente na dimensão valorativa dos objetos, na pureza das intenções, é a-histórica, a-cósmica, descontextualizada, indiferente às particularidades da conjuntura às quais se submete a política. A *ética da responsabilidade*, que admite a violência como instrumento específico da política e expõe-se às consequências, é compatível

⁶⁴⁶ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 15.

com a atividade política. Reunindo racionalidade orientada a fins, essa ética pode dar conta do agir do magistrado orgânico para a democracia, no mundo ocidental⁶⁴⁷.

E os magistrados orgânicos comprometidos com a construção democrática⁶⁴⁸ (sabedores de que somente poderão exercer, de forma construtiva e eficaz, a função criadora do Direito, na condição de agentes da transformação social, quando integrados num processo mais amplo de discussão com vários segmentos da sociedade) ultrapassam o estágio *egoístico-passional* de que fala Gramsci, construindo propostas que, uma vez elevadas a um patamar mais universal, impulsionam o processo de formação de parcelas de hegemonia, importante para a constituição de novas crenças. Sabedores de que criar uma nova cultura jurídica significa, sobretudo, difundir criticamente as proposições elaboradas coletivamente, transformando-as em base de ações concretas vitais⁶⁴⁹, pressionam - em suas entidades representativas e numa rede de alianças com vários segmentos da sociedade - para que projetos-de-lei e de emendas à Constituição de conteúdo neoliberal não sejam aprovados, para que um novo modelo de Estado seja implantado, para que direitos incorporados aos textos legais sejam efetivados, para que os excluídos tenham lugar nas pautas que discutem direitos e tutelas mínimas, com superação da dicotomia *incluídos x sobrantes*. Isso porque sabem que se tais redes não forem constituídas, se o diálogo entre os diversos movimentos que também controem suas parcelas de hegemonia não for estabelecido, se o campo das resistências não for ampliado, o resultado poderá ser um daqueles indicados por O'Donnell, ou seja, a afirmação de uma forma, mais severa, de *regime autoritário*.

Essa é a preocupação dos magistrados orgânicos que sonham com uma sociedade mais justa e com um Judiciário que cumpra sua função de efetivar e de ampliar direitos. Impulsionados por esse sonho, suas ações, tanto no ato de julgar, quanto num processo mais amplo que busque concretizar os ideais da modernidade para o Direito, podem ser humanizadoras. Com uma visão mais universal e superando questões meramente corporativas, esses magistrados

⁶⁴⁷ Ver ARGÜELLO, Katie. Mundo perfeito: nem possível, nem desejável. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de (Org.) *Max Weber: direito e modernidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 73-107.

⁶⁴⁸ ARRUDA JR, Edmundo Lima de. *Magistrados, (des)ordem jurídica e construção democrática*. palestra citada, IIII CONAMAT, Fortaleza, maio/97, s.ed.

⁶⁴⁹ GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. op. cit., p. 11-30.

podem contribuir para a superação de um certo *senso-comum* tradicional, impulsionando, por dentro das instâncias jurídicas, a constituição de parcelas de hegemonia, rumo à conquista democrática. É nesse sentido, mas sem deixar de reconhecer que o cenário no qual suas ações políticas são desenvolvidas remete ao binômio *democracia* versus *barbárie*, que esses intelectuais apontam para a realidade do *coletivo*⁶⁵⁰ como uma *idéia força* apta a provocar movimentos transformadores e, também, enfatizam alguns mecanismos institucionais que possibilitem a interação Estado x sociedade civil, num sentido democratizador.]

Em resumo, esta dissertação concebe o *tipo-ideal* do magistrado orgânico para a democracia. No estudo de caso que apresenta, elenca as condições preenchidas e indica as possibilidades concretas de que: a) esses magistrados podem ser conceituados como intelectuais orgânicos; b) esses intelectuais orgânicos, reunidos em suas entidades representativas e superando questões meramente corporativas, participam do processo de concretização de uma vontade coletiva⁶⁵¹, impulsionando, por dentro das instâncias jurídicas, a constituição de parcelas de hegemonia; e c) a atitude ética da reconstrução do Direito (o *Estado-ético*) pode abrir outras possibilidades ao Estado (sociedade política + sociedade civil) no sentido da vulgarização de princípios jurídicos universalizantes, possibilitando a concretização dos ideais da modernidade para o Direito. Por outro lado, percebendo-se de uma forma realista a ação política desses intelectuais orgânicos, não se pode deixar de assinalar a existência de um movimento pendular entre posições progressistas e conservadoras, indicando-se alguns limites: a) a conjuntura mais geral político-econômica e a flutuação ideológica dos setores medianos; b) a articulação, nas lutas democratizantes, dos setores medianos progressistas com os movimentos populares mais amplos; e c) os limites corporativos dos coletivos jurídicos. Esses limites não foram objeto de análise específica no decorrer deste trabalho, mas abrem um leque riquíssimo de questões para futuras pesquisas.

⁶⁵⁰ A *idéia força do coletivo*, quando informa as ações concretas de certas entidades de magistrados, tem propiciado o constituir de novas práticas, rumo à construção de uma nova cultura jurídica.

⁶⁵¹ Vontade coletiva como consciência de uma necessidade histórica e internalizada, protagonista de mudanças reais, *una volontà collettiva riconosciuta e affermata parzialmente nell'azione*. Ou seja, a vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação (*Quaderni*, p.1558).

A experiência dos magistrados gaúchos talvez possa ser considerada um *nicho* não representativo da real organicidade dos magistrados brasileiros, mas, certamente, atesta um caso revelador de um gérmen: o da possibilidade histórica da constituição de um movimento contra-hegemônico num terreno tradicionalmente marcado pelo conservadorismo e que, segundo um certo *senso-comum* tradicional, é imune à luta de classes. Sua continuidade, refluxos, avanços, retrocessos, dependerá de inúmeras variáveis que ao cientista não cabe, de antemão, prever. / Em todo caso, consiste na confirmação de que a *utopia* não morreu e de que é possível desenvolver uma *guerra de posição* no interior das instâncias jurídicas. /

Esta guerra, no estudo de caso aqui apresentado, é levada a efeito por um grupo de juízes reunidos em suas entidades representativas, ao longo de corajosas lutas. Coragem, entendida como *virtude necessária*, como *meio termo entre a covardia e a temeridade ou imprudência*⁶⁵²; ou seja, a coragem de que fala Guimarães Rosa, não por acaso escolhido como epígrafe, na introdução deste trabalho.

Utopia? Sim, porquanto esperanças revividas ao longo de difíceis lutas; sonho que impulsiona à vida.

⁶⁵² Sobre a atuação corajosa de certos magistrados, na condição de juízes-cidadãos, remete-se a AYDOS, Marco Aurélio D. O juiz-cidadão. In: ARRUDA JR, Emundo Lima de (Org.). *Lições de Direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 121-130.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Apresentação. *Revista da USP*, São Paulo, n.21, p.6-11, mar./maio, 1994.

AJURIS. Reforma constitucional. *Jornal da AJURIS*, Porto Alegre, v.9, n. 45, jul. 95.

_____. A reforma constitucional. *Jornal da AJURIS*, Porto Alegre, v.9, n. 46, nov. 95.

_____. Substitutivo global à reforma do Judiciário. *Suplemento do Jornal da AJURIS*, Porto Alegre, v.9, n.47, jan. 96, Edição Especial, p. 1-16.

_____. Mobilização estadual: juízes gaúchos realizam ato público pela cidadania e justiça. *Jornal da AJURIS*, Porto Alegre, v.11, n. 51, abr. 97.

_____. Questão de ordem e voto em separado do Deputado Federal Jarbas Lima. Comissão especial sobre a reforma da estrutura do Poder Judiciário: propostas de emenda constitucional n. 96-A/92 e 112-A/95. *Suplemento do Jornal da AJURIS*, Porto Alegre, v.11, n. 51, abr. 97, 36 p.

AMATRA IV. *Fazendo história: direito do trabalho no limiar do novo século*. São Paulo: LTr, 1994.

_____. *Direito em revista*, Porto Alegre, v.1, n. 4, dez. 94.

_____. *Direito em revista*, Porto Alegre, v.2, n. 4, abr./ag. 95.

ANDERSON, Perry. Balance del neoliberalismo: lecciones para la izquierda. In: <http://www.logicnet.com.mx/~jesuspc/rev8/balance.html>, 26 dez. 96, às 03:37 (texto apresentado em conferência na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, set. 95).

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9-23.

_____. As afinidades de Norberto Bobbio. In: ANDERSON, Perry. *Zona de compromisso*. São Paulo: Unesp, 1996, p. 9-66.

ANDERSON, Perry, THERBORN, Göran, BORÓN, Atílio, SADER, Emir e SALAMA, Pierre. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as*

políticas sociais e o Estado democrático. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.139-180.

ANOMIA Solidária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1996, p.1-2 (Editorial).

APPLE, Michael. Entrevista. In: LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Org.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. São Paulo: Cortez, 1996, p 73-114.

AQUINO, Luciane. Espanha recua. *Jornal Zero Hora*, 14 jan. 1998, p. 6 (reportagem especial).

ARGÜELLO, Katie. Dilemas do welfare state e ordem periférica. *Álter Ágora Revista do Curso de Direito da UFSC*, v. 1, n.2, p.40-5, nov. 1994.

_____. (Org.). *Direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. O mundo perfeito: nem possível, nem desejável. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de (Org.) *Max Weber: direito e modernidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996, p. 73-107.

_____. *O ícaro da modernidade: direito e política em Max Weber*. São Paulo: Acadêmica, 1997.

ARRUDA JR., Edmundo Lima de; BORGES FILHO, Nilson (Org.). *Gramsci: Estado, Direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

ARRUDA JR, Edmundo Lima de. (Org.) *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

_____. *Introdução à sociologia jurídica alternativa*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

_____. Gramsci: a democracia enquanto racionalidade jurídico-normativa - reflexões preliminares. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; BORGES FILHO, Nilson (Org.) *Gramsci: estado, direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995, p. 9-26.

_____. Gramsci e o direito: reflexões sobre novas juridicidades. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; BORGES FILHO, Nilson (Org.). *Gramsci: estado, direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995, p. 27-42.

_____. Neoliberalismo e reforma do Estado: o início da história do primeiro homem. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO

ALTERNATIVO, 3. Florianópolis, 1996. s.ed.(painel Modernidade jurídica e projeto neoliberal).

_____. (Org.). *Max Weber: direito e modernidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. *Direito moderno e mudança social: ensaios de sociologia jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

_____. *Direito e século XXI: conflito e ordem na onda neoliberal e pós-moderna*. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

_____. Magistrados, (des)ordem jurídica e construção democrática. In: CONGRESSO NACIONAL DA MAGISTRATURA TRABALHISTA (CONAMAT), 8. Fortaleza, 1997, s.ed.

_____. Os caminhos da globalização: alienação e emancipação. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 15-28.

ARRUDA, Hélio Mário. Formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho: arbitragem voluntária x arbitragem obrigatória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ALTERNATIVO DO TRABALHO, 3. Florianópolis, 1997, s. ed.

AYDOS, Marco Aurélio Dutra. O juiz-cidadão. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de. (Org.). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 130-212.

BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Antônio Gramsci. In: FERRI, Franco (Org.). *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. v.1, p. 11-69. (Atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos, Florença, 9-11 de dezembro de 1977).

_____. Gramsci: la filosofia della prassi como previsione, In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *Storia del marxismo*. Einaudi:Torino, 1981, t. III, p. 255-342.

_____. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. X., p. 13-128.

_____. Gramsci, para além de sua época e de seu país. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 11-24.

- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961/1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Coleção Retratos do Brasil 110).
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Caderno Dívida Externa*. São Paulo. n.6, set. 94.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. Nelson Rodrigues, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jan. 97, p. 2-2 (Caderno Dinheiro).
- _____. Apostasia do Banco Mundial, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 out. 97, p. 2-2 (Caderno Dinheiro).
- _____. Desemprego e irresignação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 abr. 98, p. 2-2 (Caderno Dinheiro).
- BAUDELAIRE, Charles Pierre. *Petits poèmes en prose; pequenos poemas em prosa*/Charles Pierre Baudelaire. 2. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 1996.
- _____. O pintor da vida moderna. In: COELHO, Teixeira (Org.) *Sobre a modernidade de Charles Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- BERGSON, H. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1973.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTOLOTTO, Rodrigo. PIB cresce e pobreza aumenta no país. *Folha de São Paulo*, 11 out. 96, p. 2-4.
- BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *As ideologias e poder em crise: pluralismo, democracia, socialismo, comunismo, terceira via e terceira força*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Polis, 1990.
- _____. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BORGES FILHO, Nilson. *Sobre o sagrado e o profano - civis e militares na política brasileira*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CAMPANA, Priscila. *O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e processo histórico*. Florianópolis, 1997 (Monografia de conclusão do curso de graduação em Direito, defendida e aprovada em

4 dez. 97, s.ed.).

CANEVACCI, Massimo. *Sincretismos: uma exploração das hibridações culturais*. São Paulo: Nobel, 1996.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

CAVALCANTI NETO, Paulo Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. Entrevista. In: LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Org.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 28-47.

COLLETI, Lucio. *Ultrapassando o marxismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo Brasileiro, uma ideologia de tantas caras. *Folha de São Paulo*, 24 fev. 85, p. 6-9.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 103-127.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Gramsci e a Construção Institucional da Democracia. In: ARGÜELO, Katie (Org.). *Direito e democracia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 61-78.

DAHL, Roberto A. *La democracia y sus críticos*. 2 ed. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1993.

DEMO, Pedro. *Pobreza política: polêmicas do nosso tempo*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Anuário dos Trabalhadores*. 4 ed. São Paulo: DIEESE, 1996.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2 v., 2. ed., revisada e ampliada. Porto Alegre-São Paulo: Globo-Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

- _____. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista da USP: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo*, São Paulo, n.17, p. 14-29, mar./abr./maio, 1993.
- _____. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FARIA, José Eduardo. *Os novos desafios da Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995.
- _____. Os desafios do Judiciário. *Revista da USP: Dossiê Judiciário*, São Paulo, n. 21, p. 46-57, mar./maio, 1994.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1997.
- FERREIRA DA SILVA, Rafael Damasceno. *Poder Judiciário e hegemonia: o caso dos magistrados alternativos do Rio Grande do Sul*. Florianópolis, 1995. (Dissertação de mestrado, defendida e aprovada no Centro de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina).
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antônio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FIORI, José Luis. O consenso de Washington. In: *Informa CUT*. São Paulo. n. 247, nov. 94, p. 14-16.
- FÓRUM NACIONAL SOBRE CONTRATO COLETIVO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL. *Debates do fórum nacional sobre contrato coletivo e relações de trabalho no Brasil: fórum nacional e fóruns regionais*. Brasília, Ministério do Trabalho, 1994.
- FREITAS, Jânio de. O desafio do emprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 96, p. 1-5.
- _____. Os transgressores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 fev. 98, p. 1-5.
- GENRO, Tarso; ALONSO, José Fialho. Brasil barato, elites caras. *Folha de São Paulo*, 4 jun. 96, p.1-3.
- GENRO, Tarso. Os Juízes contra a lei. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de (Org.). *Lições de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 17-27.
- _____. *Introdução crítica ao direito: estudos de filosofia do direito e do direito do trabalho*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1988.
- _____. *Na contramão da pré-história*. Porto Alegre: Artes e Ofícios,

1992.

- _____. *Utopia possível*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- _____. Um projeto para um programa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 94, p. 1-3. (Tendências/Debates).
- _____. Entre a solidão e a solidariedade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 96, p.5-3. (Caderno Mais).
- _____. O novo espaço público: 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 jun. 96, p. 5-3. (Caderno Mais).
- _____. Crise terminal do velho direito do trabalho. *Revista Anamatra*, Ano 8, n. 26, p. 24-26, Abr./maio 1996.
- _____. Direito e globalização. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 12 dez. 96, p. 4.
- _____. Globalitarismo e crise da política. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 97, p.1-3.
- _____. FHC, a soberba e a submissão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 nov. 97, p. 1-3.
- _____. O mundo globalizado e o Estado necessário. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 23 jul. 97, p. 1-4. (Gestão, Documento Especial).
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991 (Grandes obras da cultura universal; v. 3).
- GOLDING, Sue. *Gramsci's democratic theory: contributions to a post-liberal democracy*. Toronto: University of Toronto Press, 1992.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. La formation des intellectuels. In: *Gramsci dans le texte* (direction de François Ricci en collaboration avec Jean Bramant). Paris: Éditions Sociales, 1977.
- _____. *Quaderni del Carcere*. Editione critica dell' Instituto Gramsci (A cura di Valentino Gerratana). 4 V. Torino: Einaudi, 1975.
- _____. Carta enviada à mulher Julca do exílio, em Viena, 6 de março de 1924. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Orgs.). *Convite à leitura de Gramsci*. Introdução à edição portuguesa. Rio de Janeiro: Achiamé. s.d. p. 29-30.

- _____. Indiferentes. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achimé. s.d., p. 86-88.
- _____. Três princípios, três ordens. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achimé. s.d., p. 92-96.
- _____. Oprimidos e opressores. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à Leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achimé. s.d., p. 129-131.
- _____. A revolução contra o capital. In: CAVALCANTI NETO, Pedro Celso Uchôa; PICCONE, Paolo (Org.). *Convite à leitura de Gramsci*. Rio de Janeiro: Achimé. s.d., p. 118-120.
- _____. Democracia operária. In: GRAMSCI, Antônio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 33-37.
- _____. *A questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Concepção dialética da história*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, Antônio; BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRINBAUM, Ricardo. Freio faz Brasil perder competitividade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 abr. 98, p. 2-1 (Caderno mais).
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A crise do Poder Judiciário. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: RT, n. 98, p. 18-26, abr./junho de 1991.
- GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. 1.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEGEL, G.W.Friedrich. *Filosofia da história*. Brasília: UnB, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. Barbárie: o guia do usuário. In: SADER, Emir (Org.). O

mundo depois da queda. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 15-30.

_____. A crise atual das ideologias. In: SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 213- 226.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. In: *A Sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. Univ. UFRGS, 1995, p. 55-75.

_____. *A sociedade global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Teorias da globalização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JAMESON, Fredric. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Paidós, 1991.

_____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996

KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da oráxis: o pensamento de Marx no século XXI*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KRUSE, Ana Luiza H. et. al. *A propósito da justiça privada*. Fortaleza, 1997. s.ed.(tese aprovada no VIII CONAMAT).

LEMAÎTRE, Frédéric. La justice française suspend la fermeture de Renault-Vilvorde. *Le Monde*. Paris, dimanche 6 - lundi 7 avril 1997, p. 12.

LINS, Liana Cirne. Democracia participativa: valor que ultrapassa o orçamento. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITO ALTERNATIVO, 3. Florianópolis, 1996 (trabalho apresentado e aprovado).

LOGUÉRCIO, José Eymard. Formas de solução dos conflitos coletivos do trabalho: arbitragem?. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 193-208.

- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1996.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é o direito?* São Paulo: Brasiliense, 1962 (Coleção primeiros passos).
- LYRA FILHO, Roberto. *Para um direito sem dogmas*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1980.
- MACHIAVELLI, Nicolò. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- MALISKA, Marco Augusto. Operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; BORGES FILHO, Nilson (Org.). *Gramsci: Estado, Direito e sociedade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995. p. 71-97.
- MANACORDA, Mário A. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MARINHO, Luiz, ROSSETO, Miguel e GENRO, Tarso. FHC e o movimento sindical. *Folha de São Paulo*, 30 out. 97, p. 1-3.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política* (Borrador), 1857-1858. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971-1976, 2v., p. 30-31.
- _____. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.
- _____. *O Capital*; crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Seção IV, v. I, t.2.(Os economistas).
- _____. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã* [I - Feuerbach]. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 11-14.
- _____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, Tomo I, 1982, p. 417-512
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã* [I-Feuerbach]. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (Org.). *Crise do trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996. p. 27-54.

- _____. A desordem do trabalho. 1. reimp. São Paulo: Scritta, 1996.
- _____. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 39-49.
- _____. *35 horas: um novo patamar para a jornada semanal de trabalho*. Paris, 1998, s. ed.
- MELLO, Aymoré Pottes de. O enfrentamento da crise judiciária e a reforma constitucional. *Jornal da AJURIS*, n. 46, p. 23-27, nov. 1995.
- MILAN, Betty. Livro de Alan Sokal deixa Paris em chamas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 dez. 1997, p. 5-11 (Caderno mais).
- MORO, Tomas. *Utopia*. Madrid: Alianza Editorial (El libro de bolsillo), 1984.
- MÜNSTER, Arno. *Ernest Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 9, n. 26, p. 18-29, out. 1994.
- NUN, José. Elementos para una teoría de la democracia: Gramsci y el sentido comum, In: *Revista Mexicana de Sociología*. Ciudad del Mexico: UNAM, n. 43 (2), p. 21-53, 1987.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transiciones desde um governo autoritario 4: conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas*. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 24-28.
- _____. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. *Revista Praga Estudos Marxistas*, São Paulo, n.4, p. 31-42, dez. 1997.
- PATÚ, Gustavo. Dívida pública dobra com FHC e chega a R\$ 306bi. *Jornal Folha de São Paulo*, 27 fev. 98, p. 1-4.
- PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; ALVES JR., Antônio José. *Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no real*, resultado de pesquisa no Projeto de Estudos da Moeda e Sistemas Financeiros, IE/UFRJ, s.ed.

- _____. Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no real. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 out. 97, p. 2-2.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política brasileira: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PETRAS, James. Brasil: a retirada dos direitos sociais e trabalhistas. In: SEMINÁRIO ORGANIZADO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA DA UFSC, Florianópolis, out. 1996, s.ed.
- PILLA VARES, Luiz . Gramsci: hegemonia e partido. In: MARQUES, J. Luiz; PILLA VARES, Luiz (Org.) *Gramsci: cem anos de um pensamento vivo*. Porto Alegre: Palmarinca, s.d. p. 23-28.
- PINAUD, João Luiz Duboc. Estado e empresa pública. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 291-298.
- PINHEIRO, Pe. José Ernanne et. al. (Org.) *Ética, justiça e direito: reflexões sobre a reforma do Judiciário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- POCHMANN, Márcio. Sinais de final de festa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 97, p. 2-2.
- _____. *Recentes transformações econômicas e o trabalho no Brasil*, 1998, s. ed.
- _____. A segunda onda liberal sobre o trabalho no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jan. 98, p. 2-2.
- _____. O emprego e os mercadores de ilusões. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 22 out. 97, p. 2-2.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- RAMALHO NETO, Agostinho. Direito alternativo e marxismo: apontamentos para uma reflexão crítica. In: CARVALHO, Amilton Bueno de (Org.). *Revista de direito alternativo*. São Paulo: Acadêmica, n. 1, 1992, p. 37-56.
- _____. O Juiz-cidadão. In: *TRT em Revista: informativo da 4ª Região*, Ano 1, n. 02, jun. 94, p.19-21.
- RAMOS, Alexandre Luiz. A acumulação flexível, toyotismo e desregulamentação do direito do trabalho. In: ARRUDA JR, Edmundo

- Lima; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 244-256.
- RAMOS FILHO, Wilson. Direito pós-moderno: caos criativo e neoliberalismo. In: *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar*. Curitiba: Edibej, 1996, p. 81-114.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO EUROPÉIA. *Desregulamentação e emprego*. Belgica: Grupo de Política e Perspectiva, fev. 1996.
- ROSENFELD, Denis. *Introdução ao pensamento político de Hegel*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Política e liberdade em Hegel*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- ROSSETO, Miguel (Org.). *Reforma da previdência: lutar agora pelo direito dos trabalhadores*. Brasília: Gabinete 385, 1997.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RUIZ, Alícia. *Direito e psicanálise*, palestra realizada na FEMARGS, Porto Alegre, 4 out. 96, s.ed.
- RUIZ, Urbano. A função do juiz na sociedade em mudança. In: CONFERÊNCIA DOS ADVOGADOS, 16. Fortaleza, 1996, s.ed.
- RUSHEL, Ruy Rubem. A substituição processual e o Direito do Trabalho, Porto Alegre, set. 89. In: *Jornal da Amatra IV*, n. 2, Ano II, p. 6.
- SADEK, Maria Tereza e ARANTES, Rogério. A crise do Judiciário e a visão dos juízes. *Revista da USP :Dossiê Judiciário*, n.21, p. 34-45, mar./maio 94.
- SADER, Emir (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- SAES, Décio. *A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *O estado e a sociedade em Portugal: 1974-1988*. Lisboa: Ed. Afrontamento, 1990. (Biblioteca das Ciências do Homem - Sociologia, Epistemologia 12).
- _____. Os tribunais e a globalização. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 nov. 96, p 2.

- SASSOON, Anne. Entrevista. In: LINHARES, Célia Frazão; GARCIA, Regina Leite (Org.). *Dilemas de um final de século: o que pensam os intelectuais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 48-72.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte e seus juízes 1609 - 1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Coleção Estudos 50).
- SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo*. São Paulo: Campus, 1982.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo Fernandez. *Tecnologia e competitividade na economia brasileira*. São Paulo, 1998, s.ed.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. Florianópolis: Ed. UFSC/ São Paulo: Cortez, 1995.
- SOUSA JUNIOR, José Geraldo. *Para uma crítica da eficácia do direito: anomia e outros aspectos fundamentais*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1984.
- _____. O direito achado na rua: concepção e prática. In: *Revista Humanidades*, V. 8. Brasília: UnB, 1992. p. 495-497.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova república*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Estudos Brasileiros 92).
- SULZBACH, Maria Helena M. Reformas: administrativa e do judiciário. In: ARRUDA JR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). *Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho*. Curitiba: IBEJ, 1998, p. 221-230.
- _____. Os direitos dos trabalhadores, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 96, p. 1-3 (Tendências/Debates).
- TAVARES, Maria da Conceição. Globalitarismo e neobobismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 mar. 97, p. 2-5.
- _____. Memórias da transição democrática. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jan. 98, p. 2-9.
- _____. Acordo de investimentos, privatização e cidadania. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 98, p. 2-6.
- TOLEDO, José Roberto. Crise da Previdência Social é um problema de emprego. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 96, p.1-6.
- TRT em Revista: Informativo da 4ª Região*. v.1, n.2, jun. 1994.

- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. Rio de Janeiro - São Paulo: DIFEL, 1978. (Corpo e Alma do Brasil 55).
- VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1985, p. 191-224
- VIANNA, Luiz Werneck et. al. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- _____. *Economia y sociedade*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1974.
- WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WEIGERT, Sérgio. Razão e Modernidade: notas ao pensamento de Sérgio Paulo Rouanet. Paris 8-Saint-Denis. *Anthropologie et Sociologie du Politique*. CAPES, 1994-95, s.ed.
- _____. Anotações sobre a conjuntura política francesa. Paris, jun. 97, s.ed.
- WOLKMER, Antônio. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do Direito*. São Paulo: Alfa Omega, 1994.
- _____. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 2. ed., São Paulo: Acadêmica, 1995.
- WOOD, Stephen J. Toyotismo e/ou japonização, In: HIRATA, Helena (Org.). *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: EDUSP, 1993, p 49.
- ZAFFARONI, Eugênio Raúl. *Poder Judiciário: crise, acertos e desacertos*. São Paulo: RT, 1995.

Anexo

*Recordo ainda...E nada mais me importa...
Aqueles dias de uma luz tão mansa
Que me deixava, sempre, de lembrança,
Algum brinquedo novo à minha porta*
(MARIO QUINTANA)

*Os livros de poemas devem
ter margens largas e muitas
páginas em branco e
suficientes claros nas páginas
impressas, para que as crianças
possam enchê-los de
desenhos, - que passarão
também a fazer parte dos
poemas...*
(MARIO QUINTANA)

*Meu coração não se cansa
de ter esperança
de um dia ser tudo o que quer...*
(CAETANO VELOSO)

*Que noite mais comprida
desde que nasci.
Viajando parado. O escuro me
leva sem nunca chegar. Sem
pedir abençã
como vou saber que não vou sozinho?*
(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)

AMATRA

Associação dos Magistrados do Trabalho da 4.ª Região
Rua Rafael Saadi, 127 - Fone 33-5791
CEP 90.060 - Porto Alegre - RS

VI ENCONTRO REGIONAL DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

Os participantes do VI ENCONTRO REGIONAL DO MAGISTRADOS DO TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL vêm manifestar preocupação com a possibilidade de reformas constitucionais em questões fundamentais, como a autonomia do Poder Judiciário, estabilidade do servidor público, princípio da isonomia e direitos sociais.

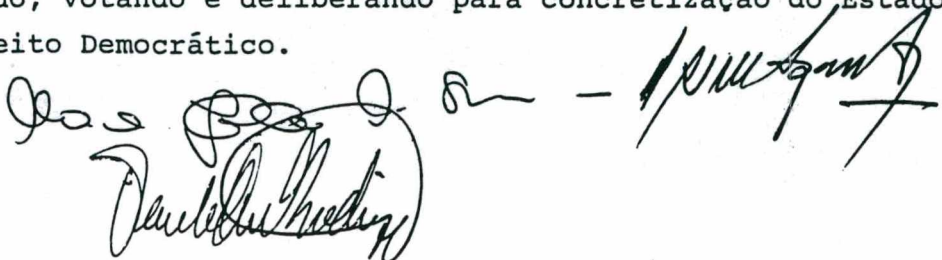
A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário (art.99 da C.F.) constitui garantia para o exercício independente da jurisdição, para o controle da legalidade dos atos dos demais Poderes e para efetivação do Estado Democrático de Direito, princípio impositivo adotado no art.1º da Lei Maior. A busca do equilíbrio entre os Poderes, com o fortalecimento do Judiciário e do Legislativo, norteou a atuação da Constituinte de 1988, constituindo um dos pilares básicos da Nova Carta.

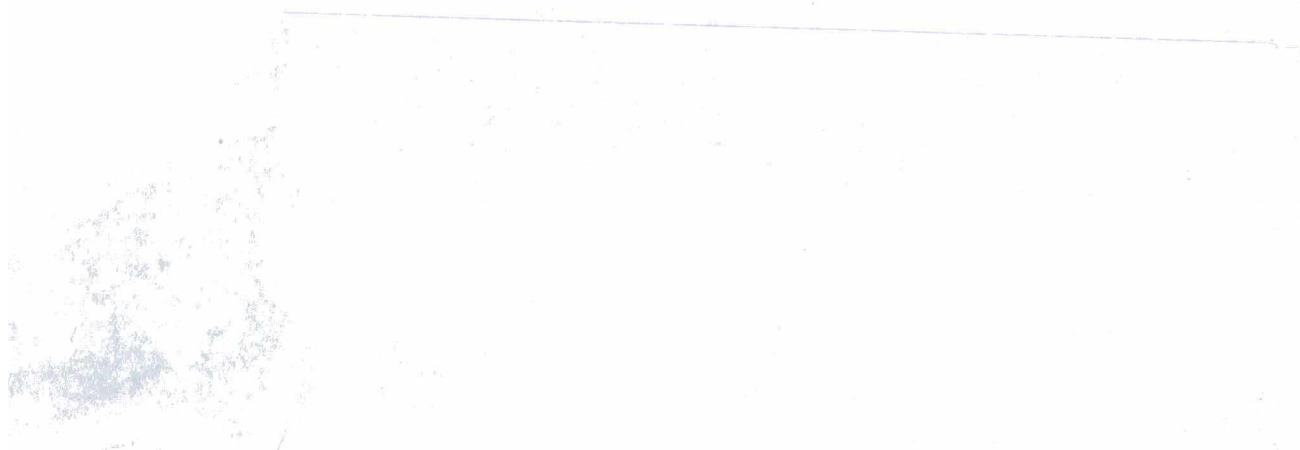
A proibição de vencimentos superiores no Legislativo e no Judiciário, aos pagos pelo Executivo, a isonomia dentro de cada Poder e a revisão de remuneração na mesma data e sem distinção de índices para todos os servidores, sejam civis ou militares, observa os princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade da administração pública.

A estabilidade do servidor público garante o funcionamento perene da Administração. O direito de dispor dos empregos públicos não deve pertencer a grupos políticos que passageiramente ocupem o poder. Se deficiências há na prestação dos serviços públicos, devem ser usados mecanismos legais para saná-los. Também com referência aos direitos sociais, se revisão houver, deverá essa procurar o equilíbrio das relações capital e trabalho na busca da harmonia social.

Não se atribua à Constituição responsabilidade pelo insucesso da política econômica. Certamente não reflete esta a vontade da maioria.

Por fim, registramos nossa confiança no Legislativo e expectativa de que o Congresso responda às necessidades nacionais, decidindo, votando e deliberando para concretização do Estado de Direito Democrático.



Moção aprovada no VI Encontro da AMATRA IV

NOTA OFICIAL CONJUNTA das Entidades sobre a reforma da previdência.

A **AJURIS** - Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, a **ANPR** - Associação Nacional dos Procuradores da República, a **AMP** - Associação do Ministério Público, a **ANFIP** - Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, o **SINDIFISP/RS** - Sindicato dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias do Estado do Rio Grande do Sul, a **AJUFE** - Associação dos Juizes Federais do Brasil, a **AMATRA IV** - Associação dos magistrados do Trabalho da 4a Região, a **APERGS** - Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul, a **AMAJME** - Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais e a **OAB/RS** - Ordem dos Advogados do Brasil/Seção RS, compartilhando a sua preocupação com os demais segmentos da sociedade diante da REFORMA PREVIDENCIÁRIA em curso no Congresso Nacional, vêm a público manifestar-se nos seguintes termos:

1. O processo de reformas constitucionais em tramitação tem se caracterizado por sua ilegitimidade e pela violação da ordem constitucional e regimental vigente, acarretando sérios danos ao regime democrático e ao Estado de Direito inaugurados em 1988 e ainda em fase de consolidação;

2. A reforma previdenciária aprovada no Senado modifica drasticamente a concepção do direito fundamental à previdência social ditado pela Constituição Federal, submetendo o previdenciamento nacional a REGIME DE LUCROS FINANCEIROS e tornando-o caudatário e dependente de FUNDOS PRIVADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e de COMPANHIAS SEGURADORAS PRIVADAS, mais uma vez privilegiando, na esteira do modelo econômico de exclusão social adotado, o capital financeiro em prejuízo da população trabalhadora brasileira, violando as salvaguardas constitucionais dos trabalhadores da iniciativa privada em geral e dos servidores públicos, subtraindo da cidadania garantias conferidas à magistratura e às carreiras típicas do Estado.

Isto considerado, as entidades ora signatárias unem-se em movimento que tem por objetivo a defesa do Estado Democrático de Direito, do pacto federativo e dos direitos e garantias individuais e sociais, conclamando a sociedade e os demais entes de representação coletiva a resgatar a consciência social de cidadania dos que detêm o poder político de decisão neste país, responsabilizando-os pelo imenso custo social que o modelo previdenciário proposto representa para o povo brasileiro e imputando-lhes os ônus históricos desse protagonismo no processo em curso. Por fim, manifestam-se pela REJEIÇÃO, na CÂMARA DOS DEPUTADOS, da PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL edificada pelo Senado Federal.

Porto Alegre, 11 de novembro de 1997."

Saudações, Marcelo De Nardi

Juiz Federal

Diretor de Relações Públicas da AJUFE: e-mail: marcelodenardi@trf4.rs.gov.br

EDITORIAL CORREIO DO POVO

Porto Alegre, terça-feira, 18 de novembro de 1997

AS REGRAS DO JOGO CONSTITUCIONAL

Reiniciado o processo de reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, ressurgem a preocupação com os vícios que invalidam a sua tramitação no Congresso e com o modelo previdenciário de exclusão social adotado, paradigmas do intento governista de aprovar, segundo a sua vontade imperial e com o máximo de celeridade, os projetos de interesse da banca neoliberal. Este grave cenário, também alvejado por denúncia pública encaminhada à Câmara em nota oficial conjunta da Ajuris, OAB-RS e várias entidades gaúchas de alta qualificação e representatividade, levou parlamentares a apresentarem questões de ordem na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação a fim de restaurar o senso de responsabilidade dos parlamentares na elaboração do ordenamento jurídico e alertá-los para os riscos que a democracia e o estado de direito correm diante da arbitrariedade e do desrespeito às regras constitucionais e regimentais que regulam o processo de modificação da Constituição e das leis do país.

Dentre essas questões de ordem, prepondera o aprofundado estudo apresentado pelo deputado Jarbas Lima, apontando a série de violações regimentais e inconstitucionalidades da proposta do Senado, que submete a Previdência Social a regime de lucros financeiros, tornando-a caudatária e dependente de fundos privados complementares e de seguradoras privadas, outra vez privilegiando o capital financeiro, na esteira do modelo econômico de exclusão social adotado pelo governo federal e em prejuízo da população trabalhadora, violando as salvaguardas constitucionais dos trabalhadores da iniciativa privada em geral e dos servidores públicos, ainda subtraindo da cidadania garantias conferidas à magistratura e às carreiras típicas do Estado, deixando-as indefesas às pressões e ingerências do poder econômico e político de ocasião.

Diante das questões levantadas na CCJR, oportuniza-se à Câmara legitimar-se na democracia representativa ou tornar-se moeda de troca caudatária de interesses políticos e financeiros espúrios. Na via da legitimação, deverá confirmar a ordem constitucional vigente e reafirmar o direito fundamental dos trabalhadores à Previdência Social, expungindo da PEC 33 os seus vícios regimentais e inconstitucionalidades. Na via caudatária, perpetrará um golpe contra o estado democrático de direito, a cabresto da implantação de um regime econômico de veneração dos mercados e total dependência ao capital financeiro internacional, em prejuízo dos trabalhadores, a exemplo do 'pacotão' da última semana.

SÚMULA DE PROPOSIÇÃO

COMISSÃO Nº: 02

PROPOSIÇÃO Nº:28

AUTOR(ES): MAGDA BARROS BIAVASCHI

ENUNCIADO:

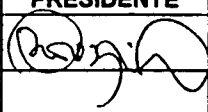
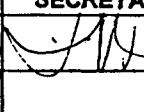
PROPOSIÇÃO 28:

Alterar a redação do art. 114 da Constituição Federal no aspecto referente ao Poder Normativo para que as partes, malograda a negociação coletiva, tenham a faculdade de acionar a Justiça do Trabalho, a qual, em arbitragem pública, poderá estabelecer normas e condições para as categorias, respeitadas as garantias mínimas asseguradas em lei.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Normativo, conquista importante da coletividade a possibilitar que o Estado via Judiciário, incida sobre os movimentos coletivos visando à universalização das conquistas das categorias mais organizadas, necessita reestruturação para que não se obstaculize o fortalecimento da organização sindical, em especial na restrição ao exercício do direito de greve quando declarada, pelos Tribunais, sua abusividade, como vem ocorrendo. Nesta linha, e malograda a negociação direta, a Justiça do Trabalho poderá ser acionada pelas partes para que como árbitro público, solucione o conflito, estabelecendo condições para as categorias, respeitadas as disposições legais mínimas de proteção ao trabalho.

Com a arbitragem pública o Estado, concebido como pólo de lutas, assume seu papel fundamental de participação efetiva no processo de transformação, não como mero enunciator de conflitos, mas como agente direto. Sendo irrecurável a decisão, suprime-se o recurso das decisões em dissídios coletivos para o Tribunal Superior do Trabalho, ficando situada no Estado, resgatando-se, assim, o pacto federativo.

DELIBERAÇÃO ÓRGÃO	APROVADA	REPROVADA	PRESIDENTE	SECRETÁRIO
COMISSÃO TEMÁTICA	Unanimidade			
ASSEMBLÉIA GERAL				

PROPOSIÇÃO.: 028

ENUNCIADO: Alterar a redação do art. 114 da Constituição Federal no aspecto referente ao Poder Normativo para que as partes, malograda a negociação coletiva, tenham a faculdade de acionar a Justiça do Trabalho, a qual, em arbitragem pública, poderá estabelecer normas e condições para as categorias, respeitadas as garantias mínimas asseguradas em lei.

**COMISSÃO
TEMÁTICA**

APROVADA

UNÂNIME

**ASSEMBLÉIA
GERAL**

APROVADA

43 X 00

**3º CONGRESSO ESTADUAL DA MAGISTRATURA - A REFORMA
CONSTITUCIONAL - PORTO ALEGRE, 9 e 10/NOV/95**

SÚMULA DE PROPOSIÇÃO

COMISSÃO Nº: 02

PROPOSIÇÃO Nº: 29

AUTOR(ES): MAGDA BARROS BIAVASCHI

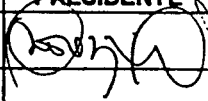
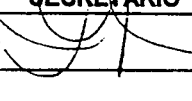
ENUNCIADO:

PROPOSIÇÃO 29: Ampliar a competência da Justiça do Trabalho para nela incluir os conflitos relacionados com a própria organização do Trabalho, tais como os litígios decorrentes do exercício do direito de greve.

JUSTIFICATIVA:

JUSTIFICATIVA: O Direito do Trabalho, que nasce de uma realidade social singular e diferenciado, é informado por princípio próprio visando a correção das desigualdades sociais. A Justiça do Trabalho, que opera esse ramo do Direito, deve, assim, ter sua competência ampliada para solucionar todos os conflitos que decorrem da organização do trabalho.

PROPOSIÇÃO.: 029	COMISSÃO TEMÁTICA	ASSEMBLÉIA GERAL
ENUNCIADO: Ampliar a competência da Justiça do Trabalho para nela incluir os conflitos relacionados com a própria organização do Trabalho, tais como os litígios decorrentes do exercício do direito de greve..	APROVADA 28 X 05	APROVADA 25 X 08

DELIBERAÇÃO ORGÃO	APROVADA	REPROVADA	PRESIDENTE	SECRETÁRIO
COMISSÃO TEMÁTICA	28x5			
ASSEMBLÉIA GERAL				

Transcrição de certas resoluções do XV Congresso Brasileiro de Magistrados, da AMB, oriundas da ação e de propostas da AJURIS.

XV CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS

Na Sessão Plenária Deliberativa, realizada no dia 28 de outubro de 1997, presidida pelo Presidente da AMB, após submetidas a votação nos termos do Regimento Interno, foram aprovadas pelos Congressistas as seguintes proposições e moções:

[...]

PROPOSIÇÃO N° 02

TEMA: A Súmula Vinculante e a Independência Jurídica do Juiz

O XV Congresso Brasileiro de Magistrados se manifesta contrariamente à adoção de súmulas vinculantes, por se tratar de mecanismo antidemocrático e autoritário, que suprime a independência do Juiz e contraria a Constituição **(aprovada por maioria)**.

PROPOSIÇÃO N° 03

TEMA: A Súmula Vinculante e a Independência Jurídica do Juiz

O XV Congresso Brasileiro de Magistrados se manifesta pela adoção de Súmula Impeditiva de Recursos, podendo, nesse fim, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores, de ofício ou por provocação, mediante decisão fundamentada de quatro quintos de seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria, aprovar a Súmula e declarar que o seu enunciado constituir-se-á em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que houver aplicado **(aprovada por maioria)**.

PROPOSIÇÃO N° 04

TEMA: As Relações entre os Poderes da República

O Processo de Reforma Constitucional que se instalou no país, não tem obedecido, em muitos casos, aos limites formais e materiais que o Poder Constituinte Originário impôs ao Poder Constituinte, violentando princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e colocando em risco o Estado Democrático de Direito. Neste contexto, quando o Poder Legislativo não efetua o controle político da constitucionalidade, papel fundamental de defesa da normalidade constitucional e democrática cabe ao Supremo Tribunal Federal, que deve ser acionado pela AMB na via do controle concentrado para, com independência e verticalidade, não permitir seja a Carta Magna reformada além dos limites que ela impõe **(aprovada por maioria)**.

[...]

PROPOSIÇÃO N° 07

TEMA: Direitos Humanos no Brasil e na América Latina

Deve ser retirado da competência da Justiça Estadual Militar o processo e julgamento dos crimes praticados no policiamento contra civis **(aprovada por maioria)**.

PROPOSIÇÃO N° 08

TEMA: A Democratização do Poder Judiciário

É necessário que seja conscientizada a população sobre a importância de um Poder Judiciário independente no regime democrático. Nesse alcance, os magistrados, por meio de suas associações, deverão estabelecer contatos diretos com a comunidade, realizando reuniões e palestras, para informá-la sobre as atividades do Judiciário, buscar subsídios para o constante aprimoramento da qualidade da jurisdição e alertá-la sobre

os verdadeiros objetivos daqueles que querem desestruturar e enfraquecer o Poder Judiciário **(aprovada por unanimidade)**

[...]

PROPOSIÇÃO Nº 10

TEMA: A Democratização do Poder Judiciário

Para democratizar o processo de escolha dos membros dos órgãos diretivos dos Tribunais, deve ser obrigatória a eleição direta pelo voto de todos os Juízes em atividade na respectiva função (art. 96, inciso I, "a" da CF) **(aprovada por maioria)**.

PROPOSIÇÃO Nº 11

TEMA: A Democratização do Poder Judiciário

Em face da previsão contida no inciso X do art. 93 da Constituição Federal, as decisões de recusa de promoção de juízes por antiguidade (art. 93, II, "d" da CF) devem ocorrer através de votos fundamentados, sob pena de nulidade e, em havendo recusa, torna-se obrigatória a instauração de processo disciplinar **(aprovada por maioria)**.

[...]

PROPOSIÇÃO Nº 13

TEMA: A Democratização do Poder Judiciário

O XV Congresso Brasileiro de Magistrados se manifesta contra toda e qualquer prática de nepotismo no Poder Judiciário, defendendo, de imediato, a aplicação do aart. 10 da Lei nº 9.421/96, com a exoneração, destarte, dos atuais ocupantes de cargo em comissão que não tenham ingressado no serviço público através de concurso" **(aprovada por maioria)**.

[...]

Des. Paulo Medina

Presidente da AMB e da Sessão Plenária

Juiz José Fernandes de Lemos

Presidente da AMEPE, da Comissão Organizadora e da Comissão Especial Temática

Juiz Leopoldo de Arruda Raposo

Coordenador Geral do Congresso e Secretário da Sessão

**A APLICAÇÃO DO EFEITO VINCULANTE/SÚMULA VINCULANTE
NO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO:
AS PEC's n°s. 500/97 (PEC n° 54/96-SF) E 517/97.**

Aymoré Roque Pottes de Mello ^(*)

Juiz do Tribunal de Alçada do RS - Professor Universitário

Diretor de Assuntos Constitucionais da AJURIS, gestões 94/95

e 96/97, e Coordenador do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais.

1. AS RAÍZES GENÉRICAS DA CRISE.

Trata-se de analisar, nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposta de emenda constitucional n°. 500/97, da Câmara dos Deputados, a partir do conteúdo propositivo que lhe foi dado pelo Senado Federal, de onde é originária e foi legislativamente processada como a proposta de emenda constitucional n°. 54/95, registrando-se que, nesta Casa, recebeu o apensamento da PEC n°. 517/97.

Preliminarmente ao enfrentamento do tema proposto, de conveniência proceder breve exame de situacionamento dessas propostas no cenário político pertinente às reformas constitucionais em curso no Congresso Nacional, a fim de que, diante de visão analítica de conjuntura, melhor se possa aquilatar a natureza, dimensão e efeitos dos projetos legislativos ora sob comentário.

Inserida numa sociedade de massas voltada para o consumo e no bojo de uma economia de Terceiro Mundo sustentada por moldura altamente concentradora de renda, a crise política do Estado brasileiro escancarou-se nos anos 80. O retorno às práticas democráticas fortaleceu o Estado de Direito e, como consequência do desenvolvimento da consciência política nacional, desembocou na Constituinte Originária de 1988, daí emergindo a denominada "Carta Cidadã", consagradora de substantivas conquistas da Sociedade brasileira no plano distributivo dos direitos e garantias fundamentais - individuais, sociais, difusos e coletivos -, a maior parte deles fruto de históricos pleitos e árduas lutas por várias décadas.

Promulgada, a Carta de 88 gerou um processo coletivo de levantamento de expectativas na sociedade brasileira, em paralelo ao início de desenvolvimento sustentado, no plano comportamental, da sua consciência crítica no exercício da cidadania. Este dinâmico quadro de perspectivas sociais, somado à massa de miserabilidade econômica de amplos segmentos populacionais ávidos de reivindicações, entra em choque, todavia, com a estrutura operacional de base do Estado brasileiro. O embate, no início deste processo, trava-se na esfera político-econômica pública, e, ao depois, com a estabilização da moeda, também no segmento privado. Nos dois setores, inevitavelmente entrelaçados no plano político e econômico, o resultado é identicamente frustrante no plano das expectativas sociais geradas. Na área pública, as demandas sociais reprimidas revelam as distorções do Estado organicamente imperial, funcionalmente corporativo, economicamente clientelista e socialmente inadimplente; na área de iniciativa privada, escancara-se a selvageria e volatilidade dos capitais financeiros, a fragilidade do sistema bancário, a precariedade de sustentação econômica dos parques produtivos nacionais, o clientelismo dependente das verbas públicas e, até por consequência, a incipiência e inconstância dos mercados de trabalho e de consumo, de par com altas taxas de desemprego, baixos níveis salariais,

crescimento geométrico do mercado informal de trabalho e notável incremento nos índices de inadimplência empresarial e civil.

E porque inegável, a crise passa a mobilizar os principais e históricos atores da cena política nacional e instaura um verdadeiro e litigioso processo de disputa pelo poder de **produzir e direcionar** a sua **solução**. Como costuma acontecer em querelas deste gênero e dimensão, as facções litigantes fazem proliferar os movimentos redistributivos de culpas e de isenções de responsabilidade, não só a fim de mascarar os reais intentos revisionistas do processo de manutenção e/ou tomada do poder, mas também com o objetivo de criar clima de emocionalidade no enfrentamento das questões, assim propiciando terreno fértil ao surgimento de ambientes difusamente dúbios, facilitadores das ações transacionais assecuratórias do atingimento das soluções e metas hegemônicas celebrizadas por Lampedusa em "O Leopardo". Para os tradicionais atores dessa cena política, historicamente nada há de mais perigoso do que uma legítima crise do sistema dogmático, âmbito em que a incontornável auto-admissibilidade - ou confissão - de ineficiência e ineficácia dos modelos institucionais pode gerar resultados e/ou soluções de alto risco - autênticas caixas de Pandora - para as supremacias estabelecidas.

Na área pública, então, sob ótica vertical, a União passa a protagonizar procedimentos autofágicos com os Estados e Municípios, em luta generalizante e redistributiva dos serviços e receitas, assim pretendendo aumentar a sua participação nestas e livrar-se da execução daqueles, inaugurando práticas políticas que objetivam o estabelecimento do Estado Unitário e hegemônico, enquanto que, no plano doutrinário, passa a desenvolver princípios, diretrizes e ações de governo atreladas aos princípios doutrinários apregoados pelo neoliberalismo engendrado por Frederick Hayek e a Société du Mont Pélerin na década de 40, nos dias atuais de conhecidas e funestas consequências sociais no México, Argentina, Chile, Bolívia e, mais recentemente, nos denominados "Tigres Asiáticos". Na ótica horizontal, o Executivo Federal estabelece, de um lado, práticas mutualistas partidárias que subsumem a dominação política do Congresso Nacional, e, de outro, a atribuição de responsabilidade, ao Poder Judiciário, pela geração de altos níveis de insegurança jurídica para os investimentos produtivos, além da falta de efetividade jurisdicional como matriz de instauração de moratória no implemento das políticas públicas. Na área da iniciativa privada, seus agentes corporativos assistem e incentivam o aprofundamento desse quadro contristador, e, através de preposições políticas e partidárias, buscam viabilizar a formação do Estado Mínimo, a aquisição vil do patrimônio público e a privatização dos (deficitários ?) serviços estatais.

Nesse processo de disputa de poder entre os atores da cena nacional, a crise política do Estado transforma-se em fator de "ingovernabilidade", justificativa que o Poder Executivo central e suas alianças partidárias encontram para imputar à rígida "Constituição Cidadã" toda a sorte de responsabilidades pelas mazelas brasileiras. Identificada a culpada, de imediato surge o veredito-solução: tornar flexível a Carta de 1988, desconstitucionalizando-a naqueles assuntos de interesse liberatório do Governo, reformando-a nos temas de inconveniência ou obstaculização política.

2. A CRISE DO PODER JUDICIÁRIO.

A crise institucional de sistemas políticos dogmáticos e hegemônicos, quando pacífica, carrega no seu bojo enorme potencial de mudanças em todos os setores da cena nacional, pois retrata o esgotamento, em níveis os mais variados - mas sempre avariados -, das supremacias e modelos vigentes. Tomisticamente considerada, a inexorabilidade dessa crise pode ser transformada em poderosa diáspora para a correção de rumos distorcidos e construção de estruturas objetivas que alavanquem a sua superação e permitam a edificação de um futuro melhor e socialmente mais justo para a cidadania no médio prazo. A questão reside, consoante já referido, em produzir e direcionar suas soluções em consonância com essas finalidades, de evidente e insubstituível cunho humanístico. Foi-se a época em que, acreditava-se, alguns construiriam durante certo tempo o bolo, para depois - e nenhum algum - repartirem-no com todos.

Natural, pois, que a crise judiciária seja parte integrante e emergente de uma crise conjuntural do Estado brasileiro, tendo contribuído interna e externamente para a sua formação e surgimento. Por igual cristalino que a tomada de consciência sobre a crise judiciária, por parte dos operadores e atores nela envolvidos, seguida da formulação de planejamentos estratégicos objetivos e programas e projetos de saneamento consistente das distorções atuais, permitirá a estruturação de um Poder Judiciário apto ao eficiente e eficaz atendimento dos pleitos da cidadania. Entretanto, para que tal ocorra, torna-se indispensável um profundo, sério e desapassionado exame diagnóstico e de situacionamento da questão judiciária brasileira, a identificação das suas raízes, contornos e efeitos, bem como a sua comparação com os modelos judiciários existentes no mundo contemporâneo, suas principais características, defeitos e virtudes. Assim procedendo-se, ficam de pronto afastados os vícios do emocionalismo, os ranços do corporativismo, as irresponsabilidades do voluntarismo ignorante e serviçal, a prepotência da hierarquia cega e obscurantista, os casuísmos das soluções subjetivas, interesseiras e subalternas, a tutela de posturas bonapartistas e saudosismos gongóricos. Então, e só então, ter-se-á legitimação ética e firmes condições de equacionamento sustentado da questão judiciária brasileira.

No clima originado pela ânsia reformista para alcance da tão apregoada "governabilidade" no plano federal, numerosas propostas de reforma da Carta de 1.988 vêm sendo postas à apreciação do Congresso Nacional, âmbito em que o Judiciário tem merecido destaque como "Poder em crise", sendo revelada profunda insatisfação com o baixo nível de atendimento de suas atribuições constitucionais. Por isso e mediante discurso que parte de premissas equivocadas na maioria das vezes, a necessidade da reforma da estrutura judiciária coloca-se como sentimento quase que generalizado entre os detentores do poder para tanto. Todavia, para que as apregoadas reformas não resultem no desmantelamento do Judiciário como Poder de Estado, enfraquecendo-o ao ponto de torná-lo um mero serviço estatal subordinado aos interesses e controle dos governos que se sucedem, é preciso que se tenha presente a globalidade das causas da "crise da Justiça" - constituída por vasto elenco -, atrelada à inegável crise do Estado e do Direito.

A sociedade brasileira, em curto espaço de tempo, adquiriu nova identidade: em 1.940, apenas 32% da sua população pertenciam à zona urbana, ao passo que em 1.980 esse percentual subiu para 68%, concentrando 90% dos brasileiros na condição de pobres a miseráveis. A partir de 1.985, com o paulatino ressurgimento da democracia como princípio básico e com a reafirmação do Judiciário como Poder, o questionamento e a impugnação popular às ações e omissões governamentais passou a ser rotineiro nas lides

forenses, gerando uma explosão de demandas - liberando a "litigiosidade contida", no sentir do Ministro Sepúlveda Pertence - e colocando em contraposição os novos conflitos sociais com leis envelhecidas e formação técnica defasada. O final do regime militar resultou no abandono de políticas de crescimento forçado e artificial, tornando-se inescandíveis e agravadas as misérias e demais mazelas sociais. Os conflitos passaram de individuais a intercoletivos, ou travados entre coletividades e Governo, gerando grupos massivos de lesados, tais como aposentados, trabalhadores e contribuintes. O Direito passou de uma visão abstrata e inerte para uma perspectiva ativista, colocado em posição politizada e gerando perplexidade à maioria ortodoxa dentre seus operadores. Promulgada a Carta de 1.988, nela lançadas as bases de um novo pacto social brasileiro, começou a operar-se, de modo célere e efetivo, a adequação do jurídico à pulsante realidade brasileira. Muito especialmente no âmbito do Direito Material, ao Judiciário foi garantido instrumental técnico-legislativo que lhe permitisse ir ao encontro dessa nova ordem social, assim passando a efetivar legitimamente o "Direito vivo" e os direitos sociais deferidos pela nova Constituição Federal. O que ocorreu, entretanto, revela um Estado inadimplente perante essa nova ordem, tendo o Judiciário funcionado como "fórmula legal e legítima" de fuga do Poder Público e do empresariado quanto ao cumprimento dos seus deveres obrigacionais. Instaurou-se época em que, se o cidadão quisesse efetivar seu direito, "que fosse para a Justiça!". Centenas de milhares de demandas judiciais poderiam ter sido evitadas se as políticas públicas então adotadas houvessem seguido os cogentes princípios insculpidos no "caput" do artigo 37 da Carta Federal, em especial o da legalidade e o da moralidade. Na prática, o Judiciário não foi capaz de desempenhar de pronto e a contento esse novo papel, que sequer resultou nítido na consciência dos seus operadores. Generalizou-se, por conseguinte, a crítica ao Judiciário, sobrevivendo a sua crise.

Para EUGENIO RAÚL ZAFFARONI, autor da classificação de modelos judiciários em que o brasileiro é classificado como técnico-burocrático, meio termo entre os modelos empírico-primitivo e de democracias contemporâneas avançadas (in "Poder Judiciário - Crise, Acertos e Desacertos", Ed. RT, 1a. edição, 1.995), **"A pobreza de análise (da questão judiciária) é, inclusive, mais profunda, porque tampouco é raro que se ignorem ou não se especifiquem as funções que se quer atribuir ao Judiciário. Qualquer instituição deve cumprir determinadas funções e sua estrutura otimizada dependerá da clara atribuição prévia dessas funções, quer dizer, a estrutura otimizada de uma instituição será sempre a que a capacite para o melhor desempenho do que a ela será cometido. Quando o que lhe é cometido não seja bem definido, ainda menos definidos serão os seus modelos estruturais. (...) Por último, é indispensável ter em consideração que as instituições reconhecem funções "manifestas" e "latentes", ou seja, as funções que são anunciadas no discurso oficial e funções que realmente são cumpridas na sociedade."** (op. cit., p. 22). Anotando argutamente que a disparidade entre as funções manifestas e latentes não pode ser erigida em discurso sedante, ZAFFARONI preleciona ser **"indubitável que a opacidade teórica na identificação das funções judiciais desemboca na impossibilidade de "pensar" claramente as estruturas do Judiciário, mas tampouco se pode deixar de considerar que isto se potencializa com a tentação de ocultar a falta de precisão pensante sob uma generalizada sensação de "crise judicial", que nada mais faz do que dramatizar sem definir."** (op. cit., p. 23). Assevera o ilustre

jurista portenho, contudo, que "dentro da relatividade do mundo, a impossibilidade do ideal não legitima a perversão do real.", e que "Ainda que a sensação de crise seja explorada politicamente, ainda que ela seja redundante na América Latina, ainda que dela se abuse até o ponto de assim chamar-se qualquer disfuncionalidade, ainda que se tire proveito da dramaticidade para inibir o pensamento, ainda que o conceito mesmo tenha perdido conteúdo e sua carga emocional dificulte os diagnósticos e a previsão de soluções, o certo é que a "sensação" tão extensa deve ter algum fundamento real." (op. cit., p. 25).

3. AS PROPOSTAS DE REFORMA JUDICIÁRIA NO CONGRESSO NACIONAL.

Caracterizando-se o modelo judiciário brasileiro como estruturalmente técnico-burocrático, de examinar-se as tendências de rumos que o seu processo de reforma vem tomando no Congresso Nacional. O estudo permitirá a formação de juízo prognóstico sobre se o Judiciário receberá condições de ingressar no seletivo universo atinente ao modelo das democracias avançadas, ou será arremessado aos porões obscuros do modelo empírico-primitivo. Por oportuno, Zaffaroni traça interessante digressão a respeito do tema, asseverando que **"qualquer estrutura técnico-burocrática pode revolucionar no sentido do modelo democrático contemporâneo, mas também pode degradar-se no sentido de um modelo empírico, dependendo das forças que atuem em seu interior e do "ambiente" em que se enquadre."** (op. cit., p. 159).

No âmbito das reformas constitucionais em curso no Congresso Nacional, o princípio republicano consubstanciado na divisão de Poderes harmônicos e independentes entre si vem sendo cotidianamente posta em cheque por um extraordinário e bem coordenado esforço de interesses econômico-financeiros transnacionais e blocos políticos nacionais, que têm em comum a crença messiânica nos poderes mágicos e reguladores da *invisible hand* do mercado como matriz de pacificação dos conflitos sociais e promoção da prosperidade geral da Nação.

Para que os seus poderes possam ser eficazmente exercidos, entretanto, esses interesses requerem uma agência política que não sofra embaraços em sua ação, consoante magistralmente diagnosticado por MAURO CAPPELLETTI na já antológica obra "Juizes Legisladores?", de que é triste exemplo de resultados o "Estado-Empresa" edificado pelo governo Berlusconi na Itália. Ou seja, um Poder Executivo que detenha, de fato, **também** o poder de legislar, usurpando, na prática, as prerrogativas do Poder Legislativo, além de ficar imune ao controle dos seus atos pelo Poder Judiciário, tudo se justificando porque só ele - e o "Consenso de Washington" - detêm a visão do que é necessário para prover o bem comum, pragmática o suficiente para não se deixar deter por escrúpulos jurídicos, que não se compadecem com essa moldura unitária de Estado e com esse projeto de hegemonia política.

A gravidade institucional desse cenário político adquiriu tal dimensão que, em março de 1997, a comunidade jurídica nacional, convocada por EVANDRO LINS E SILVA, PAULO BONAVIDES, ROSAH RUSSOMANO, DALMO DE ABREU DALLARI, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, FÁBIO KONDER COMPARATO, GODOFREDO DA SILVA TELLES JR., EROS ROBERTO GRAU, SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA e dezenas de outros

notáveis signatários desse documento, editou **“Manifesto à Nação”** no qual ficou registrado que **“o País vem sendo dirigido, predominantemente, pelo Poder Executivo por meio de medidas, denominadas provisórias, mas que, pela reiteração, se vão tornando definitivas e cujo desmedido fluxo atinge a inacreditável média de duas por dia. Há, pois, presentemente, verdadeira usurpação das funções legislativas do Congresso Nacional. (...) Dessarte, o Executivo se agiganta em relação ao Legislativo e desborda do princípio constitucional que estabelece a independência entre os Poderes, exatamente para prevenir interferências indevidas e a supremacia de um deles. Aliás, ninguém menos que o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça já denunciou à sociedade brasileira que ‘... a concentração de poder já se vai fazendo ameaçadora à normalidade institucional e à supremacia da lei’.”** Mais adiante, ao defender a independência externa e interna da magistratura e do Poder Judiciário, o **“Manifesto”** denuncia **“a concepção subordinante de que magistrados não devem julgar segundo a Constituição e as leis, mas segundo o que o Executivo estima desejável”**, ao depois concluindo que **“Tudo leva a crer que está em curso um processo de ruptura do modelo constitucional democrático instituído em 1988, para substituí-lo por outro, elaborado à imagem e semelhança dos atuais governantes. Nessa marcha não apenas a Constituição é espezinhada, mas também interesses fundamentais da Nação.”**

No que diz respeito ao Poder Judiciário, o quinhão é amargo. As reformas constitucionais (administrativa, previdenciária e judiciária) e numerosos projetos de lei em curso no Congresso Nacional, se implementadas, importarão na servilização do Judiciário enquanto Poder de Estado, consequência da quebra dos predicamentos da magistratura, ainda atingindo, de quebra, todo o funcionalismo público estatutário. Vale dizer: todo o serviço público essencial, indelegável e inegociável do Estado. O resultado disto, somado à privatização da previdência social pública e a instituição dos fundos privados complementares de aposentadoria e de pensão, é uma insegurança sócio-econômica que deverá contribuir muito pouco para a probidade de conduta, numa demonstração bizarra do funcionamento das leis de mercado.

A essa altura, entretanto, a magistratura e os demais segmentos indelegáveis do serviço público estatutário não mais gozarão das garantias constitucionais de irredutibilidade de vencimentos e de proventos. A esse tempo, ainda nos termos das reformas propostas, os magistrados também já estarão privados dos seus demais predicamentos: da garantia da vitaliciedade, pela perda do cargo mediante simples decisão administrativa e escore de votação rebaixado ao mínimo matematicamente admitido, além de majoração arbitrária do período de prova para a aquisição dessa garantia; da garantia da inamovibilidade, através do afrouxamento do conceito de “interesse público” e minimalização do escore de votação. Isso tudo sem prejuízo da ampliação descriteriada e casuística do sistema de vedações aos juízes, âmbito em que a regra proibitiva das práticas nepotistas é uma das únicas bem-vindas. Porque, na sua integralidade, a reforma judiciária proposta consagra um autêntico regime de força hierárquico-administrativo dos Tribunais superiores sobre os demais órgãos judiciários do País, inclusive em detrimento da intangível cláusula de autonomia federativa da Justiça dos Estados e do Distrito Federal. O resultado dessa proposta é a perda da independência interna dos magistrados. Por outro lado, paralelamente, com a implementação das

reformas previdenciária e administrativa, o Judiciário ficará a mercê do Poder Executivo, cuja consequência conjuntural mais imediata é a perda da independência externa do Poder Judiciário e dos juízes. Em conclusão: a magistratura e o Judiciário perdem a sua independência interna e externa, configurando o que EUGENIO RAÚL ZAFFARONI denomina de **“funcionarização” da magistratura**, pois, de fato, o Judiciário deixa de ser Poder de Estado e os juízes deixam de ser juízes, transformados que foram em meros burocratas a serviço do poder.

Não menos graves são os atentados aos princípios federativo e da independência dos poderes, estabelecidos em cláusulas pétreas na Constituição Federal e intangíveis pelo processo de emenda constitucional: pretendem a fixação de níveis de remuneração inferior para os membros dos Tribunais dos Estados e, ainda, de um subteto estadual para os vencimentos dos juízes, ao arbítrio dos governadores. Isso tudo sem mencionar-se a mutilação das vantagens por tempo de serviço dos juízes, cujo “subsídio” passa a ser teto de vencimentos para todo o serviço público nacional. E, a título de golpe definitivo na estrutura judiciária, a proposta de que a competência para proposição legislativa de alteração dos “subsídios” dos juízes passe a ser, obrigatoriamente, de iniciativa conjunta dos chefes dos três Poderes.

Mas não é só isso. A instituição das súmulas com efeito vinculante terá o condão de eliminar o processo evolutivo do Direito, subtraindo dos juízes das instâncias inferiores e dos tribunais de 2º Grau - por excelência o berço da jurisprudência - toda a criatividade e independência, assim cristalizando um poder supra-legislativo nos tribunais superiores. Pelo não acatamento das súmulas, poderá o magistrado responder a processo criminal por desobediência, isto se antes ele não perder o cargo por decisão meramente administrativa, que é outra das pretendidas inovações, com o que já terá caído por terra, também, a garantia da vitaliciedade, predicamento que, antes de tudo e sobretudo, é uma das mais preciosas conquistas da cidadania contra a opressão e os desmandos públicos e privados.

Parece não haver limites para o exercício absoluto do poder. Outra das proposições em curso ressuscita dos porões dos anos de chumbo o poder avocatório de ações tramitando nas instâncias inferiores pelos tribunais superiores. Quer seja através da avocatória proposta criar na via difusa do sistema de controle da constitucionalidade - rebatizada de “questão constitucional incidente” -, quer seja através da avocatória outorgada ao autoritário e antifederativo “Conselho Nacional de Justiça” para os procedimentos administrativo-disciplinares, inclusive os já julgados definitivamente.

E tudo isto é feito a pretexto de resolver os problemas da justiça judiciária - talvez porque a concretização de justiça social, na jurisdição distributiva, também passe pelo Poder Judiciário, derradeiro baluarte da cidadania esmagada contra as ações arbitrárias, discriminações e omissões casuísticas do poder governamental na implementação e desenvolvimento das políticas públicas -, tanto quanto solucionar as deficiências infraestruturais e conjunturais do Poder Judiciário, tema objeto de intensa campanha publicitária promovida por órgãos de imprensa conhecidos por seu engajamento com cada um dos governos que se sucedem. Não hesitam ainda, o que é mais grave, em confundir dolosamente as garantias da magistratura com privilégios corporativos, como se os seus destinatários não fossem os cidadãos e o seu objeto a defesa inegociável e intransigente das liberdades públicas. Nesse

contexto, pois, o Judiciário-jurisdição torna-se um obstáculo que é preciso remover, ao custo da sua independência externa e interna.

Nenhuma das reformas constitucionais em tramitação, contudo, toca verdadeiramente nas causas do mau funcionamento da Justiça, entre as quais está, reconhecidamente, a hipertrofia legislativa, a violação reiterada, pelo poder público, de normas legais e da própria Constituição, na deliberada e reiterada interposição, pela administração pública, de recursos judiciais em milhares de casos nos quais sabe muito bem que será mal-sucedida. Dados estatísticos judiciários recentemente divulgados dão conta de que o INSS e a União são responsáveis por 50% dos processos que tramitam no Superior Tribunal de Justiça, sendo que no Supremo Tribunal Federal, a União, o INSS e o governo do Estado de São Paulo são responsáveis por 60% dos processos (jornal Zero Hora, edição de 05/01/98, p. 16).

Por outro lado, nada é feito para conter o crescente descompasso entre o número de juízes em atividade e o incrível aumento do volume de processos. Nos últimos dez anos, o número de juízes em atividade no país apenas dobrou, enquanto o número de processos aumentou em 937%, fenômeno cujo curso coincide, para agravar o quadro, com a redução sistemática dos recursos orçamentários destinados ao Poder Judiciário. É nesse contexto que a Carta Política vigente passa a ser um empecilho e deve ser reformada.

4. SINOPSE ESTRUTURAL DO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.

O sistema das Constituições rígidas - Cartas Políticas no sentido formal - fundamenta-se na distinção ontológica entre poder constituinte e poderes constituídos, daí resultando a superioridade da lei constitucional - obra do poder constituinte - sobre a legislação ordinária, infra-constitucional, emanada de atos hierarquicamente inferiores dos poderes constituídos, cuja respectiva competência é proveniente da própria Constituição e por ela limitado. Desse entorno procede, por conseguinte, a supremacia incontestável da norma constitucional sobre as demais regras de direito vigentes num determinado ordenamento jurídico. E porque rígidas no sentido formal, as normas constitucionais balizadas neste sistema adquirem estabilidade axiologicamente superior à lei ordinária, até por isso requerendo especial processo de revisão, mais consistente e criterioso do que o pertinente à sua consorte infraconstitucional. A defesa da Constituição torna-se corolário e, em consequência, a inserção de lei inconstitucional na ordem jurídica vigente instaura questão vital para o justo funcionamento dos órgãos de Estado, do aparelho de governo e, em especial, dos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Carta Política.

Neste setor de defesa da Constituição, surge e agiganta-se o sistema de controle da constitucionalidade das leis. Seja formal ou material, político ou jurisdicional esse sistema de controles, as suas dificuldades principiam quando se trata de definir **organicamente os meios e modos** através dos quais devem ser expelidos do ordenamento jurídico vigente os preceitos inconstitucionais de leis e atos normativos. Essa definição orgânica e modal dos controles de constitucionalidade que integrarão o sistema ocorre através da eleição dos seus atributos e mecanismos instrumentais.

Uma das históricas técnicas de controle da constitucionalidade das leis reside na definição de que o exercício dessa competência é de ordem

jurisdicional, atribuição de órgãos judicantes do Poder Judiciário, consagrando **duas vertentes básicas**, quais sejam:

(a) o **controle por via de exceção**, também denominado de **incidental, difuso e concreto**, tradicionalmente desenvolvido por todos os graus ordinários de jurisdição no âmbito de processo cuja sentença ou acórdão **declara**, ao julgar o mérito da lide, com eficácia limitada às partes litigantes, em caráter prejudicial interno e incidental, a **inconstitucionalidade** de preceito juspositivo que se lhe quis aplicável e nele foi invalidado, preceito esse que, no entanto, fora daquele processo, continua integrado à ordem jurídica vigente até que órgão jurisdicional a tanto competente o invalide com oponibilidade eficaz **erga omnes**, assim subtraindo-o, desde sempre, do mundo jurídico;

(b) o **controle por via de ação**, também denominado de **direto, concentrado e abstrato**, desenvolvido por colegiado jurisdicional com competência específica e no âmbito de **ação de inconstitucionalidade** tipicamente inserida na Carta Política, cujo acórdão, em julgamento de mérito: (b1) na hipótese de **procedência do pedido, declara a inconstitucionalidade do preceito** positivo impugnado, constituindo decisão que o **invalida** com **oponibilidade** eficaz **erga omnes**, assim subtraindo-o, **desde sempre**, do mundo jurídico; (b2) na hipótese de **improcedência do pedido, declara a constitucionalidade do preceito** positivo impugnado, constituindo decisão que o afirma válido e eficaz no ordenamento.

Assim, em apertada síntese, orientada para o que o sistema condiz com a paulatina tradição judiciária brasileira, essas são as duas vias de controle da constitucionalidade praticadas no país, vindo a pelo ilustrativo da matéria a valoração política que o eminente constitucionalista PAULO BONAVIDES demarcou, *verbis*:

Em nosso sistema constitucional, o emprego e a introdução das duas técnicas traduzem de certo modo uma determinada evolução doutrinária e institucional, que não deve passar despercebida.

Com efeito, a aplicação da via de exceção, unicamente pela via do recurso extraordinário, a princípio, e a seguir também pelo mandado de segurança, configura o momento liberal das instituições pátrias, volvidas preponderantemente, desde a Constituição de 1.891, para a defesa e salvaguarda dos direitos individuais. (...).

O controle por via de exceção é de sua natureza mais apto a prover a defesa do cidadão contra os atos normativos do Poder, porquanto em toda demanda que suscite controvérsia constitucional sobre lesão de direitos individuais estará sempre aberta uma via recursal à parte ofendida.

A latitude de iniciativa da sindicância de constitucionalidade, em se tratando da via direta, é decisiva para marcar-lhe a feição liberal ou estatal, democrática ou autoritária, em ordem a determinar se o controle se faz com o propósito de atender aos fins individuais ou aos interesses do Estado, interesses que tanto podem exprimir uma necessidade de harmonia na relação entre os distintos órgãos de soberania como

um impulso de expansão e hegemonia de um dos poderes, nomeadamente o Executivo. (in "Curso de Direito Constitucional", PAULO BONAVIDES, SP, Malheiros Editores, 6a. ed. rev. e ampl., 1.996, pp. 293/294)

Com efeito, buscando inspiração no modelo constitucional norte-americano, a **via de exceção - incidental, concreta e difusa - de controle da constitucionalidade** foi introduzida no Brasil com a Constituição de 1.891, na esteira da sagração da república, do federalismo e do regime presidencialista de governo, sendo acometida aos juízes e tribunais a competência para apreciar a validade das leis e regulamentos, incumbindo-lhes deixar de aplicar aos casos ocorrentes as leis manifestamente inconstitucionais e os regulamentos manifestamente incompatíveis com as leis e com a Constituição (art. 13, § 10, da Lei n.º 221, de 20/11/1.894). Essa via de exceção **jamaiz** deixou de integrar o **ordenamento constitucional** sufragado pelas Cartas Políticas promulgadas ou outorgadas a partir de 1.891.

Por outro lado, a **via da ação - direta, abstrata e concentrada - de controle da constitucionalidade** começou a ser introduzida no Brasil na Constituição Federal de 1.934, diante de peculiar representação interventiva (art. 12, § 2º) por ofensa legislativa estadual às suas cláusulas sensíveis (art. 7º, inc. VII), sendo deseficacizada na Carta do Estado Novo (1.937: art. 96, e parágrafo único) e reinstituída na Constituição de 1.946, na qual o Senado Federal continuou com a competência para suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tendo ficado claro, então, ao contrário do que a CF/34 poderia sugerir, que só as decisões dessa Corte poderiam provocar a suspensão da Câmara Alta da República. Mas foi através do art. 2º da Emenda Constitucional n.º 16, de 26 de novembro de 1.965, atributiva de nova redação à alínea "k" do art. 101, inciso I, da CF/46, que a via abstrata de controle da constitucionalidade recebeu maior amplitude, sendo atribuída ao Supremo Tribunal Federal a competência para o processo e julgamento de representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador Geral da República, com o que a ação direta desvinculou-se dos fins de intervenção federal, conforme os textos constitucionais anteriores. A E.C. n.º 16/65 foi absorvida, no quadrante, pela Constituição de 1.967, a qual, por sua vez, através da E.C. n.º 1/69, dentre outras, recebeu importantes inovações positivas conjunturais, tais como os princípios da legalidade e do acesso à jurisdição. Com a Constituição Federal de 1.988, o controle concentrado da constitucionalidade recebe alguns avanços, tais como a ampliação do rol de legitimados ativos e a declaração de inconstitucionalidade por omissão. Mas o sistema, como um todo, permaneceu hermético. Por fim, através da E.C. n.º 3, de 17/03/93, nessa via foi criada a malsinada ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, dotada de oponibilidade **erga omnes** e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

Embora ainda persistam algumas hesitações quanto ao Supremo Tribunal Federal vir a tornar-se exclusivamente a Corte Constitucional do País, na esteira, aliás, da obra inacabada que a Carta Política 1.988 inaugurou nesse setor judiciário, consoante anota o percutiente constitucionalista DALMO DE ABREU DALLARI (in "O Poder dos Juízes", SP, Ed. Saraiva, 1.996, Cap. XIII. pp. 109/117), desde muito a comunidade jurídica nacional é unânime no reconhecimento da importância e dimensão que o sistema de

controles da constitucionalidade possui para a consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, tendo como pressuposto que a Carta Política é o mais legítimo instrumento de regulação do Estado, à qual todos os governantes, sem exceção, devem obediência juramentada.

Neste âmbito, torna-se também indiscutível que a Constituição Federal de 1.988, tirante o aleijão da ação declaratória de constitucionalidade com efeito vinculante que lhe foi enxertado pela Emenda Constitucional nº 3/93, deferiu modernidade ao sistema bifurcado de controles da constitucionalidade que promulgou, no entanto ainda abrigando algumas disfuncionalidades que, na prática, colocam em cheque toda a eficacialidade desse sistema, tais como a ausência de previsão normativa expressa sobre o efeito de cassação da validade de preceito declarado inconstitucional na via de controle concentrado, a eficácia **ex tunc** dessas decisões nas vias direta e incidental e a moratória placitação senatorial atributiva de eficácia **erga omnes** à declaração de inconstitucionalidade do S.T.F. na via de controle difuso (art. 52, inc. X, C.F.).

Por outro lado, em face da amplitude das matérias inseridas no ordenamento inaugurado pela Carta de 1.988, os questionamentos de constitucionalidade passaram a se fazer presentes em grande número de processos judiciais, seja em razão da interpretação das leis e, especialmente, das medidas provisórias, seja em razão da aplicação direta de dispositivos constitucionais, ou em razão da “crise de governabilidade” argüida por Executivos imperiais para inobservar o princípio da legalidade previsto na Constituição Federal (art. 5º, inciso II, e art. 37, **caput**, da CF/88).

Daí resultou - e continua proliferando - a **indevida utilização da malha recursal extraordinária como meio de procrastinação da efetividade das decisões judiciais**, inclusive e principalmente as relativas a questões de interesse de massa, sejam individuais, difusos ou coletivos os direitos controvertidos, nas quais há, via de regra, **lesão causada pelo Poder Público**, mesmo nos casos em que a orientação jurisprudencial da Corte Suprema há muito esteja pacificada. Não se deve subdimensionar, aí, a incontrolável produção legislativa empreendida pelo Executivo Federal através da utilização abusiva de medidas provisórias, fazendo com que o sistema jurídico brasileiro seja cotidiana e casuisticamente alterado. Neste campo, dois fatores têm sido decisivos para o agravamento da situação: a não-apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional e a hermenêutica magnânima para com o conceito de “relevância e urgência” como pressuposto de edição de medidas provisórias. Desse modo, não cessam de surgir novas questões de valoração constitucional, adquirindo especial importância e interesse geral o sistema de controles da constitucionalidade adotado no País.

Essas questões tomam dimensão endêmica quando se verifica que, na média, têm chegado ao Supremo Tribunal Federal cerca de trinta mil processos por ano, dos quais 73% envolvendo o Poder Público, a quase totalidade deles versando sobre matérias jurisprudencialmente consolidadas por decisões dessa Corte. A situação fica mais agravada quando se trata dar cumprimento ao disposto no art. 543, e parágrafos, do C.P.C., na hipótese de interposição simultânea de recurso extraordinário (STF) e de recurso especial (STJ), anotando-se que esse dispositivo, em si, não merece censura, tornando-se problemática a sua execução em face da enorme demanda recursal nesses dois Tribunais e seus inevitáveis reflexos nas pautas de julgamento.

Esse quadro vem sendo apontado, com acerto, como fator de inviabilização da Corte Constitucional do país, e, na sua esteira, também a título de **solução empírica** para o problema, na via de controle abstrato foi concebida a malsinada ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, cujas decisões definitivas de mérito produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, consoante autoriza o art. 102, § 2º, da Carta Política de 1.988, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/93. Decorridos cinco anos de vigência desse dispositivo, verificou-se o **erro diagnóstico** da sua **concepção**, em face da sua **inoperância** como **instrumento abstrato** de controle da constitucionalidade, para o que muito contribuiu o repúdio que lhe foi endereçado por parcela significativa da comunidade jurídica nacional.

Continuou a persistir, por conseguinte, o quadro de distorções supra referido, e, em face da enorme quantidade de demandas recursais extraordinárias de interesse massivo, repetitivas e idênticas, **outra solução empírica** foi concebida para debelar o problema. Retomando o modelo sufragado na E.C. nº 3/93, todavia inaugurando uma escalada de força institucional até então nunca vista em tempos de normalidade democrática no país, a solução desta vez concebida consiste na proposta de criação de regra constitucional que permite (1: PEC nº 500/97) a atribuição de efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, das decisões definitivas de mérito do Supremo Tribunal Federal na via difusa (recurso extraordinário) do sistema de controles da constitucionalidade, e (2: PEC nº 517/97) a edição de súmula com efeito vinculante no referido sistema de controles.

<p>5. AS PROPOSTAS BÁSICAS CONSTANTES DAS PEC's nº. 500/97-CD (PEC Nº. 54/95-SF) E nº. 517/97.</p>

Neste quadrante e apertada síntese, a PEC nº. 500/97 introduz profundas alterações no sistema de controles da constitucionalidade brasileiro, a maioria delas fruto de uma visão estruturada em princípio de concentração autoritária de poder, propondo nova redação ao § 2º. do art. 102 da Constituição Federal, dispondo que **“Terão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações direta de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo, e as definitivas de mérito, se o Supremo Tribunal Federal assim o declarar, pelo voto de dois terços de seus membros.”**

A apensada PEC nº. 517/97, por sua vez, propondo a criação de § 3º. no art. 102 da Constituição Federal, dispõe que **“O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de três quintos de seus membros, após reiteradas decisões sobre questão processual controvertida e excluídas as matérias relativas aos direitos e garantias individuais, aprovar Súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento.”**

Na PEC nº. 500/97, o proposto § 2º. do art. 102 da Constituição Federal prevê a atribuição de (a) **eficácia contra todos** e (b) **efeito vinculante**, relativamente aos (b.1.) **demais órgãos do Poder Judiciário** e (b.2.) à Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, (c) às **decisões do Supremo Tribunal Federal** nas (c.1.) **ações diretas** de (c.1.1.) **inconstitucionalidade (ADIN)** e (c.1.2.) **declaratória de constitucionalidade (ADCON)**, bem assim (c.2.) a **toda e qualquer decisão definitiva de mérito** declarada por 2/3 de seus membros.

Na PEC nº. 517/97, o proposto § 3º. do art. 102 da Constituição Federal prevê a possibilidade (a) do **Supremo Tribunal Federal**, (b) após **reiteradas decisões** sobre (b.1.) **questão processual controvertida** e (b.2.) **excluídas as matérias** relativas aos **direitos e garantias individuais**, (c.) aprovar **súmula com efeito vinculante** (c.1.) em relação aos **demais órgãos do Poder Judiciário** e (c.2.) à Administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal, bem como (d.) **proceder à sua** (d.1.) **revisão** ou (d.2.) **cancelamento**.

As propostas ora sob exame rigorosamente não se excluem, embora o enunciado da PEC nº. 517/97 seja mais restritivo e esteja todo subsumido no preceito da PEC nº. 500/97, basicamente na medida em que esta última permite que o S.T.F., mediante **decisão singular** proferida por **dois terços** de seus membros em **um único processo** tramitante em qualquer das vias do sistema de controles da constitucionalidade ou no âmbito de sua competência esparsa, atribua **efeito vinculante** à matéria de **direito material e/ou processual** objeto do julgamento, ao passo que aquela pressupõe, no mesmo âmbito de competência e **para a aprovação de súmula com efeito vinculante** por **três quintos** de seus membros, a existência de **reiteradas decisões** do S.T.F. sobre **questão processual controvertida**, ainda assim **excluídas as questões processuais relativas aos direitos e garantias individuais**.

Por conseguinte, a partir do princípio de que quem pode o mais pode o menos, a única novidade que a PEC nº. 517/97 traz em relação a de nº. 500/97 é a atribuição de **efeito vinculante à súmula** - produto de **decisões reiteradas** - do S.T.F., resultado que o preceito da PEC nº. 500/97 confere ao S.T.F. mediante **decisão em um único processo e sem as restrições quanto à matéria** que o enunciado da PEC nº. 517/97 impõe à **súmula**.

6. ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE PROPOSTO E SUAS VARIÁVEIS.

7. A PROPOSTA DE EMENDA ALTERNATIVA DO GRUPO DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS DA AJURIS - ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - PARA A ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES DA CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO.

No momento em que são propostas alterações legislativas de vital importância para o aperfeiçoamento do sistema de controles da constitucionalidade em favor de toda a cidadania brasileira, todos pretendemos contribuir, mesmo modestamente - como é o caso deste estudo opinativo -, para que **também** melhorem, **em consequência**, as condições qualitativas de trabalho jurisdicional da nossa Corte Constitucional. Nesse afã, submeto à consideração dos eminentes parlamentares integrantes desta

Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, os estudos e conclusões desenvolvidos pelo Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais - integrado por juízes estaduais, federais e do trabalho gaúchos -, que coordeno como Diretor de Assuntos Constitucionais da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, a partir da intensa participação que temos realizado, desde o início de 1995, no âmbito dos processos legislativos pertinentes às reformas constitucionais tramitantes no Congresso Nacional.

Sinteticamente, no que diz respeito à **súmula com efeito vinculante** criada na PEC nº 517/97, impende registrar algumas considerações acerca dos vícios que a contaminam de forma inarredável, a começar pela violação do pacto federativo (art. 60, § 4º, inc. I, CF/88), pois retira dos juízos e tribunais inferiores, regionais ou estaduais, a possibilidade de interpretar a lei frente aos casos concretos, **obrigando-os a aplicar a determinação** emanada do S.T.F. Dessa forma, em matéria dotada de efeito vinculante ou sumulada, ficam bloqueadas todas as vias de acesso jurisdicional que não desembocuem direta ou indiretamente no S.T.F.

De outra parte, a súmula com efeito vinculante **subtrai prerrogativa do Poder Legislativo** (art. 60, § 4º, inc. III, CF/88), impondo-se como uma “**super-lei nacional**” e esmagando as competências legislativas de todos os entes da federação frente ao comando sumular. Ainda neste âmbito, a medida proposta colide frontalmente com o **princípio da legalidade** (art. 5º, inc. II, CF/88), cláusula pétrea na definição do art. 60, § 4º, inc. IV, da Carta Política. Esse princípio, então, **perde toda a sua histórica força**, que sustenta o sistema jurídico romano-germânico adotado no país, pois **a vida nacional não será só regrada por normas legais, mas também por preceitos sumulares**. Com o mecanismo da súmula em análise, o modelo de Estado de Direito brasileiro será **sui generis**, pois “**ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei ou de súmula vinculante.**” Não bastasse, a súmula com efeito vinculante consagra **princípio de anti-isonomia** na medida em que só obriga o Poder Judiciário e a Administração Pública, não incidindo sobre as relações da órbita privada. Fere, além disso, o **princípio da irretroatividade das leis** (art. 5º, inc. XXXVI, CF/88), pois passa a regular inclusive as relações jurídicas constituídas antes de sua edição. Não obstante, relativamente ao histórico fluxo de criação jurisprudencial brasileiro, a súmula com efeito vinculante e a decisão singular do S.T.F. com efeito vinculante geram efeitos do presente para o futuro, impedindo a formação de jurisprudência sobre a matéria que lhe é objeto e encerrando qualquer discussão sobre o assunto.

Por todos esses fundamentos, a magistratura gaúcha, reunida em assembléia geral da AJURIS (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul) em outubro de 1.995, rejeitou a proposta de súmula com efeito vinculante, deliberação essa que se repetiu no âmbito do XIV e do XV Congresso Brasileiro de Magistrados, promovidos pela A.M.B. (Associação dos Magistrados Brasileiros) e ocorridos respectivamente nos anos de 1995 e 1997.

Ademais, peço vênica para fazer remissão aos fundamentos sustentados pelos eminentes Deputados Federais JARBAS LIMA (PPB/RS), JOSÉ GENOÍNO (PT/SP), MILTON MENDES (PT/SC) e RÉGIS DE OLIVEIRA (PFL/SP), então parlamentar e hoje Vice-Prefeito da cidade de São Paulo (SP), em seus votos em separado apresentados na Comissão Especial de Reforma da Estrutura do Poder Judiciário, rejeitando o mecanismo da súmula com efeito

vinculante e, como um todo, o Substitutivo apresentado pela Relatoria das PEC's nº 96/92 e nº 112/95.

Para fins de sistematização do exame do preceito da PEC nº. 500/97 no âmbito do **sistema de controles da constitucionalidade** brasileiro, o **ângulo de abordagem** da análise ocorrerá, neste estudo, **tanto na via de ação** (direta, abstrata e concentrada: ADIN, ADCON, excluindo a ADInpO), **quanto na via de exceção** (incidental, concreta e difusa: Rec. Extr.), a partir de **dois vetores**: um, sobre a **decisão declaratória da inconstitucionalidade**; outro, sobre a **decisão declaratória da constitucionalidade**.

Neste sentido e de início, de lembrar o **sistema de cargas eficaciais** introduzido pelo saudoso e insubstituível PONTES DE MIRANDA no direito processual pátrio, mormente quando aplicado às **sentenças** (monocráticas ou colegiadas) das denominadas **ações dúplices, bifrontes ou de múltipla face**. Por esse consagrado e universal sistema, a **ação direta de (in)constitucionalidade** é **instrumentalmente única e potencialmente dúplice** nos **efeitos diretos** da **decisão** sobrevinda do **julgamento da causa** - o mesmo podendo ser afirmado quanto ao resultado do julgamento de recurso extraordinário pelo S.T.F., embora esta não seja a disciplina constitucional vigente -, independentemente da **natureza jurídica da pretensão** que nela é deduzida. Tendo esse **sistema** como **pressuposto**, as **variáveis decisórias** no **sistema de controles da constitucionalidade** são as seguintes:

(a) a **decisão** (publicada) que **julga procedente** pretensão direta de **inconstitucionalidade** possui **carga eficaz** declarativa positiva, constitutiva negativa, mandamental positiva e/ou negativa e autoexecutória sobre o **preceito declarado inconstitucional**, cassando a **validade normativa (= vigência)** desse preceito e **subtraindo-o** do ordenamento jurídico em face de um **comando judiciário automático, geral e subordinante**, oponível *erga omnes* e *ex tunc*, em todo o território nacional.

(b) a **decisão** (publicada) que **julga improcedente** pretensão direta de **inconstitucionalidade** possui **carga eficaz exclusivamente declarativa positiva**, porque **reafirma, convalidando**, a **existência, validade e eficácia** (potencial) do **preceito** (impugnado, mas) **mantido vigente**. A sua carga eficaz **constitutiva positiva** é zero, pois este efeito **não decorre** dessa **decisão**, mas da **imanência** própria da **lei** enquanto **resultado institucional** do **processo legislativo típico**; o mesmo sucede quanto à sua **mandamentalidade** e à sua **autoexecutoriedade** (a **idéia da súmula vinculante** nasceu, aliás, das **naturais defecções** da **norma jurídica** no âmbito **dessas duas cargas**, como **meio** de **impor-lhe** uma **ultra-cogência** no plano da **efetividade**, todavia através de uma **concepção institucionalmente autoritária** e, ainda assim, sem conseguir fugir do tradicional **binômio "preceito-sanção"**, a partir da proposta de **criminalização da conduta do juiz** naquilo que o notável jurista EVANDRO LINS E SILVA denomina criticamente de **"crime de hermenêutica"**).

(c) a decisão (publicada) que **julga procedente** pretensão direta declaratória de **constitucionalidade** possui, rigorosamente, **idênticos atributos** e gera **idênticos efeitos** aos discriminados em (b), supra.

(d) a decisão (publicada) que **julga improcedente** pretensão direta de **constitucionalidade** deve possuir, rigorosamente, **idênticos atributos** e gerar **idênticos efeitos** aos discriminados em (a), supra. Todavia, na disciplina estabelecida pelo vigente § 2º. do art. 102-CF/88, essa decisão **não concretiza eficazmente a declaração de inconstitucionalidade do preceito federal pretendido convalidar mas afirmado inconstitucional** pelo S.T.F., embora o dispositivo em tela preveja a produção de eficácia contra todos e, *a laetere*, efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

(e) as variáveis decisórias desse sistema de cargas eficaciais devem ser identicamente aplicáveis aos **julgamentos da via de exceção (incidental, concreta e difusa: recurso extraordinário)**, pois inexiste lógica real institucional para que, sendo o Supremo Tribunal Federal a Corte Constitucional do país, sejam cultivados dois pesos e duas medidas nas vias do sistema de controles da constitucionalidade, mormente sabendo-se que democráticos e influentes setores parlamentares do Senado Federal vêm essa uniformização com simpatia, não interpretando-a como uma *capitis deminutio* à Câmara Alta da República.

Por conseguinte, nos termos do sistema acima alinhavado, os aperfeiçoamentos a serem introduzidas no sistema de controles da constitucionalidade consistem no seguinte:

(1) criação de cláusula constitucional de **unificação dos instrumentos de ação na via direta, abstrata e concentrada de controle da constitucionalidade**, criando a ADIC (ação direta constitucional);

(2) **manutenção do recurso extraordinário como o único instrumento procedimental da via incidental, concreta e difusa de controle da constitucionalidade**, pressuposto consciente e deliberado de rejeição de quaisquer instrumentos procedimentais com **natureza avocatória**, a exemplo da “**questão constitucional incidente**” proposta no substitutivo do Deputado Jairo Carneiro para a reforma do Poder Judiciário e no PL nº. 2.961/97;

(3) criação de cláusula constitucional de **uniformização dos predicamentos** (atributos, mecanismos e efeitos) supra elencados nas alíneas (a), (b), (c), (d) e (e), das **decisões do S.T.F. para os instrumentos procedimentais** (ADIC e REextr.) pertinentes, respectivamente, às **duas vias do sistema de controles da constitucionalidade**;

(4) criação de cláusula constitucional pela qual o **Supremo Tribunal Federal** poderá, mediante **julgamento fundamentado de dois terços de seus membros**, após reiteradas **decisões definitivas de mérito declaratórias da constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal**, editar **súmula (sem efeito vinculante, nos exatos moldes concebidos pelo Ministro VICTOR LEAL e, como tal, endossado no C.P.C. vigente) e dispor** que o seu **enunciado** constitui-se em **impedimento à**

interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que a houver aplicado;

(5) criação de cláusula constitucional autorizativa de revisão ou cancelamento da súmula impeditiva de recursos editada nos termos do **item (4)**, supra, de ofício pelo S.T.F. e com legitimação ativa das autoridades, órgãos e entidades discriminadas no art. 103 da Constituição Federal, observado idêntico escopo de votação para o respectivo julgamento;

(6) criação de cláusulas constitucionais que autorizem, nos casos de **procedência total ou parcial de reclamação de garantia da autoridade de decisão do S.T.F.** e de **arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal**, a **imposição e executividade de sanção indenizatória civil** contra os **infratores e seus representantes legais**;

(7) criação de cláusula constitucional que estabeleça o **critério eletivo como modo de acesso ao Supremo Tribunal Federal** e fixe **tempo de exercício de mandato jurisdicional** para os **membros eleitos**, com composição orgânica que assegure à magistratura de carreira 2/3 da sua composição plenária.

Por outro lado, tendo por pressuposto o contexto propositivo acima enunciado, de registrar que a PEC n.º 500/97 adotou a expressão “eficácia contra todos” - bastante desgastada pelo repúdio que comunidade jurídica nacional endereçou à ação declaratória de constitucionalidade criada pela E.C. n.º 3/93 - de categorização jurídica de menor densidade do que o sólido e tradicional conceito de “oponibilidade *erga omnes*”, que serve tanto ao direito material enquanto regramento abstrato de conduta aplicável indistintamente aos planos judicial ou extrajudicial, quanto à coisa julgada material (que é instituto de direito material subjetivado, embora nasça no/do processo judicial) como fonte normativa concreta provinda da sentença (no caso) colegiada.

O atributo da oponibilidade *erga omnes* na decisão declarativa da inconstitucionalidade é da essência da via direta, abstrata e concentrada de controle da constitucionalidade. A presença desse atributo é tão indispensável nessa via que a PEC originária do Senado Federal perdeu a oportunidade de estruturá-la simetricamente às decisões proferidas pelo S.T.F. na via de controle difuso, medida que confere racionalidade global ao sistema de controles, inclusive resolvendo a delonga figurativa e moratória da homologação disposta no art. 52, inc. X, da Carta Magna. Tanto quanto prever e conferir expressa carga eficaz duplicada ou bifronte às decisões proferidas nos lindes dessa nova e única ação direta de constitucionalidade.

Mas o problema nesse setor, como visto, não reside nesse atributo, que na referida PEC convive com o proposto e espúrio efeito vinculante. Reside, sim, na **fórmula eficaz** proposta para esse atributo da oponibilidade *erga omnes*, qual seja a não-atribuição de **efeito de cassação da validade do preceito declarado inconstitucional**. A expressa atribuição desse efeito, por conseguinte, mantém a integridade do sistema romano-germânico e **consolida definitivamente o princípio da legalidade** (artigos 5º, inc. II, e 37, *caput*, da C.F./88) adotados no País. Essa fórmula vincula automaticamente, sem tratamentos diferenciais ou autoritarismos, toda a atividade jurisdicional e a administração pública de todos os entes da Federação à decisão de inconstitucionalidade do S.T.F., além de subtrair do

ordenamento jurídico a base legal para a ação dos particulares na órbita privada. Isto é **oponibilidade erga omnes** dotada de **efetividade**, em que o **efeito vinculante** é mera - e não mais do que - **decorrência estrutural** do sistema instituído.

Entretanto, o que propõe a PEC nessa área ? A oponibilidade **erga omnes** - nela denominada de "eficácia contra todos" - é concebida como um **atributo sem autossuficiência causal**, pois divide o seu **espaço de poder** com um **efeito vinculante relativo e diferencial**, que, embora **decorrente**, é alçado à condição de **atributo**, criando uma **capitis deminutio** automática à oponibilidade **erga omnes**, já então tornada sua irmã univitelina.

A fórmula proposta na PEC, ao fim e ao cabo, declara: a oponibilidade **erga omnes** não tem efeito vinculante para a órbita privada; o efeito vinculante fica restrito à Administração Pública de todas as esferas da Federação e ao Judiciário-jurisdição. Trata-se de **critério anti-isonômico**, logicamente insustentável, pois potencializa a situação de um preceito ser considerado inválido para o âmbito público e válido para o campo privado, não obstante as naturais diferenças existentes entre estes dois setores por força da atividade vinculada do administrador público, diferenças estas que, ao fim e ao cabo, significam que a **administração pública só pode fazer ou deixar de fazer o que a lei determina, ao passo que o particular pode fazer tudo o que a lei não proíbe**. Torna-se evidente, na esdrúxula dicotomia proposta, que o também proposto **efeito vinculante**, por si só, não é auto-imponível na órbita privada. Até por isso, o equívoco da proposta na formulação desses atributos é flagrante, ficando óbvio quando comparado com a fórmula alternativa: **cassada a validade** do preceito declarado **inconstitucional**, este **deixa de existir erga omnes** e com eficácia **ex tunc** no ordenamento jurídico. Idêntica criteriação pode ser formulada para o controle difuso da (in)constitucionalidade.

De anotar-se, por fim, que a atribuição de **efeito vinculante** a toda e qualquer decisão **singular** definitiva de mérito do S.T.F. na **via difusa** equivale, na prática, à **supressão** desse histórico e imprescindível instrumento do sistema de controles da constitucionalidade. Neste âmbito, o proposto quórum decisório de 2/3 dos membros da nossa Corte Maior passa a ser o **instrumento de supressão** da via de controle constitucional difusa em relação às matérias que lhe sejam objeto de decisão, assim **violando o catálogo de direitos fundamentais da Carta Magna** em vigor no que ele diz respeito ao **princípio do acesso amplo e irrestrito à jurisdição** (art. 5º., inc. XXXV) e ao **princípio do contraditório e ampla defesa** (art. 5º., inc. LV), ao **princípio do juiz natural ou da terra** (art. 5º., inc. LIII), ao **princípio do duplo Grau de jurisdição** (art. 5º., inc. LV, 2a. parte) e ao **princípio que proíbe os juízos ou tribunais de exceção** (art. 5º., inc. XXXVII), razão pela qual a PEC nº. 500/97 abriga **vício formal de inconstitucionalidade**, violando frontalmente o comando mandatório cogente disposto no art. 60, § 4º, incisos I, III e IV, da **Carta Política** em vigor.

Ao lado da oponibilidade **erga omnes** inerente ao efeito de cassação ou de afirmação da validade do preceito constitucionalmente impugnado e com a finalidade de **interar** o **sistema** de controles de (in)constitucionalidade, conferindo caráter dúplice, bifronte, ou de múltipla face, às ações diretas e, em especial, outorgando imponibilidade às decisões declaratórias de constitucionalidade - tanto na via concentrada, quanto na difusa (Rec.Extr.) -, a PEC ora sob exame poderia examinar a possibilidade de adotar a **fórmula normativa** elaborada em 1995 pelo **Grupo Multidisciplinar**

de **Estudos Constitucionais**, do qual sou Coordenador, encampada pela Diretoria da AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - e aprovada em assembléia geral da classe, consistente nas **fórmulas de unificação e uniformização do sistema de controles da constitucionalidade e da súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos**.

De registrar, em duplo abono dessas **fórmulas** e com especial ênfase à **súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos**, a sua índole não-autoritária, racionalizante e ergonômica. A magistratura gaúcha aprovou-as em assembléia geral de classe realizada em outubro de 1995, quando rejeitou o mecanismo do efeito/súmula vinculante e o incidente de constitucionalidade **per saltum**. Por outro lado, mais recentemente, a magistratura brasileira, a exemplo do que já havia decidido no XIV Congresso Brasileiro de Magistrados, promovido pela A.M.B. e ocorrido em Fortaleza em novembro/1995, novamente reuniu-se no Recife em novembro de 1997, no âmbito do XV Congresso Brasileiro de Magistrados (A.M.B. - Associação dos Magistrados Brasileiros), tendo **rejeitado o mecanismo do efeito/súmula vinculante e aprovado** em sessão plenária a **fórmula da súmula impeditiva de recursos**, sendo que ambas as proposições foram apresentadas e defendidas pela AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

A mecânica e estrutura dessa fórmula parte de concepção singela. Mediante a **reiteração de decisões** - concentradas e/ou difusas - **declaratórias da constitucionalidade** de lei ou ato normativo impugnado, o S.T.F., em procedimento específico e normatizado, edita **súmula** (oriunda do mecanismo concebido pelo saudoso Ministro VICTOR NUNES LEAL e, como tal, endossado no C.P.C. vigente, ou seja, **sem efeito vinculante**) cujo preceito, **adjetamente, declare** que o seu **enunciado** torna-se, a partir da publicação, **condição de inadmissibilidade à interposição de quaisquer recursos** contra o **acórdão** que aplicá-la. Considerando que a inconformidade objeto de questionamento constitucional deve cingir-se a matéria de direito, uma vez estando esta sumulada pelo S.T.F., todos os recursos contra ela dirigidos, inclusive o agravo de instrumento, terão efeito unicamente configurativo da tão decantada e eternizante "**mora legal judicializada**". Subindo a exame do S.T.F., mediante recurso extraordinário, as razões de inconformidade e inaplicação do enunciado da súmula (**sem efeito vinculante**), o **fluxo de criação jurisprudencial historicamente construído pelos operadores do direito judiciário a partir do 1º. Grau de jurisdição - o juízo natural ou da terra - permanecerá intacto e de acordo com a melhor tradição do Direito brasileiro**, de indiscutida matriz romano-germânica, ontológica e estruturalmente diverso do sistema da **commom law**. Intacto permanece, também, o sagrado princípio e direito-garantia fundamental do **duplo Grau de jurisdição**, pois a edição da **súmula com efeito adjeto impeditivo de recursos** tem como **pressuposto a existência de fluxo criativo jurisprudencial** com a participação assegurada a **todos os operadores do Direito em todos os juízos e tribunais do País**. É de registrar, ademais, que essa fórmula, uma vez transplantada normativamente para o âmbito de competências dos respectivos Tribunais Superiores, gera idênticos resultados no plano democrático da imponibilidade **erga omnes**, racionalização e ergonomia do sistema recursal que lhes é inerente.

E, o que é mais importante, **resolve o problema da enorme quantidade de recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal**, mormente no que eles dizem respeito às questões de abrangência de massa,

sejam idênticas, análogas ou dessemelhantes. Em sentido contrário, é de bom senso concluir que, se o **acolhimento legislativo e a utilização processo-procedimental** dessas fórmulas continuarem a **assoberbar o Supremo Tribunal Federal de recursos extraordinários**, é aconselhável ouvir o que a cidadania fala por seus advogados e juizes das instâncias inferiores.

Em suma, as fórmulas propostas são de todos e para todos, assegurando e legitimando a participação de todos no processo de criação do Direito para todos. E o processo legislativo-parlamentar típico, a matriz da lei por excelência, permanece sem competidores. À exceção das medidas provisórias...

Essa fórmula tem o seguinte enunciado normativo, sediado no **art. 102 da Constituição Federal**, no mais mantendo-se a sua redação e renumerando-se os dispositivos que se fizerem necessários:

“1 - processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta constitucional de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, quando contrariar dispositivo desta Constituição;

.....

§ 1º. A declaração de inconstitucionalidade proferida e publicada pelo Supremo Tribunal Federal em decisão definitiva de mérito, em ação direta ou incidentalmente, é oponível contra todos e produz efeito automático, geral e subordinante de cassação da validade do preceito inconstitucional desde o seu início de vigência, constituindo-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra a sentença ou acórdão que a houver aplicado.

§ 2º. O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante julgamento fundamentado de dois terços de seus membros, após reiteradas decisões definitivas de mérito declaratórias da constitucionalidade de lei ou ato normativo, editar súmula e dispor que o seu enunciado constitui-se em impedimento à interposição de quaisquer recursos contra o acórdão que a houver aplicado.

§ 3º. A revisão ou cancelamento de súmula editada nos termos do § 2º. poderá ocorrer de ofício, por proposta de qualquer tribunal competente para a matéria ou mediante provocação das autoridades, órgãos e entidades discriminadas no art. 103, observado idêntico escore de votação.

§ 4º. A decisão que acolher, no todo ou em parte, reclamação de garantia da autoridade de decisão do Supremo Tribunal Federal, constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais.

§ 5º. A arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente desta Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos de lei, e, **uma vez julgada procedente, total ou parcialmente, sua decisão constitui título executivo judicial para efeitos indenizatórios civis contra os infratores e seus representantes legais."**

A proposta do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS é muito simples e visa a sacramentar constitucionalmente aquilo que a estrutura judiciária brasileira, historicamente, mesmo em tempos de exceção democrática, sempre produziu, alçando o seu modelo judiciário - tecnoburocrático - à condição de mais conceituado e efetivo da América Latina, em que pese todos os seus defeitos e imperfeições, mormente as de ordem corporativa. Ademais, é preciso que se afirme com todas as letras, em alto e bom som para todos os brasileiros, que a **estrutura orgânica e funcional** da magistratura brasileira **não encontra similar no mundo inteiro**, embora os seus juízes sejam cidadãos de uma nação de terceiro mundo, quadro que, a nosso ver, coloca os aperfeiçoamentos do Judiciário nacional majoritariamente no **campo crítico do comportamento humano**, à semelhança, neste quadrante, de **todas** as demais corporações existentes no país.

A proposta visa a consolidar o Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional do país. Mas também diz que todos os Juízos e Tribunais pertencem aos brasileiros, ao Estado-Nação, o que deve ser entendido e reforçado pelos governos que se sucedem. Diz, ainda, que devem ser alteradas as regras definidoras do modo de acesso ao S.T.F. e estabelecido tempo de exercício de mandato eletivo para os seus membros. Diz, ademais, que as regras do jogo pertinente ao sistema de controles da constitucionalidade devem ser transparentes e estar claramente escritas na Carta Política do país: **só a lei mal-feita ou deliberadamente lacunosa precisa de construções hermenêuticas que supram os seus defeitos**, independentemente da intenção com que foi produzida. Diz, sem prejuízo, que os princípios do juízo natural da terra (1º. Grau de jurisdição) e o duplo Grau de jurisdição se constituem na mais importante e democrática fonte de evolução do direito positivo, deste modo esgotando-se a justiça do povo, dela defluindo, conseqüencial e posteriormente - jamais o contrário -, a função republicana federativa nacional de uniformização hermenêutica da instância extraordinária representada pelos Tribunais superiores quanto à legislação ordinária e pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito legislativo constitucional. Diz, por fim, que a direção empreendida pelo Constituinte Originário de 1.988 foi descentralizante no âmbito do pacto federativo, reforçando a tessitura institucional dos Municípios e dos Estados, nesta ordem, colocando a União no lugar de onde ela jamais deveria ter saído na História brasileira.

Por outro lado, a proposta da AJURIS declara que a causa primeira e última do atrolhamento de recursos no S.T.F. está calcada na situação que o Poder Executivo federal e dos Estados criam, por si e seus prepostos orgânicos e funcionais, ao instrumentalizar as vias recursais extraordinárias do Judiciário com fins eminentemente protelatórios para retardar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, formadores da tão decantada mora judicializada, sem prejuízo da edição abusiva e indiscriminada de medidas provisórias, modo pelo qual tira partido das históricas fragilidades institucionais e operativas do Congresso Nacional. Declara, ainda, que as

distorções operacionais da malha recursal extraordinária contribuem de forma decisiva para que esse quadro de inadimplência do S.T.F. se agudize ainda mais, pois não possui qualquer sistema de freios - institucionais democráticos - que lhe dêem racionalidade e efetividade. Declara, por fim, que a finalidade da malha recursal encontra a sua grande razão de ser no duplo grau de jurisdição, pois como o próprio nome refere, o sistema recursal para os Tribunais da Federação é **extraordinário**.

Em síntese, a PEC ora sob exame nesta Comissão Permanente peca por falta de visão democrática, sistêmica e estrutural ao formular o sistema de controles de (in)constitucionalidade. De quebra, ainda mantém o procedimento moratório sufragado no art. 52, inc. X, da Carta Política. No meu modesto entendimento, que retrata a posição do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais da AJURIS e desta própria entidade representativa dos magistrados da Justiça Comum do Estado do Rio Grande do Sul, a conclusão é pela rejeição de ambas as PEC's ora examinadas por vício de inconstitucionalidade.

Muito obrigado.

(^o) **Aymoré Roque Pottes de Mello Juiz do Tribunal de Alçada do RS - Professor Universitário; Diretor de Assuntos Constitucionais da AJURIS, gestões 94/95 e 96/97, e Coordenador do Grupo Multidisciplinar de Estudos Constitucionais.**

(*) **Palestra proferida no dia 21 de janeiro de 1998, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados - Congresso Nacional -, no âmbito do regime de discussão das PEC's n.ºs. 500/97 e 517/97.**



PLANO PILOTO

RESULTADO DO FORUM EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, ELABORADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ESPECIFICOS.

O FORUM EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, instalado no início do mês de Janeiro de 1992, é fruto das reivindicações dos operadores jurídicos expressas em teses aprovadas em vários encontros de advogados, juizes togados e classistas, peritos e servidores da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. É composto por entidades representativas desses operadores, a saber: OAB/ RGS, AGETRA- Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhista, SATERGS- Associação dos Advogados de Empresas, APEJUST- Associação dos Peritos da Justiça do Trabalho, SINDJUSTRA- Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho, AJUCLA- Associação dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho e AMATRA IV- Associação dos Magistrados do Trabalho do R.G.S. As reuniões das comissões que compõem o Forum, bem como suas reuniões Plenárias, têm lugar na sede da Amatra IV. Há mais de uma comissão trabalhando, cada uma com delegados indicados pelas diversas Entidades que compõem o FORUM. O PLANO PILOTO foi elaborado pela COMISSÃO DE ASSUNTOS ESPECIFICOS e, após profundamente discutido, resultou aprovado pela Plenária no mês de junho/92, com o referendo do sr. Corregedor Regional. A 5ª JCJ de Porto Alegre foi escolhida para ser a Junta Piloto e, desde julho/92, vem adotando, com reconhecido sucesso, as normas que constam do Plano elaborado em consenso pelas citadas Entidades. Visa o mesmo a agilização e à racionalização de procedimentos dentro do factível e observados os preceitos legais vigentes. Não se trata de um Plano acabado. A 5ª Junta é laboratório e a Comissão que elaborou o Plano reúne-se periodicamente para avaliar os resultados obtidos e receber novas sugestões. Além da Comissão citada, o Forum já elaborou sugestões para um projeto de Código de Processo Trabalho em comissão específica, com trabalho aprovado pela Plenária e está estudando, em outra comissão, problemas referentes à revisão constitucional. Foi criada, por sugestão da Amatra IV, com aprovação da Plenária, uma Comissão do Mercosul, em vias de instalação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ESPECÍFICOS: FORUM

I. PLANO PILOTO JUNTAS DE PORTO ALEGRE: 5aJCTJ
REDAÇÃO APROVADA PELA PLENÁRIA.

1. ATENDIMENTO:

1.1. PRIMEIRO ATAQUE: BALCAO

O projeto visa a melhorar as condições de atendimento na Secretaria da Junta, com funcionários destacados na hora do "pique" (tantos quantos necessários);

1.2. PERITOS

Os peritos serão atendidos, em Secretaria, por funcionário interno, especificamente destacado para tal fim, com o intuito de " desafogar" o fluxo no balcão.

parágrafo único: quanto aos peritos não serão expedidas notificações (pasta em Secretaria).

2. NOTIFICAÇÕES

2.1. Contato com a distribuição, com o objetivo de minimizar os problemas detectados quanto aos nomes e relação das partes, horário de ajuizamento das demandas ou número geral em face das litispendências e critérios para prevenção;

2.2. Os peritos não serão notificados. Sugere-se: reunião com todos os peritos que atuam na Junta viabilizando tal proposta (sugestão: que eles passem semanalmente na secretaria, com destituição quando do desinteresse). Com relação aos peritos técnicos, já que as datas das perícias serão determinadas em audiência, serão abertas pastas individualizadas, sendo desnecessária a notificação;

2.3. (retirado pela plenária)

2.4. Visando a evitar dificuldades nas notificações, no início da audiência perguntar às partes seus endereços, para que possam ser atualizados (item incluído pela Plenária).



3. AUDIÊNCIA

3.1. Preocupação com a PAUIA:

Propõe-se a adoção de pauta diferenciada para causas menos complexas. Quando dois Juizes estiverem designados para a Junta, o segundo Juiz atacará o "resíduo", bem como presidirá as audiências da pauta diferenciada. Os processos mais simples serão identificados pelo Juiz, na audiência inaugural, e neles colocado um S.

3.2. Preocupação com a inicial:

3.2.a. decisões normativas (juntada). Em audiência, no caso de não terem as cópias das decisões normativas acompanhado a inicial, será concedido prazo ao autor para sanar a omissão; devolvido o prazo para defesa. Quando a reclamada impugnar a decisão normativa de forma genérica, solicitar-se-á que a mesma especifique o item ou a cláusula que está sendo objeto da impugnação para que a parte possa sanar o problema. Na medida do possível, solicitar-se-á ao autor seja destacada a cláusula na qual é fundada a pretensão;

3.2.b. Saneador: em audiência. Antes da defesa fazer rápida leitura da inicial determinando, então, sejam supridas as lacunas ou omissões detectadas;

3.2.c. Ler a defesa, com atenção;

3.2.d. Propor a conciliação;

3.3. PERICIAS:

3.3.a. Perícias técnicas- marcar dia e hora da diligência em audiência, na presença das partes e procuradores. Reunir com os peritos para a adoção do sistema, dividindo Porto Alegre em zonas (Norte, sul, leste, oeste, etc..., ex. 4aJCTJ). Em tais casos a parte, na audiência, já toma ciência de que deverá comparecer no local da efetiva prestação do serviço (que no momento indica) para a inspeção, no dia e hora designados de acordo com planejamento prévio elaborado com os peritos técnicos. Nesses casos, e quando não é designada perícia contábil, na medida do possível já determinar data para audiência de prosseguimento, na presença das partes;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

3.3.b. Cópia do laudo- o sr. perito fornecerá cópias do laudo para serem entregues às partes, visando a agilização (remeter via postal- recomendação incluída pela Plenária).

3.4. PROVA TESTEMUNHAL:

3.4.a. Rol- o reclamado, quando optar pelo rol, as arrolará com a defesa, dando-se preferência ao convite. O autor, se optar pelo rol, deverá entregá-lo até o momento em que, após a defesa e no prazo que lhe é concedido em audiência, falar sobre os documentos anexados, tudo a ser consignado em ata, expressamente;

3.4.b. Endereços- até 45 dias antes da segunda audiência de prosseguimento as partes deverão confirmar, ou não, aqueles endereços já fornecidos (isso quando já houve um adiamento em face de problemas com notificações de testemunhas ou não comparecimento das mesmas, ainda que notificadas regularmente). Se não o fizerem, presumem-se ratificados os originais e, nestas condições, no insucesso nas notificações e/ou conduções das testemunhas, em decorrência de problemas nos seus endereços, somente serão ouvidas se comparecerem independentemente de notificação (tudo a ser expresso na ata que consigna o adiamento do feito);

(o que está grifado retro corresponde às alterações introduzidas pela Plenária);

3.4.c. Conduções- notificar a testemunha a ser conduzida 45 dias antes da data de que no dia tal deverá aguardar o sr. oficial de justiça, naquele endereço especificado, para ser conduzida, sob pena de multa e recolhimento.

4. LITIGIO DE MA FE: preocupação.

5. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO:

5.1. Cálculos- uniformizar os critérios, solicitando-se aos peritos que apresentem dois cálculos com os dois critérios de atualização e os de juros;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Parágrafo único: sempre que houver problemas na liquidação e/ou execução, remeter os autos à pauta para, na presença das partes, tentar o consenso; se a discussão envolve cálculos elaborados por perito, notificá-lo também para que se faça presente (juízo monocrático);

5.2. Antes da expedição do mandado de citação, NOTIFICAR a devedora via postal para que, em 48 horas, efetue o pagamento do devido, sob pena de execução. Na notificação serão especificadas as parcelas a serem satisfeitas;

5.3. No caso de não pagamento no prazo acima, será expedido o mandado de citação, expresso no mesmo a necessária observância à ORDEM PREFERENCIAL das penhoras, com preferência à penhora de numerário. Realizar reunião com os oficiais de justiça, orientando-os acerca da sistemática;

parágrafo único: (antigo item 5.10) quando do cumprimento do mandado de citação pelo sr. oficial de justiça, havendo indicação voluntária (pelo devedor, independentemente do prazo) de bens a serem penhorados, o sr. oficial de justiça deverá efetuar a citação e, imediatamente, formalizar o auto de penhora, visando à agilização.

5.4. PENHORA DE DINHEIRO- o sr. oficial de justiça deverá deixar o "quantum" objeto da constrição depositado com o representante legal da empresa ou da instituição que se comprometerá, no ato, a proceder a transferência do numerário em 48 horas para a CAIXA EC FEDERAL, posto TRT, tudo a ser consignado no correspondente auto de penhora, devidamente assinado, na oportunidade;

5.5. Preferência, nas execuções, à lei dos executivos fiscais;

5.6. Determinar-se, desde logo, a PENHORA E RECOLHIMENTO dos bens móveis, o que é de ser procedido pelo leiloeiro oficial, que ficara como depositário "ad hoc";

5.7. No caso de recolhimento dos bens, para racionalização da diligência, o sr. oficial de justiça deverá combinar com o depositário (leiloeiro oficial) um dia da semana para que, então, seja procedido o recolhimento de todos os bens penhorados, em cumprimento aos diversos mandados expedidos num determinado período, por ex: 10 dias;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

5.8. NO caso de penhora de DIREITOS E AÇÕES DE TELEFONES, no MANDADO já deverá constar, expressamente, a determinação de que a linha seja bloqueada. A penhora será feita pelo sr. oficial de justiça junto à CRT, com determinação de bloqueio da linha;

5.9. Quando o sr. oficial de justiça não encontrar bens passíveis de penhora e a parte credora não os indicar, o Juiz determinará expedição de ofícios na seguinte ordem: a) receita federal; b) Detran; c) CRT, indagando acerca da existência de bens da devedora a fim de ser possível a contrição;

5.10. (transformado, pela plenária, em parágrafo único do item 5.3.)

5.11. Sempre que houver valores devidos incontroversos, proceder a execução desses, ainda que parcial, via carta de sentença, ou liberando, no caso de depósitos em dinheiro, o quantum reconhecido como devido (nos limites do incontroverso).

5.12. Quanto aos peritos não serão expedidas notificações; pasta em secretaria.

6. ASPECO FÍSICO: "LAY OUT" DA SECRETARIA.

6.1. Deverá ser reestudada, por um especialista, a disposição física dos materiais e equipamentos que guarnecem a Secretaria. O próprio "lay out" da Secretaria deve ser reavaliado.

II- QUESTÕES GERAIS:

1. DEPOSITO PÚBLICO: Reunião com a Administração do Tribunal sugerindo a adoção de DEPOSITO PÚBLICO, já indicando, se possível, local para tal fim;

2. O FORUM sugerirá ao sr. Presidente do TRT a remessa de ofício ao Comando da Brigada Militar para que não mais seja exigido requerimento específico para obtenção de força policial, quando necessário. O Mandado Judicial é suficiente;

ANO PILOTO, elaborado pelo Fórum em Defesa da Justiça do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

3. IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE MANDADOS com mapa por setor da cidade de Porto Alegre (zoneamento por bairros, a exemplo do que já tem sido feito, com sucesso, pela 4ª JCI desta capital quanto às perícias). Fornecimento de veículos pelo TRT possibilitando as diligências e seus cumprimentos. Comissão multidisciplinar visando à implantação do sistema via direção do Foro, ouvidos os oficiais de justiça, Juizes, advogados, diretores de secretaria;

4. Projeto amplo para atacar o resíduo do primeiro e do segundo grau, focalizando o problema do grave atraso no segundo grau; (o que está grifado foi introduzido pela Plenária);

5. Projeto de APOIO às Secretarias;

6. CURSOS de treinamento dos servidores;

7. REESTUDO dos equipamentos e redivisão do espaço internos das Secretarias;

8. ARQUIVO- RECEBIMENTO dos processos concluídos para que não fiquem as Secretarias abarrotadas;

9. INSOLVENCIA DE FATO. No caso de empresas notoriamente insolventes (de fato e não de direito), correndo a hipótese de um oficial de justiça encontrar bem de valor significativo, a respectiva Junta, de onde partiu o ato de constrição, oficiará às demais informando o fato, isando à organização de quadro de credores trabalhistas, para posterior rateio (e não penhora sobre remanescentes).

10. Reinvidicar junto ao TRT gratificação para o funcionário que atende no balcão, a exemplo do que ocorre já em outras regiões.

11. Participação maior na elaboração do orçamento.

12. Juntas novas: tentativa de instalação em local adequado.

PLANO PILOTO, elaborado pelo Fórum em Defesa da Justiça do Trabalho